



Centro de História da Universidade de Lisboa



CLIO

NOVA SÉRIE • VOLUME 9 • 2003

CLIO

Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa

Proprietário do título: Centro de História da Universidade de Lisboa

Capa e contracapa: Carrancas setecentistas na decoração do chamado Pátio Central do Palácio Nacional de Sintra. Fotos Daniel Medina.

Editor: Centro de História da Universidade de Lisboa

Execução Gráfica : Barbosa & Xavier. Lda. - Braga

Depósito legal : 26 066/89

ISSN: 0870-4104

Tiragem: 800 exemplares

A correspondência relativa a colaboração, permuta, oferta de publicações, etc., deve ser dirigida a:

CLIO – Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Alameda da Universidade

1600-214 LISBOA - Portugal

e-mail: centro.historia@mail.fl.ul.pt

url: www.fl.ul.pt

Tel.: + 351 21 792 00 00 – Fax: + 351 21 796 00 63

Distribuidora: DINAPRESS – Martins & Coimbra, Lda.

Largo Dr. António de Sousa de Macedo, 2

1200-153 LISBOA - Portugal

Tel.: +351 21 395 52 70 – Fax: + 351 21 395 03 90

CLIO

Nova Série – 9
Segundo semestre de 2003

Director: JOÃO MEDINA

Sub-Director: ANTÓNIO VENTURA

Secretária: MARIA LEONOR GARCÍA DA CRUZ

Conselho de Redacção: MARIA DO ROSÁRIO THEMUDO BARATA,
ANTÓNIO DIAS FARINHA, JOSÉ AUGUSTO RAMOS, VÍTOR SERRÃO
e SÉRGIO CAMPOS MATOS

Coordenação deste número: Maria Leonor Garcia da Cruz

Edição patrocinada pela

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DO ENSINO SUPERIOR

Portugal

ÍNDICE

ESTUDOS SOBRE A ÉPOCA MODERNA

- 9 • *As Plantas Mágicas*
Maria Benedita Araújo
- 39 • *Formas de diálogo e de mediação social na Lisboa quinhentista*
Maria Leonor García da Cruz
- 63 • *A comunidade florentina em Lisboa (1481-1557)*
Nunziatella Alessandrini
- 87 • *Nicolau Chanterene escultor e arauto de D. João III*
Fernando Grilo
- 107 • *Subsídios para o estudo da vida e obra do arcebispo de Évora D. João de Melo*
Ana Cristina Cardoso da Costa Gomes
- 127 • *Esboço de uma biografia do inquisidor João Delgado Figueira*
Célia Cristina da Silva Tavares
- 143 • *A questão judaica em Portugal. Bibliografia essencial comentada*
Jorge Martins
- 189 • *A Real Fábrica de Ferro de Nova Oeiras. Angola, séc. XVIII*
Maria Adelina Amorim

LIÇÃO DE SÍNTESE

- 219 • *Panorama Cultural de Macau no Período Ming – Sumário pormenorizado da lição de síntese para obtenção do título de professor agregado*
Luís Filipe Barreto

NOTICIÁRIO

- 235 • *Última Lição do Professor Doutor José Manuel Marques do Carmo Mendes Tengarrinha*
M. R. Themudo Barata
- 237 • *Maria Benedita Aires Araújo de Almeida Araújo*
M. R. Themudo Barata
- 239 • *In Memoriam General Manuel Freire Themudo Barata*
M. R. Themudo Barata

CHUL – Destaques:

- 241 • *Encontros científicos e seminários de formação*
- 247 • *Edições*
- 251 • *Resumo de teses de doutoramento de investigadores do CHUL*
- 259 • *Júris de dissertações académicas que integraram investigadores do CHUL no último triénio (2001-2003)*
- 259 • *Teses de Doutoramento UL 2001-2003*
- 262 • *Teses de Mestrado FLUL 2001-2003*

Estudos sobre a Época Moderna

AS PLANTAS MÁGICAS

*Maria Benedita Araújo **

PARTE I

1. Introdução: Tradições e saberes antigos presentes no conhecimento europeu relativo às plantas curativas

No universo europeu ocidental do início da Modernidade, o imaginário popular, alicerçado, aliás, nos pareceres dos teólogos e dos sábios, apresentava o cosmos repleto de forças opostas e incontroláveis, capazes de dominar o homem, mas raramente susceptíveis de sofrer qualquer poder. Deus e os seus santos, o Demónio e os seus réprobos, anjos e faculdades interferiam na vida humana das mais diversas formas, quase sempre representando oposição e perigo para a existência e saúde dos homens.

Conhecer as virtudes das plantas representava, portanto, saber descodificar e utilizar em proveito próprio ou alheio os sinais positivos colocados por Deus para auxílio das Suas criaturas. Tal asseverava também Teofrasto Paracelso (1493-1541), doutor em medicina e doutor em teologia, e sabe-se lá em que mais artes, sempre em luta com a medicina clássica, procurando lançar o fundamento do método experimental.

Na filosofia de Paracelso Vida e Natura pulsavam em coincidência, e toda a Natureza, animada e inanimada, encerrava o sopro da Vida. O grande e o pequeno, o macro e o microcosmos correspondiam-se. O próprio homem era esse microcosmos, centro e imagem do mundo.

* Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Investigadora do CHUL.

O macrocosmos, polivalente em funções e relações, unindo céus e terra, planetas, esferas cristalinas, anjos motores, animais, homens, plantas, pedras, identificava-se com o universo. O microcosmos, ponto miniatural do primeiro, sofrendo o fluxo e refluxo de todas essas potências, era o homem. Tudo estava relacionado com tudo. Nada permanecia isolado na luta hercúlea travada entre a Morte e a Vida.

Deste modo, ao longo dos séculos, os conhecimentos referentes ao reino vegetal possuíram um carácter quase sempre hermético e oculto, de saber reservado aos iniciados. Encontravam-se relacionados com a magia, embora beneficiassem largamente da preciosa experiência acumulada pelos alquimistas, boticários, físicos, mezinheiras, bruxas e feiticeiras, «saudadores», bentos e outros possíveis agentes da arte de curar.

A ciência, tal como é entendida hoje, não adquirira ainda a autonomia necessária para separar os segmentos válidos, até então embrionários, da ganga mais ou menos inorganizada e caótica em que se encontravam envolvidos. Assim, embora tendo por fundamento um efectivo saber resultante da experiência milenar, os conhecimentos de botânica, informação quase sempre real e exacta, como muitos outros dados, apresentavam-se amalgamados com propostas oriundas de diversas fontes, desde a magia à alquimia e à feitiçaria, vacilando entre um valor pragmático e uma complexa rede de ilações difíceis de destrinçar.

Nesse conjunto de conhecimentos tradicionais é possível evidenciar, pela óptica do nosso tempo, três ramos fundamentais e distintos:

- 1 – A *Botanogenia*, pondo em conexão o reino vegetal com os princípios cósmicos originários, interpretando o aparecimento das plantas na natureza e derivando as suas propriedades.
- 2 – A *Fisiologia vegetal* que constituía uma interpretação de como se processava a constante evolução das forças vitais que enforçavam o crescimento e desenvolvimento dos seres vivos pertencentes a este reino.
- 3 – A *Fisiognosia* que permitia analisar pelo seu aspecto exterior, desde a cor à forma e a outros caracteres organolépticos, as qualidades intrínsecas de cada planta e, portanto, a sua aplicação na arte de curar.

Qualquer destas derivações do saber pertencia às denominadas «ciências ocultas», tão estimadas pelos renascentistas, as quais, durante centenas de anos, se haviam mantido afastadas dos cânones «científicos» então vigentes e, como tal, foram perseguidas. Assim, desconhecendo-se a composição química das diferentes drogas vegetais e, portanto, a que atribuir as suas propriedades curativas, imputavam-se-lhes «ocultas qualidades», virtudes mais ou menos mágicas, que, de uma forma ou de outra, punham em causa, em toda a Europa ocidental, o saber ligado à religião oficial. A crença nos poderes maravilhosos das plantas fundamentava-se na própria criação divina, pois, segundo o *Livro do Génesis*, no terceiro dia formara Deus a face da terra e cobrira-a de vegetação. Na interpretação do ecletismo teosófico gnóstico do *Antigo Testamento*, Isaac representava o reino vegetal.

Segundo a crença partilhada por muitos alquimistas, o caos encontrava-se no fulcro do universo primevo. Nessa origem exordial incorporava-se um princípio regenerador e nele toda a criação estava prefigurada. A matéria cósmica, potência de fogo criador, reorganizador e purificador, encerraria em si uma matriz, mãe potencial dos seres e das coisas. Tal significava que Deus não teria formado um universo biológico único e imutável, mas prefigurara as coordenadas tempo/espaço ao longo das quais a grandeza das gerações se iria desenvolver. As implicações daí derivadas estendiam-se a campos muito diversos. E, ao longo dos séculos, a Igreja permaneceu atenta a essas interpretações...

A importância do fogo, como princípio da Vida, parece ter unido muitos destes estudiosos, quase todos alquimistas. O fogo, forte, puro, regenerador e procriador, seria o princípio masculino, o propiciador da Vida. O espírito de Deus movia-se então sobre a face das águas. Para os ocultistas era a Cabeça do Dragão, o enxofre, princípio e fim de todas as coisas.

Na «sopa inicial», ou melhor, na massa espessa, viscosa, húmida e impura, sobrenadava o princípio feminino da fertilidade, o mercúrio dos alquímicos, que, ao fundir-se com o seu oposto masculino, dera origem à luz e à vida. Esta união benfazeja, criadora dos seres, foi perpetrada nos páramos celestes Mas, quando celebrada na terra, produziu o inverso, a putrefacção e a Morte. O fogo celeste também sofreu alterações e acabou por determinar uma matriz terrestre, fria e passiva, o sal alquímico.

Assim, de uma forma abreviada, dir-se-ia que na natureza todos os seres e todas as coisas passavam por várias idades ou estádios: a primeira,

o nascimento, surgia com os princípios criadores e constituiria uma época feliz e luminosa; seguir-se-ia um estágio de transição, transformação lenta até atingir um patamar caótico e desorganizado, em que a matéria viria a transformar-se por putrefacção e decomposição. Corresponderia à antecâmara da Morte. Seguidamente, as moléculas coordenavam-se, atingindo uma fase de sublimação. Por fim, o volátil separar-se-ia do pesado, a alma do corpo e penetrava-se no último estágio, a verdadeira Morte. A reacção terminara. A obra estava pronta.

Na terminologia hermetista observava-se uma estreita correspondência entre três mundos. No primeiro mundo, o Fogo, Espírito de Deus, fecundara a água do caos, que era a luz ou alma dos corpos. No segundo mundo, a água do caos, contendo em suspensão o enxofre, fonte de vida, tornava produtiva a água intermédia, luz criada, que simbolizava o espírito corporal. No terceiro mundo, esse espírito fertilizava o éter ígneo ou terra andrógina. Assim, todas as criaturas formadas seriam constituídas por três componentes resultantes das forças derivadas de outras tantas zonas diferenciadas: a primeira, formada a partir do céu empíreo. A segunda, intermédia, tivera a sua origem no céu zodiacal. A terceira, oriunda do planeta, correspondente ao ser.

Para que qualquer ente vegetal conseguisse desenvolver-se precisava que no cosmos, o planeta onde tal processo iria ter lugar houvesse já adquirido determinado grau evolutivo. Assim, necessitava que a terra sólida, resultante da cristalização dos átomos, já estivesse consubstanciada. Igualmente indispensável seria a presença de água, obtida a partir da mesma origem. O terceiro requisito era existência de uma atmosfera apropriada ao desenvolvimento da Vida. Tal fora a obra de Deus relatada no *Génesis*.

Quando a matéria vegetal povoou a terra, no terceiro dia da Criação, a beleza difundiu-se sobre ela. Por isso, sobre este reino imperava Vénus e o seu símbolo era a espiral, linha representativa da força ascendente, quer no campo do espírito quer no mundo material. A vida vegetal que, a partir de então, ganha montes e vales, teria resultado da acção da luz solar sobre o enxofre existente na precomposição dos seres florais. Por isso, os primeiros apontamentos de filotaxia, parte da botânica que trata da inserção das folhas nos caules, considerada como indicativo da força vital existente em cada planta, parece ter gozado de grande interesse por parte dos mestres ancestrais destes saberes.

Conforme o conhecimento hermético, no tempo em que Adão e Eva gozavam as delícias do paraíso toda a natureza usufruía dessa felicidade. E os seres pertencentes ao reino vegetal mantinham, por essa altura, o seu relacionamento com Deus, não apenas através de meios exteriores, mas também pelo seu próprio interior, considerado puro.

O pecado original e a queda dos nossos primeiros pais conspurcaram igualmente a natureza. Assim, a santidade e pureza dos segmentos subterráneos, em contacto com o solo, isto é, raízes e alguns caules, desapareceram, fluindo para a terra. Apenas as flores e os frutos pertenceriam à primitiva matriz paradisíaca.

Para Paracelso, já aqui referido, na constituição física dos seres pertencentes à flora, participavam sete forças interligadas e cinco princípios. As forças representadas seriam:

Derses, a primeira, essencial, energia transmudada em matéria, conteria em si os opostos, ou seja, a luz e a sombra, a água do caos e a água vegetativa. Seria ela que iria permitir o crescimento da planta. A segunda, igualmente importante, retiraria do fogo toda a sua potência, teria portanto por agente natural a massa ígnea. A terceira estabelecia a relação harmónica entre as duas anteriores.

A quarta potência correspondia ao movimento que se propagava aos quatro elementos. A quinta força paracelsiana era o Clissus, a semente corporizada ou alma do vegetal, a sua força vital. A sexta denominava-se Leffas, o corpo astral da planta. E a sétima era o corpo físico da mesma. O homem não se apercebia de todas estas energias e princípios, mas apenas da alma do vegetal corporizada e da matéria vegetal propriamente dita. Do mesmo modo, todas as reacções provocadas por estas forças eram imperceptíveis, secretas e ocultas ao olhar humano, mas os seus resultados finais podiam ser apreciados através das essências

Os princípios, alguns dos quais já mencionados, nomeados pela sua ordem, eram:

A *Água* vegetativa, o primeiro princípio, considerado material. O segundo, formado por *Ar* sensitivo, seria uma alma. O terceiro princípio, o princípio ígneo, seria uma forma composta pelo *Fogo* concupiscível. O quarto, uma matriz, a *Terra* intelectiva. Finalmente, o quinto participaria de uma essência primitiva e universal, denominada *Mixto memorable*, em que estavam presentes os quatro elementos, e que determinava a fermentação, a putrefacção, a formação da planta e o seu crescimento.

2. Humanismo e reforma do conhecimento

A antiga concepção sofista «O homem é a medida de todas as coisas» (Protágoras, séc.V a. C.) vem a adquirir no conhecimento renascentista desenvolvimento muito especial. Embora muitos estudiosos permanecessem ainda profundamente ligados às concepções tradicionais, em que os seres vivos eram constituídos pelos quatro elementos, na arte de curar procurava-se analisar em termos biológicos. Tal acontecia, por exemplo, nas frequentes referências dos físicos aos quatro humores constitucionais, os humores sanguíneo, melancólico, colérico e fleumático, bem como aos três fluidos funcionais, o sangue arterial, o sangue venoso e o fluido nervoso com os seus espíritos (vital, natural e animal).

Neste domínio já não teológico mas «científico», as enfermidades não eram vistas como desarranjos provocados por entidades que invadiam ou possuíam o corpo humano, mas causadas por descompensação ou desproporção entre os quatro humores. A enfermidade não era, portanto, uma realidade em si mesma, mas o resultado do estado enfermo do corpo. E, a partir dos dados hipocráticos, acreditava-se que o corpo humano podia regenerar os humores afectados, pelo que o número de drogas e receitas era muito limitado.

Mas, com Galeno, generalizou-se a prática do tratamento do equilíbrio humoral com remédios e como os humores eram vistos como substâncias orgânicas, os medicamentos utilizados eram igualmente de carácter orgânico, isto é, de origem vegetal e animal.

Os remédios químicos eram muito raros. Acontecia, porém, que os alquimistas sempre haviam manifestado interesse e estudado a aplicação da alquimia à arte de curar. Estes estudos culminam na obra de Paracelso, (c. 1493-1541), que levou ao aparecimento da química médica ou iatroquímica. Mas, conforme vimos, a alquimia associara-se, com o decurso do tempo, ao misticismo por um lado, e às artes químicas por outro.

Era uma época de fervor e a discussão religiosa encontrava-se presente em todos os campos, desde o teológico, com a Reforma protestante a dar os primeiros passos, à revolução copernicana, ou à teoria da circulação do sangue. As associações alquímicas, os aspectos transcendentes do processo curativo, em alguns países europeus, entre os quais Portugal, vieram fortalecer os resíduos de medicina teológica, sempre presentes na arte de tratar os enfermos.

Paracelso definia a alquimia como a ciência da transmutação, capaz de transformar as substâncias brutas em elaboradas, abrangendo, portanto, a química e a bioquímica. O laboratório era o mundo no qual o alquimista podia reproduzir a natureza. Na medicina, Paracelso não reconheceu as teorias que relacionavam a saúde do corpo com os humores. Em sua substituição defendeu que a saúde resultava de uma harmonia química, em que participavam os princípios alquímicos fundamentais, mercúrio e enxofre, acrescentando-lhes um terceiro princípio, o sal, visto até então como substância importante, mas não como princípio químico básico.

A enfermidade era agora a falta de equilíbrio, não entre os humores, como para os galenistas, mas entre os princípios básicos. A doutrina de Paracelso aconselhava a cura a partir de substâncias minerais e não orgânicas, como acontecia na medicina e na farmácia galénicas.

No entanto, os iatroquímicos, como eram nomeados os seguidores de Paracelso, descobriram medicamentos de reconhecido mérito, como os sais de ferro para tratar a anemia, embora por razões algo bizarras. Assim, continuando a recorrer às ligações planetárias, ministravam o ferro aos enfermos porque este metal estava associado ao planeta vermelho, Marte, e, portanto, ao deus da guerra, do ferro e do sangue.

3. Importância da imprensa de caracteres móveis. Divulgação de saberes

A partir do aparecimento da imprensa de caracteres móveis, as teorias embrionárias relacionadas com os saberes botânicos evoluíram, seguindo a inspiração renascentista greco-romana. Foram surgindo na Europa os atlas de plantas, os herbários, acompanhados algumas vezes por carpolários, tudo ainda muito rudimentar, mas permitindo antever o seu maior desenvolvimento. Estão neste caso os «herbários maiores», como o *Herbarium Apulei*, (Roma, 1481), o *Herbarius zu Deutsch* (Schoffer, 1485), o *Hortos sanitatis*, ou ainda em Paris, o *Arbolayre*, seguido, em 1526, pelo *Grand Herbar en françois*. Eram essencialmente obras práticas, de consulta, e que muito ficavam devendo à imaginação dos ilustradores.

No princípio do século XVI, o estudo da botânica tendia já a apartar-se das crenças tradicionais e a encaminhar-se para a observação directa da natureza. As viagens principiavam a servir para «ver», estudar, comparar. Desejava-se agora possuir as próprias plantas, secas e conservadas em

albus, que mantinham as velhas designações, mas que não eram já meros debuxos fantasiosos. Estes herbários foram-se constituindo por toda a Europa, algumas vezes através de gerações, como o *Herbarium* da família Plandolit, conservado no Arquivo Municipal de Andorra, ou o de Gerardo Cibo, aluno de Luca Ghini, da Biblioteca Angelica de Roma.

Em alguns destes repositórios os seus autores procuravam estabelecer um paralelo, nem sempre alcançado, com Dioscórides ou Plínio, o que conduzia a uma procura ávida de conhecimentos práticos, teóricos e descritivos dos caracteres organolépticos dos exemplares, bem como ao desenvolvimento da iconografia botânica.

No ano de 1530 o aparecimento do *Herbarum vivae eicones* de Oto Brunfels (1489-1534) veio incentivar a representação muito aproximada dos espécimes vegetais, logo seguida por Fuche, entre 1542 e 1543, e por outros Autores famosos, como Gesner, Mattioli, Bock, e L'Écluse. Valerius Cordus (1515-1544), na sua *Historia plantarum* descreveu cerca de quinhentas plantas, das quais uma centena aproximadamente constituíam novidade pelo seu total desconhecimento na comunidade científica.

O mesmo aconteceu com Charles de L'Écluse (1526-1609), cujo epítome latino da obra do sábio português Garcia de Orta, denominado *Aromaticum et Simplicium Aliquot Medicamentorum Apud Indios Nascentium Historia* (*História dos Aromas e de Alguns Medicamentos Simples que nascem entre os Índios*) permitiu a divulgação dos estudos do grande naturalista cristão-novo, uma das maiores glórias da corrente experimentalista portuguesa.

Realmente, a obra de Garcia de Orta intitulada vulgarmente *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia*, publicada pela primeira vez em Goa, no ano de 1563, assombra-nos ainda hoje pela qualidade e vastidão da informação fornecida sobre a flora asiática. As descrições exemplares das drogas originárias maioritariamente do subcontinente indiano surgem ao conhecimento europeu como completa novidade. Completavam-se estes saberes com as designações correntes nas línguas e dialectos locais, propriedades e aplicações nos diferentes tipos de medicina praticados no Oriente, caracteres organolépticos e morfológicos, bem como pelas ligações das artes de curar às variegadas origens étnicas e culturais. Alguns exemplares, se incorrectamente designados pelos estudiosos gregos, romanos ou árabes, encontravam na obra do sábio português a devida correcção.

Clúsio permaneceu em Portugal entre 1563 e 1567 e os epítomes obtidos através da sua obra foram traduzidos e consultados pelos cientistas

da Europa, muito embora desconhecêssem, na maior parte dos casos, o nome do ilustre português que trabalhara o tema durante quase trinta anos.

4. Classificação e inventariação das plantas

Quanto à classificação e inventariação das plantas tentavam-se então os primeiros passos. A quase todos estes trabalhos descritivos os autores começaram a acrescentar um glossário, permitindo, mesmo aos pouco familiarizados com a rudimentar terminologia técnica, uma melhor compreensão dos temas. Com a descrição e identificação caminhava-se para a abstracção e para o critério objectivo. Um estudioso que orientou o conhecimento nesse sentido foi Conrado Gesner (1516-1565), natural de Zurique, o tipo de «sábio universal» dos homens do Renascimento. As suas numerosas viagens pelos países europeus permitiram-lhe a recolha e estudo de grande número de exemplares botânicos, que descrevia e desenhava, ao mesmo tempo que, através da correspondência com os estudiosos franceses, ingleses, polacos e outros, que lhe enviavam materiais, enriquecia a sua colecção.

As plantas alpestres mereceram-lhe particular atenção, referida na correspondência com o físico e cirurgião Plandit. Entre outras, estudou e descreveu o *Eryngium* e o *Rhododendron*, em que surgem, na tentativa de uma classificação natural, as noções do género e da espécie. Por isso, talvez possamos considerar com este autor o início da moderna sistematização botânica, principalmente a partir de 1542, com a publicação do seu catálogo botânico *Catalogus plantarum*, com essa data.

Os estudiosos do século seguinte pisaram o mesmo caminho e por finais da centúria tal posição era assumida firmemente pelos grandes taxonomistas. Mas havia ainda a percorrer um árduo percurso até uma evolução científica mais de acordo com a realidade.

PARTE II

1. O aproveitamento da botânica mágica

Conforme referimos em trabalhos anteriores, os usos e costumes imemoriais encerram, quase sempre, um tesouro de conhecimentos que a memória colectiva conservou. No que se refere à medicina popular, as técnicas curativas e grande número das velhas fórmulas, à base de drogas vegetais foram, em grande parte, aproveitadas pela farmácia galénica das épocas posteriores, uma vez provada – ou considerada como tal – a sua acção terapêutica.

As sínteses químicas e farmacológicas dos nossos tempos recompõem em muitos casos os conjuntos naturais, e remontam aos iatroquímicos. Outras vezes, os estudiosos procuravam e procuram ainda junto das populações camponesas, mais perto da realidade dos seres e das coisas, as preciosas sùmulas de saberes tradicionais, ou ainda o entendimento de carácter mais ou menos esotérico e secreto reservado aos iniciados.

Guardados na memória dos povos, a oralidade transmitiu às gerações vindouras alguns processos curativos ancestrais, mas que se encontravam ainda em pleno uso na medicina popular setecentista. Referimo-nos às práticas curativas instintivas, lambiçã, mordedura e sucção, que remontam, provavelmente, ao Paleolítico. Estamos em crer que tais práticas poderiam ter sido aprendidas por imitação, a partir do comportamento animal.

Tal não acontece, no entanto, com a trepanação, processo requintado, que consistia na abertura de um orifício maior ou menor, conforme os casos, na caixa craneana do paciente. A causa geralmente aduzida seria o propósito de retirar uma tampa óssea, para, deste modo, aliviar os sofrimentos do enfermo, possivelmente as cefaleias. A remoção dos maus espíritos, causadores das moléstias, também não estaria fora de questão. A trepanação póstuma não consistia, evidentemente, técnica curativa, realizando-se no cadáver antes da inumação.

Vestígios das artes de curar derivadas dos instintos ou imitadas a partir dos comportamentos animais, como referimos, foram usadas por toda a Europa¹. Em Portugal encontramos-as ainda nos séculos XVII e XVIII,

¹ R. EVANS, *Magic and the World of Nature, A Documentary History*, Londres, 1974, pp. 45-51.

em uso não apenas entre as populações rurais, sempre mais conservadoras, mas também nos centros urbanos, participando nos mais importantes segmentos curativos das técnicas dos saladores. Eram estes «homens de vertude»² caracterizados por, entre outras enfermidades, dedicarem particular atenção aos males hidrofóbicos³.

Em Portugal, o processo geralmente utilizado era o de «*ver na agoa*». No decurso dos séculos XVII e XVIII, este segmento técnico pertencia especialmente ao espaço rural e era considerado eficaz não só no diagnóstico, prevenção e cura da hidrofobia, mas também de outras enfermidades reputadas de origem natural e preternatural⁴.

Esta técnica de «*ver na agoa*» baseava-se no fenómeno de refração sofrido pelos raios solares ou provenientes de outra fonte luminosa, sempre que passam do ar para a água, onde, neste caso, coincidem duas densidades diferentes, pois o salador acabara de verter um punhado de sal no recipiente contendo o líquido⁵.

Esta virtude de visualizar a enfermidade por meio da refração era considerada uma graça de Deus, concedidas a raros eleitos que, deste modo, minimizavam os sofrimentos de todos aqueles que recorriam aos seus préstimos. Além de vislumbrar a doença, o operador adivinhava ainda qual o animal, geralmente um cão ou um lobo, que mordera o queixoso e providenciava o seu abate⁶.

Nesta técnica, os adjuvantes materiais eram constituídos por ramos verdes, rosmaninho, alecrim, losna, arruda, conforme a área geográfica e/ou a fé de quem procedia ao ritual. De qualquer modo, era uma técnica essencialmente masculina, quase só exercida por elementos pertencentes a este sexo, pastores, almocreves, trabalhadores do campo e outros, preferencialmente ligados aos animais ou à terra.

Afora as faculdades indicadas, o «*saudador*» podia ainda, segundo a crença popular, indicar os seres humanos e os animais atingidos pelo mal da raiva no espaço de muitas léguas em redor, mesmo que ainda não mani-

² ANTT, Inq. de Lisboa, *Processo de Joseph Ribeyro*, fl. 18.

³ Hidrofobia ou higrifobia – designação imprópria da raiva, zoonose provocada por um vírus electivo para o sistema nervoso central, ao tratamento da qual alguns destes «bentos» se dedicavam única e exclusivamente.

⁴ ANTT, Inq. de Évora, *Processo de Manoel de Valhares*, fl. 21.

⁵ ANTT, Inq. de Évora, *Processo de Sebastião Ramos*, fls. 3-8.

⁶ BNL, *Culpas de Balthezar Roiz*, fls. 21-13v.º

festassem a sintomatologia da enfermidade ⁷. A distância abrangida pelo «*olho*» do operador, ou seja, até ao ponto para o qual esta «*leitura*» resultava «*verdadeira*», variava com o benzedor, sendo directamente proporcional à «*virtude*» que Deus lhe havia concedido. Os que possuíam esta «*gratis dada*» com maior intensidade viam melhor e mais longe ⁸.

Muito embora certas mulheres afirmassem desfrutar do mesmo dom, empregando os mesmos adjuvantes vegetais e elaborando um ritual bastante aproximado, o povo raras vezes acatava os seus conselhos ou seguia as suas práticas. Algumas vezes, se a mulher apresentava visíveis sinais de masculinidade, como buço ou barba fartos, cartilagem tiróide desenvolvida («*maçã-de-adão*»), voz grossa e tonitruante, podia estabelecer reputação e ser convocada para sarar a enfermidade que os camponeses mais temiam, a raiva. Mas esse caso ocorria muito raramente.

Há, contudo, memória de uma «*verdadeira*» saluadora, uma tal Isabel Brás, cristã-velha, moradora no termo de Monforte, que, não obstante a falta dos referidos caracteres masculinos secundários, era muito considerada como «*saudadora*». Tal «*publica fama*» levava-a, na primeira metade de Quinhentos, à presença de Dom António, bispo de Elvas, para ser interrogada.

Inquirira-a o prelado com certa severidade a que, no entanto, não faltavam uns laivos de piedade por aquela sua ovelha tresmalhada. Intimidada por se ver em tão santa presença, respondera às perguntas com recato, mas firmemente, que Deus lhe dera aquela virtude para que pudesse ajudar os que sofriam. Afirmara ainda que sim, senhor, era capaz de ver todas as moléstias em seu derredor, num raio de dez a doze léguas. Censurara-lhe o bispo a jactância, que só podia ser alcançada por pacto com o Demónio e proibira-lhe de tornar a praticar a leitura na água, muito embora a sua intenção curativa fosse boa... Confundida com a reprimenda, Isabel abaixara modestamente os olhos, vendo os males de que sofria o prelado, e passara a sarar as enfermidades pela arte de «*ver na terra*»... ⁹

Segundo Frei Manuel de Azevedo (?-1672), religioso formado em medicina, escrevendo quase um século depois, a possibilidade de ver

«*em hum alguidar de agoa clara*» podia estender-se a qualquer superfície luzente, especialmente cristais e espelhos, mas estes objectos eram raros, e, portanto, não nos aparecem nas curas praticadas no meio rural ¹⁰.

Embora a asserção teórica fosse bem conhecida e praticada desde o século XIV, pelo menos, a praxe quinhentista mostra que, já nesta altura, a única superfície «*luzente*» que surge na técnica curativa é o uso fruste de uma bacia, jarro, bilha, ou qualquer outro recipiente vulgar, de pouco valor e fácil de encontrar.

Quando se tratava da cura comunitária da hidrofobia, uma extensão líquida, ribeiro, rio, ou qualquer charco de água, junto da qual eram trazidos os animais, desempenhava a função instrumental. A fonte luminosa neste caso era o sol, mas podia variar quando se tratava de sarar outras moléstias.

Além da prática comum de «*ver na água*», igualmente respeitada como técnica de diagnóstico, os «*bentos*» empregavam nas curas que empreendiam, a insuflação, a mordedura e a lambição. Embora a posse desta virtude fosse vista como uma predestinação, um «*fado*», havia circunstâncias que podiam concorrer para que se manifestasse ou para que se desenvolvesse com maior ou menor brevidade.

Tal era o caso dos «*não-esperados-nem desejados*», isto é, dos gémeos nascidos em segundo lugar, pois esses «*erão os que têm a virtude*» ¹¹. Ocasionalmente, podia acompanhar o sétimo filho.

No universo difuso dos cuidados, ainda embrionários, de saúde pública, estes taumaturgos, a quem fora dado por Deus um tão grande poder como era o de curar do mal da raiva, seriam certamente respeitados e temidos. Realmente, assim acontecia. Na maior parte dos casos, tratava-se de pessoas muito crentes e de vida virtuosa, que deixaram de si amplo testemunho. Mas, em muitos outros, seria uma maneira fácil de ganhar dinheiro e de ser temido pela população camponesa, subsistindo sem trabalhar e exigindo mesa farta sempre que se apresentavam em qualquer casa. Se, por qualquer motivo, não ficavam satisfeitos com o recebimento, proferiam ameaças, resmungando que, dentro em breve, aquela casa receberia outras visitas. Por vezes, acompanhavam as advertências de gestos escandalosos e colocavam algumas ervas malfajezas na soleira da porta.

⁷ ANTT, *Culpas de Isabel Bras*, fl. 11.

⁸ BNL, *Sentença da Inquisição de Lisboa contra o Feiticeyro Francisco Barbosa, o tio de Massarelllos*, fls. 52-56, 181-184v.º

⁹ *Culpas de Isabel Bras*, fls. 11-13, 18.

¹⁰ ANTT, Inq. de Évora, *Processo de Joseph Barrento*, fl. 36v.º

¹¹ ANTT, Inq. de Lisboa, *Processo de Domingos Vasques*, fls. 28, 34.

No meio rural este tipo de advertência causava sempre grande abalo porque era da crença comum que os «*saudadores*» possuíam domínio sobre os lobos, cujas mordeduras raivosas curavam¹². Desta forma, muitos lavradores, ao sofrerem as visitas das feras nos seus currais ou ao serem os rebanhos atacados em campo aberto por esses canídeos, consideravam ser uma vingança de qualquer «bento» que assim retribuía um acolhimento menos cortês.

2. As *hervas* usadas nestas técnicas são, por vezes, de identificação difícil ou impossível. Mas, em certos casos, além das já indicadas (rosmaninho, alecrim, losna, arruda) usava-se ainda, conforme os segmentos da técnica, saramagos, também apelidados de «*erva-dos-pastores*», sargacinha-do-monte, tília, urtigas, tomilho, trovisco, azedas, dente-de-leão, dormideira, aneto, erva-moura, erva-do-diabo manjeirão, erva formigueira, erva-ímpia, ervas-de adão-e-eva, entre muitas e muitas outras¹³.

É evidente que algumas das *hervas* nomeadas eram pequenos arbustos, dos quais se contavam muitas histórias de milagres e maravilhas, a que o imaginário popular parecia ser particularmente apegado. Mas outras plantas não procuravam no maravilhoso o fundamento das suas «*virtudes*», possuindo princípios activos de reconhecida eficácia.

A fisiologia de qualquer estrutura vegetal parecia então muito simples. Atribuíam-lhe três partes constitutivas. Um desses segmentos seria formado pelo tecido vegetal, equiparado ao aparelho digestivo dos animais. Os interstícios existentes na página inferior das folhas, os estomas, permitiriam a passagem da seiva, que era considerada o sangue das plantas. Um outro tecido, em espiral, conduziria o ar necessário à vida da planta¹⁴.

A semente era vista como o elo germinativo. Continha em si todo o crescimento potencial da futura planta, mesmo que de uma árvore se tratasse. Encerrava, portanto um mistério magno. A terra era uma matriz natural, passiva, incapaz de acender a centelha de vida que acordaria o

¹² ANTT, Inq. de Évora, *Processo de Sebastião Ramos*, «Das culpas inclusas», fl. 3.

¹³ Uma das «*hervas*» mais citada era o trovisco ou travisco. Mas surgiam igualmente todas as indicadas, manifestando cada técnico a sua preferência por uma ou outra. Ver, por exemplo, ANTT, Inq. de Évora, *Processo de Pero Bermudes*.

¹⁴ R. PARRINDER, *History and the Science of Healing*, Londres, 1994, pp. 34-37.

Ens da semente, de modo a permitir que os princípios do enxofre, mercúrio e sal reagissem. Para que essa reacção em cadeia se desenvolvesse, tornava-se imprescindível a presença de luz e calor solares¹⁵.

A germinação do grão era respeitada como a operação crucial e da maior importância. Se não se processasse ou se decorresse de forma imperfeita ou defeituosa, não haveria vida vegetal. As fases essenciais eram:

- 1.^a – Deposição accidental ou propositada da semente em solo matricial húmido e fértil.
- 2.^a – Início da germinação, servindo os cotilédones de reserva alimentícia.
- 3.^a – Entrada em actividade da raiz, absorvendo da terra as substâncias necessárias à vida.

Após este terceiro patamar, a planta constituía um exemplar autónomo, pronto a subsistir pelos seus próprios meios.

Houvera, portanto, a intervenção de três *Ens* para que o aparecimento de vida vegetal se tornasse possível:

- o *Ens* do sol
- o *Ens* da terra
- o *Ens* da própria semente da planta.

Da acção harmoniosa destes *Ens* resultaria o bom desenvolvimento do ser vegetal, pois em cada um deles estavam presentes o enxofre, o mercúrio e o sal¹⁶. Actuando em consonância encontrava-se igualmente a influência planetária, influndo no processo de formação de todas as partes da planta, embora em certas áreas se tornassem dominantes.

A árvore era vista como o mais perfeito dos seres vegetais. Pelo seu desenvolvimento e porte atingia proporções interditas aos outros exemplares do mesmo reino.. Por isso, acreditava-se que no seu crescimento entravam as influências planetárias com maior intensidade. O mesmo ocorria com o fluxo estelar, dos elementos, do *Spiritus mundi*

¹⁵ Idem, *ibidem*, pp. 70-71.

¹⁶ Felipe Aureolo Teofrasto BOMBASTO DE HOHENHEIM (PARACELSO), *Botanica Oculta*, (trad. Esp.), Barcelona, 1985, pp. 125-130.

e do *Misterio Magnum*. Deste último, ao que parece, participavam os contrários, amor/ódio, luz/sombra, vida/morte¹⁷.

Também os planetas Vénus, Júpiter e o satélite Lua influenciavam o aparecimento do sol interior da planta, proporcionando um desenvolvimento sintónico com as demais forças da natureza¹⁸. Quando o Sol se tornava dominante, Vénus e Júpiter diminuíam a sua intensidade e os seus *Ens* acabavam por fundir-se com a matriz lunar, recessiva.

A sol interior da planta, ao recobrar nesta posição a sua liberdade, dava origem ao surgimento das flores, adornadas pelas suas belas cores e deliciosos perfumes. A harmonia das forças planetárias manifestava-se no seu apogeu, paradigma da eternidade.

Ao dar-se a transmutação do sal, a energia do ser vivo passaria ao estado latente. Seria o Reino do Filho, engalanado com as cores e os perfumes deste grupo de alguns dos mais belos seres da Criação. Contudo, pela acção do pecado original, era breve esta alegria do paraíso. Ocul-tavam-se de novo os sóis, regressava a escuridão e tornava-se necessário repetir o processo para que, de novo, surgisse o rejuvenescer¹⁹.

Também os frutos sofriam o castigo do primeiro pecado. Assim, possuíam qualidades benéficas e malélicas, sendo estas provenientes de Satanás. Contudo, a divina misericórdia permitia que resistissem por algum tempo à putrefacção e transmitia-lhes a pureza e a vida. Os planetas influenciavam o fruto, determinando a sua cor, aroma e sabor. Mas a maturação prenunciava agonia e morte.

Todas as plantas possuíam um halo, ou campo de força, invisível aos olhares humanos e que as protegia. Apenas alguns privilegiados, muito raros, visionavam tal qualidade. Essa exalação poderia ser mais ou menos intensa e ter sinais contrários, consoante a localização no corpo vegetal. Em qualquer flor e fruto o sinal era positivo.

Na zona correspondente ao desenvolvimento do gineceu, reforçado por segmentos constitutivos da flor, o sinal era positivo. A parte inferior, junto ao pedúnculo, considerava-se ser negativa. Os iniciados consideravam estes e outros saberes do maior interesse e valor, pois permitiam as experiências laboratoriais, em que se aproveitavam as forças conforme

os diferentes pólos situados na planta²⁰. Mas, a maior parte das vezes, os resultados eram confusos ou imperceptíveis, pelo que a explicação mais frequente era a de o atraso da técnica não permitia melhores resultados.

3. Todos os seres vivos eram reputados de seres sensíveis, podendo, do mesmo modo que o homem, amar, sofrer, odiar. Unidos ao restante cosmos pelas forças vivas dominadas pelas entidades superiores, ligava-os entre si uma empatia particular. Esta conexão permitia um determinado grau de comunicação, uma espécie de «*linguagem*» de sentimentos...

Eram teses tradicionais, esboçadas por Anaxágoras e Demócrito e que os ocultistas do Renascimento, ao promover a ressurreição do pensamento e cultura dos antigos, lendo os seus documentos, procuravam reviver, fortalecendo com elas as suas próprias crenças sobre a constituição dos seres vivos. Estas directrizes levavam a concluir que se os caracteres vivos eram semelhantes, todos os seres vivos teriam necessidades também semelhantes, desde o alimentar-se ao respirar. E daí, também nas plantas haveria necessidade de partes adaptadas a esses fins. Neste último caso, por exemplo, o ar circularia em conjuntos de tubos espalhados por todo o corpo da planta²¹. O ar era, portanto, indispensável a todos os seres vivos, e os vegetais não constituíam excepção.

Esta amalgama de conhecimentos, alguns já com real valor, tendia a aproximar e a unir o universo. Nada nem ninguém podia permanecer isolado neste conjunto de acções e reacções, de actuação de forças, negativas umas, positivas outras, aspectos apenas do eterno combate entre o Bem e o Mal. Tudo o que de bom ou de mau afectava um ser animado ou inanimado repercutia-se como uma pedrada num charco, e atingia todos os demais. O cosmos era demasiado complexo para que cada um respondesse apenas por si próprio.

4. Todos os seres vivos possuíam ocultas qualidades, acerca das quais largamente dissertavam os sábios livros de medicina até ao século XVIII, inclusive²². A magia indicava igualmente esse tipo de

¹⁷ Idem, *ibidem*, p. 58.

¹⁸ *Claviculas de Salomon* (ed. Madrid, 1641), Madrid, 1854, pp. 19-21.

¹⁹ *Ibidem*.

²⁰ Howard W. HAGGARD, *Devils, Drugs And Doctors*, Nova Iorque, 1953.

²¹ PARACELSO, *Op. cit.*, p. 67.

²² Maria Benedita ARAÚJO, *O conhecimento empírico dos fármacos nos séculos XVII e XVIII*, Lisboa, Cosmos, 1992, pp. 57-59.

propriedades e de que forma podiam ser benéficas para o homem. A sua correspondência com os astros, e, portanto, as suas características curativas, descodificavam-se no tipo, cor e formato das pétalas, na inserção das sépalas, na forma do pedúnculo ou do receptáculo, na posição do androceu ou do gineceu²³. Tudo se reduzia a uma questão de «saber ver».

Mas, ler nas plantas e nos animais, entender a sua linguagem, enfim, descodificar essa mensagem de Deus, ver o relacionamento com o universo, não estavam ao alcance de qualquer um. Apenas um iniciado se encontraria apto a entendê-lo e a praticá-lo.

Os seres vegetais, reputados mágicos por excelência, eram diversos e diversificados, tendo, muitas vezes, cada operador ou operadora rituais de cura mais do seu agrado pelos resultados e plantas em que depositavam maior confiança²⁴.

Conforme as técnicas utilizadas, encontramos o meimendo, a salvia, a verbena, a alfavaca, o cardo, a angélica, o tom, a beladona, entre muitas outras. Muitas destas plantas possuíam princípios activos com acção tóxica, narcótica, afrodisíaca, abortiva, etc. Mas, mesmo quando tais propriedades não estavam presentes, podiam ser-lhes atribuídas através da observação da sua parte física, desde a estrutura das raízes e caules, às folhas, flores e frutos²⁵.

Desta forma, a Fisiognosia vegetal, tal como a praticada no homem ou em qualquer outro animal, permitia conhecer, pelo aspecto exterior, as «*ocultas qualidades*» escondidas no seu interior, coração e alma dos seres vegetais²⁶. Considerava-se a existência de três chaves ou «*caminhos*» para alcançar esse conhecimento.

Embora os iniciados a este nível superior dos saberes não fossem gente ignorante, pelo contrário, pois encontravam-se presentes nas camadas mais letradas da população (médicos, religiosos, engenheiros, boticários, estudantes, músicos, professores), tornava-se necessário possuir uma boa dose de conhecimentos, pois a matemática e a álgebra estavam sempre presentes em complexas operações e cálculos não menos difíceis²⁷. Certamente que será de ter em conta o valor iniciático destas matérias pouco

acessíveis na época e também, para maior facilidade de memorização, o recurso à numerologia.

Assim, não obstante o uso de «*cuadernos*» e de outros escritos «*de mão*», de preferência em latim, mas também em língua vulgar e cifrada, havia sempre possibilidade de fixar na memória algumas operações mais frequentes ou importantes ou conservar pelas memmónicas os traços gerais.

As «*chaves*» mais vulgares eram:

1 – as «*chaves*» binárias.

2 – as «*chaves*» quaternárias.

3 – as «*chaves*» septenárias²⁸.

Saberes deste tipo, sistematizados em finais do século XVII, colocavam na chave binária a descodificação do envolvimento da natureza na reacção das forças desencadeadas e opostas. Assim, no macro e no microcosmos, desde os planetas, estrelas, cometas, aos seres vivos e inanimados, degladiar-se-iam duas componentes de uma única força impulsiva, acção e reacção, a que se ficaria devendo os sinais exteriores presentes em toda a natureza. Na semente, por exemplo, a componente passiva seria a mais forte. Na altura da germinação, a força impulsiva venceria a sua opositora. A aparente inacção do fruto, com as suas sementes prontas a dispersarem-se, seria, assim, enganosa, pois continha em si duas forças prestes a digladiarem-se.

Estas pressões e repressões ou «*resistências*» determinariam, igualmente, a forma exterior em relação com as qualidades interiores. Se estavam orientadas no mesmo sentido, operando conjuntamente, podiam dar origem ao fogo, se em sentidos opostos, à água.

Os sinais do combate entre as duas fontes de energia eram considerados explícitos aos olhos dos iniciados²⁹. Mais uma vez tornava-se necessário «*saber ver*». Uma drupa, fruto cujo mesocarpo se apresentava carnudo e o endocarpo duro e encarquilhado, contava, certamente, uma história aos níveis ontogénico e filogénico bastante diferente da antevista através dos caracteres organolépticos de, por exemplo, uma bolota, fruto da azinheira, aquénio provido de cúpula. Interpretava-se a aparência rugosa, a aspereza dos tecidos (por exemplo, tecido suberoso em cicatriza-

²³ Idem, *ibidem*.

²⁴ ANTT, *Culpas de Anna Jorge*, fl. 46.

²⁵ Maria Benedita ARAÚJO, *Op. cit.*, pp. 57-59.

²⁶ Paracelso, *Op. cit.*, pp. 52-53.

²⁷ ANTT, *Sentença do padre Antonio Alveres*, fl. 109v.º

²⁸ PARACELSO, *Op. cit.*, p. 88.

²⁹ Idem, *ibidem*.

ções e com camadas de abscisão ou as estruturas complexas de origem epidémica e subepidémica, as «*emergências*») como resultantes de uma batalha difícil, em que o ser vegetal se empenhara a fundo para sobreviver e dar origem a uma futura progenitura. O mesmo tipo de evidência acompanharia o sabor acre, amargoso mesmo, de certos frutos ³⁰.

2.^a – A «*chave*» quartenária apelava para os conhecimentos relativos aos quatro elementos. Assim, o elemento Terra determinava o aroma, detectado pelo sentido do olfacto. O elemento Fogo cinzelava a forma, correspondente ao sentido da visão. O Ar determinava o volume, apercebido pelo sentido do tacto. O elemento Água determinava o sabor que se assenhoreava do sentido do gosto. Mas, possuindo o homem cinco sentidos, houvera necessidade de fazer corresponder o sentido auditivo às quintas essências. A botânica oculta, expressão que retrata, na verdade, o desconhecimento das propriedades internas das plantas, estabelecia ainda várias tabelas classificativas. Nessas tabelas participavam os planetas com as casas do zodíaco, e os quatro elementos. A partir destes dados estabeleciam-se as propriedades das plantas e, portanto, a sua aplicação na arte de curar ³¹.

Desta forma, uma planta pertencente ao signo do Touro teria como elemento dominante a Terra e secundário a Água, pelo que seria fria e seca. As suas flores apresentar-se-iam com perfume suave, pouco pronunciado e os frutos seriam entre acre e adocicado. As flores vestiriam, de preferência, galas amarelas, sendo muitas vezes andróginas (hermafroditas). Poderiam ser usadas como colágenos, antissépticos e, por vezes, cardiotónicos.

3.^a A *chave* «septenária», também mencionada por «*planetária*» em muitos documentos, indica que os seres vegetais terão as propriedades atribuídas aos planetas dominantes. Assim, conforme a crença, as tabelas apresentavam os seguintes dados:

Planetas	Propriedades
Mercúrio.....	Não específicas
Vénus.....	Beleza, doçura, suavidade
Lua.....	Melancolia
Marte.....	Cólera
Júpiter.....	Majestade
Saturno.....	Força ³² .

³⁰ Howard W. HAGGARD, *Op. cit.*, p. 23.

³¹ *Cruz de Caravaca*, p. 67.

³² *Ibidem*.

O planeta dominante em qualquer planta era indicado pelas folhas do caule. A raiz pertencia sempre a Saturno. Na semente governava Mercúrio; nas flores, Vénus; no fruto, Júpiter.

Os seres florais influenciados por Júpiter apresentariam, regra geral, um sabor adocicado, levemente ácido. Poderiam, ou não, ter flor, mas todos apresentariam frutos abundantes, geralmente grandes e com boa coloração.

Quando o planeta dominante era Marte, as plantas sob o seu domínio seriam perigosas, encerrando veneno em maior ou menor quantidade. Ao contactar a pele, esta apresentar-se-ia pruriginosa ou escamosa, provocando alergias. Os frutos seriam, quase sempre, picantes ou ácidos.

Os seres de Vénus ostentariam belas flores, de tamanho variável, geralmente não muito grandes. A forma seria harmoniosa, delicada, a tecidura suave ao tacto, as cores luminosas, o perfume entre o suave e o forte, conforme as horas do dia. Algumas tornavam-se inebriantes com a chegada da noite. Poucas apresentariam fruto, encerrando na inflorescência toda a sua energia. A magia e a botica procuravam nelas o poder afrodisíaco, empregando-as na fabricação de filtros e beberagens, especialmente destinadas à magia amatória ³³.

A flora ligada ao Sol possuiria sabor acidulado, levemente adstringente, presente também nos frutos. As flores seriam de cor amarela forte e muito aromáticas. O porte não muito desenvolvido ou de tamanho mediano. Podiam participar em técnicas divinatórias, em que representavam uma força primordial. Actuavam igualmente nos rituais de defesa contra os espíritos das trevas e como contraveneno ³⁴.

As suas flores, folhas e frutos ostentavam a marca do seu planeta na cor e na forma. Patenteavam um fototropismo muito vincado, o mesmo acontecendo com o heliotropismo.

As plantas consideradas sob o signo de Saturno apresentavam um corpo bolboso, áspero e negro. O sabor era acre, amargo ou pítrico. Não ostentavam flores, embora, por vezes, fossem frutescentes. Muitas mezinheiras recorriam com frequência aos seus princípios venenosos, quase sempre de difícil utilização e dosagem, com propriedades entorpecentes. O aroma, forte e desagradável, espalhava-se por todo o corpo vegetal, que revestia formas pouco definidas e de crescimento lento.

³³ *Claviculas de Salomon*, p. 40.

³⁴ A.N.T.T. *Culpas de Anna Jorge*, fl. 54.

O saber tradicional era, geralmente, ministrado dentro do grupo familiar, na linha uterina, de mães a filhas, e, na falta destas, a sobrinhas, ou de avós a netas. Era transmitido por via oral e obrigava a largo tempo de aprendizado. Os componentes deste tipo de plantas, utilizados nas doses certas, curavam. Serviam igualmente para provocar a enfermidade e mesmo a morte, pois «*offendem o corpo humano*» não só por propriedades físicas, mas também por força do pacto diabólico³⁵.

Os vegetais «*de Marte*» seriam, conforme referimos, de sabor acre e desagradável. Apresentar-se-iam quase sempre com o corpo coberto de pelos ásperos ou de espinhos, sendo usados na magia negra.

As plantas reputadas de natureza lunar apresentariam, em certos casos, flores frias, inodoras e insípidas. A planta completa possuiria propriedades narcóticas e, na maior parte dos casos, e na dosagem correcta, anti-afrodisíacas. Usavam-se para curar cefaleias, mas também em todo o tipo de sintomatologia algica. Participavam nos trabalhos da arte mágica, especialmente nas técnicas de «*atar*» os elementos do sexo masculino, («*atadura*»), correspondente à moderna «*amarração*»³⁶. A crença popular e também os saberes ciganos apontavam-nas como capazes de impossibilitar o coito com parceiros electivos.

5. Acreditava-se ainda na existência de *empatias*. Segundo as suas dependências planetárias, os seres vegetais possuiriam determinadas *simpatias*, ou tendências positivas, e *antipatias*, propensões negativas, no sentido usado posteriormente por Fraser, na teorização da sua lei³⁷. O que na aplicação na arte de curar correspondia a – *o semelhante cura o semelhante*.

Estas qualidades estariam relacionadas com ocorrências passadas em tempos primevos, na criação dos astros e das plantas, de que já não se conservaria qualquer memória. Mas, recebendo as plantas os eflúvios astrais directamente, essas *empatias* continuavam a manifestar-se. Assim, entre os planetas amigos, benignos, contava-se Vénus, com afinidades

³⁵ BNL, *Sentenças de Maria Domingas e Maria de Afonseca, christans velhas*, fl. 78.

³⁶ ANTT, Inq. de Coimbra, *Apresentação de Brazia Maria*, fls. 16-22.

³⁷ A lei da *simpatia* ou *princípio da simpatia* de Frazer relaciona a maioria das fórmulas mágicas com a associação entre pessoas, seres e coisas. A *simpatia* seria a base da magia imitativa e da magia de contágio, que funcionariam a partir da premissa de que *o semelhante atrai o semelhante*.

positivas com todos os corpos estelares, mas especialmente ligada ao planeta Marte. Na mesma categoria, Mercúrio secundava Júpiter com particular força. A *simpatia* reinava igualmente entre as constelações zodiacais de Touro, Sagitário e Câncer e, portanto, entre os seus dependentes vegetais. O mesmo acontecia com Gémios, Libra e Aquário, entre outros. Escorpião e Caranguejo serviam para exemplo de extrema compatibilidade. As suas dependências vegetais potenciavam as fórmulas curativas, quando em presença, pelo que orientavam as complexas composições botânicas e químicas das mezinhas então usadas³⁸.

As *antipatias* separavam fortemente os signos de Touro, Escorpião e Libra e seus dependentes. O mesmo ocorria entre Gémios e Capricórnio, ou entre Sagitário e Câncer. Ódio e inimizade fortes dividiam Saturno, Marte e Sol, bem como todos os seres e coisas sofrendo as suas influências. Muitas vezes, seguindo critérios astrológicos, surgem afirmações de que, muito embora os signos principais orientassem poderosamente as propriedades das plantas, as influências estelares conjugadas dos seus planetas afins, podiam alcançar novas qualidades. Se Júpiter se aproximasse de Vénus, a planta cresceria forte, com caracteres organolépticos bem evidenciados, rica em componentes positivos a utilizar na arte de curar.

Se a esta conjunção feliz se acrescentasse a influência de Mercúrio, o ser vegetal seria ainda mais perfeito, com um pedúnculo esguio e bem lançado, raízes fortes, debuxadas com precisão, flores muito belas, matizadas entre o branco puro e o azul luminoso. Encontrar-se-ia repleto de princípios activos favoráveis ao restabelecimento da saúde. Se o astro potenciador da acção de Júpiter e Vénus fosse o Sol, o exemplar continuaria a apresentar características magistrais, mas as suas flores tenderiam a uma tonalidade amarela brilhante, marca deste planeta (Embora se trate de uma estrela, o Sol era considerado um planeta).

No caso de Marte não entrar em oposição a Júpiter ou a Vénus, a planta cresceria em vigor, tornando-se capaz de resistir a todo o influxo negativo. Esta força positiva podia ser aproveitada para potenciar as fórmulas de botica e as das mezinheiras, obtendo-se com o emprego das suas partes remédios considerados excelentes.

³⁸ «De la virtud de algunas hierbas, piedras, y ciertos animales, con una tabla de los astros y de los planetas y un tratado de las maravillas del mundo», in *Los Admirables Secretos de Alberto El Grande* (trad. Esp.), Barcelona, 1988.

A influência planetária sentia-se igualmente nos seres vegetais saturnianos. Tratava-se geralmente de exemplares grandes, de coloração escura, de sabor forte e acre, desagradáveis ao tacto. Estas plantas tornaram-se iam progressivamente mais negras, rugosas e sombrias se à acção astral primitiva se acrescentasse a de Marte. Conjunções e oposições poderiam transformar exemplares benignos em malignos, mudar as propriedades, ou torná-las de escasso préstimo para o homem.

6. Referimos anteriormente que muitos destes saberes relacionados com a utilização das plantas eram transmitidos por linha uterina. E, ao longo das gerações, as experiências repetidas e guardadas ciosamente permitiram a recolha de um vasto manancial de conhecimentos práticos do valor curativo dos exemplares, assim como dos componentes e doses apropriadas a cada caso ³⁹.

Realmente, muito deste saber tradicional, envolto em superstições, era visto com desconfiança pelas autoridades religiosas e pelos físicos, doutorados em medicina pela universidade de Coimbra ou por outras escolas e colégios estrangeiros.

Regra geral, a população dividia-se entre os que acreditavam na completa eficácia dos tratamentos baseados nas crenças tradicionais e os que recorriam aos seus praticantes por terem sido desenganados pelos médicos. As populações campestres encontravam-se no primeiro grupo, umas vezes por preferência e outras por falta de físicos.

Alguns monges continuavam a praticar nos seus conventos certas técnicas de curar tradicionais, apesar da proibição papal, de envolta com a encomendação dos enfermos a Deus e aos santos ⁴⁰. Serviam-se, por vezes, de beatas ou de mulheres com fama de santidade para coadjuvarem nesse mister.

Que a matriz originária da medicina vinha de Deus, ninguém duvidava, pois Cristo fora Ele próprio um taumaturgo. Esta crença permanecia intocada entre as populações campestres portuguesas, pelo menos até aos finais do século XVII. Mesmo as obras sobre a arte médica apresentavam, quase sempre, uma dedicatória ou súplica dirigida a Nossa Senhora,

³⁹ ANTT, Inq. de Évora, *Apresentação de Brasia Margarida*, fls. 9-11.

⁴⁰ Luís de PINA, *História Geral da Medicina*, vol. I, Porto, 1899, pp. 312-313.

Mãe Santíssima, sob invocação da Saúde e da Boa Morte, considerada como o pilar de intercessão junto do Filho.

Se, por qualquer veleidade científica heterodoxa, alguém se interrogasse sobre tais matérias e pusesse a outrém as suas próprias dúvidas, não tardaria a ser convenientemente elucidado na Mesa do Santo Ofício... ⁴¹

Havia, contudo, farta matéria controversa relacionada com este tema, mesmo para os inquisidores e demais teólogos quando chamados a pronunciarem-se. Será que o Demónio sabia medicina? Tê-la-ia aprendido em Toledo? Seria, como era considerado pelas bruxas e feiticeiras, suas apaniguadas, o «princepe da sciencia»? Será que o Anjo decaído podia facultar aos seus prosélitos tais conhecimentos? Tudo questões de difícil resposta, tanto mais que, após a queda cósmica resultante do pecado original, a natureza corrompera-se e o Mal imiscuiria-se na obra, até então perfeita, da Criação.

Tratavam-se tais matérias com grande circunspecção. Até porque, ao nível da medicina popular, considerada supersticiosa e envolta em pacto ⁴², não havia, regra geral, qualquer título que sancionasse os actos médicos praticados pelos seus operadores. Muito embora estes afirmassem vir de Deus a sua «vertude», acabavam nas malhas do Tribunal da Inquisição, presentes em auto-da-fé, e, muitas vezes, deportados para as áreas de expansão em África ou no Brasil ⁴³.

Reconhecia-se, no entanto, que os males naturais podiam ser tratados por remédios também naturais, entre os quais avultavam as plantas. Assim, no decurso do século XVI e início do seguinte, era vulgar o uso do heliotrópio, planta do Sol, consagrada a Apolo, a que eram atribuídas propriedades excepcionais. Devia ser colhida em Agosto, estando o Sol no signo de Leão. Envolta a planta em folhas de loureiro e acrescentando-se-lhe um dente de lobo, transportado o conjunto em nómina junto ao corpo, cosido na bainha da saia ou na costura do vestido, inibia os inimigos de todo o mal, mesmo que apenas de críticas de tratasse. Pelo contrário, ver-se-iam coagidos a louvar as qualidades e virtudes do feliz possuidor de um tal tesouro...

⁴¹ ANTT, Inq. de Évora, *Processo de Mariana Josefa, a azeiteira*, fls. 66-68.

⁴² ANTT, *Processo de Francisca da Costa*, fls. 23-24.

⁴³ BME, *Lista das pessoas que sahirão no Autto da Fé, que se celebrou na Praça da Cidade de Evora em Domingo 4 de Novembro de 1640*, fl., 102.

Além disto, o girassol, uma das plantas mágicas da fraternidade *Rosa-Cruz*, colocado sobre a cabeça ao deitar, permitiria conhecer com antecedência todas as tentativas que os ladrões pretendessem efectuar contra a pessoa e seus bens. Nem mesmo as mulheres, apesar das suas boas relações com Satanás, conseguiam evitar estes feitiços. Por isso, qualquer elemento do sexo masculino, ao colocar ocultamente esta planta numa sala cheia de mulheres, podia ter a certeza de conseguir os seus favores. Além destas propriedades, acreditava-se que predisponha para a interpretação dos sonhos (oniromancia)⁴⁴. Era, no dizer dos ocultistas, saber muito certo e experimentado...

7. Para que as qualidades das plantas resultassem em pleno, havia necessidade de respeitar o mês, dia e hora da colheita⁴⁵. Evidentemente, nem todas obedeciam ao mesmo condicionalismo astral, pelo que tais obrigações variavam muito de espécie para espécie. De um modo geral, quando se tratasse de uma droga curativa ou que entrasse em qualquer preparação de magia branca, aconselhavam-se os meses de primavera e/ou de verão, a hora seria diurna, o dia, de sexta-feira a domingo, conforme a religião do recolector. Pelo contrário, na magia negra ou para preparar um passamento, procurar-se-iam as tempestuosas noites de inverno, os descampados e a hora do crepúsculo, se possível, enquanto soassem as doze badaladas do sino.

Estas regras gerais obliteravam o desconhecimento em que se caíra das relações com os astros, embora os «cuadernos» manuscritos e os raríssimos exemplares impressos continuassem a referir os signos e os tempos astrológicos. Assim, a verbena, por exemplo, deveria ser colhida quando o Sol se encontrava no signo de Carneiro. Misturada com as sementes de peónia ou «rosa-albardeira» provocavam a reanimação dos decrepitos, e tomadas *per os*, preparavam os idosos mesmo para os trabalhos de Vénus. A verbena, quando enterrada em estrume durante sete semanas, originava a criação «espontânea» de certos vermes possuidores de uma propriedade miraculosa, pois tocando-se com eles qualquer inimigo, provocavam um pavor descontrolado, seguido de fuga precipitada...

⁴⁴ PARACELSO, *Op. cit.*, p. 259.

⁴⁵ Maria Benedita ARAÚJO, *Op. cit.*, pp. 39-42.

Também o meimendro era de uso corrente na medicina e na magia. Colocado sobre os tecidos ulcerados impediria qualquer infecção; usado junto ao corpo atrairia para o seu portador o amor e simpatia de quem com ele contactasse. Também a betónica gozava de boa fama entre as mezinheiras.

Conclusão

Muitos outros exemplos haveria a acrescentar⁴⁶. De uma maneira geral, as cerimónias da recolha das plantas variavam conforme a espécie vegetal e o fim para que era apanhada. Se o uso que se pretendia fazer das suas propriedades estivesse de acordo com a mais estrita legalidade, como seria utilizá-la em alguma das milhentas fórmulas de botica, não havia, regra geral, operações especiais. Seguiam-se apenas as indicações tradicionais da estação do ano e da hora, aconselhadas pelo boticário ou pelo herbanário que, quase sempre, praticavam, eles próprios, essa tarefa.

Se se tratasse de uma operação de magia branca, seguia-se o condicionalismo diurno. Se a recolectora era uma mulher, a colheita praticava-se ao alvorecer, indo a mezinheira trajada com recato. O monólogo a travar com a planta seria mesurado e gentil, as palavras amáveis e meigas, enaltecendo a beleza e qualidades do exemplar⁴⁷.

Quando, pelo contrário, a mulher preparava um trabalho de magia negra, a hora escolhida seria, de preferência, entre as onze e a meia-noite, seguindo as condicionantes astrológicas. As palavras variavam obrigatoriamente entre a adulação e os apupos e pragas. O linguarejar e a gestualidade obscenos e imundos. Por vezes, estava prescrito o urinar e defecar sobre a planta, depois colhê-la com a mão esquerda⁴⁸.

É evidente que, qualquer que fosse a pretensão a alcançar, os segmentos da operação mágica principiavam pela técnica de recollecção, a qual teria por finalidade potenciar as propriedades atribuídas à espécie, quer para fortalecer o amor quer para fomentar o ódio. Para tudo isto as plantas mágicas encontravam uma resposta.

⁴⁶ Idem, *ibidem*, pp.39-54.

⁴⁷ ANTT, Inq. de Lisboa, *Processo de Joana Rosa*, fls.12v.º-13.

⁴⁸ *Ibidem*.



1 Deve-se a Garcia de Orta (c. 1501-1568) um maior rigor no conhecimento botânico. Publica os *Colóquios dos Simples, e Drogas e Cousas Medicinais da Índia*, Goa, 1563, alcançando a sua real projecção europeia graças, em grande parte, à divulgação latina (*Aromatum et simplicium aliquot medicamentorum apud Indos nascentium historia*), de Carolus Clusius ou Clusio (Charles de l'Escluse), com traduções em italiano e em francês.



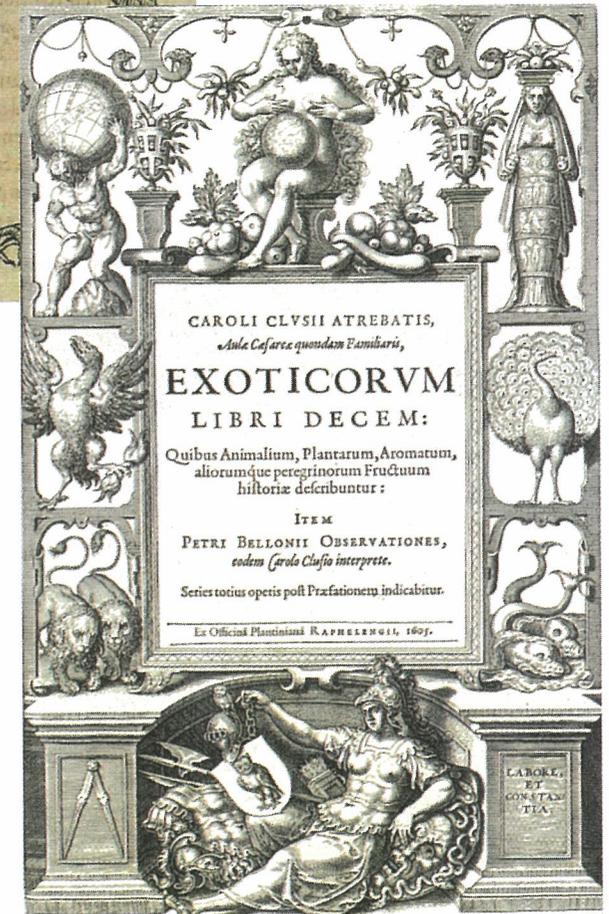
2

Foi comentador de Orta e seu divulgador um outro português, Cristóvão da Costa, estante no Oriente entre 1559 e 1572, também ele traduzido para latim e publicado por Clusio. As gravuras 1, 2 e 3 pertencem ao seu *Tractado de las Drogas y Medicinas de las Indias*, Burgos, 1578.



3

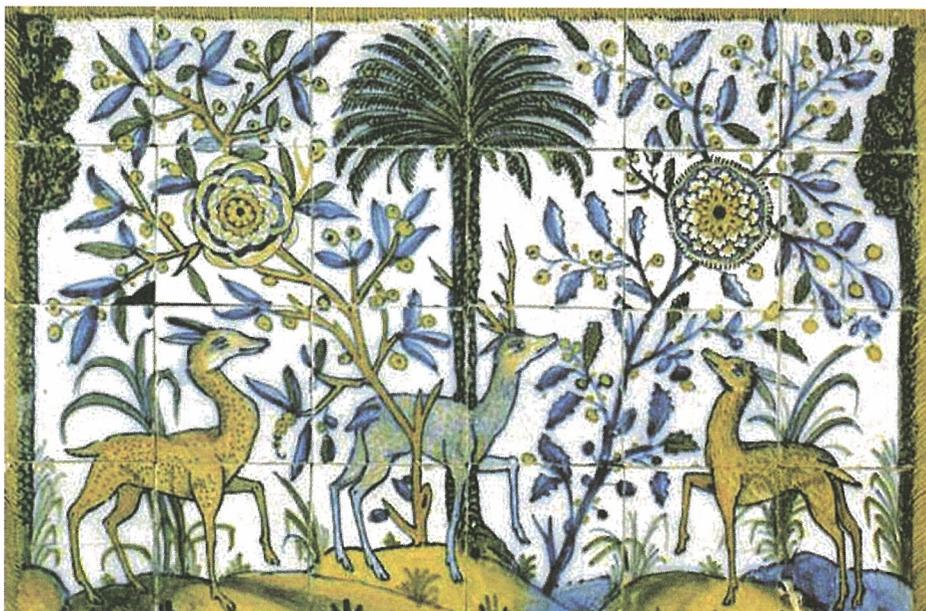
4. A edição de 1605 do *Exoticorum libri decem: quibus animalium, plantarum, aromatum, aliorumque peregrinorum fructuum historiae describuntur* de Clusio, cujo frontispício se reproduz, inclui, uma vez mais, os trabalhos de Garcia de Orta, Cristóvão da Costa e de Monardes (*Historia medicinal*).



4



5. Ananás em desenho de Frei Cristóvão de Lisboa na *História dos Animais e Árvores do Maranhão* que concluiu em 1627 (Lisboa, AHU).



6. Pannel de azulejos da segunda metade do século XVII (Lisboa, MNA).

FORMAS DE DIÁLOGO E DE MEDIAÇÃO SOCIAL NA LISBOA QUINHENTISTA

Maria Leonor García da Cruz *

A formosa, poderosa e narcisa Lisboa, posta em cena por Gil Vicente no primeiro quartel do século XVI ¹, é também a cidade do reboiço e dos enganos descrita por Francisco de Sá de Miranda e por António Ferreira ². Embora aparentemente antagónicas porque a primeira se mostrava enaltecedora enquanto estas claramente demolidoras, são, contudo, no meu entender, leituras críticas complementares e todas elas visões coevas profundamente moralizadoras de uma cidade que, aos olhos dos contemporâneos, surgia principalmente como ponto de partida, de chegada, ou de permanência, de uma enorme mole de gente que se mobilizava de todo o

* Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Investigadora do CHUL. Apresentei em Julho de 2001 uma súmula prévia deste estudo sobre a mediação social ao IV Colóquio Temático organizado pelo Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa e intitulado «As Escalas de Lisboa – Morfologias, População e Identidades». Observem-se as gravuras 7 a 12, publicadas no âmbito deste artigo.

¹ Lisboa é referência em muitas obras de Gil Vicente, evidenciando estas características particularmente em 1527 na *Nau de Amores*.

² Em Sá de Miranda o tema é subentendido em várias passagens da sua obra e explicitado a propósito de Sevilha na epístola *A D. Fernando de Meneses*, enquanto António Ferreira o desenvolve abertamente nos *Poemas Lusitanos* quando se dirige *A Manuel de Sampaio*, em Coimbra. *Carta I-X* ou *A Diogo de Teive. Carta II-IV*. Veja-se ainda a *Ode VII* de Pero de Andrade Caminha *A Francisco de Sá de Miranda* nas suas *Poesias* editadas em 1791 pela Academia Real das Ciências. Integrei estes e outros discursos de autores quinhentistas na Antologia que publiquei em 1998 com um estudo sobre *Os «Fumos da Índia». Uma Leitura Crítica da Expansão Portuguesa* (Lisboa, Edições Cosmos).

Reino e de terras estrangeiras para aqui se propagar pelo extenso império ultramarino do Rei de Portugal. Ressalta, sobretudo, das figurações de Lisboa, a cidade das naus e das transacções comerciais, das trocas locais e regionais e do comércio de longa distância, cadinho de mil raças, grupos sociais heterogéneos, profissões e nacionalidades.

Mas Lisboa é também retratada como centro administrativo por excelência do Portugal quinhentista. Embora não local de residência permanente da Coroa, nela se sediam, contudo, importantes instituições centrais da administração judicial e financeira do Reino, desde a Casa da Suplicação e a Casa do Cível, até à Casa dos Contos e à Mesa da Fazenda, onde, pelo menos um dos seus Vedores, o que tem a seu cargo o pelouro da Índia³, exerce uma acção continuada e em estreita comunicação com a Corte, esteja esta onde estiver. Na verdade, é igualmente em Lisboa que se fixam numa concentração necessária e interfuncionalidade documentada, órgãos de gestão específicos que, no Reino, asseguram estruturalmente a dinâmica e o controlo da mobilidade dos recursos humanos e materiais indispensáveis ao grande empreendimento ultramarino. Refiro-me concretamente a organismos como a Casa da Índia, a Ribeira das naus, os diversos Armazéns, da Índia e Mina, da Pólvora⁴, etc.

³ Expressão que se fez equivaler ao termo «parte», usado habitualmente na documentação oficial. Caracteriza um conjunto de tarefas específicas que, contudo, como aquela designação pressupõe, não traduz a existência de um departamento administrativo ou tribunal definido como tal dentro da Fazenda real. A partir de 1534 cada Vedor da Fazenda teria uma maior estabilidade em cada uma dessas «partes», contrariando a rotação das décadas anteriores, embora certas matérias, incluindo sentenças saídas das Mesas da Fazenda, exigissem a conjugação de trabalho de pelo menos dois destes grandes oficiais (*Regimentos e ordenações da Fazenda*, 1516). M. Leonor García da Cruz, *A Governação de D. João III: A Fazenda Real e os seus Vedores*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2001. Com a criação do Conselho da Fazenda em 1591 irão manter-se «repartições» que só nalguns casos, aliás parcialmente e com pouco sucesso, se procurarão transformar nos séculos XVII e XVIII (em circunstâncias naturalmente diferentes) em órgãos autonomamente definidos. Regimentos publicados por J. R. Monteiro de Campos Coelho e Soisa, *Systema ou Colecção dos Regimentos Reaes* (Lisboa, T. I, 1783) e sínteses introdutórias sobre «A Instituição e o seu Arquivo» em *O Conselho da Fazenda. Inventário e Estudo Institucional*, Lisboa, AN/TT. Divisão de Publicações, 1995.

⁴ Dada a importância desta temática, procuro desenvolver em pequenos grupos de investigadores e a nível de investigações individuais uma linha de pesquisa que tendo em conta estudos realizados por Santa Rita e Marcello Caetano (em *História da Expansão Portu-*

Não param os projectos de ampliação de alguns destes serviços, visível em construções ora adaptando as dependências do próprio Palácio real ora modificando a utilização dos terrenos em seu redor e ao longo da plataforma ribeirinha ao Tejo⁵. Mas, tão importante ou mais ainda, é o facto dessa transformação física corresponder a todo um contínuo esforço de melhoramentos na funcionalidade dos negócios e, não menos significativo, na edificação de uma imagem do Poder do Rei / Reino de Portugal, que manifestamente expõe as suas riquezas num porto cosmopolita e de reclamado valor internacional.

Com a importância crescente dos negócios ligados ao comércio de longa distância e com a contínua intervenção da Coroa portuguesa nesse comércio, em regime de monopólio, arrendamento, contrato ou parceria com casas comerciais e particulares, nacionais e estrangeiros, dependendo das épocas e conjunturas, áreas ultramarinas e produtos⁶, necessária se

guesa no Mundo dir. por F. A. Baião, H. Cidade e M. Múrias, Lisboa, 1939-1940, e também do segundo autor, *O Conselho Ultramarino*, 1967), Virginia Rau (*A Casa dos Contos*, 1951, Feitorias, etc.), F. Paulo Mendes da Luz (*O Conselho da Índia*, 1952, etc.), M. H. Corte-Real (1967), M. Rosário Themudo Barata (1971, etc.), João Cordeiro Pereira (1983), Susana Münch Miranda (1994), Leonor Freire Costa (1997) – para apenas nomear alguns casos exemplificativos de investigações nacionais sobre órgãos e estruturas de gestão ultramarina –, procure alargar e problematizar à luz das actuais tendências da pesquisa histórica o tema da interfuncionalidade das instituições e das formações e redes sociais que as estruturaram, avaliando a cada passo a acção de factores culturais, políticos, económicos e mentais.

⁵ *Urbis Olisiponis Descriptio* (Évora, 1554) de Damião de Góis, *Estatística de Lisboa de 1552* ou *Grandeza e Abastança de Lisboa em 1552* de João (de Buarcos) Brandão e o inventário ordenado pelo arcebispo de Lisboa D. Fernando de Meneses Coutinho e Vasconcelos ao seu guarda-roupa Cristóvão Rodrigues de Oliveira que o executa entre 1551 e 1555: *Sumário em que brevemente se contém algumas coisas assim eclesiásticas como seculares que há na cidade de Lisboa* (fontes publicadas por Livros Horizonte, Lisboa). Em vistas panorâmicas ou de pormenor, Lisboa foi retratada ao longo do século XVI em iluminuras (c. 1520 e década de 30), pinturas como a do *Políptico dos Santos Mártires de Lisboa* (c. 1530, de Garcia Fernandes?), desenhos à pena (anónimo, Leyde) e em gravuras impressas (Sebastian Munster, c. 1541, e Georg Braun e Franz Hogenberg, *Civitates Orbis Terrarum*, 1572-1618).

Entre os estudos mais recentes, ver Helder Carita, *Lisboa manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna. 1495-1521* (Lisboa, Livros Horizonte, 1999), e Nuno Senos, *O Paço da Ribeira. 1501-1581*, Lisboa, Editorial Notícias, 2002.

⁶ Continuam a suscitar pistas de pesquisa significativas as observações e interrogações recolhidas em obras ou em artigos pioneiros, como muitos, aliás, dos que foram publi-

tornou uma adaptação constante de disposições normativas, rapidez de informação, centralização de serviços e preparação de funcionários especializados.

Não se compreenderá sem ser relacionado com este fortalecimento do controlo político e da direcção económica do Reino e dos seus territórios ultramarinos, por parte das instâncias do governo central, o esforço sistemático de compilação e actualização de documentos legislativos que conduz a novas redacções de Leis gerais ⁷ e de disposições locais e regionais ⁸, bem como à formulação de textos normativos de teor especializado, no campo financeiro e judicial. Refiro-me concretamente ao grande *Regimento* da Fazenda de 1516 ⁹, que alberga regimentos de distintos oficiais, como os Vedores da Fazenda, Contadores, Almoxarifes, para além de integrar matérias que pertenciam às *Ordenações* do Reino, que então se reformulavam, ligadas estreitamente à definição e salvaguarda dos Bens

cados por diversos colaboradores no *Dicionário de História de Portugal* dirigido por Joel Serrão. Veja-se, a título de exemplo, entre eles, Vitorino Magalhães Godinho e a sua análise «Finanças Públicas e Estrutura do Estado» e importantes estudos de V. Rau e J. Borges de Macedo, Lúcio de Azevedo, A. Veiga Simões, M. Nunes Dias, A. A. Marques de Almeida, J. A. Goris, Hermann Kellenbenz, H. Lapeyre, P. Chaunu, Fernand Braudel e F. S. Spooner, F. Ruiz Martín...

⁷ *Ordenações* do Reino de 1521 (para lá das normas manuelinas de 1514), reimpressas por diversas ocasiões até à sua substituição só em 1603 quando se tornam em vigor as *Ordenações* filipinas (concluídas desde 1595), época de nova actualização do texto graças, sobretudo, à integração do teor de algumas Leis extravagantes, nem sempre conformes, aliás, a uma única orientação, aplicadas e discutidas, por vezes mesmo intermitentes na sua vigência, ao longo das vicissitudes dos reinados de D. Manuel I, D. João III e D. Sebastião (compilações de 1566 e 1569, de Duarte Nunes de Leão).

⁸ Forais e posturas municipais. Para lá da nova redacção, não se deve ignorar uma preocupação marcante na cópia de documentos da Chancelaria régia em Livros de registo cuidado de matérias distribuídas por grandes circunscrições regionais (Livros de *Leitura Nova*).

⁹ Só terá sido substituído por outro *Regimento* da Fazenda, segundo os estudos recentes, após 1560, data da sua conclusão (mas sem impressão imediata). Revelando apreciações críticas sobre alguns dos capítulos do novo *Regimento*, chegaram até nós apenas uns *Apontamentos* – ANTT, *Cartas Missivas*, Maço 1, n.º 86 –, que Virgínia Rau sintetizou (Coimbra, *A Casa dos Contos*, 1951), aproveitando para esclarecer alguns pontos que os relacionavam possivelmente com as transformações verificadas pela mesma época na unificação da contabilidade na Casa dos Contos do Reino e Casa. Ver a esse propósito o meu livro *A Governação de D. João III: a Fazenda real e os seus Vedores* (Lisboa, 2001).

da Coroa e dos direitos reais. Definiam-se objectivos e regras na contínua observância dos negócios da Fazenda real e da conduta dos seus oficiais e servidores, cujo zelo no levantamento de tributos e rendas, inventariação de propriedades, verificação de contas, contratos e dívidas, seria objecto de controlo, sob pena de pesadas sanções, também estas regulamentadas com vista à preservação do interesse público.

Embora em grande parte as normas relativas ao contencioso fiscal fiquem desde então definidas e os processos deste teor subam directamente à Mesa da Fazenda ou venham aos Vedores da Fazenda como juizes de última instância (dependendo da circunstância da Corte estar ou não em Lisboa), muito se continuará a ponderar no tocante à definição de alçadas em matérias que requerem antes da decisão final um estudo técnico e especializado de um profissional do direito. Não surpreende, assim, que as normas continuem a sofrer alterações de forma a torná-las mais claras e eficazes. Da mesma forma compreende-se, se considerarmos as medidas conjunturais e as condicionantes de ordem estrutural, o facto de haver uma intervenção cada vez maior de letrados nos assuntos das finanças públicas, primeiro através apenas de desembargadores cedidos pela Casa da Suplicação à Mesa da Fazenda, mas, alguns anos depois, através também de juizes, que, embora subordinados à presidência dos Vedores da Fazenda, acabam por constituir um corpo de juristas especializado nestas matérias, com pretensões a uma valorização definitiva de funções na Fazenda ¹⁰, um dos principais nervos do Estado moderno, e com uma vontade política que emerge e se revela em determinados momentos históricos do nosso devir nacional.

Esta problemática torna-se de extremo interesse uma vez que se está a observar uma instituição superior, adjuvante da governação régia no que

¹⁰ M. Leonor García da Cruz, *A Governação de D. João III: a Fazenda real e os seus Vedores* (Lisboa, 2001). Fruto de tensões internas e das controvérsias desta época que o antecedeu, o Conselho da Fazenda, criado em 1591, irá conservar na nomenclatura apenas um dos quatro Vedores da Fazenda existentes então, nomeando-o Presidente (em rotação anual com os restantes), e impõe que este seja adjuvado por quatro conselheiros, dois dos quais cavaleiros (de sangue) e os dois restantes – note-se – obrigatoriamente juristas (letrados). Isto não significa, contudo, maior intervenção dos Vedores da Fazenda na jurisdição contenciosa. Esta passa para os Juizes dos Feitos do Rei da Fazenda, atribuindo-se fundamentalmente àqueles uma jurisdição «graciosa» e uma competência jurídico-administrativa, mantida, aliás, nas *Ordenações* filipinas.

diz respeito à Fazenda e a uma das prerrogativas que marcam a soberania régia, isto é, a política da graça ¹¹, organicamente constituída por uma hierarquia de funcionários e agentes próprios, que preenchem igualmente as instâncias intermédias e locais, mas que, funcionalmente, se relaciona intimamente com organizações de características diferenciadas.

Refiro-me não apenas ao relacionamento imposto profissionalmente com grandes oficiais da Chancelaria, da Câmara do rei, dos tribunais superiores, da Casa dos Contos, com letrados e peritos da justiça, mas também ao seu convívio quotidiano com escrivães de diferentes repartições, técnicos de contas, dirigentes e oficiais subalternos das Casas da Índia e da Mina, da Alfândega de Lisboa, dos Armazéns e repartições de abastecimento, assim como com contadores e almoxarifes, porteiros e caminheiros, rendeiros de diferentes comarcas.

Mas há ainda, dado o tema em análise, que salientar com particular ênfase mais um outro tipo de contacto pessoal que os grandes oficiais da Fazenda desenvolvem pessoalmente com proveitoso benefício em assuntos de governo. Trata-se da sua intensa comunicação, escrita ou oral, com indivíduos qualificados pela experiência em diversos campos de actividade, considerados peritos em certas matérias, e que os Vedores da Fazenda consultam individualmente e, não raras vezes, de forma sigilosa. Se é certo que a estes gestores da Fazenda real compete conhecer toda a documentação que a ela respeita, proveniente do Reino ou dos domínios ultramarinos ¹², o carácter de muitas cartas que recebem ultrapassa o âmbito estrito da Fazenda para respeitarem assuntos políticos e pedidos de intervenção pessoal junto do monarca, enquanto conselheiros e validos ¹³.

¹¹ Veja-se a este propósito os estudos fundamentais de António Manuel Hespanha. Procuo complementá-los, quanto possível, pela observação aprofundada de um campo menos estudado em Portugal, o da gestão da Fazenda real cuja actuação no âmbito da Graça se distingue da do Desembargo do Paço. Ver nota anterior.

¹² Segundo o *Regimento* de 1516 cabia-lhes abrir a correspondência e reencaminhá-la. Na prática, todavia, os Vedores da Fazenda, sobretudo quando ausentes da Corte, recebem do Rei informações chegadas a este directamente e por ele reenviadas através do Secretário ou do Tesoureiro.

¹³ Prática testemunhada nas *Lembranças* de c. 1545 do Conde do Vimioso ao monarca (que publico n' *A Governação de D. João III: a Fazenda real e os seus Vedores*) e evidenciada na abundante correspondência proveniente de particulares e de oficiais régios dirigida tanto a ele como a D. António de Ataíde, Conde da Castanheira.

Estão, na verdade, os Vedores da Fazenda, e não apenas no âmbito das suas funções específicas, estreitamente ligados ao Rei, à Casa real, à Corte, aos nobres titulares e seus criados, aos membros da alta hierarquia eclesiástica, aos grandes oficiais da Justiça, numa posição proeminente no centro do poder, e no âmbito das suas funções, directamente ligados a audiências, petições, despachos e registos de mercês, tenças, quitações, etc. A sua rede de influência, através de relações pessoais e profissionais, e de uma acção directamente relacionada com o inventário actualizado de propriedades, rendimentos e distribuição de ofícios, estende-se às diferentes circunscrições do Reino, extravasando-as em muito dadas as funções que lhes compete relativamente à preparação de armadas para a Índia e ao esforço de guerra no Norte de África, circulação de homens e recursos, verificação de quantias e última instância em processos do contencioso fiscal.

A sua acção quotidiana, mesmo que ligada ao território português continental, é, dadas as particularidades do ofício, sempre condicionada directamente por fenómenos ocorridos na Europa e fora dela, nos diferentes lugares e áreas de fixação portuguesa, no mar, em circuitos de navegação e de comércio.

Na dinâmica interna que lhes é peculiar e nas estreitas relações com diversas instâncias, naturalmente que mais visível se torna, de facto, quanto este organismo, de longa duração e um dos pilares do Estado, reflecte muitas das tensões políticas, económicas, sociais e até religiosas do conjunto social, lidando com elas inclusivamente no seu interior, adaptando-se quanto possível às transformações exteriores. Só em 1591 será instituído um Conselho da Fazenda com regimento específico, mas, na verdade ele não é mais que uma formalização jurídica de uma nova etapa na vida de uma organização cuja existência data da época medieval ¹⁴ e cuja evolução, por vezes conturbada, se define ao sabor das vicissitudes internas e externas ¹⁵, mantendo, contudo, princípios orientadores que

¹⁴ Consulte-se, a esse propósito, H. Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV* (2.ª ed., Lisboa, 1945-1954, 11 volumes) e Marcello Caetano, *História do Direito Português, V. I Fontes – direito público (1140-1495)* (2.ª ed., Lisboa, 1985) e *Três Livros sobre História da Administração Pública* (Sep. Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa / V. IX, Lisboa, 1954).

¹⁵ Sobretudo para os finais do reinado de D. João III e regências na menoridade de D. Sebastião e no contexto da evolução de outras instituições centrais, deve consul-

persistem. Basta frisar a característica do seu corpo superior: homens de confiança do rei, de preferência nobres, abastados e de sã consciência, que imparcial e equitativamente julguem os assuntos referentes à Fazenda real e sejam detentores de amplo conhecimento dos negócios públicos de forma a aconselhar o soberano.

O número dos Vedores da Fazenda do Reino varia conforme os períodos ao longo do século XVI, configurando-se a existência de três no *Regimento* da Fazenda de 1516. Com funções distribuídas por partes que anualmente se trocavam, permitindo ao seu detentor uma contínua percepção da totalidade dos assuntos da Fazenda real e do serviço do rei, em certos assuntos tinham os Vedores que se reunir a três e, em sentenças emanadas de cada um, na qualidade de juiz, juntar duas assinaturas. Actuavam autonomamente em diversas matérias apenas auxiliados do escrivão da Fazenda por si escolhido, assinando ordens de seu próprio punho e em exclusivo, respondiam individualmente perante o monarca, verificavam e colocavam o seu visto em numerosos documentos régios e assistiam o monarca em assuntos de pura graça.

A verdade, porém, é que os assuntos da Fazenda vinculam-se aos da governação na maioria dos seus aspectos, facto para que se chama a atenção no *Regimento* manuelino, valorizando-se extraordinariamente neste documento a amplitude de funções dos Vedores da Fazenda e o seu carácter de conselheiros do rei ¹⁶.

As «partes» da Fazenda que a cada um compete, com a crescente complexidade dos negócios públicos sobretudo ligados à gestão económica, obriga a um desdobramento de atenção e a um acréscimo de tarefas,

tar-se M. Rosário Themudo Barata Azevedo Cruz, *As Regências na Menoridade de D. Sebastião. Elementos para uma história estrutural* (Lisboa, IN-CM, 1992, 2 vols.).

Basta analisar em profundidade e na longa duração o que do ponto de vista legislativo se produziu a respeito das instâncias superiores da Fazenda, desde as *Ordenações* do Reino, afonsinas, manuelinas e filipinas, aos *Regimentos* da Fazenda, de 1516, 1560 (*Apontamentos* de comentário) e 1591 e às *Leis Extravagantes*, para se obrigar a uma reformulação de esquemas interpretativos incorrectos que se divulgam em obras sobre História de Portugal ainda recentemente publicadas (dir. José Mattoso, 1983).

¹⁶ Enquanto isso, continuarão outros Grandes oficiais do Reino, do Chanceler e do Regedor da Casa da Suplicação, ao Governador da Casa do Cível, Juiz dos Feitos da Coroa, Corregedor, desembargadores, etc., a figurar, como tradicionalmente, na nova redacção das *Ordenações* do reino, mesmo após algumas importantes modificações na *Ordem do Juízo* e no âmbito das funções de cada um.

a uma repartição mais clara dos assuntos que exigem a atenção particular de cada Vedor, à integração de novos elementos nos despachos e análise de processos judiciais da Fazenda, factos estes que acabam por transformar este importante núcleo de gestão governativa numa administração complexa e multifacetada, sem, contudo, perder a sua estreita ligação teórica e prática à figura do soberano. Só assim se compreende como, sem abalo evidente ou ameaça de cisão, chegam a coexistir quatro e cinco Vedores da Fazenda em simultâneo no reinado de D. João III ¹⁷.

Algumas funções obrigam a deslocamentos constantes junto do rei, onde a Corte estiver, facto que não se coaduna com a exigência de uma permanente prestação de serviços em determinados pelouros. Na verdade, nem todos os Vedores estão continuamente junto do monarca, como parece ter acontecido com o Conde do Vimioso até bastante tarde. Mas é absolutamente necessário que esteja mais do que um presente em determinados despachos do Rei ¹⁸, para além do seu Secretário e de outras figuras cuja presença se exige. Por outro lado, é em Lisboa, residência ou não da Corte, que se controla o grande tráfego ultramarino e a preparação das armadas. Aqui, e em íntima relação com a Casa da Índia, permanece estante pelo menos um desses Oficiais superiores da Fazenda real, e, não raro em momentos de maior tensão ultramarina, tendo a colaboração de outro ¹⁹.

Mas importa, aqui, sobretudo, reflectir sobre algumas questões relacionadas com o labor rotineiro destes grandes oficiais da Fazenda real, simultaneamente conselheiros do monarca, naquilo que os faz, mais do que simples participantes ou dialogantes num contexto social particularizado (o do funcionalismo ou o do comércio), verdadeiras testemunhas de uma sociedade mais ampla e complexa, perturbada pelas mudanças profundas trazidas pelas navegações e contactos intercontinentais, sociedade essa onde as antinomias e mestiçagens se manifestam a todo o

¹⁷ M. Leonor García da Cruz, *A Governação de D. João III: a Fazenda real e os seus Vedores* (Lisboa, CHUL, 2001).

¹⁸ *Lembranças* de c. 1545 do Conde do Vimioso e *Relações de Pero de Alcáçova Carneiro Conde da Idanha do tempo que ele e seu pai, António Carneiro, serviram de secretários (1515 a 1568)* (Lisboa, IN, 1937).

¹⁹ *Letters of John III King of Portugal. 1521-1557* (ed. J.D. M. Ford, Cambridge, Massachusetts, Harvard UP, 1931) e *Letters of the Court of John III King of Portugal* (com L.G. Moffatt, 1933).

momento, revelando um quotidiano simultaneamente rural e marítimo, urbano, nobre e vilão, rústico e letrado, idealista e utilitário ²⁰.

Em escritos diversos, de expediente administrativo, de validação ou invalidação de pequenos actos ou de grandes acções, de relatos informativos sobre contactos pessoais ou fenómenos ocorridos, de comentário ligeiro ou ponderada opinião, captam-se os vestígios de uma época e de uma sociedade conturbadas, onde se entrecrocavam os efeitos de fenómenos de longa e de curta duração, e não apenas na esfera política ou económica, mas também noutros aspectos da vivência social e das representações mentais. Captamos tais sinais tanto na idealização de projectos e no seu confronto com condicionantes e dificuldades práticas, como em várias manifestações do comportamento quotidiano, também ele muitas vezes descrito pelos próprios contemporâneos de forma crítica e reflectida.

É, de facto, na execução das determinações régias que muito se prendem com a política ultramarina e a preparação das armadas para a Índia, para a Guiné ou para o Brasil, que se levantam com frequência problemas, tanto de ordem técnica ou de estratégia política, militar e comercial, quanto de âmbito jurídico, ético, e de disciplina social. Daí poder-se encarar o espaço ribeirinho onde actua o Vedor da Fazenda, das dependências do Palácio real destinadas à prática da gestão administrativa, financeira e judicial, ou Mesa da Fazenda, às suas imediações até ao cais, da Ribeira das naus à Casa da Índia, do Terreiro do trigo à Alfândega, e às Sete Casas, como um dos espaços privilegiados da Lisboa quinhentista onde se podem encontrar sinais inequívocos da dinâmica e da mobilidade social, numa observação através de numerosas e variadas fontes, entre as quais os testemunhos deixados por esse agente, simultaneamente vigilante e interlocutor.

Ao chamar a atenção para o tema da mediação social importa, assim, mais do que a descrição dos grupos sociais heterogéneos, das profissões e das diferentes nacionalidades que se entrecrocavam e marcam a urbe quinhentista, problematizar as formas de diálogo que, fora do circuito

²⁰ Sobre o dinamismo da sociedade portuguesa de quinhentos vejam-se as poderosas contribuições mais recentes de J. Romero de Magalhães (*História de Portugal*, dir. José Mattoso, 1983), de António de Oliveira (*História de Portugal*, dir. João Medina, 1993 e 1999) e de João Cordeiro Pereira (*Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques, 1998), bem como alguns capítulos de colaboradores em *O Tempo de Vasco da Gama* (dir. Diogo Ramada Curto, Difel / CNCDP, 1998).

tradicional de tribunais e de Cortes ²¹, vão desenvolver-se entre governantes e governados.

Interessa, pois, investigar muito para além das circunstâncias de uma solicitação formal aquando da realização esporádica de Cortes, por parte do monarca que pretende assegurar junto das camadas presentes ou representadas nessas reuniões, uma colaboração ou suporte de ordem política ou político-financeira em acções circunstanciais de grande alcance, garantindo um consentimento e adesão colectiva mediante a exposição dos seus justos propósitos e a abertura de um espaço de diálogo ou de manifestação de queixas e petições e de pareceres, a que responderá de forma não determinada nem imposta.

Também não basta descrever o trâmite dos tribunais, obedecendo a regras previstas, desde as audiências aos despachos e às sentenças. É certo que todas estas instâncias formalizam um tipo de comunicação que, dando voz aos indivíduos e corpos do ponto de vista do interesse particular, sem prejuízo e ressaltando o interesse do conjunto, assegura um equilíbrio e uma paz social. A argumentação em Cortes, assim como as normas do direito defendidas e interpretadas nos tribunais régios, seguem princípios de justiça com vista à manutenção do bem comum, garantindo com isso uma obediência à autoridade.

Claro que, tendo em linha de conta qualquer das circunstâncias, pressupõe-se que o rei, soberano cristão, protector e garantia do bem do Reino, encarna estes princípios e assume a eficácia de um regime que, simultaneamente, defende contra qualquer arbitrariedade ou prepotência das forças dominantes os seus elementos mais fracos e respeita e faz respeitar estatutos e privilégios que ele próprio confirma ou cria, ao mesmo tempo que, no âmbito de uma disciplina que assegure o bem público, coage, sanciona e penaliza as transgressões ²².

²¹ Importou a este estudo que agora se apresenta, a extraordinária compilação de artigos de A.M. Hespanha, M. Galanter, E. Powell, N. Castan, entre outros, que o primeiro autor citou publicou sob o título *Justiça e Litigiosidade: História e Prospectiva* (Lisboa, F. C. Gulbenkian, 1993).

²² M. Leonor García da Cruz, *A Governação de D. João III: a Fazenda real e os seus Vedores* (Lisboa, CHUL, 2001). Confronte-se as análises de A.M. Hespanha, *História das Instituições. Épocas medieval e moderna* (Coimbra, Almedina, 1982), *As Vésperas do Leviathan. Instituições e Poder Político. Portugal – séc. XVII* (versão abreviada, Coimbra, Almedina, 1994) e numerosos artigos específicos com as interpretações de

As condicionantes variáveis que acompanham e influenciam de diferentes maneiras a evolução histórica, criando tensões, proporcionando obstáculos e mudanças, alternativas de percurso, conduzem inevitavelmente a épocas de sondagem, experiência de novos projectos, controvérsia e até de revolta, desafiando as sociedades a responder com o desenvolvimento de utensílios mais adequados às novas realidades.

Tem-se sugerido em análises, contudo, desactualizadas, que o desenvolvimento de um regime de monarquia absoluta traz consigo a pessoalização do poder e a conduta caprichosa do monarca, o silenciamento dos povos em Cortes e nas autonomias municipais, a domesticação da aristocracia, e, a uniformização da vontade política, económica, religiosa... Confunde-se apressadamente monarquia absoluta com centralismo e tirania. Trata-se, todavia, de conceitos distintos e quem aprofunde as ideias políticas da época e as limitações teóricas e práticas postas ao governante, compreende facilmente a complexidade do assunto e, portanto, a necessidade de aprofundar o estudo sem ideias preconcebidas ²³.

Governantes e teóricos portugueses do século XVI concebem o poder com limites de ordem espiritual, o que os impede de cair em tirania, e com condicionantes práticas, desde os compromissos assumidos pelo rei e seus antecessores, a nível de mercês, doações e privilégios, contratos, alvarás de promessa de distribuição de rendas ou de ofícios, etc., até ao

Martim de Albuquerque, *O Poder Político no Renascimento Português* (Lisboa, ISCSPU, 1968), *A Consciência Nacional Portuguesa. Ensaio de História das Ideias Políticas* (VI, Lisboa, 1974), entre outras, e as de J. Borges de Macedo a propósito de «Absolutismo» e «Despotismo» no *Dicionário de História de Portugal* (dir. J. Serrão) e na *Polis. Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado* (1983-1984). Nas definições de instituição e de Estado moderno como tal, seus condicionalismos e evolução, importa desenvolver perspectivas abertas por Maurice Hauriou e por Roland Mousnier e Fritz Hartung, tendo naturalmente presentes as recentes investigações coordenadas por J.-Ph. Genet. Para a compreensão do caso português em particular, inserido numa perspectiva de história comparada, há que reflectir sobre as análises de J. Borges de Macedo, atrás citadas, e na proposta de interpretação de M. Rosário Themudo Barata A. Cruz, «Para a História da Europa no século XVI: Tipologia de regime e instituições» in *Estudos em Homenagem a Jorge Borges de Macedo* (Lisboa, INIC / CAHUL, 1992).

²³ M. Leonor García da Cruz, *Os «Fumos da Índia»: Uma Leitura Crítica da Expansão Portuguesa. Com uma Antologia de Textos dos Séculos XVI-XIX* (Lisboa, Cosmos, 1998) e «Reavaliações até ao século XVIII do Discurso Crítico sobre a Expansão Portuguesa Ultramarina e as Directrizes da Governação», *Clio. Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, n.º 5 (Lisboa, 2000).

respeito por normas jurídicas que reflectem a orgânica do Estado. O monarca faz a lei e exige a sua obediência por parte dos súbditos mas, ele próprio, segue-a ²⁴.

Justifica cuidadosamente os seus actos extraordinários no contexto da salvaguarda de objectivos superiores, a defesa da Cristandade, do Reino, do bem público. A sua função exerce-se nestes parâmetros, a partir dos quais se legitimam acções e se exige obediência, justificando-se várias formas de diálogo e de controlo social.

Se a prosperidade material proveniente da Expansão ultramarina, traz vantagens pela extensão de domínio territorial alcançado, efectivo e em potência, bem como pelo controlo estratégico de rotas marítimas, tais benefícios fazem-se sentir, de forma evidenciada e sobrevalorizada na época, tanto do ponto de vista interno, quanto do externo, condicionando de forma favorável o poder real que procura congregar num projecto unitário a colectividade.

Verifica-se uma tendência para dirigir economicamente o processo? Decerto que sim, bem visível quer na defesa militar e jurídica de monopólios, seja no estabelecimento de contratos e arrendamentos para a exploração de novas áreas, comercialização de produtos ou utilização de circuitos. O estabelecimento de compromissos e obrigações para com o Estado, garantem a este, se nem sempre uma indiscutível supremacia política nalgumas regiões extra-europeias, quase sempre um rendimento estável e a função de eixo de organizações sociais com ele comprometidas.

Também do ponto de vista interno o dinamismo das transações comerciais (pressupondo-se apoio aos grupos intervenientes no comércio), permite maior quantitativo de sisas, imposto generalizado que traz as maiores somas ao Estado. Ao mesmo tempo que se procura uma sistematização na sua cobrança ²⁵, e se consolida a estrutura e controlo de um

²⁴ Recorde-se a título de exemplo, a publicação e reimpressão das *Ordenações* do Reino e quanto os variados actos régios, obedecendo formalmente ao nelas especificado como norma, garantem um efectivo cumprimento evitando, quanto possível, embargos legais postos por indivíduos ou instituições.

²⁵ Legislação desde D. Manuel, reformulando compilações de leis anteriores nos *Artigos das Sisas* de 1512, no *Regimento* da Fazenda de 1516 e em 1519, e D. João III – referência a novos regimentos nos Contratos sobre sisas realizados em 1527-1528 e atenção especial nos *Capítulos de cortes E leis que se sobre alguns delles fezeram* (Lisboa, 1539; publiquei capítulos e respostas na obra já citada) –, até às novas disposições do tempo de D. Sebastião.

funcionalismo especializado e presente na vida local, tendo como instância superior os Vedores da Fazenda, defronta-se o poder real com algumas tensões dentro e fora das Cortes. Não se pretende aqui sopesar os desequilíbrios económicos regionais e as repercussões que medidas visando uma uniformização de cobrança ou a identificação de instâncias intermédias de nível local, trouxeram ao de cima, num debate que perdurou. O seu estudo, contudo, é importante, e os testemunhos documentais esclarecedores de um mosaico ou de um conjunto extremamente diversificado de actividades produtivas, hierarquias sociais, formas de controlo político e socioeconómico, antagonismos e solidariedades, que muito ajudariam a conhecer o Portugal de Quinhentos, dos particularismos locais e regionais ao relacionamento poliédrico inter-regional e com as instâncias centrais.

A perspectiva política dos problemas levantados ao redor deste imposto, que os povos consideram tributo e os monarcas direito real, evidencia-se sobretudo no âmbito das Cortes, mas as maiores tensões, nem sempre desfavoráveis à mediação dos oficiais da Fazenda, e as soluções práticas em cada caso, implicam um contacto directo e pessoalizado de comissários reais que, percorrendo o país, dialogam, em mais de uma sessão, com as forças representativas de diferentes lugares. Trata-se de uma situação complexa, despoletadora de propostas, discussões, avanços e recuos, de que não se podem alhear medidas de reforma administrativa, envolvendo instâncias e funcionários que representam de forma directa ou por delegação a soberania real em campos como a Fazenda e a Justiça. O diálogo varia certamente conforme a jurisdição (real, senhorial e/ou municipal?) que configura a relação de cada lugar, vila ou cidade com o poder real²⁶.

A administração financeira, haja ou não ajustamentos sobre os agentes que em nome do rei irão arrecadar as sisas, registando-as e prestando contas desse ofício, e redefinições sobre o seu encabeçamento e o papel das instâncias intermédias, continua a ter no fecho do processo uma verificação centralizada e que culmina nos Vedores da Fazenda, última instância no julgamento destas matérias.

Deduz-se com evidência quanto a diferenciação dos casos motiva resolução também elas distintas. Caberia aos Vedores, por último,

²⁶ Estudo o assunto em *A Governação de D. João III: a Fazenda real e os seus Vedores* (Lisboa, CHUL, 2001).

responder a dúvidas, disponibilizar-se a audiências, estudar casos de dívidas, verificar ou receber a verificação do Provedor da Casa dos Contos de somas recebidas para se passarem ou não quitações, dependendo do seu parecer e da palavra final do rei, a solução final de muitos casos sobre sisas e outras rendas.

Seja como for, este problema ilustra exemplarmente quanto a argumentação dos teóricos do poder real se baseia na concepção deste constituir uma garantia de bem público, devendo o montante das sisas servir, em grande parte, para sustento do Rei e da sua Casa, num espírito idêntico ao que levava os Povos, no início, a investir tais somas no aparelho militar do Rei, então sustentando uma guerra de fronteira.

Ao contrário do que se verificou na centúria anterior, as Cortes são no século XVI convocadas com longos intervalos de tempo. Se é certo que nas duas últimas reuniões, respectivamente em 1562-63 (definição da Regência até ao governo pessoal de D. Sebastião) e 1580 (formulação dos Estatutos a respeitar pelo novo soberano, Filipe I de Portugal e II de Espanha), há assuntos políticos decisivos a resolver em períodos de reajustamento e planificação da conduta governativa²⁷, só solucionáveis através da convocação deste órgão representativo, verifica-se que com D. Manuel e no longo reinado de D. João III, rareiam estas reuniões.

É um erro de interpretação histórica considerar que o fenómeno corresponde a um acréscimo da autoridade tirânica dos reis. Constata-se que se desenvolvem outras formas de diálogo com os povos, sem os obrigar a suportar uma sobrecarga de despesas para a deslocação dos seus representantes. A ajuda que se solicitava às assembleias dos principais corpos do reino tem agora novas traduções, embora não se prescindia de solicitações extraordinárias que as Cortes atendem. Na verdade, porém, multiplicam-se os expedientes que evitam esta manifestação pública de necessidade financeira e as cedências para obtenção do consentimento dos povos num montante necessário.

Foi definitivamente alterado o diálogo político, mas tais transformações não estão ainda definitivamente esclarecidas e ainda há vozes entre

²⁷ M. Rosário Themudo Barata Azevedo Cruz, *As Regências na Menoridade de D. Sebastião. Elementos para uma história estrutural* (Lisboa, IN-CM, 1992, 2 vols.) e Carlos Margaça Veiga, *Poder e Poderes na Crise Sucessória Portuguesa. 1578-1581* (Diss. Dout., Lisboa, UL, 1999).

os Conselheiros do monarca, em alturas críticas, a apontar a convocação de Cortes como a solução ideal quando está em causa a defesa da integridade do território nacional²⁸. A questão, porém, não é tanto a falta de recursos humanos, que, segundo uma opinião generalizada nos pareceres dirigidos ao monarca sobre a defesa dos lugares portugueses no Norte de África, cerca de 1534-35 e em 1541, seriam disponibilizados por nobres, ordens militares e cidades, e pelo próprio monarca através do serviço dos numerosos moradores da Casa real. Para lá do recurso aos vassallos, aquilo que, todavia, parece constituir o maior obstáculo, é a necessidade imperiosa de recursos materiais que sustentem uma intervenção bélica contínua não apenas em Marrocos mas também no Oriente e simultaneamente em diferentes áreas, terrestres e marítimas. A preocupação pela imagem da Coroa portuguesa face ao estrangeiro também é sopesada e, recorde-se a propósito, que é de carácter sigiloso o documento sobre a situação financeira que o monarca envia a determinadas personalidades pedindo-lhes um conselho.

São variados os expedientes a que recorrem não apenas o rei português mas também os seus pares europeus, nas horas de aperto. Ao mesmo tempo que se efectua um controlo das arrecadações de direitos e rendas e intervenções no valor das moedas, contraem-se empréstimos ou adiantamentos junto de comerciantes e financeiros, em praças internacionais, comprometendo-se ao pagamento dos respectivos juros. Mas para lá de avultadas somas obtidas junto de particulares também do Reino, e garantindo-as frequentemente, vendem-se padrões de juro, casas e propriedades da Coroa.

Claro que todo um discurso legitimante das iniciativas do monarca, assim como uma atenção extraordinária ao mecanismo legal destas transacções, justifica uma conduta que se classifica de extraordinária, ressaltando sempre a futura recuperação do património temporariamente cedido. Os principais argumentos invocam a Expansão ultramarina sob o prisma da guerra aos infiéis e a defesa das armadas face aos corsários europeus, e as obrigações morais de prosseguir-la; o desejo de não sobrecarregar os povos; a utilização de somas não aplicadas de particulares

²⁸ M. Leonor García da Cruz, *As Controvérsias ao Tempo de D. João III sobre a Política Portuguesa no Norte de África*, Sep. Especial de *Mare Liberum* n.ºs 13 e 14 (Lisboa, CNCDP, 1998).

que as investem voluntariamente no serviço do Rei / Reino, em lugar de usufruí-las pela compra de terras ou casas somente em benefício próprio.

Por detrás das decisões estão a formalizá-las peritos da religião e do direito. As consultas régias, escudadas na análise dos cofres do Estado pelos gestores da Fazenda real, dirigem-se tanto aos grandes titulares do reino como à nobreza de serviço, isto é, aos principais oficiais das instituições régias e à nobreza com experiência e interesses nas áreas ultramarinas. São estes, decerto, os seus apoiantes na fundamentação teórica das acções conduzidas por um poder que acima de tudo coloca o bem público, não faltando incisivos conselhos para obrigar os súbditos a cumprir com as obrigações implícitas em mercês, privilégios e comendas.

A par de um discurso normativo vemos desenvolver-se o intuito moralizador, com o esclarecimento de princípios que devem orientar as novas relações entre o Estado e o todo social, de que aquele é a maior garantia, em reflexões pessoalizadas mas com um fundo comum a homens de letras e juristas como Sá de Miranda e António Ferreira, cortesãos dos meios burocráticos e financeiros como Garcia de Resende, João de Barros e Ferreira de Vasconcelos, com fortes ligações europeias como Damião de Góis, em projectos e pareceres expostos ao monarca por políticos e embaixadores como D. António de Ataíde, D. Álvaro de Castro, Lourenço Pires de Távora.

Se Gil Vicente na *Romagem dos Agravados* (1533) confronta os requerentes com a Verdade, insiste-se nos meios da governação por impedir o número excessivo de requerentes que se deslocam à Corte, exigindo satisfação de serviços, com isso prejudicando as suas actuais obrigações. Também na prática se obrigam os capitães de cidades e praças fortificadas do Norte de África a uma redobrada vigilância, por meio de inventários de munições, armas e cavalos e o levantamento dos homens e das suas reais condições de existência, para que em Lisboa ou onde a Corte se encontrar não haja audiência e muito menos despacho favorável ao que se furta ao serviço de Deus e do Rei.

Numa condenação às transformações negativas da sociedade contemporânea, marcam-se com traços diabólicos os vícios dos homens, de qualquer condição social que sejam, parecendo, de facto, parafraseando o discurso vicentino no *Auto Chamado da Lusitânia* (1532), que *Todo o Mundo* se importa apenas com o prestígio que lhe traz a riqueza, desenvolvendo um falso conceito de honra, enquanto *Ninguém* busca consciência. Não se deve, todavia, esquecer quanto o século XVI é uma época de

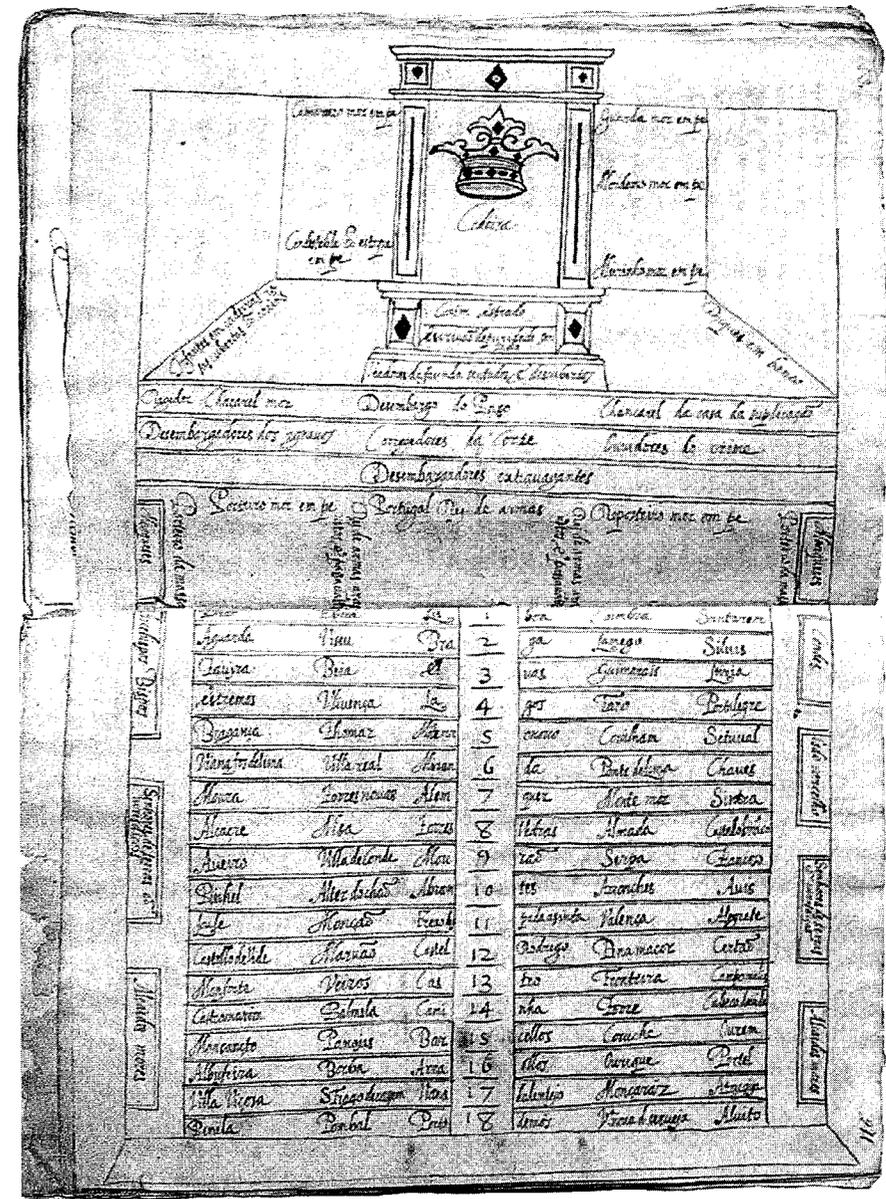
deslumbramento face ao novo mundo recém-descoberto e às potencialidades do homem no domínio da natureza, mas se revela também e concomitantemente, uma época de profunda revisão do seu relacionamento com Deus, a Igreja e os outros homens. O Homem, essa suprema e mais bela criação de Deus, pintada pelo artista do Renascimento, é capaz das manifestações mais paradoxais, desde a ostentação do triunfo bélico, do exibicionismo material e secular, até ao exacerbamento da piedade e do misticismo ²⁹.

Ao longo de Quinhentos, modifica-se definitivamente a concepção de um Ocidente e de uma Cristandade, não só pelas novas relações entre Estados soberanos, libertos da tutela supranacional e secular da Igreja de Roma, como pela Expansão ultramarina ibérica que estabelece estreitas relações da Europa com os outros continentes, colocando em diálogo diferentes povos, poderes e culturas, num esforço que é também de evangelização, ao mesmo tempo que os europeus se digladiam entre si do ponto de vista político e se cindem espiritualmente, na interpretação das Escrituras, na concepção de Igreja, no papel do livre-arbítrio humano para a recepção da graça e a preparação da salvação eterna. O indivíduo e a valorização do humano estão na ordem do dia. A consciência controla-o e, simultaneamente, confere-lhe um significado superior.

Conhece-se o apelo constante à reformulação disciplinar dos consagrados a Cristo, veiculado em manifestações variadas, orais, pictóricas, escritas, impressas, traduzidas, com respostas vigorosas na reforma de regras de ordens religiosas, na criação de novos corpos eclesiais, em visitas, constituições diocesanas, concílios ...; as formas de caridade e de assistência social e hospitalar; os cuidados na formação do pastor de almas mas também na educação enriquecida de mais amplas camadas da sociedade civil ³⁰.

²⁹ Lucien Febvre, *O Problema da Descença no Séc. XVI. A Religião de Rabelais* (Lisboa, Ed. Início, 1971), Robert Mandrou, *Des humanistes aux hommes de science (XVIe et XVIIe siècles)* (Éditions du Seuil, 1973) e, do mesmo autor, *Introduction à la France Moderne (1500-1640). Essai de Psychologie historique* (Albin Michel, 1961 e 1974), além de estudos como os de Eugenio Garin, John Law, M. Mallett, M. Firpo, Peter Burke, Alberto Tenenti, A. Chastel, sobre *O Homem Renascentista* (Lisboa, Presença, 1991). Ainda sobre uma época de transição, Johan Huizinga, *O Declínio da Idade Média* (Lisboa, Ulisseia, s.d.).

³⁰ Estudos aprofundados de Fortunato de Almeida e Isaías da Rosa Pereira acerca da Igreja e das preocupações dos seus membros, assim como de José Adriano de Carvalho



7. Disposição dos corpos do Reino e de altos oficiais, consoante o seu estatuto social, por ocasião de reunião de Cortes (Coimbra, BGUC).

Até que ponto as novas relações entre governantes e governados influenciaram tais modificações e vão, por seu turno, ser condicionadas pela evolução política, económica, religiosa? Muito se poderia discorrer ainda sobre a concepção do poder real em Portugal, as relações deste e do Império ultramarino com a Igreja católica, os confrontos, apesar da fé pessoal do Rei, a luta pela escolha de auxiliares, também do mundo eclesial, na tarefa da governação e dos meios de pacificação social. Basta recordar a esse propósito as tensões existentes com cristãos-novos, reflectida em Cortes, nas negociações em Roma para o estabelecimento do tribunal da Inquisição, na legislação do Reino, que os impede de desempenhar certos officios e de compor a tripulação de uma nau, apesar da sua experiência profissional que, segundo a vigorosa intercessão do Conde da Castanheira junto do seu soberano, traria os maiores benefícios ao empreendimento régio. Estava então D. António de Ataíde estante em Lisboa mas em permanente correspondência com o Rei, na qualidade de Vedor da Fazenda e seu Conselheiro.

Conhecia de facto este grande oficial da Fazenda o monarca, os cortesãos, os bastidores da Justiça e das Finanças régias, tal como o ambiente do cais e das diversas repartições, e, além de receber cartas particulares das mais variadas figuras, não só nacionais, chegavam-lhe, ainda, reenviadas pelo Rei, novas das áreas ultramarinas, da Europa, e da concorrência comercial e política que já intensamente se fazia sentir sobretudo através do curso e de intervenções de franceses em território brasileiro³¹. Durante mais de uma década será o responsável pela «parte» da Índia. Além dos múltiplos deveres do officio que o cingiam à Mesa da Fazenda, mobilizava-se junto do feitor e oficiais da Casa da Índia, alguns dos quais da sua confiança, controlava superiormente registos e nomeações, acompanhava pessoalmente as aflições do tesoureiro e a gestão do trabalho dos contadores.

e de J. S. Silva Dias – sobre *Correntes de Sentimento Religioso em Portugal (Séculos XVI e XVIII)* (1960), a *Política da Época de D. João III* (1969) ou *Os Descobrimentos e a Problemática Cultural do Século XVI*.

³¹ Fora embaixador especial de D. João III em França precisamente a tratar da questão das presas, tendo como adjuvante na sua missão o jurista Dr. Gaspar Vaz. Sabia dos cuidados a ter na preparação das naus, na escolha da tripulação e do comandante dos navios, na estratégia da rota a cursar...

Detentor de determinados privilégios, que os seus serviços, a confiança do rei e o seu prestígio lhe granjearam, imiscuia-se ainda, de pleno direito, na escolha de guardas da Ribeira das Naus ou na nomeação de capitães, escrivães e outros membros da tripulação dos navios que partiam para a Mina. Pertencia-lhe a responsabilidade no cuidado a ter no abastecimento e preparação das naus da carreira da Índia, e o monarca, não raras vezes, confiava-lhe a selecção da tripulação e a vigilância sobre o comando dos navios. Sobre os condicionalismos da navegação, a melhor estratégia e a escolha das rotas no Atlântico, Ataíde aconselhava o monarca após se desdobrar em reuniões e consultas a indivíduos com saber e experiência, fossem marinheiros ou antigos capitães. De Lisboa respondia, assim, às consultas do monarca, fazendo sugestões e prevendo, não sem uma observação mordaz, as reticências e certos comentários que o Rei ouviria dos conselheiros da Corte.

Através dos seus pareceres sobre questões públicas, evoca aquilo que denomina de «inclinações» dos portugueses, observando-se na definição de funções e seu valor na sociedade, ou no retrato de certos tipos sociais grandes similitudes com as figuras caricaturais postas em cena por Gil Vicente. Como muitos outros conselheiros e sobretudo como os homens de letras na sua escrita moralista, abomina o ambiente cortesão de falsidades e mexeriquices.

A informação actualizada e a consulta de peritos, se clarificam em muito certas formas desenvolvidas de diálogo que visam, acima de tudo, o interesse público e fundamentam a solidez de pareceres, conduzem à reflexão sobre outras formas de mediação social. De facto, observando e lendo Ataíde num quotidiano de resoluções práticas e de expediente administrativo, verifica-se como os assuntos se resolvem frequentemente mais pela ponderação do que pelos preceitos do direito, ao juiz sobrepondo-se, diríamos nós, o político³². Pouco se conhece dos requisitos para o exer-

³² M. Leonor García da Cruz, *A Governação de D. João III: a Fazenda real e os seus Vedores* (Lisboa, CHUL, 2001) e um estudo que se encontra no prelo sobre *Práticas comerciais e financeiras e reestruturação económica no Portugal d'aquém e d'além-mar em apreciações de D. António de Ataíde, Conselheiro e Vedor da Fazenda de D. João III*, cuja súmula foi apresentada ao Congresso Internacional comemorativo do nascimento de D. João III – «D. João III e o Império» (Centro de História de Além-Mar, UNL / Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, UCP), Lisboa e Tomar, Universidade Católica Portuguesa, Junho de 2002.

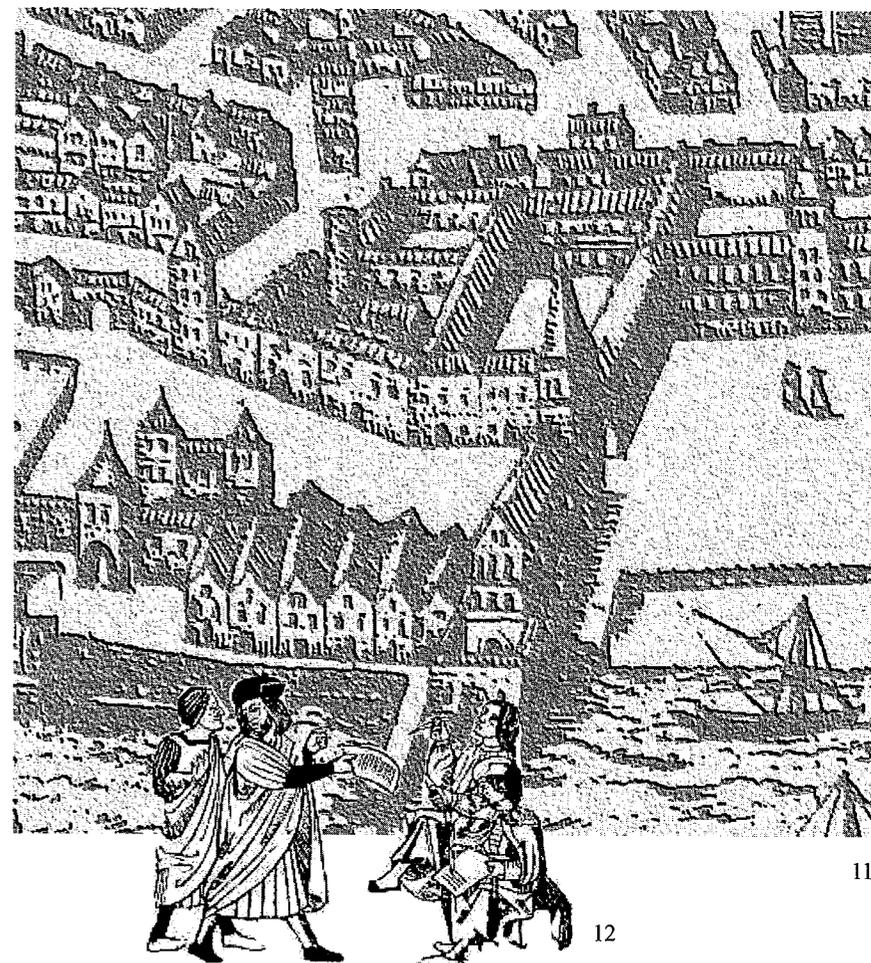


8. Centro político de Lisboa quinhentista em *Civitates Orbis Terrarum* de Georg Braun e Franz Hogenberg, 1572 (pormenor). Em dependências do

Palácio real (à esquerda em baixo) ou em construções próximas funcionavam, entre outros órgãos, o Desembargo do Paço, a Mesa de Consciência e Ordens, a Mesa da

Fazenda, assim como a Casa da Índia, a Casa de Ceuta e a Casa da Moeda.

A Casa da Alfândega (à direita em baixo), por seu lado, reúne em recente construção as Sete Casas, a Casa dos Contos e, adjacente, o Terreiro do Trigo com os seus imensos armazéns. Por detrás deste ficava a Misericórdia. No Rossio (em cima ao centro), situava-se o Palácio dos Estaus, a Igreja ou Mosteiro de S. Domingos e o grandioso Hospital de Todos os Santos. A Leste, mais afastados deste centro, ficavam os grandes tribunais e prisões como a Casa da Suplicação e o Limoeiro, assim como o bairro dos estudantes transformado (após transferência em 1537 da Universidade para Coimbra) em lugar de doutrinação dos penitenciados pela Inquisição.



Gravuras da página anterior:

9. Montagem de figuras humanas retiradas do «Auto de moralidade» de Gil Vicente (*Auto da Barca do Inferno*, 1517) e da edição de 1514 das *Ordenações* do Reino.

10. Pormenor da gravura de c. 1593 retratando Lisboa em *Civitates Orbis Terrarum* de Braun e Hogenberg, representando do lado esquerdo do palácio real edifícios onde ficavam os Armazéns, a Armaria (a velha e a nova) e as Taracenas. Por detrás e em estreita ligação com a Casa da Índia, localizava-se (ao centro da imagem) a Capela de S. Tomé.

Nesta página:

11. Arranjo gráfico a partir da mesma gravura. Pormenor focando o Palácio real e as suas dependências, incluindo, em primeiro plano, a Casa da Índia.

12. Montagem de figuras humanas retiradas da edição de 1514 das *Ordenações* do Reino.

cício em funções da Fazenda, ao contrário dos oficiais da Justiça, cujas exigências de preparação, em estudo e experiência, para uma carreira de sucesso são pressupostos diversas vezes comentados.

Espera-se dos Vedores da Fazenda «sã consciência» na resolução dos problemas e que para certos lugares verifiquem que os candidatos sejam aptos, pois, sem descurarem o respeito pela Justiça e pela Lei, cabe-lhes ajudar, fundamentalmente pela boa razão, ao governo da república.

Concluindo, há que procurar uma clarificação maior da sociedade portuguesa de Quinhentos, sociedade complexa, marcada por um grande empreendimento ultramarino que se projecta nacional e unitário, mas que, na sua estrutura interna, se revela manifestamente heterogénea, abalada pelo debate, pela controvérsia em todos os campos, económico, social, político, cultural. Nela se confronta a tradição com a novidade e com a alteração, mudança essa necessária, consentida, e, quiçá, incentivada, através de novas formas de diálogo e de mediação social, entre os governantes e o complexo conjunto dos governados.

A COMUNIDADE FLORENTINA EM LISBOA (1481-1557)

*Nunziatella Alessandrini **

Este artigo, consequência da pesquisa realizada em arquivos portugueses, juntamente com a documentação encontrada no Arquivo da Igreja de Nossa Senhora do Loreto em Lisboa, visa não só reconstituir como situar a actividade dos florentinos que, no final do século XV e até meados do século sucessivo, se encontravam, como veremos, perfeitamente integrados no tecido social português.

A vastidão da informação e da documentação, muita ainda por explorar, faz com que esta pesquisa deva ser entendida apenas como mais um subsídio para definir os contornos desta comunidade e para avaliar o seu contributo no momento de maior esplendor de Portugal.

Rastos de «toscanos» presentes em Portugal remontam a 1147 com a notícia da participação dum engenheiro de Pisa na campanha militar de D. Afonso Henriques: o projecto e a realização duma torre de madeira por parte do italiano ajudou os portugueses a derrotarem os mouros. Sabemos também que no início do século XII o arcebispo de Compostela, Diego Gelmirez, contrata genoveses e pisanos «nautica artis periti»¹. Contudo é com o documento de 1338², referente aos privilégios concedidos pelo monarca português D. Afonso IV aos mercadores da companhia dos

* Doutoranda em História Moderna na Universidade Aberta.

¹ Vitorino Magalhães GODINHO, *Mito e Mercadoria. Utopia e prática de navegar sécs. XIII-XVII*, Lisboa, Difel, p.196.

² Cf. João Martins da Silva MARQUES, *Descobrimientos Portugueses*, Lisboa, Instituto da Alta Cultura, 1944, vol. I, p. 53.

Bardi e a todos os mercadores florentinos que fossem para Portugal, que podemos confirmar uma presença consistente de florentinos em Lisboa e o início duma feliz e duradoura relação entre o Reino de Portugal e a República de Florença. Com tal documento o rei português comprometeu-se a defender os florentinos e os seus bens; permitiu a livre saída e entrada no reino de Portugal; deu autorização para que pudessem eleger um cônsul escolhido de entre a sua comunidade para julgar os seus pleitos, embora devesse intervir o juiz da Corte nas causas em apelação.

A abertura aos mercados da Europa do Norte fez com que as rotas do comércio marítimo dos italianos, nomeadamente dos florentinos, entrassem em contacto com o porto de Lisboa. Companhias comerciais e sobretudo bancárias estabelecidas na Flandres enviavam correspondentes para todo o lado com o intuito de recolher indicações sobre prováveis novos mercados. Foi assim que mercadores e banqueiros florentinos vieram para Lisboa atraídos por este mercado. Destes, alguns ficaram durante uns tempos, outros apenas de passagem, outros ainda mudaram-se definitivamente para a capital portuguesa.

Um dos florentinos que esteve em Lisboa durante um curto período de tempo, mais precisamente entre quatro e seis meses em 1399, foi Bartolomeo Manni. Enviado da companhia dos Alberti a Lisboa, Bartolomeo escreveu desta cidade cinco cartas para as filiais de Francesco di Marco Datini³ em Pisa e Barcelona, cujo conteúdo diz respeito essencialmente àquilo que o mercado lisboeta oferecia.

Entretanto, as relações diplomáticas entre Lisboa e Florença tornavam-se cada vez mais intensas, como testemunha uma carta enviada pela Signoria de Florença ao rei D. João I, em 9 de Janeiro de 1430, em que se agradecia o bom acolhimento dado às galés florentinas que tinham feito uma paragem em Lisboa de regresso da Flandres. Na mesma carta os florentinos pediam ao monarca português que lhes fossem concedidos os mesmos privilégios que tinham sido outorgados aos venezianos em 1406 em consequência dos serviços prestados na Terra Santa.

³ O espólio documental de um grande mercador italiano Francesco di Marco Datini, toscano, nascido numa pequena localidade perto de Florença chamada Prato, por volta de 1335 e morto na mesma cidade em 1410, foi analisado exhaustivamente por Federigo Melis na sua obra *Documenti per la storia economica dei secoli XIII-XV*, Firenze, Leo S. Olschki, 1972. O Arquivo Datini conserva 126.000 cartas comerciais juntamente com mais 11.000 cartas de carácter particular e familiar e mais de 600 livros de contabilidade.

A troca de correspondência entre a Signoria de Florença e a corte portuguesa mantém-se intensa nos anos seguintes, a seguir à morte do Cardeal Jaime de Portugal ocorrida em 28 de Agosto de 1459 na casa de Niccolò Cambini, mercador florentino e banqueiro do rei de Portugal em Florença. As cartas de agradecimento enviadas pelo rei D. Afonso V revelam que os gastos e as honras fúnebres foram sustentadas pela República Toscana. Seguiram-se cartas de resposta, onde, entre outras coisas, a Signoria pedia mais uma vez protecção para as embarcações florentinas que faziam escala no porto de Lisboa⁴.

É necessário salientar, porém, que as relações entre Florença e Portugal não estavam limitadas à correspondência entre a corte portuguesa e a Signoria ou entre os mercadores residentes em Lisboa com as casas comerciais sediadas na *mãe-pátria*, mas abrangiam contactos ainda mais estreitos, «(...)da sembrare che Fiorentini e Portoghesi venissero attratti reciprocamente da misteriosa simpatia.»⁵ Esta afinidade estava baseada na confiança que os monarcas portugueses sentiam em relação a Florença, núcleo da Renascença das letras e das artes, terra de mercadores que viajavam por todo o mundo e que, por isso, tinham alcançado conhecimentos e experiências notáveis⁶.

⁴ Lê-se numa carta de 11 de Outubro de 1460 enviada de Florença ao rei D. Afonso: «*Regi Portugallie. Quamquam virtus et probitas vestra nec non eximius amor vester in Rempublicam nostram iamdiu perspectus spem nobis non dubiam prebeant Celsitudinem Vestram triremes nostras que ad Occidentem navigant in regno ac portubus vestris benigne clementerque recepturam, nec passuram ut qui eas ducunt cives nostri molestiam aliquam patiantur, tum ne illarum duces vacui literis nostris ad Maiestatem venient vestram, quasi eiusdem non ut decet memoriam teneremus, has breves Celsitudini Vestre scribere instituimus, orantes atque obsecrantes, ut qua consuevit semper benevolentia et caritate cives nostros suscipiat et ab omni molestia tueatur; existimetque non minorem de his triremibus nos curam habere quam si de salute urbis nostre ageretur quam sospitem esse ac felicem vos cupere multa inditia iamdiu demonstrarunt*» In: Gustavo UZIELLI, *Colloquio avvenuto in Firenze nel luglio del 1459 fra gli Ambasciatori del Portogallo e Paolo dal Pozzo Toscanelli*, Roma, presso la Società Geografica Italiana, 1898, p. 17.

⁵ Carlo CARNESECCHI, «Paolo Toscanelli e gli Ambasciatori del Re di Portogallo nel 1459», in: *ASI*, tomo XXI, 1898, p. 316.

⁶ Carlo Carnesecchi explica, do seu ponto de vista, as razões que levaram a uma tão estreita relação entre o mundo florentino e o lusitano: «*I portoghesi confidavano che da Firenze, sede del glorioso rinascimento letterario e artistico, centro delle più nobili attività umane, patria di mercanti che viaggiavano per tutto il mondo e nulla tralasciavano*

Voltando à presença de florentinos em Lisboa, vejamos que, para além de galés florentinas de passagem na costa portuguesa, havia já, nesta altura, meados do século XV, florentinos bem instalados na capital portuguesa como testemunha a carta de privilégio concedida a Bartolomeo Florentim e a João Forbim de Marselha⁷. O espírito empreendedor deste florentino, cujo nome completo era Bartolomeo di Iacopo di ser Vanni e que, além de ser representante e procurador dos Cambini em Lisboa, era igualmente intermediário entre a praça portuguesa e a Flandres, e a de Roma e Florença, permitiu-lhe envolver-se com sucesso em mais do que um negócio.

De facto, a carta de privilégio de 16 de Junho de 1443 outorgava-lhe a concessão da exclusividade, com excelentes condições, da pesca do coral nos mares portugueses durante 5 anos em parceria com João Forbim de Marselha⁸.

di osservare, potesse venire molta luce per trovare attraverso mari inesplorati la via desideratissima di quelle terre», idem, p. 318.

⁷ Bartolomeo Florentim foi confundido, durante muito tempo, com Bartolomeo Marchionni também florentino, um dos mais importantes homens de negócios residente em Lisboa, ao mesmo tempo mercador e banqueiro, que actuou durante o reinado de D. Manuel. A evidente discrepância temporal tinha já alertado Sousa Viterbo e Prospero Peragallo acerca da possibilidade de os dois florentinos não serem a mesma pessoa. Contudo, foi Virgínia Rau que esclareceu o equívoco no seu estudo «Bartolomeo di Iacopo di ser Vanni mercador-banqueiro florentino «estante» em Lisboa nos meados do século XV», in: *Do Tempo e da História*, Lisboa, IV, 1971.

A importância deste estudo reside também no facto de a historiadora apresentar, através da actividade de Bartolomeo Florentim, o modelo da actuação das companhias florentinas no que diz respeito às operações bancárias e, em geral, às operações da área financeira. Além disso, a documentação apresentada por Virgínia Rau testemunha a intensa relação entre as bancas florentinas e a coroa lusitana, sendo Bartolomeo di Iacopo di ser Vanni representante da companhia dos Cambini de Florença.

⁸ As condições da concessão eram as seguintes: «Ninguém, salvo eles ou quem eles quisessem, poderia pescar coral; ser-lhes-ia quite metade da dízima e poderiam exportar o que lhes aprouvesse sem nada mais pagar; do que vendessem no reino pagariam a sisa; as redes, enxárcia e aparelhos das barcas que mandassem vir não pagariam dízimas, nem portagem nem outro algum direito. Ao dito Forbim, e aos homens que ele mandasse vir de Marselha e de Provença ou outro lugar, era concedido seguro e salvo conduto para entrar, estar e sair livremente do reino, sem lhes ser feito mal nem represália em suas pessoas e bens, tanto no mar como em terra (...)», in: João Martins da Silva MARQUES, *op. cit.*, Suppl. ao vol. I, p. 523.

Ligados às operações bancárias efectuadas por Bartolomeo Florentim, algumas de teor mais consistente, outras menos, aparecem os nomes de outros florentinos que serviram de testemunhas, como é o caso de Cosimo Boni que alcançou a categoria de «estante» em Lisboa, obtendo a 8 de Julho de 1450 o privilégio de uso de armas, e a 12 de Junho de 1454 teve carta de seguro real que lhe permitia circular com as suas mercadorias por todo o reino garantindo-lhe segurança pessoal, bem como a todos os seus bens e mercadorias⁹. De igual modo surge, associado ao de Bartolomeo Florentim, o nome de Pedro Moscini num documento datado de 13 de Setembro de 1447 o qual atesta terem estes recebido do prior do convento do mosteiro de Alcobaça a soma que lhe tinha sido emprestada.

A acção na área financeira de Bartolomeo Florentim foi bastante intensa, como se pode deduzir pelas letras de câmbio que passou em ocasião do casamento da irmã de D. Afonso V, a Infanta D. Leonor, com Federico III que teve lugar em Siena em 1452¹⁰.

É nessa altura que a actuação do florentino se expande noutros campos: o seu interesse dirige-se para o negócio da importação e exportação, trabalhando sozinho ou, por vezes, associado a outro florentino, Giovanni Guidetti, também ligado aos Cambini de Florença.

As mercadorias exportadas para Itália por Bartolomeo eram frequentemente a grã de Sintra, particularmente apreciada para tingir os panos de vermelho, escarlata, carmesim e violeta, e o couro que o artesanato de Florença consumia em grandes quantidades. Importava de Itália panos de seda, peças de ouro e também «(...) peças de veludo, de 'damaschino' ou 'rasos' pretos, 'zetani alto e basso' carmesim, pano 'paonazzo', tafetá carmesim, objectos de prata (...), livros, jóias e objectos de arte(...)»¹¹.

Esta variedade de interesses será uma característica constante da actuação dos florentinos, cujo espírito empreendedor criou personalidades de sucesso em várias áreas, brilhantes especificamente na área financeira e no comércio de mercadorias de qualidade. Assistimos, assim, em meados

⁹ ANTT, *Chancelaria D. Afonso V*, l. 34, fl. 181; l. 3, fl. 173v.

¹⁰ As letras de câmbio foram passadas por Bartolomeo Florentim nos anos 1451-1452 a D. Afonso, Marquês de Valença e Conde de Ourém, que tinha conduzido a Infanta D. Leonor em Itália; a Lopo de Almeida, do conselho do rei de Portugal, que acompanhava D. Leonor; a João Fernandes de Silveira que tratara das cerimónias preparatórias do casamento. Cf. Virgínia RAU, *op. cit.*, p. 108.

¹¹ *Ibidem*, pp. 111-112.

do século XV, ao consolidar-se em Lisboa de uma comunidade florentina muito activa, cujos membros se revelaram pioneiros em novas actividades, recorde-se a pesca do coral.

Outro exemplo da versatilidade dos florentinos é representado por Giovanni Guidetti ao mesmo tempo parceiro de Bartolomeo di Iacopo di ser Vanni em negócios de exportação e importação, sócio dos irmãos Lomellini no contrato do monopólio da exportação da cortiça e participante na actividade da pesca do muge, como está registado na conta corrente que Guidetti tinha nos Cambini de Florença. Num documento publicado por António Braamcamp Freire e guardado na Torre do Tombo¹², lê-se que Giovanni Guidetti, em 1460, comprou a D. Afonso V a sétima parte do fundo que constituía o depósito feito pelo rei D. João I em 1409 no Monte de Florença, e que tinha o valor actualizado de 41.582 florins. A sétima parte correspondia, portanto, a importância de «(...)quinhentos mil reais brancos pagos a pronto(...)»¹³

Outro florentino ligado à companhia Cambini que residiu durante algum tempo em Lisboa, pelo menos entre 1459 e 1472, foi Piero Ghinetti, cujo pai trabalhava o couro em Florença e recebera de Portugal, através do próprio filho e de Giovanni Guidetti, grandes quantidades de material¹⁴.

Era precisamente este o procedimento comum dos mercadores florentinos como atesta a actividade de mais uma companhia toscana que, apesar de ter a sua sede em Colle Val d'Elsa, pequena localidade a poucos quilómetros de Florença, mantinha um comércio muito rentável com Florença, Pisa e Lisboa. Produtora de papel, a companhia da Colle alargou o próprio negócio de compra e venda a outras mercadorias: exportação de tecidos e importação de grã de Sintra e de couros. Sabemos também que em 1469 Giovanni da Colle celebrou um contrato com o rei D. Afonso V em que lhe era concedido o privilégio exclusivo de extrair e «lavar» o alúmen em todo o reino durante dez anos. As despesas eram a cargo do florentino e os lucros divididos em partes iguais com o erário português¹⁵.

¹² ANTT, *Extras*, l.1, fls. 46v-47

¹³ A. Braamcamp FREIRE, «Notícias da feitoria das Flandres», in: *Arquivo Historico Portuguez*, vol. VI, p. 71.

¹⁴ Cf., Federigo MELIS, «Di alcune figure di operatori economici fiorentini attivi nel Portogallo, nel secolo XV», in: *Fremde Kaufleute auf der iberischen Halbinseln*, (hrsg. Von Hermann Kellenbenz), Koln-Wien, Bohlau Verlag, 1970, p. 59.

¹⁵ Cf., Prospero PERAGALLO, *Cenni intorno alla colonia italiana in Portogallo nei secoli XIV, XV, XVI*, Genova, Stabilimento Tipografico Ved. Papini e Figli, 1907, p. 59.

Nos registos da companhia aparecem muitos dados concernentes às relações cambiais que envolviam portugueses e italianos como também os nomes de mercadores florentinos que no século XV residiam e trabalhavam em Lisboa. Não devemos esquecer que o mercado italiano, nomeadamente o florentino, tinha uma longa tradição na indústria de curtir peles e couros, o que levava a absorver grandes quantidades de couros de Lisboa que, na altura, se tinha tornado no «(...) più grande emporio di cuoia all'esportazione e quasi tutte prendevano la via del Mediterraneo, sbarcando almeno per il 90% a Livorno»¹⁶. O mercado lisboeta disponibilizava também couros da Irlanda, desconhecidos, antes do século XV, no Mediterrâneo.

Tendo o couro o primeiro lugar nas exportações para a Itália, não admira que muitos florentinos residentes na capital portuguesa se entregassem a este comércio. É deste modo que encontramos Lorenzo Berardi, florentino em Lisboa, num documento datado de Novembro de 1451 relativo a um pagamento antecipado na compra de couros. Este pagamento foi concluído com o rei de Portugal D. Afonso V¹⁷, que concedera a Lorenzo, em 18 de Agosto de 1450, um salvo conduto para ele poder comerciar livremente no reino de Portugal, mesmo com mercadoria importada. O privilégio consentia ao florentino tornar-se «estante» em Lisboa, e permitia-lhe sair de Portugal com as próprias mercadorias sempre que quisesse¹⁸.

Estas breves notas sobre algumas das presenças florentinas em Lisboa na primeira metade do século XV tiveram o objectivo de sinalizar, resumidamente, a quantidade e variedade de operações desempenhadas por este grupo de italianos, de molde a fornecer uma ideia suficientemente clara duma mentalidade mercantil fortemente empreendedora dirigida à descoberta do mercado mais rentável.

Chegados ao último quartel de século XV, assistimos, portanto, à presença, entre outros mercadores italianos, dum sólido grupo de mercadores florentinos, que se destacam quer pelo seu papel de intermediários

¹⁶ Federigo MELIS, «Di alcune figure di operatori economici fiorentini...», *op. cit.*, p. 64.

¹⁷ Cf., Marcello BERTI, «Le aziende da Colle: una finestra sulle relazioni commerciali tra la Toscana ed il Portogallo a metà del Quattrocento», in: *Miscellanea storica nel 650.º anniversario dello Studio Generale di Pisa*, ed. ETS, Pisa, 1994, p. 78.

¹⁸ ANTT, *Chancelaria D. Afonso V*, l. 15, fl. 90v.

financeiros, quer pela sua intensa e activa participação no comércio português. Muitos dos nomes acima mencionados representavam os interesses da Companhia Cambini de Florença, cujos registos constituem uma fonte fundamental na definição cronológica da movimentação destes mercadores.

De facto, é nos registos dos Cambini que aparece, a partir de 1 de Janeiro de 1473, o nome dum dos mais conhecidos e vigorosos mercadores florentinos deste final de século: Bartolomeo Marchionni. A sua actuação registada nos cadernos da empresa revela «(...) *un numero di operazioni impressionante per assortimento, per volume e per estensione geografica* (...)»¹⁹ que este mercador-empendedor florentino desenvolveu com a empresa Cambini, tendo, possivelmente, relações com mais companhias italianas e estrangeiras, visto o seu nome aparecer, na mesma época, 1476-77, no livro mastro da companhia de Carlo di Ugolino Martelli, e, alguns anos mais tarde, na contabilidade de Bernardo di Antonio di Leonardo Gondi.

Bartolomeo Marchionni surge de tal modo ligado à coroa portuguesa que Piero Vaglianti no «*Elogio do rei D. Manuel*» considera-o o transmissor das ideias de Paolo dal Pozzo Toscanelli a D. Manuel²⁰. Além disso, a sua rede de negócios alcançou níveis elevados, expandindo-se

¹⁹ Federigo MELIS, «Di alcune figure di operatori economici fiorentini...», *op. cit.*, p. 59.

²⁰ Apesar de Vaglianti exagerar o papel de Toscanelli no projecto expansionista português, o que nos interessa é o testemunho dele da presença de Bartolomeo Marchionni em Lisboa e mais precisamente da sua estrita relação com a corte lusitana: «*El perchè la suo Maestà da tutto 'l popolo cristiano ha da esser lodato e favorito come fedele e buon cristiano e merita da tutto 'l mondo di essere favorito e stimato come perfetto e buon cristiano e d'esser principio e causa d'esaltazione e bene d'essa fede, in modo che liberamente lui merita la corona che porta in testa. E di causa e opera n'è principal cagione uno dottore in medicina, nostro fiorentino, el quale prima di strologia e di segnali de' cieli avendo in ciò molto perduto tempo, vidde e conobbe che non era sopra alla terra uomo che me' potese in ciò travagliarsi con più suo comodità di tal viaggio fare e mettere in opera, che la Maestà de' re di Portogallo: e questo fu maestro Pagolo dal Pozzo Toscanelli, uomo singolarissimo, el quale avvisò a un nostro fiorentino era in suo corte, nominato Bartolomeo Marchionne, di tal tratto. E lui ne fece avvisato suo Maestà, in modo al di d'oggi ha fatto un'opera di tal natura che è da essere lodato da tutto 'l mondo*». Piero VAGLIANTI, *Elogio do rei D. Manuel*, publicado por Carmen Radulet e Luís Filipe F. R. Thomaz, «Fontes italianas para a História dos Portugueses no Índico», in: *Mare Liberum*, Dezembro 1999-Junho 2000, n. 18-19, pp. 253-257.

até Sevilha. Daqui muitas notícias através de cartas escritas quer por ele próprio, quer por agentes com quem tinha relações fora de Portugal.

Desde o tempo do Infante D. Henrique que todas as especiarias constituíam monopólio régio pelo menos até 1460 quando este sistema deixou de ser observado. Todavia, com o advento da malagueta, a coroa optou, através de uma ordenação de 19 de Outubro de 1470, voltar ao regime de monopólio que continuou em vigor sob o reinado de D. João II. Entretanto o riquíssimo Fernão Gomes, lisboeta, tinha arrendado o monopólio da malagueta em 1473 por um valor de 100.000 reis por ano. Em 1475 foi Bartolomeo Marchionni que arrendou todo o monopólio, excluindo o ouro, pela soma de 40.000 reis por ano²¹. O mercador florentino tornou-se «natural e vezinho» do reino de Portugal pela carta do rei D. João II de 12 de Julho de 1482²². Os seus comércios dirigiam-se também a África onde, entre outras «mercadorias», o tráfico de escravos era uma das mais rentáveis, como demonstram as cartas de quitação emitidas pelo rei D. Manuel onde são reportadas as somas pagas por Marchionni pelas licenças relativas a este tipo de negócio.

Bartolomeo Marchionni teve o trato do rio dos Escravos até 1487 por 6.300.000 reais, o dos rios de Guiné nos anos 1490-1492 por 1.100.000 reais, e mais tarde, em 1493-1495 pelo dobro, pagando muitas vezes antecipadamente²³. Neste mesmo período Marchionni importa 1648 escravos. Continua o mercador florentino a receber favores da corte portuguesa com D. Manuel que, em 21 de Agosto de 1498, proibiu aos estrangeiros o comércio do açúcar da Madeira não contemplando, porém, nesta proibição, Marchionni e Sernigi²⁴. Este monarca concedeu cartas de legitimação aos filhos de Bartolomeo Marchionni, Maria²⁵, Pedro Paulo²⁶ e

²¹ Cf., Vitorino Magalhães GODINHO, *Os Descobrimentos e a economia mundial*, Lisboa, Editorial Presença, vol. II, p. 154.

²² ANTT, *Chancelaria D. João II*, l.2, fl. 165.

²³ A. Braamcamp FREIRE, «Cartas de quitação del rei D. Manuel», in: *Arquivo Histórico Portuguez*, t.II, 1905, p. 477.

²⁴ Cf., Virginia RAU e J. de MACEDO, *O açúcar da Madeira nos fins do século XV*, Funchal, Junta-Geral do Distrito Autónomo do Funchal, 1962, p. 31.

²⁵ ANTT, *Chancelaria D. Manuel*, l.1 de legit., fl.125v.

²⁶ Entre os capitães de regresso da Índia em 1522 há notícia de «(...) Paulo Marchione, na não Anunciada de seu pay Bartholomeu Florentim», in: Prospero PERAGALLO,

Leonardo,²⁷ e o sucessor, o rei D. João III, autorizou o comerciante florentino a *andar de mulla* ²⁸.

Neste final de século a actividade de Marchionni inclui também operações na área dos câmbios, dos seguros e das finanças. A sua intervenção nas expedições que tinham como objectivo os novos mercados orientais foi em 1501, logo a seguir à primeira viagem de Vasco da Gama. Nas viagens com destino à Índia os navios pertenciam uns à coroa, outros a particulares, tendo o rei concedido licença para que os comerciantes os pudessem livremente armar. Ficou, porém, estabelecido, que a tripulação seria portuguesa e nomeada pela autoridade régia ²⁹.

Relativamente à viagem de 1501, a armada chefiada por João da Nova era constituída por quatro navios. Duas naus foram armadas pela coroa portuguesa que forneceu tudo o necessário, quer armas, quer vitualhas, para a frota. A terceira nau foi equipada por Bartolomeo Marchionni, eleito, para a ocasião, armador-mor da sociedade que os grandes negociantes e mercadores constituíram com a intenção de participar nos lucros derivados do novo comércio. Da companhia de mercadores presidida por Marchionni era parceiro também o rei com avultado cabedal. Finalmente, a quarta nau foi armada por D. Álvaro, irmão do Duque de Bragança.

É a partir desta altura que Bartolomeo Marchionni aparece muitas vezes presente nas expedições organizadas pela coroa portuguesa. Em 1502 participa na segunda expedição de Vasco da Gama, conjuntamente com os Affaitati, ricos negociantes e empreendedores de Cremona residentes em Lisboa. A chefia do navio foi entregue a Giovanni Buonagrazia, também florentino que, ao que parece, tratava dos negócios das companhias suas conterrâneas, sendo bastante competente. É provável que Giovanni Buonagrazia, antes de chegar a Lisboa ao serviço de Marchionni,

La Bibbia dos Jeronymos e la Bibbia di Clemente Sernigi, Genova, Stabilimento Papini, 1901, p. 26, nota 3.

Outra referência a Pedro Paulo Marchionni como um dos capitães da armada de Diogo Lopes de Sequeira que deixou Lisboa em 1518, encontra-se em Fernão Lopes de CASTANHEDA, *História do Descobrimento e conquista da Índia pelos Portugueses*, Porto, 1979, L.IV, cap. XLIII, p.943.

²⁷ ANTT, *Chancelaria D. Manuel, l.1 de legit., fl.1 e seg.*

²⁸ ANTT, *Chancelaria D. João III, l.1, fl. 84v.*

²⁹ Cf., Vitorino Magalhães GODINHO, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, vol. III, p. 53.

tivesse estagiado em Bruges onde se encontrava a companhia Scarfi-Buonagrazia que decidiu contratar mais um colaborador disposto a transferir-se ³⁰.

Encontramos uma referência a Giovanni Buonagrazia nas últimas vontades que Giovanni da Empoli ditou a bordo do navio «Spera» no dia 4 de Abril de 1515, pouco antes da sua partida de Lisboa para Sumatra que teve lugar no dia 5 de Abril de 1515. Giovanni da Empoli, como homem prudente que era, redigiu um testamento muito minucioso em presença de testemunhas ³¹. Uma parte do testamento é dirigida a Luca Giraldi a quem, entre outras coisas deixa «(...) *uno sacho chon molte granate sugellate del sugello di L.º Bonagrazia et alsì uno chonoscimento di detto L.º di piú topazi giacimti et altro che io gli chonsegnai sopra di lui perchè ditte chose apartemghono alle heredi di Giovanni Buonaghrazia(...)*» ³², o que nos leva a supor que em 1515 Giovanni Buonagrazia já tinha morrido.

Voltando à actividade de Marchionni, a 6 de Abril de 1503 financia um navio que parte na expedição de Afonso de Albuquerque juntamente com a companhia de Girolamo Frescobaldi e Filippo Gualtierotti di Bruges. O navio regressou a 16 de Setembro de 1504. A 25 de Março de 1505 um grupo de comerciantes italianos, tendo à cabeça Bartolomeo Marchionni, participaram com um investimento de 29.400 cruzados na armação de dois navios da expedição chefiada por D. Francisco de Almeida.

No início, o comércio da carreira da Índia estava submetido a poucas limitações. Quem tinha possibilidades podia participar na armação de navios, exportar para o Oriente qualquer tipo de mercadoria e importar tudo quanto quisesse com a única condição de pagar os direitos aduaneiros. Estas circunstâncias não podiam deixar de se revelar favoráveis à actuação dos mercadores italianos. O grupo dos florentinos era particularmente activo nesta altura como se pode confirmar pelas inúmeras cartas de quitações passadas pelo rei D. Manuel e por cartas de negócios com que se passavam informações acerca da quantidade de especiarias compradas aquando da chegada de navios no porto de Lisboa.

³⁰ Cf., Marco SPALLANZANI, *Mercanti Fiorentini nell'Asia Portoghese, (1500-1525)*, Firenze, S.P.E.s., 1997, p.24. Sobre as viagens de Giovanni Buonagrazia, *idem*, pp. 25-27.

³¹ Cf., A. GIORGETTI, «Nuovi documenti su Giovanni da Empoli», in: *ASI*, tomo XIV, disp. IV, 1894, p.322.

³² *Idem*, p.328

O facto de as casas comerciais florentinas estarem estabelecidas há muito tempo em Portugal, de terem tido negócios com a coroa, de os mercadores florentinos se terem tornado, em muitos casos, naturais do reino, de gozarem de privilégios reais, constituiu uma vantagem para a dita comunidade que teve autorização para os seus comércios mesmo quando a política régia visou, já a partir de 1506, o monopólio completo³³. A partir desta altura e até 1570, o Estado exerceu o monopólio do comércio das especiarias, sendo a armação das frotas, a exportação e importação da e para a Índia inteiramente por conta da coroa. É também por volta desta altura, fim de 1504 início de 1505, que o Estado organiza a praça de Lisboa, tornando-se a Casa da Índia o intermediário obrigatório e estabelecendo um preço único.

Ligados aos negócios de Bartolomeo Marchionni, além dos outros grandes mercadores da altura, os já mencionados Affaitati e Sernigi, encontram-se Leonardo Nardi³⁴, florentino, e Benedetto Morelli, florentino e sobrinho de Marchionni de quem era sócio no comércio das especiarias³⁵, e que nos anos 1509, 1510 e 1511 tinha um arrendamento da ilha de Madeira sendo o tio fiador e pagador³⁶.

Data-se a morte de Bartolomeo Marchionni por volta de 1523, e temos notícia dum descendente, Luís, fidalgo da Casa Real, tesoureiro do fisco de Goa, cargo que ainda conservava em 1590 quando pede para

³³ Para sublinhar a importância da autorização régia relativamente ao tráfico das especiarias é necessário lembrar que a grande companhia alemã fundada em Augsburg sob a direcção de Anton Welser e Conrad Voehlin, embora apoiada pelo imperador, teve resposta negativa ao pedir a autorização, sendo-lhe concedida apenas a participação na armação. Cf., Vitorino Magalhães GODINHO, *Os Descobrimentos e a economia mundial*, vol. III, p. 58

³⁴ Leonardo Nardi era empregado na casa comercial de Bartolomeo Marchionni. Participou na armada chefiada por Diego Mendes de Vasconcelos.

³⁵ ANTT, *Chancelaria D. Manuel*, l. 15, fl. 90

³⁶ «A quantos este nosso alvará de quitaçam virem, que Benedito Morele se concertou com nosco o anno trespassado de 511 de nos dar por nós decermor da demanda, que per nossa parte era movida contra elle, sobre o que nos devia do arrendamento que teve da nossa ilha da Madeira dos annos de 509 e 510 e 511, dez mil arrobas de açucar pagos nesta maneira, a saber: 3:750 arrobas em pimenta, a rezam de 22 cruzados o quintal, e o açucar a 315 rs. arroba na nossa Casa da India; e as 6:250 arrobas em açucar, as quaes por ele nos pagou Bertolameu Merchone, como seu fiador e principal pagador (...)», ANTT, *Chancelaria D. Manuel*, l. 25, fl. 61v.

o seu filho Bartolomeo Marchionni a sucessão do ofício no caso do seu falecimento³⁷.

Outro florentino gozava de uma posição de privilégio na corte portuguesa: trata-se de Girolamo Sernigi que já encontramos envolvido no comércio do açúcar da Madeira com Marchionni e que comerciava livremente na Guiné, como se sabe através duma carta escrita de Cadis por Simone del Verde em 2 de Janeiro de 1499³⁸.

É preciso apontar a importância que tinham os privilégios outorgados a Marchionni e Sernigi que lhes permitiam comerciar na Guiné, tendo em atenção que a via marítima para a opulenta Índia ainda não oferecia dividendos. Para além de mais, D. Afonso V tinha promulgado uma lei na qual se ordenava «*que ninguem arme navios para a Guiné*»³⁹.

Embora possa parecer exagerada a interpretação proposta por Prospero Peragallo que explica terem sido os inúmeros favores concedidos por D. Manuel aos dois florentinos a causa principal do valioso presente oferecido por Sernigi ao monarca português, não podemos, contudo, excluir o efeito que esta belíssima dádiva teve em D. Manuel⁴⁰. Seja como for, o que nos principalmente interessa é salientar mais uma vez as óptimas relações entre a corte portuguesa e os florentinos residentes na capital lusitana.

Girolamo Sernigi estava em Lisboa quando Vasco da Gama regressa da sua primeira viagem à Índia, e é até um dos primeiros a descrever o acontecimento aos seus conterrâneos. A sua actividade e a dos membros desta poderosa família abrange várias áreas, desde o comércio do açúcar na Madeira onde, em sociedade com Marchionni, tinha criado grandes plantações, passando pelo comércio de escravos da Guiné, continuando com a actividade de armador de navios para o Oriente. Testemunho desta frenética actuação são as cartas de quitação passadas pelo rei D. Manuel.

Ia como capitão de um dos navios na armada de Diogo Mendes de Vasconcelos que se dirigia a Malaca em 1510, Dionigi Sernigi, irmão de

³⁷ Cf., Vitorino Magalhães GODINHO, *Os Descobrimentos e a economia mundial*, vol. III, p. 197.

³⁸ «*Avete inteso dei navilii di Ginea in Lisbona con il governo di Girolamo Sernigi*», apud Prospero PERAGALLO, *La Bibbia dos Jeronymos e la Bibbia di Clemente Sernigi*, op. cit., p. 19.

³⁹ ANTT, *Gaveta 7, Maço 11, n. 3*

⁴⁰ Trata-se da belíssima Bíblia iluminada pelo mestre florentino Atte Attavante.

Girolamo, e o sobrinho Cipriano. Os filhos de Girolamo, Annibale e Emanuele, partiram também para o Oriente e, apesar de não termos as datas precisas da sua partida, temos notícia de Emanuele Sernigi estar em Calecute em 1525 como voluntário ajudando a armada portuguesa que estava a ser atacada.

Na expedição de 1510, como já adiantámos, participou igualmente o mercador Giovanni da Empoli, florentino, com um investimento de «*chrociati settemila d'oro*»⁴¹. Os resultados não atingiram, porém, as expectativas esperadas devido a uma série de problemas surgidos com o então governador da Índia Afonso de Albuquerque cujas intenções especificamente militares contrastavam profundamente com os fins comerciais da expedição. Os mercadores, que compunham a maioria dos membros da frota, recusaram-se a seguir o governador nas operações militares. Giovanni da Empoli queixou-se ao rei D. Manuel mas, temendo uma vingança posterior, escreveu logo também ao papa Leão X para que intervesse junto da corte portuguesa implorando protecção.

A 25 de Maio de 1511, uma carta do rei D. Manuel dá a Girolamo Sernigi os mesmos privilégios dos naturais do reino de Portugal⁴², tendo em conta que o mercador residia já há muito tempo em Lisboa, e,

⁴¹ Escreve Giovanni da Empoli no seu testamento: «*Inoltre io forni' nelle 4 navi armate per Girolamo Sernigi, di che era Chapitan magior Diego Mendes di Vasco Gomçelos a lire e soldi, im tutte a quattro, chrociati settemila d'oro dati a ditto Girolamo Sernigi et dallui avutone luogho con quelle chondizioni et patti che lui ha fatto con questo Ser.mo Re et m'è ubrigato ditto Sernigi a tal partito chome si dichiara per una scrittura pubricha fatta per mani di Bras Alfomso tabalione coè notario. Hora tutte le navi sono gumte a salvamento li pepi della nave Trinità che vennono l'anno passato stanno in la casa d'Amina et simil li pepi di queste tre navi venute questo anno; l'altre sorte spezi dell'anno passato s'ebono et li Ghualterotti ebono la lor et mia parte*» in: A. GIORGETTI, *op. cit.*, p. 325.

⁴² «*Havendo Nos respecto aos serviços que temos recebido, e ao diante esperamos receber de Geronjmo Cerniche, Frolemtim, morador estante nesta nosa cidade de Lixboa, e ao muito tempo que nella está, e isso mesmo polla emformaçam que temos de sua boa linhagem(...)temos por bem e fazemollo cidadão da ditta cidade(...)e lhe seram gardados seus privilegios, franquezas, honras, liberdades tam emteiramente, como os ditos cidadãos, e com as premynencias que eles teem e devem teer(...). E Nos praz que o dito Geronjmo Ceniche entre nos pelouros e regimento da camara da dita cidade pela propria maneira que costumam fazer os ditos cidadãos(...)*», ANTT, Chancelaria D. Manuel, l.41, fl.30; também in: Prospero PERAGALLO, *Cenni intorno alla colonia italiana...*, *op. cit.*, p.158

além disso, a corte considerou as boas informações obtidas acerca da sua linhagem. Precisamente por este motivo, quatro anos mais tarde, D. Manuel, numa carta de 4 de Julho de 1515, autoriza-o a utilizar o brasão de família e confirma a ele e aos seus descendentes todos os privilégios já outorgados.

Constata-se, portanto, serem os florentinos, chefiados por Bartolomeo Marchionni, os primeiros «*a cogliere le primizie dei commerci indiani, e sotto l'egida della bandiera reale del Portogallo*»⁴³, estendendo-se a participação a outras empresas florentinas espalhadas no estrangeiro.

A presença florentina continua a ser influente junto da corte portuguesa no século XVI. Já verificámos que no testamento de Giovanni da Empoli aparece o nome de outro ilustre florentino, Luca Girdaldi, que terá grande importância na vida económica portuguesa ao ponto de ser considerado «o ministro das finanças de D. João III». Como outros mercadores florentinos actua numa área de comércio que abrange mercadorias variadas com proventos às vezes óptimos, outras vezes menores. Vejamos, por exemplo, que numa carta escrita em 1546 por Baltazar de Faria, embaixador de Portugal em Roma, dirigida ao rei D. João III, se noticia que Luca Girdaldi comerciava até em trigo⁴⁴.

É de assinalar que a escassez de trigo foi uma constante na economia portuguesa a partir de 1272 quando foi proibida, pela primeira vez, a saída de cereais do reino de Portugal. A partir do século XVI o problema foi-se aguçando, até ser emanada uma ordenação, em 1504, para que os mantimentos não saíssem de Portugal sendo necessários para o abastecimento das armadas e das novas colónias. Vê-se, portanto, quanto Portugal precisasse, em meados de 1500, de importar trigo.

Deve-se igualmente sublinhar que a variedade de produtos comercializados pelos florentinos diminuía grandemente os riscos de falência caso acontecesse uma queda na venda dum produto.

Prestigiada figura da Lisboa dos meados do século XVI, Luca Girdaldi obteve em 1551 o título de fidalgo da Casa Real e, em 1557, foi-lhe conce-

⁴³ Prospero PERAGALLO, *La Bibbia dos Jeronymos...*, *op. cit.*, p.24

⁴⁴ «*Duas naos de florentis sam partidas pera Lisboa a vera XV dias com trigo. Hua não que se dis a Galega por mestre Arnao Fernandes de Lucas Girdaldes aribou aqui com atuns e partio a vera 8 dias pera Cecilia carregar de trigo pera Lisboa. Carta de Roma a XXV de março de 1546*» in: *Corpo Diplomatico*, Lisboa, Typographia Real das Sciencias, 1884, vol. 6, p. 32.

dida a autorização para usar brasão de armas em Portugal. Culto, riquíssimo, tornou-se amigo de figuras eminentes dos círculos culturais portugueses de Quinhentos, tal como o vice-rei da Índia, D. João de Castro. Arguto observador das flutuações do mercado, Luca Girdali percebe, percorrendo os tempos, que era preponderante resolver a concorrência no comércio das especiarias e das drogas⁴⁵. Procurador dos Affaitati no comércio do açúcar em 1527, os negócios de Luca Girdali eram também direccionados na compra das especiarias, recebendo do rei D. João III uma carta de privilégios em que ele, seus feitores e criados gozariam das mesmas liberdades e direitos concedidos aos mercadores alemães. Parece também ter viajado até a Índia, e é certo que actuou como armador de navios nas armadas e expedições portuguesas. Um incidente ocorrido na vida deste mercador-banqueiro florentino leva-nos a perceber a influência que exercia e o respeito de que desfrutava junto da corte portuguesa. Trata-se de um processo que foi instruído pela Inquisição⁴⁶, no qual Luca Girdali é acusado de fazer comércio com os mouros no norte de África. O processo nunca teve sentença e não teve qualquer repercussão sobre o prestígio do rico mercador nem sobre a sua honra, até a morte ocorrida em 1565.

Armador, mercador e finalmente agente financeiro da Santa Sé, Luca Girdali era famoso e procurado pela corte portuguesa pela sua próspera actividade enquanto banqueiro. Associado à casa bancária em Roma de Giovan Battista Cavalcanti, mercador banqueiro florentino casado com uma sobrinha de Girdali, tinha criado uma rede de relações entre Portugal e Itália que permitia aos embaixadores em Roma, junto da Santa Sé, poder contar com adiantamentos ou empréstimos de dinheiro caso precisassem. Além disso, sendo a casa bancária dos Cavalcanti associada à dos Affaitati em Antuérpia, não é difícil perceber a rede de informações e de actividades que deviam estar nas mãos deste poderoso homem de negócios. Os seus

⁴⁵ A carta dirigida a João de Castro em 1546 expõe claramente o âmago do problema e as resoluções que, a seu ver, eram as mais adequadas. A carta foi integralmente publicada por Virgínia Rau no seu exaustivo estudo sobre Luca Girdali «Um grande mercador-banqueiro italiano em Portugal: Lucas Girdali», in: *Estudos Italianos em Portugal*, n.24, Lisboa, 1965

⁴⁶ O processo, existente no cartório da Inquisição de Lisboa, é analisado por Isaias da Rosa Pereira, «Lucas Girdali, mercador florentino, na Inquisição de Lisboa», in: *Anais da Academia Portuguesa da História*, Sep. II série, vol 28, Lisboa, 1982.

herdeiros, é preciso assinalar que nunca casou mas pediu ao rei D. João III a legitimação dos filhos Francisco, Luísa e Maria⁴⁷, continuaram integrados na sociedade aristocrática portuguesa. De facto, encontrámos Francisco Girdali em qualidade de embaixador do rei D. Sebastião em Inglaterra em 1571 com a tarefa importante de conseguir um contrato comercial entre Portugal e Inglaterra e, alguns anos mais tarde, em 1580, ainda embaixador em França defendendo a causa portuguesa perante às ambições ao trono de Filipe II de Espanha. Com uma carta de 1581 informa o Granduca de Toscana, Francesco I, da triste situação em que Portugal se encontrava⁴⁸.

Um factor importante a salientar dentro da comunidade florentina é a grande movimentação entre os membros das diferentes companhias espalhadas nas zonas de maior concentração de interesses comerciais. Este intercâmbio entre os membros das casas comerciais é caracterizadora da atitude dos florentinos, que viajavam frequentemente para estar a par dos próprios negócios. Esta mobilidade, se por um lado dificulta um estudo sistemático para a definição e o aperfeiçoamento do quadro económico, social, político e cultural dos florentinos em Portugal no século XVI e a sua intervenção na sociedade portuguesa, por outro lado ajuda a *individualizar* figuras que, embora pertencentes a companhias no estrangeiro, foram eventualmente enviadas a Lisboa pelos motivos mais diversos e aparecem desligadas das companhias aqui residentes.

É juntando as peças do mosaico constituídas pelos rastros deixados nas diferentes praças europeias que se pode chegar a individuar a origem de mercadores cuja proveniência nem sempre é mencionada.

É o caso, entre outros, de Benedetto Ugucioni cujo êxito em Portugal é documentado pelo facto de lhe terem sido concedidos os mesmos privilégios dos mercadores alemães pelo rei D. João III em 1541, «*para ele e um seu feitor enquanto tivesse seu trato e negócio assentado na cidade de Lisboa. Nas cousas que despachasse na alfândega para despesas de sua casa só era isento de direitos até 20.000 rs. por ano*»⁴⁹. Este mercador

⁴⁷ ANTT, *Chancelaria de D. João III, Perdões e Legitimações*, l.17, fl.91v e 92

⁴⁸ Cf., Giuseppe CANESTRINI, «Intorno alle relazioni commerciali de' fiorentini co' portoghesi avanti e dopo la scoperta de Capo di Buona Speranza», in: *ASI*, Appendice tomo III, 1986, p. 109

⁴⁹ ANTT, *Chancelaria de D. João III*, L. 50, fl. 238v; também in: Valentina Cotta do Amaral, *Privilégios de mercadores estrangeiros no reinado de D. João III*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1965, p.58

devia, com toda a certeza, ser proveniente de Florença onde era florescente a actividade de «battilori»⁵⁰ de Bernardo Ugucconi⁵¹. Um Giambattista Ugucconi comparece no *livro grande* da Sociedade Gondi, florentina, em Lyon.⁵² Deve tratar-se do mesmo Giovanbattista de Carlo Ugucconi que em 15 de Março de 1511 encontramos em Londres numa reunião do consulado da nação florentina⁵³.

É um quadro efervescente, caracterizado por ritmos frenéticos, vaivém constante de mercadores e mercadorias, o cenário da Lisboa do início do século XVI, e foi neste panorama que os mercadores italianos, que viviam e trabalhavam na capital do reino português e que já tinham alcançado um sucesso comercial notável, compraram um terreno na freguesia dos Mártires e o ofereceram à Igreja de S. João de Latrão, «*donatione irrevocabili*»⁵⁴, solicitando ao então Sumo Pontífice, Leão X, a permissão para construir uma igreja da Nação Italiana e para receberem protecção e privilégios derivados da sua agregação ao Capítulo de Latrão. A resposta do papa Leão X ao pedido dos italianos foi positiva, mas a morte, ocorrida em 20 de Abril de 1518, não lhe deu a possibilidade de conceder os ditos privilégios que, porém, foram confirmados e conferidos pelo seu sucessor, papa Clemente VII.

Construída no lugar onde existia um nicho ou ermida devoto a Santo António, a igreja dos italianos foi dedicada à Virgem do Loreto, cujo culto, já antigo em Itália mas novo em Portugal, atingiu em 1518 a mesma intensidade que no seu tempo tinha alcançado a Senhora de la Salette e a Senhora de Lourdes.

O facto de a Basílica de São João de Latrão ter aceite o pedido de anexação feito pelos confrades da Igreja do Loreto para que esta pudesse

⁵⁰ Arte de trabalhar o ouro e outros metais preciosos batendo-os até torná-los em folhas muito finas para dourar ou pratear.

⁵¹ Cf., Federigo MELIS, «Il commercio transatlantico di una compagnia fiorentina stabilita a Siviglia a pochi anni dalle imprese di Cortes e Pizarro», in: F. MELIS, *Mercaders italianos en España (siglos XIV-XVI)*, Publicaciones de la Universidad de Sevilla, n. 1, 1976, p. 75.

⁵² Cf., Federigo MELIS, «Gli Italiani e l'apertura delle vie atlantiche», in: F. Melis, *Mercaders italianos en España (siglos XIV-XV)*, Publicaciones de la Universidad de Sevilla, n. 1, 1976, p. 172.

⁵³ Cf., Gino MASI, *Statuti delle colonie fiorentine all'estero*, Milano, Giuffrè- Editore, 1941, p. 188

⁵⁴ ANSL, doc. 19, Caixa I, Breve do Papa Bento XIII de 20 de Abril de 1726.

gozar dos privilégios que tal agregação previa, foi de extrema importância para perceber a vida atribulada que a Confraria de Loreto teve, mesmo logo a seguir à sua constituição, com o Patriarca de Lisboa e o Cabido da Freguesia dos Mártires a que a Igreja do Loreto distritalmente pertencia.

A Igreja do Loreto foi aberta ao culto a 8 de Janeiro de 1522, sob o reinado de D. João III, e o monarca permitiu o uso da antiga muralha da cidade, fora das portas de Santa Catarina. Para a ampliar, a Confraria do Loreto empenhou-se em adquirir terrenos vizinhos foreiros à Câmara. A intervenção do rei D. João III, através da carta régia de 29 de Outubro de 1530, a pedido dos Mordomos da Confraria do Loreto, fez com que a igreja ficasse isenta do foro à Câmara⁵⁵.

Organizada administrativamente por uma Junta que se reunia periodicamente para resolver problemas ou para proceder às novas eleições dos oficiais que constituíam a Confraria, a Igreja do Loreto tornou-se rapidamente o pólo aglutinador de toda a comunidade italiana residente em Lisboa.

Lugar singular onde os italianos naturalizados portugueses e integrados na vida lisboeta tinham a possibilidade de regressar às suas origens e à sua língua, a Igreja do Loreto foi desde a sua fundação um território que permaneceu sempre em contacto com o exterior conseguindo manter relações diplomáticas às vezes em situações complicadas. É nestas relações que se define a atitude da comunidade italiana, a firmeza e perseverança com que reagiu às adversidades, nomeadamente calamidades naturais, contrastes frequentes com o Patriarca de Lisboa e, finalmente, problemas de natureza económica.

Elucidativo é o exemplo da intervenção de Luca Giraldi num momento particularmente difícil na edificação da dita igreja, já que em 1551 a capela-mor ainda não estava acabada e as obras estavam suspensas

⁵⁵ «Al Senato della Camera di questa Città/ Veriadori e procuratore di questa città/V'invio molti saluti, li maggiordomi della Casa di N.S. di Loreto mi mandarono a dire che egliino havevano molto bisogno di certi Piani che stanno gionti di detta casa per l'opera di essa, dei quali si pagava il foro alla città, agli suoi padroni glieli vendevano, com elle supplicandomi che vi scrivessi di volerglieli voi levare affinché la casa non resti obbligata al foro, e dovendo ciò essere per tal opera, e di molto servizio di N.S., vi gradirò molto, che l'abbiate per bene, che la casa non la paghi e li tiriare la quarantena della vendita, et io riceverò in questo molto piacere, e vi dò licenza perchè lo possiate fare. Rey.» ANSL, doc. 3 Caixa I.

por falta de dinheiro. Apesar do quarto por cento com que os italianos taxavam, na Alfândega de Lisboa, as suas mercadorias vindas de fora a favor da igreja, foi necessária a tempestiva ajuda do rico comerciante florentino que assumiu o encargo de acabar a sua custa a capela-mor se os «(...)ditos mordomo officiaes e confrades da dita Igreja lhe dessem e concedessem pera elle dito Lucas giraldes e pera todos seus sucessores e descendentes pera sempre a Capella mor da dita caza de nossa snra de Loreto pera que em ella seposão sepultar e pera isso fazer hua sepultura com rotolos e armas da casa giralda quantas e em qualquer parte da dita Capella(...)»⁵⁶.

Além da capela-mor, pela qual o contributo foi de três mil cruzados, ficou como propriedade de Luca Girdali «(...) a caza que assi estaa sobre a abobada da dita Capella que parte co' o muro da cidade co' sua serventia que hora tem por dentro da Igreja p.a elle dito Lucas giraldes e seus sucessores e descendentes se poderem lograr e aproveitar da dita casa como sua propria, e della pela dita janela poderem ver e ouvir os officios divinos(...)»⁵⁷. Uma ulterior renda de trinta cruzados por ano para o capelão rezar uma missa por dia, ao amanhecer, pelas almas de Lucas Girdali e seus sucessores, foi oferecida à Igreja por este empreendedor florentino⁵⁸.

O contrato foi estipulado em 2 de Março de 1551 em presença do provedor, mordomo e confrades do Loreto chamados, como previsto pelos estatutos, para tratar de assuntos relativos aos interesses da igreja. Os participantes eram escolhidos entre «(...)persone meritevoli delli più vecchi, e del miglior Consiglio, che al tempo vi saranno(...), e che per ragione d'accasamento, o altro parentesco, non sieno in fatti di nazione Ebraica, Nero, Molatto, o di altra razza.»⁵⁹

De facto, os nomes dos confrades presentes na dita reunião revelam personalidades de um elevado estrato social no Portugal de então como,

⁵⁶ ANSL, doc. 1b, Caixa IX. É de assinalar que a ninguém era lícito colocar as suas armas na igreja senão aos fundadores ou patronos.

⁵⁷ *Ibidem*

⁵⁸ Na reunião da Junta Administrativa da igreja de 29 de Abril 1658 torna-se público o desejo de Dona Maria Geraldi, filha de Luca Girdali e mãe de Sebastião de Saá de Menezes, de ser sepultada «*alla Cappella Maggiore vecchia nel quale erano stati sepolti li suoi antecessori (...)*»

⁵⁹ ANSL, doc. 16, caixa V.

por exemplo, Giovanni dall'Olmo, cônsul veneziano em Lisboa, Nicolau Girdali, florentino, irmão de Luca, entre os mais conhecidos.

Contudo, outros nomes de florentinos merecem a nossa atenção por terem alcançado em Lisboa, ao longo de anos de trabalho, uma condição social invejável. Refiro-me principalmente a Giovanni Morelli, supostamente descendente da família de Benedetto Morelli, sobrinho de Bartolomeo Marchionni. Acerca deste mercador florentino são extremamente interessantes as cartas por ele escritas e enviadas de Lisboa nos anos 1509-1511. Fazem parte duma correspondência entre personalidades que gravitavam na órbita da família do famoso artista florentino Michelangelo Buonarroti⁶⁰.

Algumas destas cartas foram enviadas a Giansimone Buonarroti e desvendam não só aspectos particulares da actividade deste mercador em Lisboa como também a situação de outros jovens florentinos que estavam à espera de embarcar para o Oriente. O problema principal destes jovens era a falta de dinheiro. Sendo preciso um capital próprio de 200-300 ducados e não tendo esta soma à disposição, esperavam ser chamados por alguma grande companhia. Estas cartas evidenciam os sacrifícios que estes jovens estavam dispostos a fazer na expectativa de uma viagem que para eles era a garantia de concluir bons negócios, apesar dos riscos que esta aventura comportava.

De qualquer maneira, Giovanni Morelli deve ter chegado a Lisboa por volta de 1509, e ao que parece foi bafejado pela sorte. Entrou a trabalhar numa companhia de que não se conhece o nome mas que aparenta ser uma das maiores. Estagia na empresa, aprende a língua portuguesa e deve ter avançado na carreira porque fontes comerciais florentinas mencionam, embora num período posterior, 1523, a presença em Lisboa da companhia de Giovanni di Francesco Morelli⁶¹. A sua estada na capital lusitana

⁶⁰ Esta documentação encontra-se no arquivo da Casa Buonarroti e foi objecto de um estudo de P. BAROCCHI, K. LOACH BRAMANTI, R. RISTORI, *Carteggio indiretto di Michelangelo*, Firenze, 1988; outra referência sobre o assunto encontra-se em G. PAMPALONI, «La famiglia di Michelangelo e il suo carteggio», in: *Asi*, CXLVIII, 1990, pp.893-915. As cinco cartas enviadas por Giovanni Morelli a Giansimone Buonarroti nos anos 1509-1511 foram publicadas por Marco Spallanzani, *Mercanti fiorentini nell'Asia Portoghese...*, op. cit., pp. 41 e seg.

⁶¹ Cf., Federigo MELIS, «Di alcune figure di operatori economici fiorentini attivi nel Portogallo, nel secolo XV», in: Hermann Kellenbenz (Hrsg. von), *Fremde Kaufleute auf der iberischen Halbinseln*, Koln-Wien, Bohlau Verlag, 1970

deve ter sido agradável logo do início, tendo sido bem tratado e tendo encontrado uma boa companhia de conterrâneos, embora o trabalho se revelasse cansativo ⁶².

Em 1542 foi autorizado por decreto real a utilizar o próprio brasão em público.

No «Livro Mestre da Receita e Despesa de 1.º de Janeiro 1619 a Setembro de 1651» do Arquivo da Igreja do Loreto, está mencionado o acontecimento dum saque ocorrido em 24 de Agosto de 1580 que causou o desaparecimento de alguns cadernos. Facto este que levou os então administradores responsáveis a fazer um resumo dos rendimentos da igreja dos anos perdidos. E é na qualidade de administrador das despesas da igreja que encontramos, a partir de 1609, Francesco Morelli. Voltará a cobrir o mesmo encargo em 1613 e 1616 e, à sua morte, ocorrida em 1629, deixa à Igreja do Loreto» 9.000 reis de juro cada anno para dizer duas missas cada semana» ⁶³.

Vê-se, portanto, como além dos nomes mais conhecidos e estudados, Bartolomeo Marchionni e Luca Giraldi, a comunidade florentina em Lisboa era composta por mais mercadores cuja actividade estava estreitamente ligada com a de companhias espalhadas nas maiores praças comerciais de Europa. Já anteriormente foi referido o caso dos Uguccioni em Londres, detectando o mercador Benedetto Uguccioni também como

⁶² «(...)Giunsi qui, chome v'ò detto di sopra, in chasa questi miei maggiori e feciomi tutti buona cera; e tutti dimostrano di volermi bene, e io m'ingegno di portarmi in modo me n'abino a volere. Simone, e 's' à stare tutto el dì e mezza la notte nello ischrittoio a scrivere, sì che si dura fatica assai. E alsì non c'ò trovato Benedetto Moregli, che è all'isola di Madeira, dove si fa e zuchero, che la tratta di detto zucchero è sua, che l'ha chonperata dal re do Portoghhallo per 3 anni. Aspetiamlo fra otto o 10 dì, che c'è ii giornate a dove egl'è: e chome viene piglierò el chonto de la chasa. Arei charo di stare a pigliarlo più presto ii mesi che uno, perché non è una favola che arò tuttavia venticinque mila o 30 (mila) ducati nella chassa. Pensate chome all'avvenente si fa facciende! Pure, Simone, chomincio a chonprendere nello ischrittoio a a 'nparare la favella, che sono in gran travaglio; pure andrò faccendo il meglio posso.(...)E in più ci è di molti fiorentini, coè più di 20, tutti giovani: e cci è 'l Ghuiciardino grande che stava chosti in Porta Rossa a chasa. So lo conosciete. Quest'altri so non conosciete: sono tuti buon chompagni. Chredeteci trovare Francesco Signiorini, chapitano de' chapitani: non cie l'ò trovato.(...)» – Lettera di Giovanni Morelli, in Lisboa, a Giansimone Buonarroti, in Firenze, 25 agosto 1509, in: Marco SPALLANZANI, op. cit., pp. 42-43.

⁶³ ANSL, doc. 6, Caixa 15 e doc. 16, Caixa XV.

membro da Junta administrativa da Igreja do Loreto na reunião de 1551 ao lado doutros florentinos como Giovanbattista Nasi e Giacomo Bardi.

O primeiro era membro da companhia Nasi bem instalada em Lyon pelo menos desde a segunda metade do século XV, como demonstra o documento relativo a uma reunião dos cidadãos florentinos em Lyon a 7 de Fevereiro de 1487 na casa da «*chonpagnia di Bernardo erede di Bartolomeo Nasi*» ⁶⁴, para discutir assuntos atinentes aos capítulos do consulado. Presentes à assembleia outros membros da família Nasi, «*Piero Nasi chamarlingho*», Lutozzo Nasi e Dionigi Nasi ⁶⁵.

O segundo, Giacomo Bardi, da ilustre casa dos Bardi de Florença, era associado a Luca Giraldi e ao irmão Nicolau Giraldi. Já mencionei os privilégios outorgados em 1338 à companhia Bardi que estava também instalada em Sevilha como correspondente dos Medici com quem tinha laços de parentesco devido ao casamento da filha de Giovanni Bardi, na primeira década de 1400, com Cosimo de' Medici.

No final do século XV aparece um Giovanni Bardi, parente do homónimo que actuou em Sevilha, como sendo uma peça importante na administração dos Medici. As cartas enviadas à família florentina apresentam Giovanni Bardi na dupla vertente de cronista e de negociante e confirmam a característica mobilidade dos mercadores florentinos ⁶⁶. Como seria natural, não podia faltar a presença dos Bardi na rota das especiarias. De facto, Giacomo Bardi, feitor de Luca Giraldi, faz parte em 1543, da lista das entregas de ouro na Casa da Moeda de Lisboa ⁶⁷.

No último quartel do século XVI assiste-se à introdução do sistema de contratos de transporte de pimenta e outras especiarias do Oriente. Este contrato entrou em vigor em 1576 e foi entregue por cinco anos a uma sociedade formada por Diogo de Castro, Giovanni Battista Rovellasco, milanês, mercador de sucesso deste fim de século, Giacomo Bardi, Konrad Rott e os Walser.

Verifica-se, pois, deste traçar do quadro em que se movimenta a comunidade florentina em Lisboa desde o último quartel do século XV até

⁶⁴ Gino MASI, op. cit., p.195

⁶⁵ Idem, p. 199.

⁶⁶ Cf., Consuelo VARELA, *Colón y los florentinos*, Madrid, Aliança Editorial, 1988, p. 33.

⁶⁷ Cf., Vitorino Magalhães GODINHO, *Os descobrimentos e a economia mundial*, vol. III, p. 201.

meados do século XVI, a intensa actividade destes mercadores que, reunidos em companhias ou até sozinhos, conseguiram intervir e, sucessivamente, aproveitar as novas descobertas. Traços comuns caracterizam todas estas personalidades, nomeadamente a sua extrema mobilidade, consequência da participação em negócios de vária natureza que os obrigavam a viagens frequentes. Além disso, é preciso salientar a longa experiência de Florença no que diz respeito à actividade bancária, sector no qual bem se pode dizer que os florentinos foram pioneiros e cuja experiência foi felizmente posta ao serviço do reino português.

SIGLAS:

ANSL – Arquivo Nossa Senhora do Loreto

ANTT – Arquivo Nacional Torre do Tombo

ASI – Archivio Storico Italiano

NICOLAU CHANTERENE ESCULTOR E ARAUTO DE D. JOÃO III

Fernando Grilo *

Nicolau Chanterene é sem dúvida uma das personalidades artísticas mais interessantes do século XVI peninsular, não só pela qualidade sempre notável das obras de arte que concebeu e executou com mestria, tanto em Coimbra como em Sintra ou Évora, mas também pela complexidade da sua personalidade e pelas circunstâncias em que decorreu o seu percurso humano.

Propomo-nos desta feita ¹ explanar um dos aspectos menos conhecidos da personalidade deste escultor, explorando a sua faceta como cortesão e oficial heráldico na corte de D. João III.

Recém-chegado a Portugal e em sequência da obra que havia levado a bom termo na igreja do Mosteiro de Santa Maria de Belém, onde pela primeira vez no nosso país havia fixado *do natural* os retratos dos Monarcas, o escultor francês Nicolau Chanterene é agraciado, logo em 1519, com o cargo de imaginário régio.

Tal função, pela primeira vez outorgada no nosso país, conferia-lhe todos os privilégios dos escudeiros da casa real e equivalia a uma entrada nos escalões mais baixos da nobreza que rodeava o Venturoso.

* Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Investigador do CHUL.

¹ Cf. Fernando Jorge Artur GRILO, *Nicolau Chanterene e a afirmação da escultura do Renascimento na Península Ibérica (c. 1511 – 1551)*, Dissertação de Doutoramento em História da Arte, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Lisboa, 2001, 2 vols.

Estava claramente confirmado o início de um percurso cortesão, que se havia iniciado ainda em Santiago de Compostela ao serviço dos Reis Católicos, e que bons frutos havia de dar para o nosso imaginário régio não só em oportunidades mecénicas mas também em prestígio tanto social como profissional.

A partir dessa data podemos considerar que a ligação do mestre escultor à casa real é efectiva e será sempre uma constante na sua actividade, tanto mais que mais tarde, em documento datado de 1526², D. João III o confirma no cargo e no estatuto com aumento da tença de 6.000 para 10.000 reais, o que é claramente demonstrativo da boa conta e do agrado que os seus trabalhos continuamente revelavam.

Nos anos seguintes outras benesses foram sendo acumuladas pelo escultor, a mais importante das quais foi evidentemente a nomeação como oficial heráldico, desempenhando o cargo de Arauto do título Goa.

Conhecemos um alvará régio³, escrito em Évora a 27 de Julho de 1534, no qual o monarca manda efectuar o pagamento da tença a Nicolau Chanterene, que deverá ser paga através das rendas da Alfândega de Lisboa. Este documento revela igualmente que a tença só lhe foi paga a 9 de Outubro de 1535, estando Nicolau Chanterene nessa data já em Lisboa, uma vez que assina o respectivo recibo.

Aí se reproduz uma das três únicas assinaturas que se conhecem do mestre imaginário, o que acresce a importância do documento, mas revela igualmente que o imaginário nessa data se afastou dos trabalhos que então corriam em Évora.

O documento seguinte é ainda mais revelador do apreço que o monarca nutria pelo seu imaginário. Num alvará escrito em Évora, a 30 de Março de 1536⁴, D. João III aumenta a tença do seu imaginário em três moios de trigo e as razões para tal são importantes; diz-nos o rei que «(...) *avendo eu Respeito aos serviços que mestre nicollao meu arauto E jmaginario de obra de pedraria tem feytos E a dos que espero que ao diamte faraa E quereudo-lhe fazer graça E merçe (...)*».

Este aumento não é insignificante porquanto os três moios de trigo, grosso modo, representavam cento e oito alqueires⁵ o que a 30 reais

² Cf. Documento I.

³ Cf. Documento II.

⁴ Cf. Documento III.

⁵ *Ordenações Manuelinas*, Livro II, Título XVI, «Das Jugadas, e como se deuem arrecadar nas Terras Juguadeiras», p. 48.

por alqueire dava um total de três mil duzentos e quarenta reais, se seguirmos os preços praticados, em 1533, para todo o reino⁶.

Num valor que poderia variar consoante as oscilações de mercado, como hoje se diria, mas que rendia uma maquia muito razoável a acrescentar aos dez mil reais anuais que ele já possuía.

Este documento traz-nos ainda uma outra novidade extremamente importante pois ao nomear o beneficiário a ele se refere como «(...) *mestre nicollao meu arauto E jmaginario de obra de pedraria (...)*».

É a primeira referência ao novo cargo que Nicolau Chanterene desempenha na corte joanina; o oficial heráldico com a função de Arauto.

A importância de tal cargo decorre do facto de somente existirem três arautos na complexidade de cargos e de títulos da corte joanina.

Diz-nos Veríssimo Serrão que do tempo de D. Manuel I para o de seu filho a corte expandiu-se extraordinariamente⁷, pelo que se multiplicaram os cargos, muitas vezes sem função real, unicamente concedidos e desejados pelas tenças e prerrogativas que implicavam, o que evidentemente representava um acréscimo de despesa para o reino, de que aliás se queixavam sistematicamente os povos nas cortes⁸.

Como se sabe muitos desses cargos eram fundamentalmente nominais e representavam uma questão de prestígio de cortesão, mas este não era claramente o caso do cargo e título de Arauto que Nicolau Chanterene detinha.

Por não existir publicado nenhum estudo específico sobre os arautos em Portugal no período do Renascimento, devemos agora verificar alguns aspectos que nos parecem essenciais para a compreensão do verdadeiro

⁶ Joel SERRÃO, A. H. Oliveira MARQUES (Dir.) *Nova História de Portugal, Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*, Lisboa, 1998, Vol. V, pp. 245.

⁷ D. António Caetano de SOUSA, *Historia Genealógica da Casa Real Portuguesa*, nova edição por M. Lopes de Almeida e César Pegado, Coimbra, 1956, tomo VI, parte II, p. 337, Jorge Borges de MACEDO, «Nobreza na Época Moderna», *Dicionário de História de Portugal*, Joel Serrão (Dir.), Lisboa, 1971, Vol. III, pp. 153, João Cordeiro PEREIRA, «A estrutura social e o seu devir», Joel Serrão, A. H. Oliveira Marques (Dir.) *Nova História de Portugal, Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*, Lisboa, 1998, Vol. V, pp. 277-336.

⁸ Rita Costa GOMES, «A curialização da Nobreza», *O tempo de Vasco da Gama*, (Dir. Diogo Ramada Curto) Lisboa, 1998, pp. 179 – 189; Ana Isabel BUDESCU, *Imagens do Príncipe. Discurso normativo e representações (1525 – 1549)*, Lisboa, 1996.

estatuto e a importância que na mecânica da corte joanina assume o escultor que aqui estudamos.

Sem querer pormenorizar excessivamente há que ter presente que existem no amplo universo da corte joanina apenas nove oficiais heráldicos; três Reis de Armas, cujo principal é o Portugal, desempenhado pelo Bacharel António Rodrigues, os outros assumindo respectivamente os títulos de Índia, que é preenchido por Martim Vaz, e de Algarve, cumprido por Pero Fernandes de Évora⁹. Cada um destes Reis de Armas, que desempenham funções bem específicas e fundamentais no cerimonial da corte¹⁰, são coadjuvados por outros tantos Arautos, que também assumem designações referentes a regiões do Reino.

Assim existe um Arauto Lisboa, que era o pintor régio Jorge Afonso; um Arauto Ceuta, cujo cargo era desempenhado por Luís Fernandes e, por último, um Arauto Goa, para cujo cargo fora nomeado mestre Nicolau Chanterene.

Por sua vez os arautos eram coadjuvados nas suas funções por outros tantos Passavantes, que nesta época eram igualmente bem conhecidos. Assim, seguindo igualmente a sequência provincial temos um Passavante Santarém, que era Tristão de Miranda, um Passavante Tavira, desempenhado pelo famoso iluminador António de Holanda e, por último o Passavante Cochim, que era o também iluminador João Menelau.

Acrescia ainda a função de escrivão da Nobreza, cargo que foi desempenhado por Pero Fernandes de Évora, de 1517 a 1538, que era simultaneamente rei de Armas Algarve. O cargo de escrivão foi sucessivamente ocupado por António de Holanda, de um modo interino, entre 1539 a 1542, e depois por Jorge Pedroso, filho de Pero de Évora, de 1542 a 1560.

Pela designação do título de cada um destes oficiais seria tentador considerar uma relação directa entre cada um dos Reis de Armas e respectivos Arautos e Passavantes. Assim teríamos o Rei de Armas Portugal, a trabalhar em conjunto e supervisionar o arauto Lisboa e o Passavante Santarém, com os restantes oficiais heráldicos a relacionarem-se do mesmo modo entre si.

⁹ Publicado em Dom António Caetano de SOUSA, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo VI, Parte II, pp. 323, Virgílio Correia, *Pintores Portugueses dos séculos XV e XVI*, Coimbra, 1928, pp. 71.

¹⁰ MARQUÊS DE ABRANTES, *Introdução ao estudo da Heráldica*, Lisboa, 1992.

Na verdade, não existe esta distinção; o Rei de Armas Portugal detinha a jurisdição total sobre os restantes oficiais heráldicos, como se conclui pela organização estatutária da carreira de oficial de heráldica, assim como as principais leis deste ciência, que foram reunidos em livro doutrinal pelo Bacharel António Rodrigues, cerca de 1511, sob o título *Tratado Geral da Nobreza*¹¹.

Seria igualmente tentador supor que a progressão na carreira heráldica se fazia verticalmente em cada um dos títulos, quer dizer, o passavante Cochim ascendia ao cargo de arauto Goa e daí, mais tarde e com provas dadas, para a função de Rei de Armas Índia. A questão não está absolutamente clara na documentação, nem nos autores¹² mas uma passagem do *Tratado Geral da Nobreza*¹³ parece permitir traçar uma conclusão nesse sentido e poder considerar-se que a sucessão na carreira de oficial de armas se fazia de modo linear, quer dizer dentro de cada designação provincial, não havendo confirmação de qualquer passagem transversal entre titulares.

A questão é pertinente, uma vez que tal permitiria ajudar a concluir dois aspectos fundamentais da biografia de mestre Nicolau Chanterene.

Se as regras estabelecidas pelo *Tratado Geral da Nobreza* e pelo *Regimento de Armaria*, em consonância com um título geral sobre o assunto publicado no segundo volume das *Ordenações Manuelinas*¹⁴ eram aplicadas com rigor então temos de concluir que o imaginário régio teve necessariamente de deter o cargo de Passavante Cochim, sendo provavelmente para ele nomeado pelo menos cinco anos antes da primeira referência documental, ou seja, cerca de 1531 ou 1532.

¹¹ ANTÓNIO RODRIGUES, *Tratado da Nobreza*, Lisboa, 1511, apresentação de Afonso de Dornelas, 1931, Porto.

¹² MARQUÊS DE SÃO PAYO, «Cartas de Brasão de Armas; Um ensaio de diplomática», *Armas e Troféus*, Tomo I, n.º 3, Maio-Agosto, 1960, p. 245 afirma claramente a linearidade na sucessão a cada um dos títulos.

¹³ «(...) os ditos arautos sucederão o dito ofício por força do nome em dignidade como é escrito e demonstrado e segundo os sabedores e doutores em leis (...). ANTÓNIO RODRIGUES, *Tratado da Nobreza*, (...), p. 69.

¹⁴ *Ordenações Manuelinas*, Livro II, Título XXXVII «Da pena que averam os que trouxeram as armas que lhe nam pertencem. E dos que tomam Dom ou apelidos de linhagem, nom lhe pertencendo. E dos que se nomeam por Fidalgos nom o sendo», Vol. II, p. 197.

Não sabemos a quem sucedeu, mas a sua nomeação como Passavante pode ter acontecido em sequência da finalização do retábulo do Mosteiro de Nossa Senhora da Pena, como reconhecimento régio da excelência do trabalho, ou pode ter obedecido a intuítos políticos bem precisos que explanaremos em seguida.

Uma outra questão se nos afigura como importante. Se, de facto, como parece acontecer existia uma progressão linear na carreira no seio de cada designação, podemos usar essa noção para intuir que sendo Nicolau Chanterene o Arauto Goa só não passou a Rei de Armas Índia ou por já ter renunciado ao cargo, o que sabemos ter o imaginário pedido ao monarca em 1551¹⁵ ou por ter falecido já, em 1556, data em que António de Holanda o assumiu.

Ao que sabemos a atribuição de um cargo heráldico como recompensa de obra executada, ou como aliciamento suplementar, não é caso inédito pois já D. Manuel I, aconselhado pelo seu escudeiro Inigo Lopes, promete ao pintor Garcia Fernandes o cargo de passavante, que pertencera a Francisco Henriques falecido de peste em Lisboa ao serviço do Venturoso. Tal cargo ser-lhe-ia outorgado se Garcia Fernandes continuasse os trabalhos de pintura no tribunal da Relação de Lisboa. Sabemos que o pintor aceitou mas que o monarca não cumpriu a sua parte do acordo pois, em 1540, Garcia Fernandes faz uma petição a D. João III referido-se como injustificado e pedindo o escambo dessa dignidade não concedida¹⁶.

Fosse em que data fosse o facto é que para além de ser imaginário régio, em dado momento o Piedoso entende nomear Nicolau Chanterene como Passavante e depois, naturalmente, permite-lhe a progressão na exigente carreira heráldica.

A ligação dos artistas ao complexo mundo da heráldica régia também não é inédita em Portugal, pelo contrário, se olharmos para o período do Renascimento constatamos que alguns dos seus maiores expoentes na pintura e na iluminura foram oficiais de armas, caso de Francisco Henriques, Jorge Afonso, Cristovão de Figueiredo, Cristovão Lopes, Cristovão de Moraes, António de Holanda, João Menelau e outros, pelo que a provisão de Nicolau Chanterene antes confirma uma regra, que terá certa-

¹⁵ Cf Documento IV.

¹⁶ Luís Reis SANTOS, *Cristovão de Figueiredo*, Lisboa, 1961.

mente que ver com o carácter artístico, de desenho e concepção plástica das cartas de brasão e da representação heráldica. No entanto, no caso do nosso escultor ele é especificamente referido como arauto de pedraria, o que pode introduzir alguma diferença em relação aos restantes e nos pode levar a concluir que dado o seu ofício seriam de sua responsabilidade todas as armas régias realizadas em material pétreo. Noutra ocasião se falará deste tipo de obras que podem ser talvez atribuíveis ao labor do mestre escultor.

Sabemos que a carreira heráldica era morosa e longa¹⁷, e o processo de evolução de título para título durava longos anos como se comprova pelo exemplo de António de Holanda, que sendo nomeado Passavante em 1518¹⁸, só quase duas décadas depois consegue ocupar, ainda que de modo interino, o lugar de escrivão da Nobreza e somente em 1556 atinge a dignidade de Rei de Armas Índia¹⁹.

O primeiro estágio dessa carreira era o cargo de Passavante e após um necessário período de aprendizagem que por vezes implicava estadias no estrangeiro, como a que aconteceu, entre 1509 e 1511, com António Rodrigues, Rei de Armas Portugal, Martim Vaz, Arauto e João do Cros Passavante, enviados à corte do Imperador Maximiliano I, a França, a Inglaterra e também a Castela²⁰.

Os aspirantes ao grau de Arauto eram examinados pelo Rei de Armas Portugal e, no caso de título vacante, eram providos no cargo e título, mas somente depois de terem «(...) *asy houver amdado por muytas terras E viages E avera visto das omrras das cortes dos senhores por espaço de*

¹⁷ O funesto incêndio do Cartório da Nobreza, em 1755, quase impossibilita a mais profunda compreensão documental de muitos dos aspectos relativos ao importante ofício de Armas no Portugal de Quinhentos mas existem ainda muitos registos que de um modo claro permitem a compreensão de funções, rendimentos e organização. Cf. Marquês de São Payo, «Cartas de Brasão de Armas; Um ensaio de diplomática», *Armas e Troféus*, Tomo I, n.º 3, Maio-Agosto, 1960, p. 245

¹⁸ Sylvie DESWARTE, *Les Enluminures de la Leitura Nova (1504-1552), Étude sur la culture artistique au Portugal au temps de l'Humanisme*, Paris, 1977 (...) e de novo Sylvie Deswartes Rosa, «A Essência e os Sentidos. O Caso de Francisco de Holanda», *Portugal e Flandres, Visões da Europa de 1550 a 1680*, Catálogo da Exposição Festival Europália – Portugal 91, Lisboa, 1992, pp. 139-148.

¹⁹ Sylvie DESWARTE, *Leitura Nova*, Lisboa, 1999, pp. 48-49.

²⁰ MARQUÊS DE SÃO PAYO, *O Direito Heráldico Português*, Lisboa, 1927.

annos não de outra gisha sallvo sepor sua vestudes descrição o primcepe quer despensar com elle E o quer fazer.»

A cerimónia que formava um Arauto era notável e para ela devia ser escolhido «(...) *hum gramde dia de festa E que o dito Snor tenha estado Real ou Em dia de batalha Em vitoria ou em tomada de cidade ou vylla ou castello forte ou de muyta gemte seya ajumtada com alegria e bamquete* ²¹.

As provas duravam entre seis e oito dias e culminavam com um juramento solene cuja descrição pode ser pormenorizadamente encontrada no *Tratado Geral de Nobreza* ²².

É muito provável que Nicolau Chanterene tenha sido empossado no título de Arauto Goa na cerimónia das Cortes que decorreram em Évora em 1535, pois antes dessa data não encontramos na documentação conhecida qualquer referência a esse seu novo estatuto. Não há, no entanto qualquer descrição desta cerimónia nos relatos que se conhecem destas cortes ²³ o que não quer dizer que não tenha ocorrido mas tão somente que se tratava de uma cerimónia íntima, passada no seio da corte, que não chegou até nós.

O jubiloso acontecimento que reunia os estados do Reino era o juramento do príncipe D. Manuel como herdeiro do trono, tendo reunido após aturada preparação, a 20 de Junho de 1535 ²⁴.

Pode igualmente ter acontecido que a nomeação de mestre Nicolau como o oficial de armas tivesse ocorrido por ocasião de qualquer outro acontecimento de vulto no seio da corte, o nascimento de um dos filhos de D. João III ou em qualquer outra ocasião de festa solene, recepção de nuncios, embaixadores ou outros acontecimentos condignamente celebrados pelo monarca, ainda que o Piedoso não fosse muito dado a grandes saraus e excessiva animação.

²¹ António RODRIGUES, *Tratado da Nobreza*, (...), p. 151.

²² António RODRIGUES, *Tratado da Nobreza*, (...), p. 156.

²³ Maria de Deus Beites MANSO, *Évora capital de Portugal, 1531-1537* Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Dissertação de licenciatura em História, p. 123.

²⁴ Existe uma descrição destas corte na Biblioteca Nacional de Paris, MSS. Portugais, 62 (Anciens Fonds, 10241) fols. 160-175, *Notícia das cortes que se fizeram em a cidade de Évora e juramento do Príncipe D. Manuel em o ano de 1535*. Tal descrição existe também na Biblioteca publica de Évora, Col. Manizola, Códice 362.

Segundo António Rodrigues o «(...) *arauto* (...) [será] *senhor velho e mantedor de honra, forte em sabedoria da guerra e sabedor e avisado em feitos de armas e guerra e assim devem ser os arautos. E como eles devem ter também de nomeação de cidades ou províncias como agora chamamos hum rei d'armas Portugal ou Ceuta por eles se enviavam os desafios e os prazos de guerra e também a paz ou tréguas* (...) e a *publicavam em voz alta* (...). (...) *os ditos arautos são manteudos em toda a parte dos Xpaãos por llegados geraaess ordenados pellos Emperadores e Rex Estabelecidos dos príncipes Em feitos darmas Em suas províncias por serem Reçebidos e omradamente catados E comprimdo devidamente o seu officio E em tal maneira que se algum cumprimdo devidamente o seu officio lhe fizer allgua Enjuria ou reprecha* (...) *cayra prepetuamente Reprechado demenos valer como em isso fallão muitas grosas como que Elles fizerão cousa contra os samtos* (...).

Como se constata na longa citação o cargo e título de arauto era muito prestigiado, sendo estes funcionários encarados como verdadeiros embaixadores e por isso respeitados como tal. É evidente também o prestígio pessoal que detinha Nicolau Chanterene mesmo antes da sua nomeação para tal cargo pois podemos supor que cumpria cabalmente pelo menos alguns dos requisitos enunciados atrás.

Tal estatuto é perfeitamente claro, mas deixemos mais uma vez o Rei de Armas de D. Manuel I falar «(...) *quando hu príncipe cria hum arauto E lhe poem o seu nome por grande dignidade a quaçç cousa significa cojunção de sanmguynidade poder E autoridade E por aqle amor que o primcepe lhetem delhedar seu nome proprio E por alta excellemçia lhe pertemce os pryvillegios sobreditos E a rezão em eso secomcorda que os ditos arautos seyão Reservados as onras E privyllegios Em tall manera que não serão constragidos de Em nenhum tempo memdicar nem usar de nenhum officio vil //».*

Compreende-se portanto que os arautos tivessem de ser «(...) *omens framqos E de boa nação E doutrinados E bem corregios de seu natural siso lleaães fiés de boa vida que Elles ouvissem e conhecessem asprezas de nobrezia jurando que fielmente elles farião E trabalharião de todo o seu poder aver verdadeiro conhecimento de nobre cauallaria E de todo o feyto de nobreza.*» ²⁵

²⁵ António RODRIGUES, *Tratado da Nobreza*, (...), pp. 6-7.

Como se verifica era grande a honra e imensa a dignidade que D. João III outorgou a Nicolau Chanterene.

O juramento que os novos arautos tinham de fazer quando eram empossados, resume de um modo claro as atribuições que lhes eram próprias:

«Item ahobrigaçam. Em que he o Rey darmas obrigado a servir E jso mesmo os arautos a festas do anno os Rex com suas cotas darmas. S. amisa E a Entrada da mesa ao gamtar E çea E aly lhe darão suajguoria E não sam. obrigados a mais servir savo se for allgua festa que p Rey ou primcepe mamdaque servão ou se fizerem allgua denidade de duque ou comde ou marques ou quall quer outro cavalleyro ou denydade ou se vem Embaixadores de fora parte queajam de Receber que Em esto sam obrigados.»²⁶

Um pouco mais a frente no seu texto, referindo-se às obrigações de Reis de Armas e Arautos, o autor do *Tratado Geral de Nobreza* afirma que estes são «(...) obrigados a Estar cotidianamente com seu sôr pera cada ora que os chamarem pera fallarem E Responderem a todos negoçeos por amor da falla E sam obrigados a saber de seu próprio hoficio E tem boa memorya pera que cada vez q os chamarem que Estem prestes E dellygentes ./ . pera fallarem E aviarem o que lhes for perguntado.»²⁷

Como se vê os arautos detinham algumas funções essenciais ao cerimonial régio²⁸ e essas funções eram, em nosso entender, de dois tipos; os serviços que prestavam na corte, no dia a dia da vida cortesã e os serviços que prestavam como enviados ou legados régios a vários cenários diplomáticos, nesta categoria cabendo igualmente o acompanhamento sistemático de emissários diplomáticos..

Inerente ao primeiro conjunto de funções, está bem evidente a necessidade da sua presença constante em face do Rei, mesmo junto da sua mesa²⁹. Sempre que o monarca recebia na sua câmara competia ao arauto organizar a recepção segundo a hierarquia nobiliárquica daqueles que eram introduzidos à régia presença. Competia também ao arauto, no

²⁶ António RODRIGUES, *Tratado da Nobreza*, (...), p. 159.

²⁷ António RODRIGUES, *Tratado da Nobreza*, (...), p. 162.

²⁸ António de Sousa LARA, *Genealogia, Heráldica e Ciências Sociais*, Lisboa, p. 135.

²⁹ Ana Maria ALVES, «A Etiqueta de Corte no Período Manuelino», *Nova História*, Século XVI, N.º 1, Lisboa, 1984 e também Rita Costa Gomes, «A curialização da Nobreza», (...), pp.179 – 189, Ana Isabel Buescu, *Imagens do Príncipe*. (...), p. 53.

quadro das suas funções mais puramente cortesãs, estar presente nas festas, serões, representações, casamentos, aniversários, nascimentos, funerais e demais cerimónias da corte, com um destaque muito especial para as de cariz político, como cortes e recepções oficiais.

Era, de facto, uma ocupação a tempo inteiro a que ainda acrescia a investigação sobre as linhagens e a coadjuvação ao Rei de Armas na confirmação de brasões e cartas de brasão, organizando processos e diplomas sobre genealogias, com responsabilidades jurídicas e heráldicas em simultâneo³⁰, a que igualmente se juntava a vertente de ensino pois que «(...) arauto he obrigado a todolos primcepes da corte dellRey seu snor asy como a duque como a amrqueses comdestrabes ou marychaaes ou barões se por Elles for Requeridos de lhes dar suas armas de suas jerações como as deve de trazer sem Reprocha nenhua E sem fallta E ensinarlho a brasom se nom ho sabem.».

Os arautos por inerência de funções residiam obviamente na corte, junto do Rei, partilhando o seu dia –a –dia, estando cientes das mais íntimas desavenças, intrigas e triunfos que envolviam a vida no paço. Assim conheceu mestre Nicolau os mais importantes humanistas e cientistas do seu tempo, na corte encontrou o escultor os seus mais fiéis encomendadores e as oportunidades de realizar obras com um cunho de vanguardismo que só a cultura humanista poderia entender e avaliar.

Não sabemos se D. João III deu continuidade à iniciativa manuelina de inventariar todos os registos péticos de brasões existentes em sepulturas e outros monumentos para assim preservar os antigos sinais das linhagens e apurar as correctas representações heráldicas, mas este era evidentemente um campo em que mestre Nicolau poderia dar um contributo fundamental, por aí também se justificando a sua nomeação.

A segunda face das atribuições dos arautos dizia respeito à política internacional, sendo verdadeiros emissários dos monarcas, recebidos com todas as honras em todos os reinos europeus e com um estatuto muito aproximado dos Reis de Armas³¹.

No período do Renascimento, pese embora a crescente especialização da política e a complexidade crescente das relações entre os estados, a carreira diplomática ainda não estava estabelecida e, portanto, um diplo-

³⁰ Joel SERRÃO, *Dicionário de História de Portugal*, Vol. III, p. 430.

³¹ Franz de Almeida LANGHANS, *Heráldica, Ciência de temas vivos*, Lisboa, s.d., p. 241.

mata «(...) tinha de conhecer, acima de tudo, os códigos de ética e o protocolo em vigor em cada corte, lugar e circunstâncias (...). Absurdo seria, portanto, que se desaproveitasse a hierarquia heráldica para servir estes fins, uma vez que esta congregava elementos com vários conhecimentos e predicados³².

Todos os oficiais heráldicos superiores tinham obrigatoriamente de saber falar francês, língua nativa do nosso imaginário, assim como outras línguas para puderem correctamente servir de intérpretes e secretários nos negócios do Reino, em funções de emissários ou de acolhimento de enviados de outras cortes.

Através dos arautos eram trocadas as mais cerimoniosas missivas, os convites mais importantes, as minutas e os textos mais susceptíveis. Sabemos que quando o imperador enviou as insígnias da Ordem do Tosão de Ouro ao Piedoso fê-lo através do seu Rei de Armas Francheconte³³ que foi principescamente recebido na capela do paço de Almeirim e que foi remunerado com quatrocentos cruzados pelo serviço.

O Rei de Armas Portugal e um dos seus arautos integraram a famosa embaixada a Leão X, em 1515³⁴.

Outros exemplos se poderiam aduzir mas nada mais acrescentariam do que a confirmação do estatuto internacional que estes oficiais heráldicos detinham, assim como das diversas funções que desempenhavam.

Por isso se compreende o estatuto de profundo prestígio inerente ao cargo e que foi igualmente partilhado pelo escultor-cortesão que aqui estudamos.

A todas estas características obedecia Nicolau Chanterene, a que acrescia a sua cultura erudita (adquirida provavelmente em Coimbra e consolidada em Évora) e, para além do mais a sua nacionalidade, que em época de delicadas relações com França poderia constituir um trunfo importante.

³² António de Sousa LARA, *Genealogia, Heráldica e Ciências Sociais* (...), p. 129, Jorge Borges de MACEDO, *História e Diplomática Portuguesa, constantes e linhas de força. Estudo de Geopolítica*, Instituto de Defesa nacional; Lisboa, 1987, pp. 87-94.

³³ Francisco de ANDRADA, *Crónica de D. João III*, (introdução e revisão de M. Lopes de Almeida), Porto, 1976, III parte, Cap. XI, pp. 615-617.

³⁴ António Alberto Banha de ANDRADE, *História de um fidalgo quinhentista português – Tristão da Cunha*, Série Ultramarina, n.º 1, Lisboa, 1974, pp. 119-132e também António Alberto Banha de ANDRADE, *Novos Mundos ao Mundo*, Vol. I e II, Lisboa, 1972.

Como sabemos por várias vezes as propostas de Francisco I a D. João III foram enviadas por um Aauto que por cá ficou aguardando a resposta do nosso monarca³⁵.

Naturalmente que durante esse período, Nicolau Chanterene como oficial heráldico da mesma dignidade, para mais partilhando a mesma nacionalidade, seria o interlocutor preferencial, provavelmente fornecendo alojamento de acordo com a sua condição e cuidando de todos os aspectos tendentes ao bem estar e condigna recepção desse emissário régio.

A presença de Nicolau Chanterene junto dos diplomatas foi certamente importante na preparação de futuras embaixadas de negociação com Francisco I, extremamente necessárias e melindrosas até à constituição do chamado tribunal de Ruão³⁶, onde os casos de curso foram apresentados e julgados numa instância conjunta dos dois reinos.

Chanterene poderia também ter sido importante no acolhimento e acompanhamento ao embaixador francês em Portugal, o notável estadista Honorato de Caix³⁷ que por cá reside muito tempo e cujo papel foi essencial na manutenção de uma permanente via de diálogo entre Francisco I e D. João III.

A relação que certamente se estabeleceu entre os dois homens, ainda que aparentemente não referida na documentação, poderá ser uma importante via de investigação que noutra momento pretendemos desenvolver condignamente.

Não temos, porém, conhecimento que Nicolau Chanterene tenha integrado nenhuma das embaixadas enviadas nesta época ao reino de

³⁵ VISCONDE DE SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal*, Vol. III, Paris, 1843; Gomes de Carvalho, *D. João III e os Franceses*, Lisboa, 1909; Alfredo PIMENTA, *D. João III*, Porto, 1936; Rui de Albuquerque, *As representações. Estudo da História do Direito Português*, Lisboa, 1972, Vol. I e II, Tomo I.

³⁶ GOMES DE CARVALHO, *D. João III e os Franceses*, (...), pp. 167, e também Mário Mendes dos Remédios de Sousa BRANDÃO, *Documentos de D. João III*, 4 vols., Coimbra, 1937, 1939, 1941, e do mesmo autor *A Inquisição e os Professores do Colégio das Artes*, Coimbra, 1948, Vol. I, pp. 342 – 344; Luís de MATOS, *Les Portugais en France au XVI, me Siècle*, Coimbra, 1952; Margarida Garcez VENTURA, *João da Silveira, Diplomata Português do Século XVI*, Lisboa, 1983.

³⁷ Joaquim Veríssimo SERRÃO, «Notas sobre a embaixada de Honorato de Cais em Portugal», *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris, 1969, Vol. I, pp. 161-195.

França³⁸, nem o encontramos a acompanhar as personalidades que se deslocam a Ruão para as sessões do tribunal, o que todavia não quer de todo dizer que a sua participação não se tenha feito sentir nas delicadas negociações que foram sendo entabuladas no Reino, pois estava permanentemente junto do monarca e da sua rainha.

Para que os arautos pudessem exercer condignamente as suas incumbências de cariz cerimonial havia que lhes ser dado « (...) *mantimento onesto e lhes acorrer as Suas neçesidade por causa que elles posam onestamente viver Exercitar onestamente seu officio sem mendicaçam de proueza aquelles podria mouer a testemunhar ou dizer doutra gisa que ao dito pertence o quall he desconhecer E dizer Verdade dos muy noble e notaveis feitos darmas (...)(...) em sua corte fossem postos em allto grao diante da mesa onRadamente E lhes catar omra segundo o mericimento dos principes E a sua dignidade dos quaes elles sam arautos a esa fim que elles possam decrarar as dignidade de muitas partes do mundo (...) e [em alguns reinos] fazem toda as rroupas de que elles som vestidos E cubertos e tambem asi o fazem aa Rejcepcam (...).* Mais à frente o autor quinhentista afirma que (...) *E o príncipe he obrigado de o Encavallgar E vestir E dar todo o que lhe for neseçario pera o aver de servir com lleal oficial darmas E ally lhe promete o primcepe de lhe fazer guardar todos seus prevyllegios E lyberdades E framquezas que tem. E am En todas partes do munmdo como dallyguados geraães.*»³⁹.

Sobre a importância real dos oficiais de armas no reinado de D. João III basta afirmar que num cotejo exaustivo com as fontes publicadas e na documentação consultada encontramos mais de quinhentas e setenta cartas de brasão, passadas ao longo do seu reinado, com uma incidência muito especial para o período em que está em Évora, momento em que quase toda a nobreza alentejana é beneficiada. Noutra ocasião igualmente reservamos a possibilidade de voltar a esta questão que reveste grande importância para o conhecimento de uma das facetas fundamentais da política joanina, na prossecução de uma tendência reguladora da nobreza que havia sido iniciada pelo Venturoso.

³⁸ Joaquim Veríssimo SERRÃO, *A embaixada em França de Brás de Alvide (1548-1554)*, Lisboa, 1968; Margarida Garcês VENTURA, *João da Silveira, Diplomata Português do Século XVI*, Lisboa, 1983; E Falgairolle, *Jean Nicot, Ambassadeur de France au Portugal au XVI siècle. Sa correspondance diplomatique*, Paris, 1897.

³⁹ António RODRIGUES, *Tratado da Nobreza, (...)*, p. 156.

Na emissão de cartas de brasão e na investigação que era levada a cabo para a confirmação de títulos ou para a concessão de novos brasões residia parte fundamental dos rendimentos e da importância dos oficiais heráldicos, pois que por exemplo o Escrivão da Nobreza cobrava mil reais de emolumentos por cada carta de brasão passada.

É perfeitamente natural que Nicolau Chanterene tenha estado directamente envolvido na concessão de muitas das cartas de brasão que o Piedoso concedeu em Évora.

Sabemos pela documentação já apresentada que Nicolau Chanterene pelo cargo de arauto recebia mil reais por ano e de vestiaria recebia anualmente seis mil cento e sessenta reais. Se juntarmos as tenças que lhe foram outorgadas pelos monarcas encontramos mestre Nicolau com um rendimento anual de dezassete mil cento e sessenta reais, mais os três moios de trigo a que acrescia ainda os honorários que recebia pelas obras de escultura que executava.

Para além destas fontes de rendimento, sempre que nascia um príncipe ou infante o monarca era obrigado estatutariamente a dar de vestir aos seus oficiais de armas, o mesmo acontecendo sempre que se fazia marquês, conde ou marechal, assim como de cada vez que havia justas os oficiais de armas recebiam os elmos dos novos combatentes, assim como os do Rei, do príncipe, do duque, marquês ou conde e de todos os cavaleiros que aí combatam pela primeira vez.

A liberalidade do monarca para com os seus oficiais de armas era outra fonte de rendimento que apesar de ter de ser repartida entre os diversos membros ainda devia ser substancial.

Podemos considerar que vivia desafogadamente sem quaisquer preocupações de subsistência, o que era naturalmente um estatuto de excepção no panorama artístico português e mesmo peninsular.

Outro documento que bem assevera a vida na corte joanina do nosso escultor arauto e que conclui esta faceta fundamental da fase final da vida de Nicolau Chanterene é o alvará, datado de 3 de Junho de 1551, segundo o qual o imaginário francês é autorizado por D. João III a «(...) *trespasar E Renumçar o dicto ofiçio d'arauto na pessoa que casar com hermeona njcolaas sua filha sendo pessoa auta pera o serujr E de que eu seJa comtemte*»⁴⁰.

⁴⁰ Cf. documento IV.

Permitia assim o monarca que a dignidade e o ofício de Arauto Goa passasse para o futuro genro do escultor, desde que aquele fosse pessoa apta para cumprir as funções a que o cargo obrigava.

O monarca, querendo mais fazer mercê ao seu fiel imaginário, que o servia há mais de vinte anos, permite ainda que mestre Nicolau renuncie na filha os três moios de trigo que lhe havia outorgado como tença há alguns anos atrás.

Mestre Chanterene devia rondar os sessenta anos e provavelmente não estaria bem de saúde nesta altura, uma vez que o Piedoso assegura que no caso de ocorrer a sua morte antes de Hermeona ⁴¹ contrair matrimónio «(...) *ey por bem de lhe fazer a ella merçe per morte do dicto seu pay do dicto ofiço d'arauto per a pessoa que com ella casar sendo auta e a meu comtemtamemto como dicto he E asy dos dictos tres moyos de temça per a ella asy E da maneira que o dicto seu pay ora todo tem per mjinhas prouy-sões (...)*». É um sinal claro do grande apreço que o monarca tem para com Nicolau Chanterene, tanto mais que afirma que o alvará foi lavrado por «(...) *guarda [do imaginário] E mjinha alembramça lhe mamdey dar este alluara o qual ey por bem que valha E tenha força E vigor como se for carta ffeita em meu nome per mjm asynada (...)*». Para qualquer cargo régio era necessária a autorização do monarca para a renúncia de ofício em quem quer que fosse como está claramente expresso nas *Ordenações Manuelinas* ⁴².

É igualmente clara a preocupação do imaginário em conseguir assegurar o futuro da sua filha. Conhecemos outros casos no campo da heráldica portuguesa onde a sucessão acaba por ser praticamente hereditária,

⁴¹ Este nome da filha de Nicolau Chanterene é muito interessante por ser o da filha de Helena de Tróia e de Menelau, futura mulher do filho de Aquiles e também de Orestes. Rafael Moreira sugere igualmente que este nome possa ser a forma feminina de Hermes, o deus arauto e sábio. Quer se trate de um caso ou outro, o facto já colocado em destaque pelos autores, é que Nicolau Chanterene conhecia os autores gregos, tanto a *Íliada* como a tragédia de Eurípedes, o que assevera claramente a sua cultura de raiz humanista e neoplatónica. Rafael MOREIRA, *A Arquitectura do Renascimento no Sul de Portugal (...)*, Vol. I, pp. 299. Interessante referir igualmente que a filha de Miguel de Arruda, baptizada por André de Resende e apadrinhada por Diogo de Castilho se chamava Hipólita, nome de iguais ressonâncias clássicas.

⁴² *Ordenações Manuelinas*, Livro I, Tit. LXXVIII «*Dos que vendem seus officios em licemça d'El Rey, ou os renunciã setando doentes ou tendo feito nelles alguns erros: E que nom servam seus officios por outrem: E que sejam casados*», Vol. I, p. 553.

ainda que estatutariamente o não seja. Sucedendo ao bacharel António Rodrigues como Rei de Armas Portugal encontramos o seu filho Gaspar Velho; a suceder a Pero Fernandes de Évora, Rei de Armas Algarve e escrivão da Nobreza encontramos seu filho Jorge Pedroso, ainda que há data da morte do pai, em França, seja ainda menor.

No caso de Nicolau Chanterene a renúncia do ofício não é feita directamente na filha mas sim no futuro genro, o que é uma situação *sui generis*. É muito provável que o futuro marido de Hermeona fosse um dos passavantes que ao tempo serviam, pois somente assim poderia assumir o legado. Talvez fosse este o meio encontrado por Nicolau Chanterene para assegurar a progressão mais ou menos rápida do futuro genro e portanto o bem-estar da filha.

Não conseguimos na documentação da época encontrar a confirmação desta possibilidade nem se encontra qualquer rasto de Hermeona Nicolaes em documentação posterior, nem no tempo de D. Sebastião nem do cardeal Rei.

Como se viu ao longo das páginas anteriores, a partir da sua chegada a Évora, ocorrida em 1532, pouco tempo deve ter restado ao nosso imaginário para se dedicar à sua arte. As obras que executou pode levá-las a cabo exactamente porque o monarca e sua corte estiveram praticamente estabelecidos durante cinco anos na capital da Transtagânia.

Após 1537, quando a corte se retira de Évora já lhe foi muito mais difícil manter um estaleiro ou aceitar encomendas, ocupado como certamente estaria com a vida na corte.

Compreende-se que, a partir do final da década de trinta, com um rendimento elevado assegurado, com todo o prestígio que o cargo de arauto lhe granjeava e já de certo modo avançado na idade, Nicolau Chanterene quase deixe de esculpir, reduzindo a sua actividade mas mantendo-se no cargo de imaginário régio.

É exactamente através do prestígio, tanto pessoal como das obras que concebe, que se exerce a influência de Nicolau Chanterene nos artistas do seu tempo, exactamente porque as suas obras eram reconhecidas como obras de vanguarda, verdadeiramente *ao antigo* por conseguirem conciliar irrepreensível qualidade plástica com citações de um universo formal diferente. A influência da prática artística de mestre Nicolau em personalidades como Diogo de Castilho, João de Ruão, Garcia Fernandes, Cristóvão de Figueiredo, Francisco de Holanda e outros artistas somente se explica pela

conjunção de factores que se ligam com a qualidade das obras executadas, mas também com o aproveitamento correcto de oportunidades mecenas-ticas e o próprio estatuto do artista no seio da corte.

DOCUMENTOS

I

Arquivo Nacional da Torre do Tombo Chancelaria de D. João III, Livro 30, fl.12 v.⁴³

44

Dom Joam cetera a quantos esta mjnha carta virem faço saber per parte de mestre nicolao meu maginairo me foy apresentada hua carta d'el Rey meu senhor E padre que santa grolya aja de que ho teor tall he dom manuell per graça de deus Rey de portugall E dos algarues d'aquem e d'alem mar em africa senhor de guinee E da conquysta nauegaçam comercio d'eteopya aRabya E persia da Jndia cetera a quantos esta nosa carta virem fazemos saber que querendo nos fazer graça E merçe a mestre nicolao temos por bem E o tomamos ora per nosso maginario com o quall oficio queremos E nos praz que ele tenha e aja de hos de tença em cada hum ano seis mjll reaes de Janeiro que vem de bcxx em diante E asy mesmo nos praz que o dito mestre nicolao goze dos priuilegeos E liberdades que tem E de que gozam os escudeiros de nosa casa poremandamos aos veadores de nosa fazenda que lhe façam asentar os ditos seis mjll reaes em os nosos liuros dela E dar deles carta em cada hum ano pera lugar onde deles aJa bom pagamento dada em almeirim a xbij dias d'abrill aluaro neto a fez ano do nascimento de nosso senhorJesu christo de mJll bc XIX E esta sera emquamto for nosa merçe pedindo o dito mestre nicolao per merçe que lhe confirmase a dita carta E visto per mym seu Requerimento me praz lha confirmar E ey per confirmada como se nela comtem E majs me praz que de Janeiro que ora pasou deste ano presente de bc xxbij em diante elle tenha E aja majs de tença em cada hum ano emcanto mjnha merçe for quatro mjll reaes alem dos seis mjll reaes de maneira que avera do dito dia em diante dez mjll reaes E mando aos veadores de mjnha fazenda que lhos façam despachar cada ano pera lugar onde aja bom pagamento dada em lixboa a iij dias de feureiro antonio paez a fez ano de mJll bc xxbij E eu Damyam diaz o fiz esprever.

⁴³ Publicado parcialmente, sem indicação de cota ou localização em Reinaldo dos Santos, *A Escultura em Portugal*, 2 vols., Lisboa, 1948-50, p. 45.

⁴⁴ Na margem esquerda: «mestre nicolao padrão».

II

Arquivo Nacional da Torre do Tombo Corpo Cronológico, Parte II, Maço 192, Doc. 72⁴⁵

Dom Johão per graça de deos Rey de portugall e dos algarues d'aquem e d'alem mar em affrica senhor de guine e tecetera mando a vos almoxarife ou Recebedor d'alfamdegua de lixboa que do Remdimento dela deste ano presente de bc xxxiiij.º deys a mestre nycolao Jmaginaryo dez mill reis que lhe mando dar e o dito ano de mym a d'aver de sua temça e vos faze-lhe he bom paguamento e per esta com seu conhecimento vos serão leuados em conta. / el Rey o mandou per dom Rodrigo lobo do seu conselho e veador de sua fazenda – manuell affonso o fez em euora a xxbij dias de Julho de bc xxxiiij.º

Dom Rodrigo lobo / x reis n'alfandegua de lixboa a mestre nycolao Jmaginaryo de sua tença desta anno.

Alvarus

+

Recebeo mestre njcolao do allmoxarife per gomez pacheco. Recebedor os dez mill reis contheudos em este desembargo que lhe nesta casa foram desembargados o ano passado de bc xxxiiij e per as Receber os ditos x reis lhe outorgou ser feito este por mjm pero fernandez sprivam e asinado per ambos em ix dias d'utubro de bcxxxv.

Pero fernandez

mestre nycolao
chaterene

III

Arquivo Nacional da Torre do Tombo Chancelaria de D. João III, Livro 21, fl. 72.

46

Dom Joham cetera a quantos esta minha Carta vyrem faço saber que avendo eu Respeito aos serviços que mestre nicollao meu arauto E jmaginaryo de obra de pedraria tem feytos E a dos que espero que ao diamte faraa E quremdo-lhe fazer graça E merçe ey por bem E me apraz que elle tenha E aja de mym de temça em cada hum anno deste Janeiro que passou de quinhemtos trinta E seis em diamte emquamto minha merçe for tres moios de triguuo Pagos per notario Caarta Jeral nas leziras de vylla framca pollo quall mamdo ao allmoxarife ou Vedor que hora he e ao diamte for das ditas leziras que do dito Janeiro em diamte der e Pague em Cada hum anno ao dito mestre nicollao os ditos tres

⁴⁵ Publicado em J. Mendes Leal, *Monumentos Nacionais*, Lisboa, 1868.

⁴⁶ Na margem esquerda: «mestre nicolao padrão».

moios de trigo per esta soo caarta Jerall sem maJs tirar outra provisam de minha fazemda a quall se Registraraa no liuro das ditas leziras E pello trellado della com seu contrato lhe seja leuada em comta E ffijrmeza dello lhe mamdey dar esta Carta per mjm asynada E asellada do meu sello pemdemte em euora aos xxx dias de março mjuell de ponte a fez anno do naçimento de nosso senhor Jesuu cristo de bcxxxj fernandes vasqujz a fиж escrever.

IV

Arquivo Nacional da Torre do Tombo
Chancelaria de D. João III, Livro 64, fl.189v.⁴⁷

48

+

Eu el Rey faço saber a quantos este meu alluara virem que avemdo Respeito aos serujços que me tem ffeitos mestre njcolao meu arauto E por lhe fazer merçe ey por bem y me praz que elle posa trespasar E Renumçiar o dicto ofiçio d'arauto na pessoa que casar com hermeona njcolaas sua filha sendo pessoa auta pera o serujr E de que eu seJa comtemte E asy me praz que posa outrosy trespasar E Renumçiar na dicta sua filha os tres moyos de trjguo que de mj tem de temça em cada huum anno E faleçemdo o dicto mestre njcolao amtes de casar a dicta sua filha E de lhe trespasar a dicta temça do trjguo ey por bem de lhe fazer a ella merçe per morte do dicto seu pay do dicto ofiçio d'arauto per a pessoa que com ella casar sendo auta e a meu comtemtamento como dicto he E asy dos dictos tres moyos de temça pera ella asy E da maneira que o dicto seu pay ora todo tem per mjnhas prouysões E por sua guarda E mjnha alembrança lhe mamdey dar este alluara o qual ey por bem que valha E tenha força E vigor como se for carta ffeita em meu nome per mjm asynada E pasada per mjnha chancelaria sem embargo da ordenação do 2 o Liuro titulo xx que diz que as cousas cuJo Effeito ouuer de durar mais de huum anno pasem per cartas E pasamdo per alluaraees não valhão njhil da costa o fez em allmeirjm a iij dias de Junho de b^c Lj.

Comçertado

Comcertada

Joham da Costa

Joham d'oliueira

SUBSÍDIOS PARA O ESTUDO
DA VIDA E OBRA DO ARCEBISPO DE ÉVORA
D. JOÃO DE MELO

Ana Cristina Cardoso da Costa Gomes *

D. João de Melo e Castro – 2.º arcebispo de Évora – distingue-se na galeria das figuras que marcaram a vivência da cidade de Évora ao longo da centúria de Quinhentos. Foi uma personalidade de relevo na sociedade portuguesa deste período, da história de Portugal, marcado pelo lançamento da actividade do tribunal do Santo Ofício e pelo progressivo domínio dos clérigos na esfera política. O homem que viria a ser nomeado como 2.º arcebispo de Évora gozou da total confiança do rei D. João III, do cardeal infante D. Afonso e do cardeal D. Henrique e acumulou, ao longo da sua vida, os mais altos cargos eclesiásticos e do aparelho de Estado.

De Inquisidor de Évora a Inquisidor de Lisboa

D. João de Melo, como é vulgarmente conhecido, nasceu em Vila Viçosa¹ e era filho de pessoas ilustres. O seu pai Pedro de Castro de Azevedo era alcaide-mor de Melgaço, donatário dos lugares de Ferreira

* Doutoranda em História Moderna na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e docente na Escola Superior de Artes Decorativas da Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva.

¹ Se aceitarmos como exacta a idade apontada pelo cronista João Baptista Venturini a D. João de Melo, no relato que fez da sua viagem ao acompanhar o cardeal Alexandrino a Évora, em 1571, este teria na altura 50 anos. Dado que morreu no ano de 1574 teria nascido em 1521. Cf. A. Pinto CARDOSO, «O Cardeal Alexandrino em Évora», in *Eborensia*, Ano VII-1994, N.ºs 13 e 14, p. 82. Este dado foi aceite por Mons. Doutor

⁴⁷ Publicado em Reinaldo dos Santos, *A Escultura em Portugal*, 2 vols., Lisboa, 1948-50.

⁴⁸ Na margem esquerda: «mestre njcolao alluara de lembrança».

Passada e comendador de Santa Maria de Ansimé, perto de Guimarães e a sua mãe D. Beatriz (ou Brites) de Melo era filha de João de Melo, comendador do Casével (Santarém) ².

A sua ligação à cidade de Évora terá começado bem cedo ³. Logo após a conclusão da sua frequência na Universidade de Salamanca, culminada com o doutoramento em Direito Canónico ⁴, foi admitido, ainda mancebo, como capelão na casa do cardeal D. Afonso, filho de D. Manuel e administrador apostólico perpétuo do Bispado de Évora (1523-1540), que então morava nessa cidade, na Rua do Paço, nas casas de Lopo Vaz de Castelo Branco, junto à Nossa Senhora da Graça ⁵. D. João de Melo ocuparia esse cargo ainda em 24 de Setembro de 1539, dado que uma provisão do cardeal mandava o tesoureiro de sua casa, André Rodrigues de Beja, pagarlhe de renda a quantia de 2376 reais ⁶.

Tal situação é a prova da confiança que o cardeal D. Afonso depositava neste jovem, criado na sua própria casa, a qual terá contribuído decisivamente para o mesmo iniciar uma carreira caracterizada pela ocupação dos mais importantes cargos eclesiásticos e políticos.

José Filipe MENDEIROS, «O Calipolense D. João de Melo-2.º Arcebispo de Évora», in *Callipole*, N.º 3/4, 1995-1996, pp. 66-67 e p. 70, embora tenha salvaguardado algumas inexactidões geográficas e históricas cometidas pelo cronista. Note-se, porém, que entre os documentos encontrados sobre a sua vida mais nenhum faz referência à data do seu nascimento.

² Cf. Biblioteca Nacional de Lisboa (BN), usuais da Secção de Reservados, João Franco BARRETO, *Bibliotheca Lusitana Autores Portugueses*, Vol. IV, fls. 645-646. Este documento foi publicado por Ana Cristina Cardoso da Costa GOMES, «D. João de Mello (?-1574) e o Arcebispado de Évora. Subsídios para o estudo da sua vida e obra», in *A Cidade de Évora*, II Série, N.º 3, 1998-1999, pp. 76-77. Ver ainda Diogo Barbosa MACHADO, *Bibliotheca Lusitana*, Tomo II, Coimbra, Atlântida Editora, 1966, p. 698 (1.ª ed. 1747).

³ O Mons. Doutor José Filipe MENDEIROS na *op. cit.*, p. 63 relaciona a sua vinda para Évora com a mudança do Minho para Vila Viçosa do 2.º Duque de Bragança – D. Fernando – que passou a residir no castelo dionisiano. Acrescenta ainda, este autor, que o pai de D. João de Melo era familiar da doutora Públia Hortênsia de Castro (filha de Tomás de Castro) que, depois de formada em Coimbra, se distinguiu pela sua actividade cultural na cidade de Évora.

⁴ Cf. Diogo Barbosa MACHADO, *op. cit.*, Tomo II, p. 698.

⁵ Cf. João Franco BARRETO, *op. cit.*, Vol. IV, fl. 645. Publ. por Ana Cristina Cardoso da Costa GOMES, *op. cit.*, p. 76.

⁶ Cf. Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT), *Corpo Cronológico*, Tomo II, Maço 229, Doc. 132. Publ. por Ana Cristina Cardoso da Costa GOMES, *op. cit.*, p. 77.

A cidade de Évora seria, aliás, o palco das etapas mais importantes do percurso biográfico deste homem da Igreja. Assim, D. João de Melo começou por ser designado cónego da catedral eborense e cónego da Sé de Cabo Verde ⁷. A partir daí, viria a subir «(...) *por todos os cargos como por degraos; e em todas as partes em que teve officio veyo a ser presidente.*» ⁸ Com estas palavras pretendia o bibliógrafo João Franco Barreto, no século XVII, destacar as inúmeras nomeações para desempenhar funções proeminentes a que teve direito o 2.º arcebispo de Évora.

Em primeiro lugar, importa realçar a sua actuação no lançamento do tribunal do Santo Ofício no nosso país. O primeiro inquisidor-geral Fr. Diogo da Silva (bispo de Ceuta) designou-o, a 10 de Outubro de 1536, como um dos primeiros deputados do Conselho Geral deste tribunal ⁹ e como inquisidor de Évora após a leitura da Bula da Inquisição, nesta cidade, a 22 de Outubro de 1536 ¹⁰. O papel de D. João de Melo consistia fundamentalmente em instruir o tribunal do Santo Ofício, nesta sua primeira fase, de harmonia com o Direito Canónico.

O desempenho competente da sua missão conduziu-o a servir igualmente como um dos primeiros deputados da Mesa da Consciência, para a qual foi nomeado a 13 de Fevereiro de 1538 ¹¹, ou seja, no período inter-

⁷ A sua nomeação como cónego da Sé de Cabo Verde é confirmada, no século XVII, por João Franco BARRETO, *op. cit.*, Vol. IV, fl. 645. É igualmente referida na AAVV, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vol. XVI, Lisboa-Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Limitada, s.d., p. 830.

⁸ Cf. João Franco BARRETO, *op. cit.*, fl. 645. Publ. por Ana Cristina Cardoso da Costa GOMES, *op. cit.*, p. 76.

⁹ Cf. Fr. Pedro MONTEIRO, «Catálogo dos Deputados do Conselho Geral do Santo Officio», in AAVV, *Collecção de Documentos, Estatutos e Memórias da Academia Real da História Portuguesa*, Lisboa, Officina de Paschoal da Sylva, 1725, p. 3.

¹⁰ Diogo Barbosa Machado aponta, porém, a data de 10/10/1536, igualmente, para esta nomeação. Cf. Diogo Barbosa MACHADO, *op. cit.*, Tomo II, p. 698. A data de 22/10/1536 foi obtida a partir de Fr. Pedro Monteiro, «Notícia Geral das Santas Inquisições deste Reino, e Suas Conquistas, Ministros e Officiaes, de que cada huma se compoem. Catalogo dos Inquisidores da Santa Inquisiçam da Cidade de Evora», in AAVV, *Collecção de Documentos, Estatutos e Memórias da Academia Real da História Portuguesa*, Lisboa, Officina de Paschoal da Sylva, 1722, p. 398.

¹¹ Cf. BN, Secção de Reservados, Manuscritos, COD. 10887, Manoel Coelho VELLOSO, *Notícia Histórica da Meza da Consciência e Ordens offerecida à Real Magestade e Senhor D. Joam 5.º, 1732*, fl. 30. Publ. por Ana Cristina Cardoso da Costa GOMES, *op. cit.*, p. 81.

médio entre o exercício de funções como inquisidor de Évora e um ano antes de vir a desempenhar o cargo de inquisidor de Lisboa.

A Mesa da Consciência dava também os primeiros passos no desenvolvimento das suas actividades, uma vez que este tribunal havia sido criado pelo rei D. João III, em Dezembro de 1532. A sua formação em Direito Canónico e as boas relações com os elementos da Casa Real terão pesado, mais uma vez, para ser escolhido para trabalhar neste tribunal, dado que o mesmo tinha como principal objectivo apoiar o rei na resolução de casos jurídicos e administrativos que tocavam à obrigação da sua consciência e que não competiam aos tribunais da justiça e da fazenda.

No ano seguinte, a 16 de Julho de 1539¹², seria a vez de D. João de Melo ser nomeado como inquisidor de Lisboa pelo novo inquisidor-geral, o cardeal D. Henrique, a quem já teria substituído, mais de uma vez, à frente do tribunal do Santo Ofício em Lisboa¹³. O desempenho das suas funções impôs-se, especialmente, após o cardeal D. Henrique ter sido provido no bispado de Évora, a 24 de Setembro de 1540 (tendo sido nessa data elevado a arcebispado), após a morte do cardeal infante D. Afonso (21/4/1540)¹⁴ e depois de ter renunciado ao arcebispado de Braga.

Da sua actuação neste primeiro período de funcionamento do tribunal em Lisboa, confirmada pelo registo do seu nome na *Memoria de todos os Ministros e Officiais da Inquisição de Lisboa* incluída no *Conselho Geral do Santo Ofício*¹⁵ (vide DOCUMENTO 1), interessa tecer algumas

¹² Esta data é apontada por Fr. Pedro MONTEIRO, «Catalogo dos Inquisidores, Que tem Havido Na Santa Inquisiçam desta Corte de Lisboa Desde Sua Renovaçam até o presente, com o anno, e dia, em que tomárão posse», in AAVV, *Collecção de Documentos, Estatutos e Memórias da Academia Real da História Portugueza*, Lisboa, Officina de Paschoal da Sylva, 1722, p. 437.

¹³ Cf. Alexandre HERCULANO, *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal*, Tomo II, Lisboa, Livraria Bertrand, 1975, p. 195 (1.ª ed. 1864-1867). Esta ideia é confirmada pelo Mons. Doutor José Filipe Mendeiros que defende que D. João de Melo já estaria a desempenhar o cargo de inquisidor de Lisboa desde 1537. Cf. Mons. Doutor José Filipe MENDEIROS, *op. cit.*, p. 63.

¹⁴ D. João de Melo figura, aliás, como testamenteiro do cardeal infante D. Afonso numa carta de padrão. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. João III*, Livro 55, fl. 114 v. Publ. por Ana Cristina Cardoso da Costa GOMES, *op. cit.*, pp. 78-79.

¹⁵ Cf. IAN/TT, *Conselho Geral do Santo Ofício*, Cod. 256, fls. 1-1 v. (*Memoria de todos os Ministros e Officiais da Inquisição de Lisboa*).

considerações já que nunca mereceu um estudo aprofundado e por isso continuam a pairar sobre ela inúmeras interrogações.

D. João de Melo instituído de largos poderes, pelo novo inquisidor-geral, dirige sem dúvidas a partir deste momento o tribunal do Santo Ofício. É este homem que, por exemplo, exige a 28 de Junho de 1542 a devassa no processo de um cristão-novo, preso nos cárceres da Inquisição do Porto, chamado Gabriel Dias, da Vila de Trancoso¹⁶. Este processo decorre durante quatro anos e termina com a determinação da sua libertação, após abjuração pública, por alvará régio datado de 17 de Maio de 1546. Do mesmo consta uma carta do réu em que este apelava para ser solto dado que tinha perdido o juízo antes de ser preso e era viúvo e tinha cinco filhos (tendo um deles já morrido), todos menores de 14 anos, que por sua pobreza e prolongada prisão se encontravam desamparados.

É igualmente na qualidade de inquisidor de Lisboa que solicita, numa missiva, os nomes dos cristãos-novos presos em Roma para avaliar as suas culpas (vide DOCUMENTO 2)¹⁷ e que em duas cartas, dirigidas ao secretário de Estado, encomenda, na primeira, ao bispo e reitor de Coimbra o negócio da Inquisição, no que diz respeito aos problemas apresentados pelos cristãos-novos de Aveiro (vide DOCUMENTO 3)¹⁸ e, na segunda, solicita o envio de uma carta ao prior de Guimarães para que o mesmo retornasse à sua igreja, após se ter encontrado a substituir o inquisidor em Coimbra (vide DOCUMENTO 4)¹⁹.

Mas, a sua acção mais significativa à frente do tribunal da Inquisição de Lisboa terá sido a preparação e direcção do auto-da-fé ocorrido nesta cidade, no ano de 1544. Deste resultaram 20 sentenças de morte e 53 de abjuração, sendo algumas destas últimas condenadas também a cárcere perpétuo²⁰.

¹⁶ Este processo original encontra-se na Biblioteca da Ajuda, 49-IV-26, n.º 1.

¹⁷ Cf. IAN/TT, *Fragmentos*, Maço 13, Caixa 13.

¹⁸ Cf. IAN/TT, *Cartas Missivas*, Maço 1, Doc. 66.

¹⁹ Cf. IAN/TT, *Cartas Missivas*, Maço 1, Doc. 162.

²⁰ João Lúcio de Azevedo publicou, em apêndice documental, a carta de D. João de Melo dirigida ao rei D. João III com a descrição deste auto-da-fé ocorrido, em Lisboa, em 1544. Cf. João Lúcio de AZEVEDO, *História dos Cristãos-Novos Portugueses*, 3.ª ed., Lisboa, Clássica Editora, 1989 (1.ª ed. 1922), p. 452.

Ao descrever ao rei D. João III este auto-da-fé, da sua responsabilidade, referia D. João de Melo «(...) de nenhuma cousa estou tão espantado como dar noso senhor tanta paciencia em fraqueza humana, que visem os filhos levar seus pais a queimar, e as molheres seus maridos, e huns irmãos aos outros, e que nã ouvesse pessoa que falase, nem chorase, nem fizese nenhum outro movimento senã despidirem-se huns dos outros cõ suas benções, como que se partisem pera tornar ao outro dia.»²¹

Paralelamente à sua destacada influência na direcção da vida religiosa do país, este homem da Igreja entrou no Paço, e dominou-o, ao ser chamado para exercer diferentes cargos de destaque no aparelho político de Estado. Do tribunal do Santo Officio de Lisboa foi nomeado presidente do Desembargo do Paço, sendo o primeiro «(...) que ocupou este honorífico lugar pois até o seu tempo prezidirão nelle os nossos monarcas»²² e por uma carta de officio, do dia 31 de Maio de 1540, era nomeado como desembargador da Casa da Suplicação²³. Pela carta de mercê do officio, de 31 de Junho de 1540, é possível apurar o mantimento obtido com este cargo que era de 80.000 reais anuais durante 10 anos²⁴.

Mas a sua ascensão no aparelho de Estado continuaria e, a 29 de Janeiro de 1549, seria designado como desembargador da Casa do Cível²⁵, recebendo de mantimento a quantia de 50.000 reais por ano²⁶. Era este um tribunal superior do rei que, a partir da lei de 9 de Julho de 1529, julgava as apelações que aos sobrejuizes pertencessem.

De facto, assiste-se no reinado de D. João III a uma viragem no seio da sociedade portuguesa caracterizada pelo progressivo domínio dos clérigos no Paço. O «(...) frade entra no Paço, ou melhor, o Paço torna-se frade, usando a expressão vicentina que, no entanto, alertava: O Paço em frade tornado / nem é Paço nem é nada...»²⁷

²¹ IDEM, *ibidem*, p. 452.

²² Cf. Diogo Barbosa MACHADO, *op. cit.*, Tomo II, p. 698.

²³ Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. João III*, Livro 40, fl. 124. Publ. por Ana Cristina Cardoso da Costa GOMES, *op. cit.*, p. 79.

²⁴ Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. João III*, Livro 40, fl. 146 v. Publ. por Ana Cristina Cardoso da Costa GOMES, *op. cit.*, pp. 79-80.

²⁵ Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. João III*, Livro 55, fl. 131 v. Publ. por Ana Cristina Cardoso da Costa GOMES, *op. cit.*, p. 80.

²⁶ Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. João III*, Livro 60, fl. 108 v. Publ. por Ana Cristina Cardoso da Costa GOMES, *op. cit.*, pp. 80-81.

²⁷ Cf. António Borges COELHO, *Inquisição de Évora. Dos Primórdios a 1668*, Vol. II, Lisboa, Editorial Caminho, 1987, p. 45.

De Bispo do Algarve a Arcebispo de Évora

A projecção deste prelado na Igreja portuguesa seria consagrada com a sua nomeação para o bispado do Algarve e, de seguida, para o arcebispado de Évora, em substituição do próprio cardeal D. Henrique.

No mesmo ano de 1549, o rei D. João III escolheu D. João de Melo para bispo de Silves²⁸, no reino do Algarve, depois da elevação de D. Manuel e Sousa ao arcebispado de Braga. Os favores que já então tinha junto do cardeal D. Henrique revelam-se nitidamente nas palavras contidas na carta que o inquisidor-geral dirigiu ao rei D. João III, sobre a nomeação de D. João de Melo para o bispado do Algarve, com a pensão de 2.000 cruzados: «(...) beijo a mão a Vosa Alteza por cousa tam bem feita, prouer huma perlasia que tem tanta necessidade com pessoa que parece que siruira tam bem nela a noso senhor.»²⁹ Logo em 1551 e «(...) ao mesmo tempo que o Cardeal D. Henrique, já Arcebispo de Évora, chamava os jesuítas para missionarem na sua vasta Arquidiocese, que se estendia desde os priorados de Avis e do Crato até às serras algarvias, o mesmo fez o Bispo de Silves em prol da missionação do seu Bispado.»³⁰

Nesse mesmo ano participou na segunda fase do Concílio de Trento³¹, sob o pontificado de Júlio III, nas sessões XIII e XIV, iniciada a primeira a 11 de Outubro de 1551 e terminada a segunda a 25 de Novembro do mesmo ano, que trataram respectivamente dos sacramentos da Eucaristia,

²⁸ Com a reconquista cristã do Algarve, a antiga diocese de Ossónoba (Estói), inicialmente foi sedeada em Silves, a mais importante cidade do Al-Garb árabe, onde os bispos permaneceram desde 1189 até 1564, sendo D. João de Melo precisamente o último ali residente, até ser nomeado arcebispo de Évora. O seu sucessor na diocese algarvia foi D. Jerónimo Osório, que estabeleceu a sede da diocese em Faro, que tinha sido elevada à categoria de cidade e ficava mais central para o Algarve, para além de se situar à beira-mar.

²⁹ Cf. António BAIÃO, *A Inquisição em Portugal e no Brazil. Subsídios para a sua História*, Lisboa, Oficina Tipográfica-Calçada do Cabra, 1906, p. 20 do apêndice documental.

³⁰ Cf. Mons. Doutor José Filipe MENDEIROS, *op. cit.*, p. 64.

³¹ Saliente-se que foi um dos poucos prelados portugueses ali presentes dado que D. João III pediu escusa ao papa Júlio III para seu irmão, o cardeal D. Henrique e a maior parte dos bispos portugueses não participarem no concílio. Propôs apenas a ida dos bispos D. João de Melo e Castro (Silves), D. Rodrigo Pinheiro (Angra), D. Manuel de Noronha (Lamego) e D. Gaspar do Casal (Funchal).

da Penitência e da Extrema Unção, os quais não eram aceites pelos luteranos, calvinistas e zwinglianos. Aí terá sido admirada «(...) a sua grande litteratura»³².

Ao regressar a Portugal, após o encerramento da segunda fase conciliar, o bispo de Silves inspirado pelo zelo apostólico tridentino celebrou sínodo diocesano, no dia 14 de Janeiro de 1554, e nele publicou as *Constituições do Bispado do Algarve*³³.

A 17 de Setembro de 1557 foi nomeado regedor das justiças e foi constituído pelo cardeal D. Henrique, de quem se tornou o «braço direito», como coadjutor, provisor, vigário-geral e visitador do arcebispado de Évora. Esta nomeação é importante já que após o falecimento do rei D. João III, o cardeal D. Henrique tinha necessidade de se deslocar frequentemente a Lisboa, governando a arquidiocese de Évora por meio de bispos, coadjutores e de vigários-gerais. O cardeal D. Henrique não poderia escolher alguém melhor que D. João de Melo para o apoiar no governo da arquidiocese de Évora, uma vez que este havia iniciado a sua carreira nessa mesma cidade, desde que regressara dos seus estudos em Salamanca.

Finalmente, foi promovido a arcebispo eborense pela bula *Exposit Nobis* de 21 de Junho de 1564³⁴, na sequência do cardeal D. Henrique ter de assumir a regência na menoridade de D. Sebastião (1562-1568).

No cumprimento desta dignidade remodelou o velho Paço Episcopal. A obra «(...) foi notável e agradável, porquanto construiu um jardim pênsil, correspondente ao actual segundo piso, aonde elevava a água de um poço ainda existente no edifício do actual Museu de Évora, instalado no antigo Paço Arquiepiscopal, para regar o jardim, que sobretudo nos meses de Estio exigia muita água destinada a conservar viçosas as plantas durante a canícula.»³⁵

³² Cf. Diogo Barbosa MACHADO, *op. cit.*, Tomo II, p. 698.

³³ Cf. BN, Secção de Reservados, *Impressos*, RES. 120 A.

³⁴ Bula *Exposit Nobis* de 21/6/1564 in Jaime Constantino de Freitas MONIZ, (coord. de), *Corpo diplomático português contendo os actos e relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o século XVI até aos nossos dias*, Tomo X, Lisboa, Academia Real das Ciências, s.d., pp. 164-169, *apud* Fortunato de ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, Vol. II, Porto, Livraria Civilização, 1968, p. 622.

³⁵ Cf. Mons. Doutor José Filipe MENDEIROS, *op. cit.*, p. 66.

Foi neste espaço renovado que o arcebispo recebeu, em Novembro de 1571, o cardeal Miguel Bonelli, sobrinho do papa Pio IV, também conhecido por cardeal Alexandrino porque era natural da pequena cidade italiana de Alessandria. Esta visita com a missão principal de unir os reis de França, Espanha e Portugal contra os turcos, que ameaçavam a Europa desde a conquista de Constantinopla em 1453, foi descrita com pormenor pelo italiano Giovanni Battista Venturini. No palácio do arcebispo encontrava-se, segundo as palavras do mesmo, «(...) um sumptuoso aparato para o legado e para os prelados e outros.»³⁶

Tal só era possível, conforme o cronista salientou, dado o poder económico do arcebispo de Évora D. João de Melo e dos cónegos eborenses. Se seguirmos, mais uma vez, as suas palavras: «O Arcebispo vale 40 mil escudos; o Deão, um quinto e meio, isto é 3750 ducados; o Arce-diago, 1500 ducados; o Tesoureiro, 1250 ducados (500 réis); o Chantre, 1250 ducados (500 réis); os Cónegos, em número de 25, recebem cada um 1250 ducados (500 réis).»³⁷ É difícil avaliar a veracidade destes números, porém, se cruzados com os outros dados já apontados sobre as rendas obtidas com a acumulação de diferentes cargos por D. João de Melo torna-se inegável a sua riqueza³⁸.

D. João de Melo realizou também mudanças na Sé de Évora. A primeira foi mandar pintar a capela-mor e desviar o altar-mor que se encontrava no meio da mesma para o fundo da ousia, talvez para libertar o espaço para a movimentação litúrgica e para colocar o grandioso políptico flamengo de 13 tábuas representando a «Vida da Virgem Maria»³⁹. A oposição do Cabido fez-se, porém, sentir quando D. João de Melo mandou construir um novo púlpito de mármore para substituir o antigo de ferro e ordenou o chanframento do pilar que, com os restantes três, susten-

³⁶ Cf. A. Pinto CARDOSO, «O Cardeal Alexandrino em Évora», (...), p. 85.

³⁷ IDEM, *ibidem*, p. 85.

³⁸ O seu poder económico revela-se, aliás, por alguns dos seus próprios objectos pessoais encontrados no seu túmulo, tal como a sua cruz peitoral de prata dourada, ou o seu anel do mesmo material. Ver a este propósito AAVV, *Do Mundo Antigo aos Novos Mundos, Humanismo, Classicismo e Notícias dos Descobrimentos em Évora, 1516-1624*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, pp. 279-280.

³⁹ A propósito das obras realizadas na Sé de Évora veja-se Mons. Doutor José Filipe MENDEIROS, *op. cit.*, p. 66.

tavam a torre lanterna da Sé. Os cónegos alegavam que o edifício poderia ruir na sequência dessa alteração, mas o arcebispo para reforçar a sua opinião respondeu que, se caísse, cairia em cima dele dado que se sentaria em frente do pedestal quando se iniciasse esta obra.

À semelhança do sínodo que convocara em Silves e movido, mais uma vez, pelo zelo pastoral incutido pelo Concílio de Trento, durante o seu pontificado em Évora, reuniria três sínodos: o primeiro a 11 de Fevereiro de 1565, ou seja um ano após a sua tomada de posse como arcebispo de Évora; o segundo em Setembro de 1567⁴⁰ e o terceiro a 1 de Maio de 1569⁴¹.

Do primeiro sínodo, que abriu com uma notável oração latina subordinada ao tema do versículo V do Salmo 49 sobre a utilidade dos concílios para a defesa da fé e eliminação das heresias e abusos, proferida por André de Resende, então com 72 anos de idade, resultaria a publicação das *Constituições do Arcebispado de Évora* (Julho de 1565).

O exemplar desta edição de 1565 impresso na tipografia eborense de André de Burgos, cavaleiro da casa do infante D. Afonso, que se conserva entre os Reservados da Biblioteca Pública de Évora⁴² é acompanhado das *Constituições do Bispado de Évora* do cardeal D. Afonso, de 1534⁴³, num raro volume encadernado em pergaminho. Note-se que entre os dois textos encontra-se o opúsculo, da autoria de D. João de Melo, intitulado «Considerações d'alguns mistérios da Missa»⁴⁴, publicado também em Évora por

⁴⁰ Deste Sínodo da Província Eclesiástica de Évora resultou a publicação dos *Decretos do Concílio Provincial Eborense*, impressos em Évora na casa de André de Burgos, em 1568. Biblioteca Pública de Évora (BPE), Secção de Reservados, Res. 298. Existe uma cópia, por nós encontrada, do impresso de 1568 na BPE, Secção de Reservados, *Colecção Manizola*, COD. 228. O segundo sínodo, de que trata esta obra, teve como objectivo fundamental a aplicação dos decretos tridentinos a toda a província eclesialística do sul, de que era metropolitano o arcebispo D. João de Melo. Ver AAVV, *Do Mundo Antigo aos Novos Mundos, Humanismo, Classicismo e Notícias dos Descobrimentos em Évora, 1516-1624*, (...), pp. 295-296.

⁴¹ Sínodo diocesano.

⁴² BPE, Secção de Reservados, COD. 412.

⁴³ Sobre estas *Constituições* e o sínodo diocesano de Évora de 1534 ver AAVV, *Do Mundo Antigo aos Novos Mundos, Humanismo, Classicismo e Notícias dos Descobrimentos em Évora, 1516-1624*, (...), pp. 275-276 e 291-293.

⁴⁴ IDEM, *ibidem*, pp. 293-294. Esta entrada do catálogo aponta a dimensão do opúsculo como sendo de 4 folhas. O mesmo número é apontado pelo Mons. Doutor José Filipe

Martim de Burgos. Este mesmo opúsculo viria a merecer uma segunda impressão ordenada pelo arcebispo D. Teotónio de Bragança, que mandou dele fazer oito mil exemplares para serem espalhados pela arquidiocese de Évora⁴⁵. O volume abre com uma cercadura renascentista, enquadrando o brasão de D. João de Melo.

Em relação ao exemplar da edição de 1565, conservado na Secção de Reservados da Biblioteca Nacional (Lisboa)⁴⁶, o mesmo não se encontra acompanhado das *Constituições* do cardeal D. Afonso, mas inclui igualmente, no final, o opúsculo acima referido⁴⁷.

As *Constituições do Arcebispado de Évora* (1565) são um conjunto de leis, preceitos e disposições de âmbito diocesano e sinodal, isto porque se destinavam ao governo da diocese de Évora e foram promulgadas pelo prelado com o conselho do cabido e com o clero reunido em capítulo. No entanto, este texto deve ser entendido à luz de um contexto mais alargado, isto porque, após o cardeal D. Henrique ter assumido o governo da metrópole lisbonense (1564), logo no ano seguinte mandou codificar com o título de *Extravagantes*, diversas disposições do Concílio de Trento para serem observadas no seu arcebispado e, em 1566, reuniu um concílio provincial⁴⁸ em que se adoptaram muitas disposições tridentinas, publicadas com o título de *Extravagantes Segundas*.

MENDEIROS, *op. cit.*, p. 68. Este autor, porém, na p. 69 referindo-se ao mesmo texto fala de 8 folhas.

⁴⁵ Arquivo Capitular da Sé de Évora, CEC 13-VIII, *Livro dos Acordãos do Cabido*, fl. 20 v.

⁴⁶ Cf. BN, Secção de Reservados, *Impressos*, RES. 2787 V, D. João de MELLO, *Constituições do Arcebispado Deuora / nouamente feitas por mandado do illustrissimo e reuerendissimo dom Ioam de Mello, Arcebispo do dito Arcebispado*, Euora, em casa de Andre de Burgos, 1565.

⁴⁷ Cf. Inocêncio Francisco da SILVA, *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Tomo II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1859, p. 101. Refere este autor, a propósito desta edição de 1565, que incluiria para além deste opúsculo, outro com o seguinte título: «Determinação que se tomavam per mandado del Rey noso Senhor sobre as duuidas que havia antre os prelados, e justiças ecclesiasticas e seculares», todavia, este não se encontra em nenhum dos exemplares já enumerados. Em relação ao texto intitulado «Considerações d'alguns mistérios da Missa» apresenta 8 folhas no exemplar conservado na Secção de Reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa.

⁴⁸ Assistiram os bispos da Guarda (D. João de Portugal, natural de Évora, foi confirmado bispo da Guarda a 23 de Março de 1556); Lamego (D. Manuel de Noronha foi confirmado bispo em 22 de Abril de 1551 e faleceu a 23 de Setembro de 1569); Leiria (D. Fr. Gaspar do Casal era bispo do Funchal e foi confirmado bispo de Leiria em 1557,

Em termos globais, as *Constituições*, principalmente as diocesanas, são indispensáveis para o conhecimento da vida religiosa e social do tempo a que dizem respeito. Para além da celebração da missa e administração dos sacramentos, da guarda dos dias santificados e domingos, dos bens da igreja e dízimos, das obrigações do clero; tratavam também do teatro e danças nas igrejas, das procissões e romarias, dos testamentos, das relações dos cristãos com os judeus e mouros e estabeleciam penas contra as heresias, a feitiçaria, a superstição, a usura e outros abusos e vícios.

As *Constituições do Arcebispado de Évora* não constituem uma excepção a esta situação. Publicadas dois anos após o termo do Concílio de Trento, manifestam já a sua directa inspiração ideológica e regulamentam de uma forma muito minuciosa, condicionante e punitiva, a vida quotidiana do mundo clerical e do mundo secular. À sua luz não se deve fazer, porém, um conceito exagerado da decadência e males da sociedade tomando à letra o disposto nas mesmas, porque estas não só proíbem os abusos e vícios arreigados como os que raramente se cometiam. Por outro lado, apesar dos mecanismos de controle rígidos e do sistema punitivo forte, obedecendo a um escalonamento desde as penas materiais às espirituais, os «desvios» às proibições eram com certeza frequentes.

Estas *Constituições* apresentam no início um índice (ou «tauoada»), seguido de um prólogo, da autoria de D. João de Melo, no qual justifica a necessidade do texto e os seus objectivos. Estes eram idênticos aos da bula *Laetere Ierusalem*, de 19/11/1544, ou seja «(...) *pera plantar bons costumes e doctrina catholica e pera desarreigar os vícios e errores que nella procurava sempre plantar ho inimigo da geraçã humana.*»⁴⁹ Depois são apresentados 33 títulos subdivididos em capítulos. Após a apresen-

vindo em 1579 a ser transferido para o bispado de Coimbra); Portalegre (D. André de Noronha foi confirmado bispo de Portalegre em Março de 1560 e tomou posse a 17 de Julho de 1560, vindo a governar a diocese até 1581. Faleceu em 1586); Funchal (D. Fr. Jorge de Lemos foi confirmado a 9 de Março de 1556 e foi para a Madeira em 1558. Regressou ao Reino em 1563 e renunciou à diocese em 1569) e S. Tomé (D. Frei Gaspar Cão foi nomeado a 6 de Julho de 1554 e faleceu em 16 de Fevereiro de 1572).

⁴⁹ Cf. BN, Secção de Reservados, *Impressos*, RES. 2787 V, fl. 8 v. do prólogo (numeração nossa dado que o mesmo não se encontra paginado).

tação dos títulos seguem-se os «Casos Reservados ao Papa» e os «Casos da Bula da Ceia»⁵⁰.

A regulamentação da vida quotidiana é feita de uma forma demarcada sendo estabelecida a divisão dos destinatários, à margem dos capítulos, com as seguintes expressões -«*pera os clérigos*» e «*pera o pouo*»-, embora existam capítulos que abrangem os dois tipos de público.

As *Constituições do Arcebispado de Évora* (1565) encerram ainda dados interessantes para se estabelecer o retrato da sociedade quinhentista portuguesa, após a reforma na vida diocesana imposta pelo Concílio de Trento, já que têm subjacentes informações sobre as práticas permitidas e proibidas, os direitos e as obrigações dos clérigos e dos populares e ainda sobre aspectos que marcavam o ritmo do dia a dia dos portugueses, tais como: as festas populares, as procissões, os enterramentos e os testamentos⁵¹.

O opúsculo «Considerações d'alguns mysterios da Missa»⁵², já mencionado, que serve de complemento ou apêndice às *Constituições do Arcebispado de Évora* (1565) merece um breve comentário ao seu conteúdo, dado que até agora foi sempre relegado para segundo plano e nunca mereceu atenção particular.

D. João de Melo traduz o seu objectivo ao redigi-lo, da seguinte forma: «(...) *pareceo necessario no fim deste liuro das Constituyções, ordenarem-se algumas breues lembranças e considerações dos mysterios da missa (...) pera que sabendo elles ho que se na missa faz, e no proueito spiritual que della alcançam com mayor cuidado e deuaçam folguem de se acharem presentes a ela (...)*»⁵³.

Este texto pode ser classificado como um conjunto de declarações sobre a missa, necessárias aos sacerdotes que deveriam chegar a este

⁵⁰ O exemplar por nós estudado foi o que se encontra na Secção de Reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa. Mons. Doutor José Filipe MENDEIROS, *op. cit.*, p. 68, seguindo o exemplar da Secção de Reservados da Biblioteca Pública de Évora apresenta os 33 títulos de forma pormenorizada.

⁵¹ Para uma análise dos aspectos da sociedade tridentina portuguesa a partir destas *Constituições* ver Ana Cristina Cardoso da Costa GOMES, *op. cit.*, pp. 65-75.

⁵² Note-se que figura, quer no exemplar da Biblioteca Pública de Évora, quer no da Biblioteca Nacional. No primeiro encontra-se entre as duas *Constituições* e no segundo como apêndice.

⁵³ Cf. BN, Secção de Reservados, *Impressos*, RES. 2787 V. A. I.

mistério sem pecado. O arcebispo de Évora aponta detalhadamente a simbologia de que se revestem as vestimentas dos sacerdotes e os seus actos durante estas cerimónias.

Assim, no que diz respeito às vestimentas: o amicto sobre a cabeça simboliza como Cristo escondeu a sua divindade com a sagrada humanidade; a alva simboliza a limpa conversação de Cristo; o cinto significa a pureza virginal de Cristo; o manípulo é o símbolo da luta de Cristo pela justiça; a estola representa a obediência do filho de Deus e por fim a casula significa a Santa Igreja que Cristo uniu a si.

Os diferentes momentos da missa também têm um sentido figurado e D. João Melo enumera-os:

- O **início da missa** simboliza o desejo da vinda de Cristo;
- A **gloria in excelsis deo** representa a alegria manifestada nos céus e na terra com o nascimento de Cristo;
- A **leitura da Epístola** simboliza a pregação de S. João Baptista;
- A **leitura do Evangelho** figura a pregação de Cristo;
- O **credo** significa a fé dos povos na pregação de Cristo;
- O **cálice** representa a pronta vontade com que Cristo ofereceu a sua paixão;
- A **prefação** simboliza a recepção de Cristo em Jerusalém;
- A **sacra** figura como os mistérios da sua paixão foram encobertos ao povo judaico;
- O **levantamento do Senhor** simboliza o seu levantamento na cruz;
- A **comunhão do sacerdote** significa que este roga ao Senhor que comunique espiritualmente;
- A **benção do sacerdote** simboliza a glória dos eleitos;
- O **fim da missa e recolha do sacerdote ao altar** significa que Cristo se recolherá com os bons no Céu.

Dado o valor das missas admoesta, no final do opúsculo, os herdeiros e testamenteiros a mandarem dizer missas para rogarem a Deus pelas almas que estão no Paraíso, livres do Purgatório.

Na Secção de Reservados da Biblioteca Pública de Évora existe, igualmente, a edição da «vila de Madrid», de 1622, das *Constituições*

de 1565 de D. João de Melo, publicadas por D. José de Melo, um dos seus sucessores no arcebispado de Évora (1611-1633)⁵⁴. Destas *Constituições* ainda houve uma outra edição da responsabilidade do arcebispo D. Miguel de Távora, impressa igualmente em Évora, na tipografia da Universidade⁵⁵.

O facto deste texto ter sido reeditado, em dois séculos sucessivos, demonstra a divulgação que o mesmo terá alcançado, especialmente no que diz respeito à formação do clero do arcebispado de Évora, na segunda metade de Quinhentos. A exigência do prelado D. João de Melo posta na formação dos capelães traduziu-se ainda na ordem dada pelo mesmo, para que todos os anos assistissem «(...) às aulas de casos de consciência na Universidade de Évora, tendo elaborado uma lista de todos aqueles que a tanto eram obrigados, e ele mesmo foi assistir a uma das aulas.»⁵⁶

A atribuição da autoria desta obra tem gerado alguma polémica. A este respeito, podem ser destacadas as opiniões contraditórias de Inocêncio da Silva e de Diogo Barbosa Machado, que se centraram em edições diferentes, enquanto que o primeiro se baseou na edição de 1565, o segundo apenas apontou a de 1622. Aliás, este último, segundo Inocêncio da Silva, cometeu um erro ao referir que «(...) as ditas *Constituições* eram as mesmas que fizera o Cardeal Infante D. Afonso no synodo celebrado em 1565»⁵⁷, uma vez que nesta data o infante D. Afonso já tinha falecido.

Inocêncio da Silva aponta a edição das *Constituições* do cardeal infante D. Afonso, de 1534, embora admita nunca a ter visto, e é a partir da edição de 1565 que se contrapõe às opiniões de Diogo Barbosa Machado e de Ribeiro dos Santos, quando afirma que o último errou «(...) em atribuir estas *Constituições* ao Cardeal Infante D. Afonso, sendo ellas do

⁵⁴ Em volume de papel está a edição das *Constituições* de D. João de Melo por D. José de Melo, em 1622. BPE, Secção de Reservados, COD. 617.

⁵⁵ Mons. Doutor José Filipe MENDEIROS, *op. cit.*, p. 68, refere que desta edição não existe nenhum exemplar nem no Arquivo Capitular de Évora, nem na Biblioteca Pública de Évora. Foi, no entanto, segundo este autor, indicado por Frederico PALOMO, «Exigências de formação do clero eborense em fins do Século XVI. O «Regimen ab examinatio-ribus de D. Teotónio de Bragança»», in *Actas do Congresso de História do IV Centenário do Seminário de Évora*, II, p. 82, nota 4.

⁵⁶ Cf. Mons. Doutor José Filipe MENDEIROS, *op. cit.*, p. 69.

⁵⁷ Cf. Diogo Barbosa MACHADO, *op. cit.*, Tomo II, p. 878.

*Arcebispo D. João de Mello, e por elle ordenadas, como expressamente consta do título (...)»*⁵⁸.

Partindo da análise, da edição de 1565, das *Constituições do Arcebispado de Évora*, a autoria de D. João de Melo pode ser definitivamente confirmada porque estas reflectem de uma forma evidente a influência do Concílio de Trento, no qual o 2.º arcebispo de Évora participou. São múltiplas as notas à margem que remetem, nos diferentes assuntos, para as sessões tridentinas correspondentes. Ora, tendo este mesmo concílio decorrido entre 1545 e 1563, estas notas só podiam ser da responsabilidade de D. João de Melo porque o cardeal infante D. Afonso morreu em 1540. É, aliás, o próprio D. João de Melo que assume a autoria da obra logo no seu prólogo, quando expressa de forma clara: «(...) e considerando nos por rezã de nosso officio pastoral, na obrigação que temos de prouer nossos subditos e ordenar nouas Constituyções por onde se reguessem e governassem: especialmente prouendo ho concílio tridentino em muitas cousas que era necessario ser declaradas a nossos subditos nas Constituyções que auiamos de fazer (...)»⁵⁹.

Desde a década de 30 que se assistia a uma reforma da Igreja, daí que estas *Constituições do Arcebispado de Évora* (1565), mandadas publicar por D. João de Melo, tenham tido, igualmente, como base de inspiração as *Constituições* do cardeal infante D. Afonso, de 1534. Quando confrontadas é possível verificar que ambas «(...) contêm o mesmo número de títulos (33) e de folhas (86), o que mostra que o Arcebispo se inspirou nas *Constituições do seu antecessor, com a diferença de que no título XI, respeitante aos priores e curas, as de D. Afonso acrescentam as principais doutrinas catequéticas que eles deviam ensinar ao povo de Deus: mandamentos da Lei de Deus e da Igreja, sacramentos, pecados capitais, obras de misericórdia, Padre Nosso, Avé Maria e Credo.»*⁶⁰

Por vezes, confundem-se as *Constituições da Igreja da Sé*⁶¹ assinadas pelo arcebispo D. João de Melo, de 11 de Maio de 1569, com as *Constitui-*

⁵⁸ Cf. Inocêncio Francisco da SILVA, *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Tomo II, (...), p. 101.

⁵⁹ Cf. BN, Secção de Reservados, *Impressos*, RES. 2787 V, fl. 8 v. do prólogo (numeração nossa).

⁶⁰ Cf. Mons. Doutor José Filipe MENDEIROS, *op. cit.*, p. 68.

⁶¹ IDEM, *ibidem*, p. 69. Este autor aponta a cota desta obra como Arquivo Capitular da Sé de Évora, L.c. Outra cota (CEC 4-VIII) é apontada em AAVV, *Do Mundo Antigo*

ções do Arcebispado de Évora. Porém, as primeiras destinavam-se exclusivamente ao serviço da catedral, sendo mais propriamente um «Regimento de Côro», o qual incluía: o «Regimento do Breviário Romano», que teve efeito a partir de 1570, o «Regimento da Sacristia» e o «Regimento das Criações de Cónegos», do qual o cabido discordou em alguns pontos.

Acrescente-se que no Arquivo Capitular da Sé de Évora encontra-se também o *Regimento da Capela da Sé*⁶² assinado pelo mesmo arcebispo, de 2 de Agosto de 1565, com acrescentamentos de 1567 e 1569 e algumas cartas originais do prelado⁶³.

Faltará apenas destacar uma obra espiritual da autoria de D. João de Melo intitulada *Principios e Fundamentos da Christandade, ou dialogo com hum breve sumario de lembranças que cada hum deve guardar no estado de vida, que tomou*, composta quando era bispo de Silves, imprimiu-a em Lisboa, reimprimindo-a em Évora por André de Burgos, em 1566⁶⁴.

Após um percurso singular, caracterizado pela ocupação das mais altas esferas do poder secular e eclesiástico, D. João de Melo viria a falecer na cidade de Évora a que ligou grande parte da sua vida, no ano de 1574, tendo sido sepultado na sua Sé, no chão da Capela da Ceia do Senhor, por sua expressa vontade. O arcebispado de Évora seria de novo entregue ao cardeal D. Henrique.

Apesar dos novos subsídios trazidos para o estudo da vida e obra do 2.º arcebispo de Évora D. João de Melo, que terão permitido lançar uma nova luz sobre este rosto de Quinhentos, a sua biografia encontra-se ainda muito longe de estar realizada. O verdadeiro papel e actuação deste homem, no primeiro período de actividade do tribunal do Santo Ofício, requer a continuidade de uma pesquisa documental exaustiva que contri-

aos Novos Mundos, Humanismo, Classicismo e Noticias dos Descobrimentos em Évora, 1516-1624, (...), p. 285.

⁶² Arquivo Capitular da Sé de Évora, EE 21 F.

⁶³ Cf. Mons. Doutor José Filipe MENDEIROS, *op. cit.*, p. 69. Este autor fez um levantamento das cotas destas cartas que apresentou no estudo supracitado. Acrescente-se apenas que a carta de 2 de Abril de 1565, criando três beneficiados na igreja de Santo Antão, em Évora, tem uma cópia que pode ser encontrada na BPE, *Colecção Manizola*, COD. 35-7.

⁶⁴ Cf. BN, Secção de Reservados, *Impressos*, RES. 1692 P (F. 6271).

buirá não só para reconstituir o percurso e actividade desta personalidade com maior exactidão, mas também para compreender melhor este período da história de Portugal marcado pela actividade inquisitorial e pelo domínio dos clérigos no Paço.

APÊNDICE DOCUMENTAL

Nota prévia

Na transcrição diplomática dos documentos que se seguem foram seguidas as regras preconizadas por Eduardo Borges Nunes. Assim, procedeu-se à separação e reunião de palavras e partes de palavra de acordo com o uso moderno. Desenvolveram-se as abreviaturas. Manteram-se as maiúsculas e minúsculas dos originais, à excepção dos nomes próprios, onde foram restituídas maiúsculas quando estes as não apresentavam. A pontuação foi deixada sem alteração e reproduziram-se todas as notas constantes dos documentos transcritos, mas não se transcreveram reclamos, e assinalou-se no corpo do texto, entre barras, a mudança de fólios.

DOCUMENTO 1

Memoria de todos os Ministros e Officiais da Inquisição de Lisboa

IAN/TT, *Conselho Geral do Santo Ofício*, Cod. 256, fls 1-1 v.

Transcrição nossa.

«/ fl. 1. / O Tribunal da Inquisição foi instituído pelo Sumo Pontífice Paulo 3.º em 5 de Setembro de 1536; e foi o Seu Inquisidor Geral o Senhor D. Diogo da Silva Bispo de Septa, o qual creou a Inquisição de Évora, que foi altíssima o qual foi primeiro Dezembargador da Caza da Suplicação e Religiozo Capucho da Piedade

A Inquisição de Lisboa foi erecta pelo Serenissimo Cardeal Infante Dom Henrique em Julho de 1539

Inquisidores que teve creados pelo mesmo Senhor Cardeal Infante

1. João de Mello, que havia sido / fl. 1 v. / Inquisidor em Évora, e era Deputado do Conselho Geral tomou posse de Inquisidor de Lisboa em 16 de Julho de 1539. Bispo do Algarve, Arcebispo de Évora.»

DOCUMENTO 2

Carta de D. João de Melo, Inquisidor de Lisboa, sobre os cristãos-novos presos em Roma, s.l., s.d.

IAN/TT, *Fragmentsos*, Maço 13, Caixa 13, Documento não numerado.

Transcrição nossa.

«Sua Alta Mercê mandou dar os nomes dos ⁶⁵ *christãos* nouos que estavam presos em Roma pera ver se avia culpa delles pera se mandarem a Baltasar de Faria beijarei as mãos de Vossa Mercê mandarmos pera aviar tudo. Com tempo / Como Sua Alteza manda beijo as mãos de Vossa Mercê. //

Seruidor

João Mello»

DOCUMENTO 3

Carta de D. João de Melo dirigida ao Secretário de Estado sobre os cristãos-novos de Aveiro, s.l., s.d.

IAN/TT, *Cartas Missivas*, Maço 1, Doc. 66.

Transcrição nossa.

«Sua Alteza me mandou que lhe ⁶⁶ fizese huã carta. pera o bispo /. Reitor de Coimbra. / em que lhe. encomenda. o negocio da Inquição / e manda que lhe seja leuado hum estromento de Jmzades (sic) que os *christãos* nouos d' Aveiro lhe apresentarão. pera que o veja. e tenha muito temto que lhe nam prejudiquem nem façam mall. seus Jmjgos. e pessoas que lhe querem mal./. E tanto que Nosa Merçe asinar a carta. ma mande pera. / se mandar ⁶⁷ e fara. serujço a noso. Senhor ser com breujdade. porque alem. do negocio o requerer asi. andam aqj partes. que me macam (sic) e nam querjam que soubesem que Sua Alteza escreuese nam depois que a carta fose partida. Com ho majs /. beijo as mãos de uosa merçe //

Seu Serujdor

O: João Mello»

⁶⁵ Ms: «do».

⁶⁶ Palavra ilegível devido ao trespassse da tinta.

⁶⁷ Palavra imperceptível.

DOCUMENTO 4

**Carta de D. João de Melo dirigida ao Secretário de Estado
sobre a necessidade do Prior de Guimarães retornar
à sua Igreja, s.l., s.d.
IAN/TT, *Cartas Missivas*, Maço 1, Doc. 162.
Transcrição nossa.**

«Sua Alteza manda que Nosa Merçe faça huã carta pera o prior de Gujmarães que esta pelo Inquisidor em Coimbra como Sua Alteza avendo respeito ao prejuizo que se causara com sua ausencia em sua Igreja. como lhe tem dito e o requerer asi ha pelo bem. de o escusar. ao presente. do carguo que tem. e se torne. pera seu priolado. pelo quanto manda. o doutor / Lujs Pinheiro que sirua com o bispo de San Tome /. e outra pera o bispo reitor em como lhe fas saber que o doutor Lujs Pinheiro vai proujdo. pera. serujr. com elle. na comarqua. de Coimbra e que ha. pera bem que o prior de Gujmarães. se va pera sua Igreja. como lhe tem pidido (sic) / beijo as mãos de Vossa Mercê

Seruidor»

ESBOÇO DE UMA BIOGRAFIA DO INQUISIDOR JOÃO DELGADO FIGUEIRA

*Célia Cristina da Silva Tavares **

Considerada um gênero menor por boa parte dos historiadores do século XX, a biografia tem sido recuperada nos últimos anos em termos mais complexos do que apenas registrar os momentos relevantes da vida de um destacado indivíduo. Dentro dessa tendência Carlo Ginzburg sugere que o nome serve como o fio condutor de Ariadne no labirinto documental em que muitas vezes o historiador se vê enredado ¹. Ao longo da pesquisa por mim realizada para desenvolver a tese de doutorado – um estudo sobre a cristianização de Goa através da ação da Companhia de Jesus e da Inquisição, nos séculos XVI e XVII ² – um nome acabou destacando-se, o de João Delgado Figueira, licenciado que foi promotor do Tribunal de Lisboa, depois do de Goa, a partir de 1617. Alcançou o cargo de inquisidor do Tribunal do Oriente em 1626 e, de volta ao reino foi inquisidor do Tribunal de Évora (1635), depois do de Lisboa (1641) e, por último passou a ser

* Professora Adjunta da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pertence ao Núcleo de Estudos Inquisitoriais (UERJ/ FFP) e à Companhia das Índias – Núcleo de História Moderna e Colonial da Universidade Federal Fluminense (UFF).

¹ Carlo GINZBURG, *A micro-história e outros ensaios*. Trad. António Narino Lisboa: Difel, 1991. p. 174.

² Célia Cristina da Silva TAVARES, *A cristandade insular: jesuítas e inquisidores em Goa (1540-1682)*. Tese (Doutorado em História). Niterói, 2002. Universidade Federal Fluminense. Mimeo.

promotor do mesmo tribunal, pois fora nomeado conselheiro letrado do recém criado Conselho Ultramarino, em 1643 ³.

Estudar o tribunal do Santo Ofício de Goa é uma tarefa muito difícil, uma vez que a maior parte das fontes referentes a essa instituição foi provavelmente destruída e o que sobreviveu é um material fragmentado e disperso em pelo menos quatro arquivos por mim visitados: a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, a Biblioteca Nacional de Lisboa, a Biblioteca da Ajuda e o Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Logo no início do levantamento das fontes deparei-me com o nome de João Delgado Figueira, uma vez que ele figurava no acervo da seção de reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa como autor de um importante repertório de sentenciados pelo Tribunal do Santo Ofício de Goa ⁴. Esse tipo de organização dos culpados era recomendado pelo regimento da Inquisição, no entanto, até então não havia sido organizado em Goa, o que indica uma postura muito disciplinada do promotor João Delgado Figueira.

À medida que avançava por outros documentos em outras instituições de pesquisa, reencontrava o mesmo nome: cartas ao inquisidor geral, cartas trocadas com o vice-rei da Índia, tratados sofisticados sobre questões doutrinárias, desenvolvimento de investigações e por fim alvo de uma visita feita ao Santo Ofício de Goa. Por tudo isso, ficou claro que se tratava de um personagem chave para a compreensão do funcionamento da Inquisição no Estado da Índia, o meu fio de Ariadne naquele labirinto de fontes no qual me aventurava.

Segundo Francisco Bethencourt no caso dos cargos inquisitoriais havia uma tendência comum na Inquisição ibérica de promoção restrita ao espaço colonial, quer dizer, a carreira do inquisidor no Oriente não era uma forma de ascensão para outros cargos eclesiásticos no reino, em geral. Bethencourt destaca que «a carreira dos inquisidores no tribunal de Goa é limitada, na maior parte dos casos, aos postos eclesiásticos nas Índias Orientais» ⁵. Naturalmente houve exceções, como, no século XVI, a

³ FRANCISCO BETHENCOURT, *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália – séculos XV-XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 195.

⁴ BNL, *Repertório Geral de três mil e oitocentos processos despachados pelo Santo Ofício de Goa desde a sua constituição até 1623* de João Delgado Figueira. Microfilme F. 2545.

⁵ FRANCISCO BETHENCOURT, *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália – séculos XV-XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 130.



13. Condenado pela Inquisição de Goa em *L'inquisition de Goa* de Charles Dellon, 1687.

exemplo de «Bartolomeu da Fonseca, designado sucessivamente, depois de seu regresso de Goa, inquisidor de Lisboa (1583), inquisidor em Coimbra (1587), membro do Conselho Geral (1598), conselheiro real e agente da Inquisição portuguesa na corte de Filipe III»⁶. Para o século XVII, há o caso de João Delgado Figueira, que voltou para o reino depois da longa permanência em Goa, sendo designado inquisidor primeiramente do Tribunal de Évora em 1635, e depois da Inquisição de Lisboa, em 1641, e por último promotor desse tribunal, por ter sido nomeado conselheiro letrado do Conselho Ultramarino, em 1643, como dito anteriormente⁷.

Os cargos de deputados e promotores⁸ do Santo Ofício de Goa eram freqüentemente ocupados por clérigos das ordens religiosas instaladas na capital do Estado da Índia, principalmente dominicanos e jesuítas. Mas havia também a possibilidade desses quadros terem origem no próprio reino e não estarem vinculados a essas ordens religiosas⁹. Um bom exemplo disso é, mais uma vez, João Delgado Figueira, que antes de atingir o cargo de inquisidor de Goa em 1626 fora nomeado como promotor da Inquisição oriental em 1617¹⁰.

⁶ Francisco Bethencourt. *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália – séculos XV–XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 130.

⁷ Francisco BETHENCOURT, *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália – séculos XV–XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 195. O autor alerta que não se tratou de um rebaixamento, como à primeira vista pode parecer, mas sim uma manutenção do vínculo com a Inquisição ao ter sido designado «como conselheiro do recém-criado Conselho Ultramarino, uma das mais importantes estruturas do Estado reorganizado depois da revolução de 1640».

⁸ Segundo Antônio BAIÃO, *A Inquisição de Goa*. Tentativa de história da sua origem, estabelecimento, evolução e extinção. Lisboa: Academia de Ciências, 1945. v. I. p. 178, no início da Inquisição eram os notários que ofereciam os libelos, depois os deputados assumiram também o papel de promotores, portanto não se fazia distinção destes cargos na Índia.

⁹ No período de 1560 a 1682, do total de setenta e seis deputados e promotores nomeados para o tribunal de Goa, sessenta e um pertenciam a ordens religiosas (dominicanos – vinte; jesuítas – dezessete; agostinianos – onze; franciscanos – dez; outras ordens – três); enquanto os outros quinze eram funcionários de tribunais e outras repartições do rei (nove) e do clero secular (seis). Cf. Antônio Baião. *A Inquisição de Goa*. Tentativa de história da sua origem, estabelecimento, evolução e extinção. Lisboa: Academia de Ciências, 1945. v. I.

¹⁰ José Miguel Ribeiro LUME, *Portugueses em cargos, ofícios e funções no Estado Português da Índia (1580-1640)*. Contribuição para o seu inventário. Dissertação (Mes-

Logo no início de suas atividades como promotor João Delgado Figueira foi protagonista de um atrito entre a Inquisição de Goa e a Companhia de Jesus. O centro da questão era a discussão sobre os ritos gentílicos defendidos pelo padre Roberto Nobili como sinais exteriores e inofensivos à fé católica, o que havia levantado muitas suspeitas sobre a validade das conversões realizadas por esse jesuíta no Malabar¹¹.

Os debates já se desenvolviam acalorados desde 1610, quando em 1618, o papa Paulo V ordenou que o arcebispo e os inquisidores de Goa fizessem uma junta para analisar as práticas do jesuíta italiano no Malabar. Em 31 de janeiro de 1619 foi instalada a comissão formada pelos arcebispos de Goa e Cranganor e pelo promotor da Inquisição, João Delgado Figueira. O propósito da junta era tomar «perfeita informação se os

trado em História Moderna). Lisboa, 1994. Universidade de Lisboa. mimeo. v. 2. pp. 446-448. Baião informa 1626, Lume, 1624.

¹¹ Roberto Nobili nasceu em Roma no ano de 1577, de uma família nobre de Montepulciano, na Toscana, foi noviço da Companhia de Jesus em Nápoles em 1596. Solicitou aos superiores fazer missão no Oriente, saindo de Lisboa para Índia em 1604, chegando a Goa em 1605. Esteve brevemente em Cochim e na costa da Pescaria. Nobili identificou na casta brãmãne a chave das conversões na Índia, avaliando que se fosse possível cristianizar esse grupo, as outras castas, historicamente submetidas aos brãmanes, os acompanhariam, criando um efeito multiplicador do número de convertidos. Com a autorização dos superiores eclesiásticos, Nobili apresentou-se na região de Maduré, na costa Malabar, em 1606, como um nobre romano que não tinha nenhum vínculo com os outros missionários e com os portugueses e que rejeitara todos os prazeres e confortos do mundo. Adotou a vestimenta amarela dos *saniassas*, ou seja, assumiu a postura dos brãmanes que viviam o último estágio de sua vida, a completa renúncia. Declarou que seu objetivo era estudar a literatura, as línguas sânscrita e telugu, além da malaiala. Em troca oferecia aos brãmanes da região revelar as verdades do cristianismo. Deixou de comer carne, dedicou-se apenas a rezar e a estudar. Dificultava os encontros com os brãmanes, para dar a impressão de sua importância. Nobili gradativamente conseguiu promover a conversão de alguns brãmanes por volta de 1608. Procurava sempre respeitar os costumes indianos que não considerasse superstição. Dessa forma, não reprimia o uso da linha bramânica (tríplice cordão de algodão que os brãmanes traziam a tiracolo da esquerda para direita), do *kudumi* (tufo na cabeça), o uso do sândalo nas fricções corporais, dos banhos rituais, a continuação de sinais na testa que faziam as distinções das castas, entre outros costumes. Em 1610 surgiram as primeiras críticas ao método de Nobili dentro da Companhia de Jesus, que nos anos subseqüentes acabaram por desenvolver um debate amplo, envolvendo as autoridades eclesiásticas de Goa chegando por fim a Roma em 1615.

ritos dos brâmanes e a linha e o sendi e o sândalo e uso de lavatórios são sinais da falsa seita dos ídolos»¹².

O primeiro registro dos trabalhos da junta refere-se ao arcebispo de Cranganor, que apresentou à junta um «tratado comprido» sobre a natureza dos ritos gentílicos, recomendando que fosse lido por teólogos. Além disso, havia livros trazidos de Maduré, mas que só ele e o padre Nobili saberiam ler. O arcebispo de Goa solicitou então que eles lhes contassem o que havia nos livros. O jesuíta italiano foi o primeiro a falar, e defendeu o caráter político dos ritos gentílicos¹³.

No dia 9 de fevereiro de 1619 o arcebispo de Cranganor enviou uma carta à junta, onde declarou que ele e os padres da Companhia de Jesus sabiam «de vista e experiência de muitos anos e da lição dos livros e línguas dos brâmanes» que a linha, o sândalo e os lavatórios eram sinais da nobreza das famílias brâmanes, fazendo forte defesa de Nobili¹⁴.

Entretanto, havia quem discordasse. Uma carta do Bispo de Cochim, datada de 6 de junho de 1619, usa o mesmo argumento da experiência para denunciar de forma veemente os ritos gentílicos, ao afirmar que: «há trinta e cinco anos e seis meses que vim para a Índia [...] e pela experiência que tenho destas partes [...] tenho sabido que a linha é sinal demonstrativo de gentilidade e de religião falsa que os brâmanes gentios professam»¹⁵.

João Delgado Figueira articulou seus trabalhos apresentando primeiramente um arrazoado sobre a questão, enumerando as dúvidas enviadas pelo papa e depois contrapondo argumentos contra e a favor dos ritos gentílicos. Desdobrou as dúvidas em dois níveis: «se é lícito» e «se é necessário» o uso dos ritos gentílicos. Afirmou logo a princípio que não era lícito, sem mais delongas, por serem evidências de ligação com a religião dos gentios, mas dedicou-se em seguida à análise minuciosa da necessidade da permissão do uso dos ritos para o bem da conversão. Concluiu

¹² ANTT, Conselho Geral do Santo Ofício. Liv. 207. Consultas da Inquisição de Goa (1572-1620). fl. 52.

¹³ ANTT, Conselho Geral do Santo Ofício. Liv. 207. Consultas da Inquisição de Goa (1572-1620). fl. 61.

¹⁴ ANTT, Conselho Geral do Santo Ofício. Liv. 207. Consultas da Inquisição de Goa (1572-1620). fl. 64.

¹⁵ ANTT, Conselho Geral do Santo Ofício. Liv. 207. Consultas da Inquisição de Goa (1572-1620). fl. 79.

dizendo que: «os ditos sinais protestativos da gentilidade oriental são sinais muito pertencentes à religião dos ditos pagodes e não se convém que se permitam na Cristandade», enfatizando o caráter diabólico dessas manifestações¹⁶. Trata-se de um texto elegante, extremamente erudito, que demonstra o grande conhecimento da realidade indiana que tinha João Delgado. Além desse parecer, ou voto — que ficou nos registros da Inquisição —, elaborou ainda um parecer em latim, datado de 10 de abril de 1619, com cópias despachadas para Roma e para o Conselho Geral do Santo Ofício em Lisboa; são oitenta e seis folhas nas quais o promotor desenvolve as idéias já expostas¹⁷.

No entanto, João Delgado Figueira não se restringiu à construção de uma argumentação contra os ritos gentílicos, mantendo sua atenção para a questão. Em 1620 recebeu um texto de cinco padres brâmanes, vigários de igrejas de Goa, que afirmavam «ser a linha e curumbim sinal de seita». Nele os clérigos seculares nativos explicavam que:

a linha de que é a questão, ordinariamente se faz de nove fios porque têm os brâmanes para si, e de opinião que corre entre eles, que o mundo se reparte em nove partes, e desses nove fios se fazem três cordéis delgados, os quais lançam ao tiracolo do ombro esquerdo ao modo de colar como um só. Estes três cordéis em protestação dessa divindade falsa que adoram, tem um só nó porque dizem que estas três falsas pessoas são Brama, Visnú, Mtayesou; compondo de nove fios para mostrar que todas as criaturas destas nove partes do mundo estão sujeitas a estes falsos deuses que adoram¹⁸.

Relataram ainda que a linha era posta pelo sacerdote hindu, o *boto*, o que implicava necessariamente freqüentar uma série de cerimônias gentílicas. Por fim, desautorizaram completamente a interpretação defendida por Nobili e pelo arcebispo de Cranganor, e alertaram para «o perigo de escândalo para a Cristandade». Após esse episódio, no mesmo ano, João Delgado Figueira fez uma convocação para se apresentarem à Inquisição

¹⁶ ANTT, Conselho Geral do Santo Ofício. Liv. 207. Consultas da Inquisição de Goa (1572-1620). fl. 83-96.

¹⁷ ANTT, Conselho Geral do Santo Ofício. Liv. 474, Parecer de João Delgado Figueira, promotor e deputado da Inquisição de Goa sobre os sinais gentílicos. Goa, 10 de abril de 1619. 86 fls.

¹⁸ ANTT, Conselho Geral do Santo Ofício. Liv. 207. Consultas da Inquisição de Goa (1572-1620). fl. 98.

vários portugueses, civis (11) e religiosos (2), que habitavam por longo tempo a cidade de Goa, e a clérigos seculares nativos (7) de várias paróquias da cidade e adjacências (inclusive Bardez e Salcete). Para todos fez a mesma pergunta: «se sabiam o significado da linha». Todos responderam que sim, e todos, sem exceção, disseram que ela era um sinal de seita gentílica. Não é difícil perceber o objetivo do promotor: trata-se da construção de um argumento bem alicerçado para defender a objeção aos métodos de cristianização de Nobili, destacando a possibilidade de escândalo que a permissão do uso dos ritos gentílicos podia causar à cristandade sitiada da capital¹⁹. O empenho de João Delgado Figueira em desautorizar os métodos de cristianização de Nobili no Malabar deve ter angariado muitas antipatias contra o promotor, o que talvez explique ou que seja uma das razões preponderantes para que tenha sido organizada uma visitação à Inquisição de Goa, em 1632, quando Figueira já era então o primeiro inquisidor.

Há notícias de visitações ao tribunal de Goa em 1583, 1591, 1608 e 1632. Sobre as três primeiras não existem muitas informações, exceto o nome dos visitantes: Frei Gaspar de Melo, Padre Pedro Martins, bispo do Japão e o arcebispo D. Aleixo, respectivamente. Já para a visita de 1632 existe uma documentação consistente e muito rica²⁰. O inquisidor geral, D. Francisco de Castro, estabeleceu a visitação, constituindo como visitante Antônio de Vasconcelos, inquisidor de Lisboa, cavaleiro da casa real. O secretário das sessões era o provincial da Companhia de Jesus na Índia, o padre Antônio de Andrade²¹. O maior alvo dessa visitação foi o

¹⁹ ANTT, Conselho Geral do Santo Ofício. Liv. 207. Consultas da Inquisição de Goa (1572-1620). fl. 292-302.

²⁰ O texto da visitação encontra-se no ANTT, Conselho Geral do Santo Ofício. Visita a Inquisição de Goa de D. Francisco de Castro. Liv. 184. Mas não há as conclusões finais do Conselho Geral nessa documentação.

²¹ É interessante lembrar que o jesuíta Antônio de Andrade era uma figura de grande destaque na Companhia de Jesus. Nascido em Oleiros, Castelo Branco, Portugal, no ano de 1580, foi admitido ao noviciado em 1596, partindo para a Índia em 1600. Em Goa completou a formação religiosa e, em seguida, foi enviado a Agra, como superior e visitante da missão mogol. Ali reuniu informações sobre o Tibete e decidiu empreender uma viagem para essa região. Em 1624 iniciou a jornada, conseguindo superar as dificuldades do Himalaia e localizando as nascentes do rio Ganges. Chegou enfim ao reino de Guge, e obteve permissão do rei local para pregar a fé católica. Retornando a Agra, informou por carta ao visitante da Companhia de Jesus na Índia, André

inquisidor João Delgado Figueira, contra quem pesaram muitas e graves acusações, das quais destacam-se:

[...] ele costuma se ausentar do Tribunal, deixando só o tribunal de 12 a 15 dias [...] que ele não permitia que se guardasse o Regimento, entre outros abusos. [...] Com todos os vice-reis de seu tempo teve quebras e pôs em risco por isso a Inquisição. [...] Sempre teve pouca paz com os inquisidores seus companheiros e superiores. [...] Teve trato com gente da costa da Pimenta²².

Contra o segundo inquisidor, Antônio de Faria, não foram registradas culpas, mas outros funcionários também foram atacados. Os notários Mateus Gomes e Ângelo Monteiro sofreram acusações, entre outras, a de quebrarem o segredo do Santo Ofício. Familiares também foram acusados de abusos, assim como outros funcionários foram indiciados por se ausentarem das funções, particularmente o porteiro, o alcaide e o meirinho.

No processo de investigação (o inquérito prolongou-se de 29 de outubro de 1632 até 7 de fevereiro de 1633) o visitante ouviu várias testemunhas. Uma das primeiras foi o próprio inquisidor acusado, que se calou na maioria das perguntas. Nas poucas vezes em que falou, fez graves acusações ao meirinho Luís Cardoso e ao notário Mateus Gomes, dizendo que tinham maus procedimentos para serem funcionários do Santo Ofício. Defendeu-se da acusação de estar muito ausente, o que propiciava fraudes sobre os pertences dos presos, dizendo que:

os presos naturais da terra de ordinário são muito pobres, algumas vezes acontece trazê-los o alcaide até estar presente o notário e depois lhe dá conta do que achou ao dito preso, entregando-lhe juntamente o que lhe achou. No que não pode haver fraude alguma porquanto depois se pergunta aos ditos presos e se lhe dá satisfação²³.

Palmeiro, sobre a sua ousada viagem, e em 1625 voltou ao Tibete, onde conseguiu a conversão do rei e da rainha de Guge, entre outros habitantes locais. Em 1629 foi chamado a Goa para assumir o cargo de provincial e depois o de reitor, além de ter assumido o cargo de deputado da Inquisição de Goa, em 1633. Preparava-se para voltar ao Tibete quando foi envenenado por um irmão jesuíta. Para maior aprofundamento ver Hugues Didier (org). *Les portugais au Tibet: les premières relations jésuites* (1624-1635). Paris: Editions Chandeigne, 1996.

²² ANTT, Conselho Geral do Santo Ofício. Visita a Inquisição de Goa de D. Francisco de Castro (1632-1633). Liv. 184. fl. 1-2v.

²³ ANTT, Conselho Geral do Santo Ofício. Visita a Inquisição de Goa de D. Francisco de Castro (1632-1633). Liv. 184. fl. 5.

Outro a ser ouvido foi o inquisidor Antônio de Faria que:

disse que tem ao Inquisidor João Delgado, por pessoa incapaz de servir ao Santo Ofício [...] por sua má natureza contumácia e descabimento que tem com as pessoas que servem em sua companhia ao Santo Ofício. [...] o dito João Delgado é parcial e respectivo que havendo concordado com ele testemunha que servisse o cargo de Deputado desta Inquisição o padre Antônio de Andrade provincial da Companhia e sucedeu de ser o dito religioso juiz na segunda instância de uma causa do doutor Paulo Rebelo e votando o que entendia, acertou de ser contra o voto de João Delgado depois do que haverá cinco ou seis meses sucedeu sendo necessário perfazer o número de cinco votos na mesa desta Inquisição, digo sendo necessário para o dito [...] chamar-se o dito religioso Antônio de Andrade, disse ele testemunha ao dito João Delgado que o elegesse deputado, conforme entre ambos se tinha resolvido. Ao que o dito João Delgado respondeu havia para isso inconveniente, o qual era que o dito religioso havia sido parte em uma coisa que havia entre alguns padres da Companhia e do Santo Ofício²⁴.

Depreende-se do testemunho do Inquisidor que havia grave conflito entre o Provincial da Companhia de Jesus e o Inquisidor João Delgado Figueira. Mas o que poderia ser definido como rusga entre os inquisidores, na verdade assume o peso e gravidade de acusações vindas de outras pessoas. Frei Diogo de Santa Ana, que era o deputado do Santo Ofício mais antigo naquela altura, Provincial da Ordem de São Francisco, também o acusou de negligente nas suas funções, pois não assistia às sessões de tormento. Outro franciscano, frei João de Abrantes, declarou que ele não tinha talento nem capacidade para exercer o cargo. O jesuíta José Álvaro Tavares, reitor do Colégio de São Paulo e deputado do Santo Ofício, reafirmou a incompetência de João Delgado Figueira dizendo que «não tem a paz e concórdia que se requer»²⁵. Ou seja, havia um consenso em considerar João Delgado Figueira um inquisidor que não cumpria

²⁴ ANTT, Conselho Geral do Santo Ofício. Visita a Inquisição de Goa de D. Francisco de Castro (1632-1633). Liv. 184. fl. 6 v – 8 v. Note-se que nesse trecho há uma clara rivalidade entre os inquisidores. Isso parece ser algo comum, se basear-nos em uma carta de 1595 do Conselho Geral do Santo Ofício aos inquisidores de Goa, ordenando que não houvesse diferenças particulares entre eles. BNRJ. *Inquisição de Goa*. 25, 2, 1 n.º 212-213.

²⁵ ANTT, Conselho Geral do Santo Ofício. Visita a Inquisição de Goa de D. Francisco de Castro (1632-1633). Liv. 184. fl. 20 v – 25 v.

suas obrigações regimentais e, muito pior, useiro em criar instabilidade da cristandade na Índia.

Francisco Bethencourt resume assim os registros dos interrogatórios:

João Delgado Figueira é acusado de mais de cem infrações, nomeadamente de abuso de poder para com os presos e para com os funcionários, de retirar indevidamente dinheiro do fisco, de possuir documentos secretos do tribunal em sua casa, de prender arbitrariamente inimigos pessoais, de provocar conflitos constantes com autoridades civis e de interferir nas eleições dos provinciais das ordens religiosas. A concentração de acusações no primeiro inquisidor revela-nos um caso significativo de uma rede de clientelismo em que estão envolvidos cristãos-novos e religiosos²⁶.

A maior parte das acusações foi confirmada pelo próprio visitador que encaminhou o interrogatório para o Conselho Geral do Santo Ofício.

Em contrapartida, vale lembrar que foi justamente João Delgado Figueira, quando ainda promotor e deputado do Santo Ofício de Goa, o responsável pela publicação em 1624 do já citado repertório dos sentenciados da Inquisição oriental, algo que havia sido recomendado regimentalmente, mas que nunca fora cumprido até então, o que indica zelo e obediência por parte desse funcionário da Inquisição. É também de sua autoria o documento enviado à Santa Sé, em 1619, contra os ritos gentílicos e as práticas defendidos pelo jesuíta Roberto de Nobili²⁷. Da mesma forma, participou de uma junta de teólogos formada pelo governador Fernão de Albuquerque, na qual se discutiu os ritos gentílicos e de onde resultou a decisão de se proibirem as festas de casamentos dos hindus em Goa, através do alvará de 31 de janeiro de 1620.

Portanto, se as acusações eram verdadeiras ou resultado de manobras de caráter político não se pode precisar, mas com certeza era um homem que não estava afinado com as visões dos jesuítas²⁸. Sabe-se que, após esse episódio da visitação, João Delgado Figueira foi obrigado a voltar

²⁶ FRANCISCO BETHENCOURT, *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália – séculos XV-XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 194-195.

²⁷ ANTT, Conselho Geral do Santo Ofício. Parecer de João Delgado Figueira, promotor e deputado da Inquisição de Goa sobre os sinais gentílicos (1619). Liv. 474.

²⁸ Antônio BAIÃO, *A Inquisição de Goa*. Tentativa de história da sua origem, estabelecimento, evolução e extinção. Lisboa: Academia de Ciências, 1945. v. 1. p. 329, também se coloca em dúvida sobre a veracidade das acusações e depoimentos arrolados pela visita de 1632.

para o reino (o que o próprio inquisidor já havia solicitado, ou seja, não foi propriamente uma punição), onde assumiu diversos cargos de destaque na Inquisição e na estrutura administrativa do reino, como já dito anteriormente. É justamente por causa da brilhante carreira que percorreu após seu retorno a Portugal que se pode supor que, ao fim e ao cabo, ele não devia ser tão displicente funcionário como foi descrito pelo visitador. A própria presença como secretário dos trabalhos da visitação de um jesuíta do porte de Antônio de Andrade também alimenta a suspeita de que se tratava de uma espécie de revanche de alguns membros da Companhia de Jesus, em função da oposição cerrada que Delgado Figueira fizera às proposições de Roberto Nobili e até mesmo a sua rigidez diante das práticas gentílicas dos cristãos da terra, que devia marcar sua atitude diante desses crimes.

Além disso, parece que os traços de personalidade de João Delgado Figueira freqüentemente o colocava em situações de tensão e disputas. Mais um exemplo de conflito pode ser detectado em episódio ocorrido em Goa, quando um fidalgo assassinara outro em 23 de maio de 1629 por questões de adultério. O assassino, D. Julianes de Noronha, escondeu-se na casa do inquisidor mais antigo na época, justamente João Delgado Figueira, que ficava contígua aos cárceres secretos da Inquisição. Ao saber disso, o ouvidor geral do crime, Paulo Rabello, dirigiu-se imediatamente para lá, e «com todas as justiças levando escadas e machados as casas em que estava e abrira as barras por força e sem respeito ao lugar», procurou o criminoso «abrindo todas as portas em que podia haver perigo tirara o homiziado, excedendo em tudo o modo que então se tinha na Índia em semelhantes casos»²⁹.

Tratava-se na verdade de um grave desrespeito à autoridade do Santo Ofício, que certamente arranhava a imagem do tribunal na cidade. Dessa forma, o Conselho Geral respondeu à consulta do inquisidor João Delgado Figueira com a recomendação de que as demais autoridades de Goa respeitassem a Inquisição, enviando solicitação ao rei para que ele demonstrasse o seu descontentamento com o ocorrido.

²⁹ ANTT, Conselho Geral do Santo Ofício. Livro 101. Consulta do Conselho Geral sobre a prisão que fez Paulo Rebello nas casas do Inquisidor de Goa. 10/01/1631. Lisboa. fl. 2 v-3. O episódio foi narrado pelo próprio inquisidor João Delgado Figueira em carta ao Conselho Geral do Santo Ofício do dia 6 de fevereiro de 1630. Antônio Baião. *A Inquisição de Goa*. Correspondência dos inquisidores da Índia (1569-1630). Coimbra: Imprensa da Universidade, 1930. v. II. p. 742.

Outro ponto de atrito ocorreu na questão do uso do palanquim. O uso desse meio de transporte estava largamente disseminado até finais do século XVI, quando se iniciou um processo de restrição de sua utilização. Catarina Madeira Santos informa que:

já em 1597, limitava-se o uso dos palanquins aos capitães das fortalezas, vedores da fazenda, secretário de Estado, ouvidor geral do crime, desembarcadores e ouvidor da cidade. E, mais tarde, em 1615, proibia-se radicalmente o uso de palanquins na Índia, sem expressa licença do vice-rei³⁰.

Mais tarde, em 1630, o vice-rei Conde de Linhares tinha mandado executar uma lei que proibia o uso do palanquim, exceto pelo arcebispo que já estava velho e doente, o que aborreceu os inquisidores, desejosos de manter esse privilégio. Estes pediram a intervenção do Conselho Geral do Santo Ofício que, de Lisboa, solicitou ao vice-rei que permitisse o uso de palanquim aos inquisidores. A resposta do Conde de Linhares ao Conselho Geral é uma pérola de desacato ao Santo Ofício, alegando que o rei:

tinha mandado com muito fundadas razões que não andasse nenhum homem em braços de outros, porque desta delícia nascera afeminarem-se os homens e que na Índia havia muitas mulas que os Inquisidores de Portugal andam nelas que assim podiam fazer o mesmo, ou inventar [?] carretas com cavalos em que andassem³¹.

A mesa do Conselho Geral do Santo Ofício solicitou ao rei que fizesse o vice-rei voltar atrás.

A correspondência entre o Conde de Linhares e o inquisidor João Delgado Figueira exemplifica até que ponto chegaram os atritos. No dia 10 de março de 1630 o vice-rei enviou uma carta ao inquisidor onde reclamava que este havia faltado ao «negócio do serviço de Sua Majestade», marcado pelo conde, solicitando, ao fim da missiva, uma resposta ao pé da carta. João Delgado Figueira respondeu conforme solicitado:

³⁰ Catarina Madeira Santos. *Goa é a chave de toda a Índia*. Perfil político da capital do Estado da Índia (1505-1570). Lisboa: Comissão Nacional Para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1999. p. 233.

³¹ ANTT, Conselho Geral do Santo Ofício. Livro 101. Consulta do Conselho sobre a lei que o Conde de Linhares publicou sobre a proibição dos palanquins. 10/01/1631. Lisboa. fl. 6 v.

por V. Ex^a. me manda que responda ao pé desta o faço, e nela me manda dar razão porque me escusei de ir a uma junta que V. Ex^a. faz de todos os ministros deste Estado, prelados maiores e inferiores das religiões [...]. Primeiramente digo que no serviço de S. Majestade não falho um ponto, e este ano com estar só neste Santo Ofício por não poder acudir a todas as diligências que se me cometeram do serviço [...]; além de estar tão maltratado que me não posso bolir e estar há 4 meses em casa sem poder ir aos ofícios divinos por V. Ex^a. me proibir andar em uma cadeira como andam muito dos ministros Inquisidores e não Inquisidores em Portugal que não são tão enfermos como eu e não ter outra coisa em que andar e ser caluniado e mal aceito do pouco andar a pé [...] ³².

Concluiu afirmando que devia toda obediência ao vice-rei, mas que sua alegação justificava sua falta; em uma última provocação, disse ter faltado outras vezes, e que o conde de Linhares não tinha feito tanto caso.

No dia seguinte, visivelmente irritado, o vice-rei voltou a solicitar uma resposta de João Delgado Figueira na mesma folha, abaixo do registro do inquisidor, acrescentando que sua proibição do uso da cadeira não era pessoal e sim genérica. Reconheceu que havia um inquisidor em Lisboa que a utilizava, mas este tinha que vencer ladeiras muito dificultosas, enquanto o percurso que Figueira tinha que percorrer em Goa era muito mais fácil. Afirmou, por último, que já havia oferecido a ele dinheiro para comprar uma mula. João Delgado Figueira responde dessa vez secamente, dizendo que «se queira dar por satisfeito com eu dizer de mim que nem pude e nem posso mais pelas razões de minhas indisposições e as mais que tenho dado» ³³. Fica claro que o inquisidor entendia que a proibição do uso do palanquim era um desrespeito à condição de seu cargo, apesar das alegadas justificativas de saúde. Por fim, o Conselho Geral do Santo Ofício despachou em favor do inquisidor de Goa ³⁴.

³² Biblioteca da Ajuda, Miscelânea Coleções de Francisco Barreto. Cartas do Vice-rei da Índia, Conde de Linhares (D. Miguel de Noronha) para o inquisidor em Goa, João Delgado Figueira e resposta do inquisidor. 10 de março de 1630. Códice 51-VI-9. fl. 5.

³³ Biblioteca da Ajuda, Miscelânea Coleções de Francisco Barreto. Cartas do Vice-rei da Índia, Conde de Linhares (D. Miguel de Noronha) para o inquisidor em Goa, João Delgado Figueira e resposta do inquisidor. 10 de março de 1630. Códice 51-VI-9. fl. 6.

³⁴ ANTT, Conselho Geral do Santo Ofício. Liv. 101. Consulta do Conselho sobre a junta que o Conde de Linhares fez a que chamou o inquisidor João Delgado e ele não foi. Lisboa. 13/11/1631.

Pelo exposto, pode-se dizer que João Delgado Figueira é um caso excepcional e como tal não pode ser visto como a trajetória padrão de um inquisidor do Santo Ofício de Goa. No entanto, sua carreira de funcionário da Inquisição indica uma série de contradições e constitui-se em um rico veículo para a compreensão dos conflitos entre as instituições da coroa portuguesa existentes no Estado da Índia. Em meio a fontes fragmentárias, o nome desse inquisidor proporcionou um importante fio condutor das reflexões sobre o problema da cristianização de Goa.

A QUESTÃO JUDAICA EM PORTUGAL BIBLIOGRAFIA ESSENCIAL COMENTADA

*Jorge Martins **

Sem a pretensão de proceder a uma compilação exaustiva da produção historiográfica em torno da questão judaica em Portugal, este estudo propõe-se dar um contributo para o estabelecimento de um roteiro da bibliografia mais significativa para o estudo da história dos judeus e do judaísmo em Portugal.

Faremos, em primeiro lugar, uma pequena síntese da história dos judeus portugueses, assinalando os momentos mais relevantes para o seu estudo, a saber: os judeus até ao Édito de Expulsão; o criptojudaísmo e a diáspora; o filo-semitismo e a extinção da Inquisição; o ressurgimento das comunidades judaicas e a Obra do Resgate; os judeus no Estado Novo e os diplomatas portugueses filo-semitas; o restabelecimento da democracia e a liberdade religiosa.

De seguida, apresentaremos os estudos essenciais para a história do judaísmo em Portugal, por ordem cronológica, relevando as obras de referência e os autores mais importantes.

* Doutorando em História Contemporânea na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa com uma tese sobre o judaísmo e o anti-semitismo em Portugal nos séculos XIX e XX. Observem-se as gravuras 14 a 19, publicadas no âmbito deste artigo.

Os Judeus em Portugal

A presença judaica no actual território português é muito anterior à fundação da nacionalidade – o mais antigo vestígio conhecido data do século V¹ –, em que os judeus viveram um longo período de convívio inter-religioso, tanto sob o domínio muçulmano, como sob o novo reino peninsular cristão. A figura cimeira de Moisés Maimonides é exemplar da fecundidade intelectual hebraica durante o período medieval ibérico. Embora a partir do século XIII começassem a surgir algumas limitações régias à plena integração judaica no *corpus* social, tais como a perda de alguns privilégios, a obrigatoriedade do uso de sinal e outras leis discriminatórias, os judeus gozavam da reconhecida protecção real, que não aplicava com rigor a sua própria legislação, contrariando a crescente animosidade popular, que culminou com o pogrom de 1449, em Lisboa, prontamente reprimido pelo rei D. Afonso V.

Podemos afirmar que, enquanto os judeus estavam a ferro e fogo no resto da Península Ibérica desde finais do século XIV, em consequência dos pogroms de 1391, em Portugal mantinham uma relativa coexistência com a sociedade cristã dominante de quatrocentos. Sem dúvida que o Édito manuelino de Expulsão de 1496, seguido do baptismo forçado no ano seguinte, constituem uma ruptura com essa situação, levando os judeus portugueses à conversão forçada ou ao exílio. Com o estabelecimento da Inquisição, quarenta anos depois, instalou-se um verdadeiro clima de terror antijudaico que durou mais de dois séculos, até que Pombal quebrou a coluna vertebral do ódio ao judeu e, mais tarde, o liberalismo triunfante o extinguiu definitivamente.

Durante esse longo período de crise da identidade nacional e do rumo dos destinos do reino – no que este muito deverá àquela –, os judeus viveram, eles próprios, uma crise identitária. Os cristãos-novos ora optavam pela conversão para a integração – que nunca resultou, em consequência da limpeza de sangue imposta pela Inquisição –, ora arriscavam o angustiante e desestruturante criptojudaísmo. Como era voz corrente, tanto entre os anti-semitas como entre os filo-semitas da época, cada cristão que

¹ Comprovada pela lápide funerária encontrada em Mértola (depositada no seu Museu Municipal), onde se pode ler uma inscrição datada de 4 de Outubro do ano de 482 ao lado do desenho de um menorah.

saía do reino logo retornava à lei de Moisés no exílio forçado, onde os judeus eram conhecidos por «os portugueses» e os portugueses eram invariavelmente considerados judeus.

Enquanto os cristãos-novos viviam esse drama insolúvel no reino, os sefarditas em diáspora reconstruíam as suas vidas e a sua identidade, onde floresciam juntamente com as economias e as sociedades de outras terras e gentes no Norte de África, Turquia, França, Itália, Holanda, Alemanha, Inglaterra e Américas. Simultaneamente, estreitavam laços com Sefarad e nunca deixavam de interceder pelos seus irmãos que não quiseram ou não puderam sair de Portugal, proporcionando a emergência de histórias de vida paradigmáticas da diáspora judaica: Samuel Usque, Uriel da Costa, José Abravanel, Isaac Cardoso, Dona Grácia.

Porém, a partir de meados do século XVII, enquanto a intolerância inquisitorial apertava o cerco ao judaísmo possível em território luso e os cristãos-novos lhe resistiam abnegadamente, o filo-semitismo de personalidades tolerantistas como o padre António Vieira, D. Luís da Cunha, Ribeiro Sanches e o Cavaleiro de Oliveira, lançavam os alicerces da reforma pombalina daquele tribunal religioso e do fim da discriminação antijudaica da limpeza de sangue, renunciando a extinção liberal da Inquisição e a posterior legalização republicana das comunidades judaicas.

Entretanto, as primeiras comunidades regressavam a Portugal de um exílio multissecular e iniciava-se uma nova vida para os que nunca chegaram a sair, alguns deles remetidos ao esquecimento de si próprios e abandonados à interiorização secreta de uma religiosidade única no mundo judaico: o marranismo, descoberto e resgatado a partir das primeiras décadas do século XX.

A segunda metade do século XIX ficou assinalada pelo nascimento do anti-semitismo racial e a crescente ocorrência de pogroms na Europa, que impuseram tempos difíceis aos judeus e ao judaísmo, desde a Rússia até à França (com o célebre caso Dreyfus), desta vez, ao contrário do que acontecia no nosso país, onde essas manifestações não tinham expressão. Mesmo com a ascensão de Hitler ao poder, muitos judeus europeus encontraram um porto de abrigo em Portugal, apesar das renitentes vozes anti-semitas, na linha integralista e nacionalista que teve alguma expressão durante a 1.ª República. Efectivamente, se o estabelecimento da República favoreceu a organização legal dos judeus, também (e quiçá por via disso) proporcionou a emergência de um anti-semitismo doutrinário de matriz

integralista, cujo ideólogo-mor foi António Sardinha ² e que teve alguns seguidores até ao fim do instável regime republicano, cujo exemplo maior é o de Mário Saa ³.

O projecto de «Solução Final» dos nazis, concretizado através da Shoah, veio complicar a postura de Salazar que, com a sua conhecida ambiguidade diplomática, aceitava negociar com os judeus em fuga, recebendo-os mediante determinadas condições financeiras e acautelando os futuros dividendos políticos, e, por outro lado, dando instruções aos seus diplomatas para cessarem as autorizações de entrada no país. Neste âmbito, foram relevantes as acções pro-judaicas de alguns diplomatas portugueses, como Aristides de Sousa Mendes, Veiga Simões, Sampaio Garrido, Teixeira Branquinho e José Caeiro da Mata. O restabelecimento da democracia em 1974 criou condições para a plena integração dos judeus e para o livre culto do judaísmo, reconhecidos através da legislação fundamental do país, do pedido de perdão aos judeus pelo presidente da república, da reabilitação de Sousa Mendes e da lei de liberdade religiosa.

A secular presença judaica em Portugal legou-nos um rico e considerável património histórico e cultural: as comunidades de Lisboa a Belmonte, que preservaram a(s) sua(s) identidade(s) e a prática cultural nas suas sinagogas; as comunidades de Tomar, Porto e Castelo de Vide, que nos legaram as suas sinagogas; as diversas marcas do judaísmo português das Beiras, Algarve e arquipélagos atlânticos, designadamente as judiarias, as sinagogas e os cemitérios.

Memórias do judaísmo português

Para além das fontes históricas mais recorrentes, tais como: as Chancelarias, Ordenações e Crónicas régias, os arquivos municipais, a *Monumenta Henricina* e a *Monarquia Lusitana*, a bibliografia sobre a questão judaica em Portugal tem-se apoiado em obras de inestimável fonte de informação para os historiadores: testemunhos, memórias, manifestações

² Ver João MEDINA, «António Sardinha, anti-semita», *A Cidade*, Portalegre, N.º 2 / Especial (Nova Série), Julho-Dezembro, 1988, pp. 45-122.

³ Mário SAA (1893-1971) escreveu um autêntico hino à demência antijudaica com *A Invasão dos Judeus* (1925), vendo o país completamente dominado por judeus, depois de já o ter ensaiado com o opúsculo *Portugal Cristão-Novo ou Os Judeus na República* (1921), onde afirmava despidoradamente: «Entrar no parlamento português é o mesmo que entrar numa sinagoga».

de indignação contra a intolerância e a perseguição aos judeus, ou propostas de reforma dos métodos do *fero monstro* inquisitorial. Estão neste caso ⁴ a *Consolação às Tribulações de Israel*, de Samuel Usque ⁵, as petições do padre António Vieira ⁶, o *Testamento Político* de D. Luís da Cunha, os sarcásticos e corrosivos libelos do Cavaleiro de Oliveira, o projecto de Regimento da Inquisição de Melo Freire ⁷, as obras de divulgação da literatura hebraica e antijudaica de António Ribeiro dos Santos ⁸.

⁴ Deve referir-se, também, o texto escrito no Egipto em 1502 por um exilado da expulsão ibérica, que relata os acontecimentos de 1496/97, divulgado por I. TISHBY, «Daphey genizah mi-hibbur meshihi-misti 'al genish Safarad u-Portugal», Lion, XLVIII, 1983, pp. 55-102.

⁵ Samuel USQUE terá nascido em Portugal pouco depois do baptismo forçado e aqui terá vivido, como cristão-novo, até à introdução da Inquisição. Usque publicou a *Consolação às Tribulações de Israel*, em Ferrara, impresso na Casa de Abraham aben Usque, no ano de 1553. Teve outras edições: 2.^a – Amesterdam? Dordrecht?, 1599/1600; 3.^a – revisão e prefácio de Mendes dos Remédios, 3 vols., Coimbra, França Amado, 1906-1908; 4.^a – Buenos Aires, Yidisher Visnshaftlikher Institute (YIVO), 1949; 5.^a – N. York, G. I. Gelbart Memorial Fund, 1964; 6.^a – Philadelphia, Jewish Publication Society of America, 1965 (reeditada em 1977), 7.^a – textos introdutórios de Yosef Hayim Yerushalmi e José V. de Pina Martins, 2 vols. Lisboa, F. C. Gulbenkian, 1989 (fac-símile da 1.^a edição).

⁶ António Vieira (1608-1697), enquanto beneficiou da protecção de D. João IV, desempenhou funções diplomáticas nos Países Baixos, onde contactou com o clima de tolerância em que viviam os judeus portugueses da diáspora, realidade que muito o terá ajudado na formulação das suas propostas de liberdade de culto para a religião hebraica com tantas raízes em Portugal e notavelmente sobrevivente à expulsão, ao baptismo forçado e à feroz perseguição inquisitorial. Com a subida ao trono de D. Afonso VI, Vieira viu-se enredado nas teias da apertada malha da Inquisição de Coimbra, acabando por se exilar na Santa Sé, onde alcançou a anulação da sua condenação. Com D. Pedro II recuperou a sua capacidade interventiva a favor dos judeus e voltou com novas petições. Contudo, não seria bem sucedido, regressando ao Brasil, onde desempenharia, igualmente, relevante acção a favor dos índios.

⁷ Pascoal José de Melo FREIRE (1738-1798), redigiu um *Projecto de um Novo Regimento para o Santo Ofício da Inquisição*, manuscrito não datado, que não chegou à letra de forma e a que Mendes dos Remédios atribui data anterior a 1788 (M. REMÉDIOS, *Os Judeus em Portugal*, vol. 2, 1928, p.13) e que tem significativa transcrição parcial em Ana Maria Homem Leal de FARIA, *A Polémica sobre a Inquisição (desde os finais do séc. XVIII até 1821)*, dissertação de Licenciatura em História, apresentada na Faculdade de Letras de Lisboa, 1971 (texto policopiado).

⁸ António Ribeiro dos SANTOS (1745-1818), doutorado em Direito pela Universidade de Coimbra (1771) e fundador da Biblioteca Nacional (1796), deixou vários manuscritos em torno da questão judaica, a saber: *(Do) Desterro e dispersão dos Judeus portugueses*

A *Consolação às Tribulações de Israel*, verdadeira obra-prima da literatura portuguesa foi dedicada por Samuel Usque a D. Gracia Nassi, a célebre judia protectora dos judeus portugueses e está organizada em três Diálogos. O terceiro diálogo contém informação sobre a situação dos judeus em Portugal, com capítulos como: «26. Año 5252. Quando entraram os judeus de castela em Portugal», «27. Portugal Año 5253. quando mandarom os mininos aos lagartos», «Quando os fizerom cristaos por força. 28. Portugal Año 5257», «29. A matança de Portugal. Año 5266», «30. Año 5291. Da Inquisçam de Portugal», «31. Por que sayrom e saem que de Portugal desdo Año 5291», localizando a diáspora judaica em Nápoles, Constantinopla, Salónica, Boémia, Itália, Pesara.

António Vieira foi o primeiro filo-semita que teve a coragem de propor ao rei D. João IV, de quem era conselheiro, que permitisse o livre culto hebraico e o regresso dos judeus a Portugal. Em pleno período pós-Restauração, o padre jesuíta escreveu ao rei a sua primeira petição (1643), apontando a D. João IV o caminho a seguir para se preservar a independência recém-recuperada, relançar a economia, ultrapassar a crise do império e pacificar a sociedade, autorizando o livre regresso dos judeus a Portugal:

«Por todos os reinos e províncias da Europa está espalhado grande número de mercadores portugueses, homens de grandíssimos cabedais, que trazem em suas mãos a maior parte do comércio e riquezas do Mundo.

Todos estes, pelo amor que têm a Portugal, como pátria sua, e a Vossa Majestade, como seu rei natural, estão desejosos de poderem tornar para o Reino e servirem a Vossa Majestade com suas fazendas, como fazem aos reis estranhos.

Se Vossa Majestade for servido de os favorecer e chamar, será Lisboa o maior império de riquezas, e crescerá brevíssimamente o Reino a grandíssima opulência, e se seguirão infinitas comodidades a Portugal, juntas com a primeira e principal de todas que é a sua conservação.

(...) Pois se na cabeça da Igreja [Roma] se consentem homens que professam publicamente o judaísmo, porque não admitirá Portugal

por diversas partes do Mundo, Discurso sobre as Ágapas e os banquetes sagrados entre judeus e cristãos, (Do) Estado civil e religioso dos Judeus em Portugal, Ensaio de uma Biblioteca Lusitana anti-rabínica ou Memorial dos escritores portugueses que escreveram de controvérsia antijudaica, Memória para a História da Literatura Sagrada dos Judeus Portugueses.

homens cristãos baptizados, de que só pode haver suspeita que o não serão verdadeiros?

(...) Finalmente, a heresia das outras nações é muito mais contagiosa que o Judaísmo, porque o que está mais distante pega-se menos; e o Judaísmo, como não confessa a Cristo, dista mais da Fé católica que as seitas dos outros hereges, que todos o confessam.

(...) Pois se a necessidade da Guerra nos obriga a admitir entre nós heresias mais contagiosas, porque não admitiremos os que são menos arriscados?

Principalmente que, se com não admitirmos esses mercadores se alimpara Portugal totalmente de gente de nação, parecia matéria mais considerável o haverem de admitir-se; mas quando Portugal em todas as partes está tão cheio desta gente, que importa que sejam mais alguns?».⁹

Em 1646, Vieira envia nova petição a D. João IV, propondo a reforma dos métodos intransigentes da Inquisição, cuja persistência na perseguição judaica traria inconvenientes ao reino: o despovoamento de lugares inteiros, a perda de eventuais cristãos, que seriam forçados a fugir e o perigo do castigo de muitos inocentes. O jesuíta expõe e defende as pretensões hebraicas: abertas e publicadas (conhecimento dos denunciadores pelos denunciados), fazendas livres de fisco (que não recuperavam mais), fim da distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos. Finalmente, evidencia as vantagens da aplicação das seguintes medidas: maior justiça, predisposição para a fé católica, florescimento do comércio. Em nova petição, Vieira sugere a D. João IV que perdoe a confiscação dos bens dos cristãos-novos.

Depois de ter passado pelas cadeias da Inquisição coimbrã e na sequência do caso de Odivelas, ocorrido em 1671, e que despoletou nova explosão antijudaica em todo o país¹⁰ – já no tempo da regência de D. Pedro II –, o jesuíta retomaria as suas petições a favor dos judeus, opondo-se ao decreto régio, que determinava a expulsão do reino de todos os cristãos-novos acusados de judaísmo. Outros papéis atribuídos a António Vieira surgiram nos anos de 1674 e 1675, propondo a «mudança de estilos» da Inquisição, caso único em toda a cristandade, como o próprio

⁹ Padre António VIEIRA, *Obras Escolhidas*, prefácio e notas de António Sérgio e Hernâni Cidade, vol. IV, Lisboa, Sá da Costa, 1951, pp. 11-21.

¹⁰ Ver o nosso *O Senhor Roubado, a Inquisição e a Questão Judaica*, Póvoa de Santo Adrião, Europress, 2002.

qualificava. As petições do jesuíta são testemunhos indispensáveis para a compreensão da evolução da situação dos judeus na segunda metade do século XVII, que se saldaria por um dos mais adversos tempos para o judaísmo português.

Um século depois, D. Luís da Cunha¹¹ fazia uma nova radiografia da situação dos judeus portugueses, vítimas da Santa Inquisição, que persistia ainda em não satisfazer as exigências dos cristãos-novos – abertas e publicadas, não confiscação dos seus bens, fim da distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos¹² – e criando, no estrangeiro, a incómoda imagem de Portugal repleta de judeus («o nome de Portugal é sinónimo com o de judeu»¹³) e dispensar os autos-de-fé, «que os nacionais vão ver como uma festa de touros»¹⁴, propondo um conjunto de medidas para pôr fim à distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos e aos nefastos efeitos da limpeza de sangue, admitindo o livre culto aos judeus

D. Luís da Cunha faz o diagnóstico da situação: «Assenta pois por princípio certo, que ninguém negará, que a utilidade temporal de Portugal requer que o reino se não despovoe, antes abunde em gente, e que também o espiritual nos persuade a que nele se não consintam judeus, inimigos de Jesus Cristo, sem embargo de que os senhores reis, nossos soberanos, nele os toleravam e deles se serviam até ao tempo do senhor rei D. Manuel...»¹⁵. De seguida, apresenta os meios de acabar com a designação de

¹¹ D. Luís da CUNHA (1662-1749) formou-se em Direito Canónico em Coimbra, mas seguiu a carreira diplomática, iniciada em Londres e terminada em Paris, onde faleceu. O *Testamento Político ou carta escrita pelo Grande D. Luiz da Cunha ao Senhor Rei D. José I antes do seu Governo* circulou enquanto manuscrito no século XVIII e apareceu na sua primeira forma (parcial) no jornal *Investigador Português* e em versão completa em 1820, foi reeditado no ano seguinte por António Lourenço Caminha e em edição comentada, mais de um século depois, pela Seara Nova (1943). Nesta carta, o autor sugere ao príncipe D. José o nome de Sebastião José de Carvalho e Melo para seu futuro ministro e expõe o seu pensamento sobre o que deveria ser a orientação política do futuro rei.

¹² Esta questão da extinção definitiva da distinção entre cristão-novo e cristão-velho era cada vez mais recorrente e já tinha levado, por exemplo, Ribeiro SANCHES (1699-1783) a acrescentar a sua voz à crescente contestação dessa panaceia de enganar com o célebre manuscrito *Origem da denominação de Cristão-novo e Cristão-velho em Portugal...*, datado de 1748, mas apenas publicado em 1956 e reeditado em 1973.

¹³ *Testamento Político de D. Luiz da Cunha*, Lisboa, Seara Nova, 1943, p. 72.

¹⁴ *Idem*, p. 74.

¹⁵ *Idem*, p. 73.

cristão-novo e suas vantagens: «O sexto e último meio para se extinguir em Portugal o nome de cristão-novo, seria darem aos judeus a liberdade de viverem a sua religião, como se pratica em todas as nações da Europa (...), sem embargo de serem tão cristãos com a nossa liberdade, digo, que de duas maneiras se lhe pode acordar, dando-lhe dois gultos (gultos = judiarias), um em Lisboa, outro no Porto, da mesma maneira que o têm em Roma, com a obrigação de trazer um chapéu amarelo, para serem conhecidos, de que resultaria que todos os cristãos-novos, que verdadeiramente fossem judeus, ou o poriam ou entrariam nos gultos, sem ser necessário que se lhe falasse em perdão geral, nem a Inquisição intentasse mais prender algum cristão-novo; pois é certo que não será judeu oculto, o que puder ser declarado...»¹⁶

O Cavaleiro de Oliveira¹⁷ escreveu um conjunto de obras relevantes para a compreensão da situação judaica em Portugal na segunda metade do século XVIII. Na sua primeira obra – *Oeuvres mêlées ou discours historiques, politiques, moraux, littéraires, & critiques : publiés dans les mois de Janvier, Février, Mai & Avril MDCCLI sous le titre d'Amusement périodique*, Londres, 1951 –, Oliveira faz um desafio provocatório à Inquisição: «Portugal só será um país próspero e progressivo quando abolir de vez o tribunal do Santo Ofício. Antes, não. Além disso, nada feito, enquanto, no mesmo lugar onde hoje se acha o Palácio da Inquisição, não puderem plantar os judeus a Sinagoga». Na sequência do terramoto de 1755, publica o *Discours Pathétique au sujet des calamités présentes, arrivées en Portugal* (1756), onde atribui a tragédia a superstições católicas¹⁸ e

¹⁶ *Idem*, pp.82-83.

¹⁷ Francisco Xavier de Oliveira (Lisboa, 1702 – Londres, 1783) experimentou a carreira diplomática em 1734, em Viena, onde contactou com o protestantismo, o que o forçou a partir para a Holanda, em 1740, abandonando prematuramente a diplomacia para se dedicar à escrita «para ganhar de comer», como o próprio confessaria em 1742. Partiu para Inglaterra em 1744, onde se cruzou com o futuro ministro Pombal e, dois anos depois, se converteu ao protestantismo, aí publicando o essencial da sua obra anti-inquisitorial e filo-semita.

¹⁸ Na sequência desta obra, Oliveira foi intimado a apresentar-se na Mesa da Inquisição, o que, naturalmente não fez, por saber o destino que o esperava. Na realidade, seria queimado em effigie, no auto-de-fé de 1761, ao lado do famigerado padre Malagrida (relaxado em carne). Como resposta ao seu processo inquisitorial, escreveu outro livro: *Suite du Discours Pathétique ou Réponse aux Objections & aux Murmures / que cet Ecrit s'est attiré a Lisbonne / Adressé Aux Portugais par le Chevalier d'Oliveyra / Auteur du Discours Pathétique*, Londres, 1757.

propõe a D. José o fim da Inquisição e a liberdade de culto para os judeus, chamando aos inquisidores «Race maudite de Dieu & abhorrée de tout genre humain» e traçando o quadro da situação portuguesa:

«Sabemos por uma experiência constante e incontestável, que os nossos judeus portugueses são tão capazes de quem quer que seja no mundo, para as Ciências. Apesar da perseguição que os desola e que é tão adequada a lançar no desencorajamento, que progressos espantosos eles fizeram, sobretudo em Medicina e Direito! Quase todos os Médicos que conheci em Lisboa eram judeus. Os advogados mais experimentados, e que tinham entre as suas mãos os Processos da coroa e os das primeiras famílias do reino, eram quase todos da mesma Nação.

(...) Quanto ao Negócio e ao Comércio, é preciso confessar, e todos os portugueses em geral o fazem sem rodeio, que de todos os homens do mundo, os judeus são os que para isso possuem melhor espírito e os mais amplos conhecimentos e meios mais apropriados para fazê-lo florir. Mas infelizmente para eles, e para todos os vossos vassallos, assim que um judeu adquire grande experiência no Comércio, para estar em situação de o desenvolver a um grau superior de perfeição, ele é impedido pela Inquisição que o faz estrangular.

(...) Todos esses desafortunados perdem os seus bens, os seus estabelecimentos, a sua reputação e todo o seu crédito, por consequência. Grande Rei! Será este o meio de desenvolver o Comércio em Portugal, e de aí fazer florir as Artes e as Ciências?».

Entre os seus afazeres literários em Londres, ao tomar conhecimento da execução simbólica nas fogueiras da Inquisição, exclamou: «Nunca senti tanto frio na minha vida!» e publicou novo livro no ano seguinte: *Le Chevalier d'Oliveyra brulé en Effigie comme Herétique / Comment et pourquoi / Anecdotes & Réflexions sur ce Sujet, données au Public par lui-même*. Retoma aí o discurso contra os inquisidores: «Nunca eles costumam aplicar a tortura, sem que ao pé esteja médico ou cirurgião, para indicar o momento em que o paciente chegou ao limite do sofrimento sensível e a sua vida corre perigo. Os próprios me confessaram as circunstâncias em que se dá a sua intervenção. Bem entendido, não é por estímulo de caridade ou humanidade que os chamam: mas sim, para que a presa, destinada a outras e outras torturas, lhes não escape pela morte». E, assim, Francisco Xavier de Oliveira reafirma, tanto a oposição à Inquisição, como o reconhecimento da persistência judaica, apesar de a primeira não ter, ainda, refreado a brutal acção contra os segundos.

Pascoal José de Melo, que se envolveu em acesa polémica acerca da reforma da Inquisição com António Ribeiro dos Santos, concebeu um projecto de Regimento daquele tribunal (que não entrou em vigor) que, embora não postulasse a sua extinção, propunha o fim dos desumanos autos-de-fé – ainda formalmente em vigor com o Regimento de 1774 – em pleno Século das Luzes e procurou legislar mais favoravelmente em relação à situação dos judeus, como se pode verificar no Título XVIII – Dos Apóstatas:

«Mandam-se castigar aqui todos os apóstatas sem diferença porque a respeito de todos se dá a mesma razão; mas, enquanto aos judeus quem souber a história da sua expulsão em Portugal não poderá deixar de enfurecer-se contra os procedimentos que com eles se praticaram por tantos séculos.

A causa do Judaísmo oculto em Portugal e Castela foi a ordem de expulsão dos Judeus e conversão forçada dos que cá ficaram. E isto se deve ao Édito de D. Manuel e ao seu zelo indiscreto e mal entendido cristã e politicamente falando. Portanto sendo as leis e o Estado a causa deste Judaísmo oculto deviam os Judeus ser mais brandamente tratados»¹⁹.

Trata-se de uma evidente constatação da efectiva sobrevivência judaica em finais de setecentos, a que Melo Freire acabava por reconhecer o direito à existência no Título XIX- Dos Hereges tolerados: «O tolerantismo civil é um direito Majestático que todos os nossos reis puseram em prática ao permitir sinagogas e mesquitas»²⁰.

Das *Memórias da Literatura dos Judeus Portugueses* de António Ribeiro dos Santos, Inocêncio, no *Dicionário Bibliográfico*, considerava que: «(...) se disse pela primeira vez entre nós algum bem dos judeus, depois de se haver dito tanto mal deles». Nessa obra, Ribeiro Santos incluiria o «Ensaio de uma Biblioteca Lusitana Anti-Rabínica, ou Memorial dos Escritores Portugueses que escreveram de controvérsia Anti-Judaica»²¹, faz a primeira listagem de literatura portuguesa antijudaica – embora muito limitada²² –, ponto de partida para outras compilações mais

¹⁹ Ana Maria Leal de Faria, ob. cit., pp. 206-207.

²⁰ Idem, p. 208.

²¹ *Memórias da Literatura dos Judeus Portugueses*, Tomo VII, Lisboa, 1806.

²² São os seguintes os cinco autores e respectivas obras: 1 – D. Gaspar de LEÃO, com a «Carta Pastoral» e a tradução dos *Tratados* de Mestre Jerónimo de Santa Fé (1565); 2 – João Baptista D'ESTE, *Diálogo entre Discípulo e Mestre Catequizante* (1621);

significativas, continuando, no entanto, a não existir um estudo aprofundado²³ dessa matéria tão importante para o conhecimento do relacionamento dos judeus com o resto da população portuguesa ao longo dos quase três séculos de história da Inquisição, assim como para os séculos XIX-XX.

Os primeiros estudos: Inquisição e Judaísmo

O debate em torno da extinção da Inquisição, desde os decretos pombalinos, à entrada do último quartel do século XVIII, até e sobretudo à consagração legal pelo parlamento liberal do efectivo e formal desaparecimento desse tribunal enquanto instrumento clerical antijudaico, criou um clima de justificação do próprio regime liberal, que entrou verdadeiramente em processo de implementação em Portugal na segunda metade do século XIX, sob a égide de Alexandre Herculano, após três décadas de lutas entre liberais e absolutistas. Os primeiros estudos dedicados ao judaísmo decorrem precisamente dessa pretensão liberal de demonstrar a superioridade do liberalismo sobre o absolutismo, recuperando o mais significativo exemplo absolutista contrário à nova trilogia ideológica (liberdade, igualdade e fraternidade): o Tribunal do Santo Ofício²⁴. Como não se podia aprofundar o estudo da história da Inquisição sem conhecer a história dos judeus, todos os grandes historiadores portugueses oitocentistas que estudaram o Santo Ofício se debruçaram sobre a presença judaica em Portugal, reconhecendo que a criação e actuação daquele tribunal religioso esteve irrefutavelmente associado à história do (anti)-judaísmo português, embora nem sempre incluam a referência expressa aos judeus nos títulos das suas obras.

3 – Fernão Ximenes de ARAGÃO, *Doutrina Católica* (1625); 4 – Francisco Fernandes PRATA, tradução da *Carta do Rabino Samuel ao rabino Isaac* (1651); 5 – o tradutor da *Sinagoga Desenganada* (1720), de João Pedro Pinamonti (embora Ribeiro Santos não o soubesse, o tradutor foi o padre João António Andreoni).

²³ Embora seja uma pequena síntese, veja-se o nosso artigo «Literatura Antijudaica em Portugal», *História*, Lisboa, N.º 53, Fevereiro de 2003, pp. 40-47.

²⁴ Uma das primeiras manifestações de sublimação do novo regime consistiu precisamente na autêntica corrida popular para visitar o que restava dos Tribunais das Inquisições de Lisboa, Coimbra e Évora.

Alexandre Herculano (1810-1877) foi o intérprete ideal desse novo objecto de estudo histórico, pelo seu prestígio, reconhecimento e autoridade académica, tendo influenciado várias gerações de historiadores e deixando, entre a sua vasta e importante bibliografia, a primeira grande obra de referência sobre os estudos judaicos: *Da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal: tentativa histórica*, publicada em três volumes, nos anos de 1854-1859. A partir da 2.ª edição, a obra passou a intitular-se *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal*²⁵. No prefácio ao primeiro volume, datado de 1852, Herculano não deixou dúvidas acerca dos seus intuitos historiográficos e políticos:

«Levados pelas nossas propensões literárias para os estudos históricos, era, sobretudo, por esse lado que podíamos ser úteis a uma causa a que estamos ligados, rememorando um dos factos e uma das épocas mais célebres da história pátria; facto e época em que a tirania, o fanatismo, a hipocrisia e a corrupção nos aparecem na sua natural hediondez (...) Podemos comparar isso tudo com os tempos modernos de liberdade (...) Aos que, ouvindo e lendo as declamações contra as tendências legítimas da moderna civilização, vacilarem nas crenças da liberdade política e da tolerância religiosa, pedimos que, depois de lerem também este livro, procurem na sua consciência a solução de um problema pelo qual concluiremos, e que encerra o resultado final, a aplicação prática do presente trabalho histórico. A resposta que ela lhes der servir-lhes-á de guia no meio das incertezas, e de conforto no meio do desalento em que a escola da reacção procura afogar os mais nobres e puros instintos do coração humano (...) Deveremos, acaso, acreditar na sinceridade dos inúmeros apóstolos da reacção teocrática e ultramonárquica que surgem de repente nesta nossa época...? (...) Que o leitor busque a resposta a estas

²⁵ Teve mais de uma dezena de reedições, nomeadamente pelas editoras Bertrand, Círculo de Leitores e Europa-América e foi traduzida em inglês: *History of the origin and establishment of the inquisition in Portugal*, por John C. BRANNER, Stanford, Stanford University Publications, 1926 e reeditada em 1972 com um prólogo de Yosef Hayim YERUSHALMI, em Nova Iorque, pela Ktav Publishing House. Yerushalmi é um dos mais notáveis historiadores da questão judaica ibérica. Publicou diversos estudos importantes, entre os quais *Les derniers marranes: le temps, la peur, la mémoire* (Paris, 1992) e *Sefardica / Essais sur l'histoire des Juifs, des marranes & des nouveaux-chrétiens d'origine hispano-portugaise* (Paris, 1998), onde expõe um estudo comparativo entre o antijudaísmo ibérico e o anti-semitismo alemão.

perguntas na voz íntima do seu coração e, depois, decida entre a reacção e a liberdade.»²⁶

Os três volumes estão organizados em dez «livros». No 1.º volume, o Livro I aborda as raízes do combate do cristianismo às «heresias», designadamente a albigense; a acção do monge Domingos de Gusmão, o nascimento da Ordem dos Dominicanos e a sua predominância nos primórdios da Inquisição em França, Espanha e Itália; o estabelecimento do Tribunal do Santo Ofício em Espanha em 1478, a conversão forçada dos judeus espanhóis e a sua expulsão da Espanha Unificada em 1492. No Livro II, Herculano expõe a situação dos judeus portugueses no século XV; as manifestações antijudaicas; o exílio dos judeus espanhóis em Portugal; o decreto de expulsão de D. Manuel I em 1496; o baptismo forçado no ano seguinte; o início da diáspora judaica; o pogrom de 1506 em Lisboa; a legislação manuelina a favor dos cristãos-novos. O Livro III reporta-se ao início do reinado de D. João III; ao crescente clima antijudaico; à acção tolerante de Gil Vicente e do bispo de Silves; às vicissitudes da intensa luta diplomática entre o rei e os representantes dos cristãos-novos na Santa Sé em torno da tentativa de estabelecimento da Inquisição; à defesa dos interesses judaicos por Duarte da Paz.

No 2.º volume, o Livro IV debruça-se sobre o perdão papal de 1533 aos judeus e a resistência portuguesa à sua aplicação, a continuação dos esforços diplomáticos e da corrupção papal para a introdução da Inquisição e a traição de Duarte da Paz à causa judaica. O Livro V refere a tentativa de assassinato de Duarte da Paz; a bula de 23 de Maio de 1536, que estabelece definitivamente a Inquisição; D. Henrique, o novo Inquisidor-Mor. O Livro VI expõe a substituição de Duarte da Paz em Roma e a continuação dos esforços dos cristãos-novos junto da Santa Sé; o início da acção violenta da Inquisição.

O 3.º volume tem quatro «livros». O primeiro, o Livro VII, aborda o estabelecimento dos tribunais da Inquisição pelo território do reino; os últimos esforços hebraicos contra a Inquisição. O Livro VIII reporta-se aos primeiros autos-de-fé, entre 1540 e 1544 e ao reforço da intervenção papal para obstar à crescente violência inquisitorial. No Livro IX analisam-se os efeitos da suspensão papal da Inquisição em 1544 e o parecer de quatro cristãos-novos sobre o Tribunal da Inquisição: Finalmente, o

²⁶ HERCULANO, *ob. cit.*, 8.ª edição, I vol., pp. 16-19.

Livro X aborda o período de afirmação vitoriosa da Inquisição em 1547; o conseqüente crescimento da diáspora judaica; os ventos adversos que assolaram Portugal, em conseqüência da acção e do poder desse tribunal intolerante e obstinado.

Herculano conclui a sua obra com um epílogo, no último parágrafo do 3.º volume, em que considera ter alcançado o objectivo enunciado no prefácio, ao estudar a história do século XVI – «... século corrupto e feroz, de que ainda hoje o absolutismo ignorante do seu próprio passado, ousa glorificar-se...» –, que não deixaria dúvidas na escolha entre absolutismo e liberalismo.

A segunda grande obra de referência da história dos judeus portugueses foi a *Geschichte der Juden in Portugal* (Leipzig, 1867), da autoria do rabino alemão Meyer Kayserling (Hanover, 1829 – Budapeste, 1905), traduzido em português, apenas um século depois, pela historiadora brasileira Anita Novinsky, com o título *História dos Judeus em Portugal* (São Paulo, 1971)²⁷, mantendo-se, estranhamente (ou talvez não), por editar em Portugal. Nesta obra, Kayserling, tal como Heinrich Graetz no 9.º volume da sua obra, publicada no ano anterior²⁸, baseou-se profundamente na recém-publicada e pioneira obra de Herculano, tendo mantido contacto com o historiador português, que se terá disponibilizado a colaborar na obra do erudito alemão, embora o seu manuscrito não tenha chegado a tempo de ser considerado para a edição da *História dos Judeus em Portugal*²⁹.

Para além da *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal*, Kayserling encontrou as suas fontes nas bibliotecas de Berlim, Munique, Zurique, Aargau. A sua importante obra de estudos judaicos iniciou-se em 1859, com a publicação, em Leipzig, de *Sephardim. Romanische Poesien der Juden in Spanien. Ein Beitrag zur Literatur und Geschichte der spanisch-portugiesischen Juden* (Sefardim. Poesias Românicas dos Judeus na Espanha. Contribuição para a Literatura e História

²⁷ Edição aqui utilizada para todas as referências.

²⁸ O historiador alemão Heinrich GRAETZ (Poznan, 1817-Munique, 1891) publicou a sua obra *Geschichte der Juden*, em 11 volumes, entre 1853 e 1875, que se tornou a mais lida na Alemanha, traduzida em várias línguas, designadamente em inglês, com o título *History of the Jews*, 6 vols., Philadelphia, Jewish Publication Society of America, 1891-1895. Esta obra nunca foi tão utilizada pelos historiadores portugueses da questão judaica como a de Kayserling e continua sem edição em Portugal.

²⁹ KAYSERLING, *ob. cit.*, p. XXI.

dos Judeus hispano-portugueses). Posteriormente, viria a publicar outra obra importante para o judaísmo português, a *Biblioteca Española-Portuguesa-Judaica*³⁰.

Quanto à *História dos Judeus em Portugal*, está dividida em duas partes. Na primeira, Kayserling historia a presença judaica em Portugal desde a fundação da nacionalidade, com D. Afonso Henriques, até à expansão marítima, com D. Manuel I, analisando a situação reinado a reinado, para concluir que os judeus foram relativamente tolerados até ao Édito de Expulsão de 1496. Na segunda, aborda a persistência corruptora da Santa Sé por D. João III até à introdução da Inquisição, a resistência judaica, os judeus durante o domínio filipino e os reinados de D. João IV e D. Pedro II, finalmente, os séculos XVIII e a primeira metade do século XIX (em exíguas mas importantes notas).

O maior mérito desta obra reside na autonomia concedida ao estudo dos judeus portugueses e a abordagem de problemáticas até aí subvalorizadas pela historiografia portuguesa, tais como a legislação filo-semita de Pombal, a acção liberal pela extinção da Inquisição e o livre regresso dos judeus a Portugal.

Pouco depois da edição da obra de Kayserling, foi publicada por Amador de los Rios³¹ a *Historia Social, Política y Religiosa de los Judíos*

³⁰ São os seguintes os restantes títulos dos estudos judaicos publicados por KAYSERLING: *Ein Freitag in Madrid. Zur Geschichte der Spanisch-portugiesischen Juden* (Uma Sexta-feira em Madrid. Contribuição para a História dos Judeus Hispano-portugueses), Berlim, 1859; *Geschichte der Juden in Navarra, den Baskenländern und auf den Balearen, oder Geschichte der Juden in Spanien* (História dos Judeus em Navarra, nos Países Bascos e nas Baleares, ou História dos Judeus em Espanha), Berlim, 1861; *Menasse bem Israel. Sein Leben und Wirken. Zugleich ein Beitrag zur Geschichte der Juden in England* (Menasse ben Israel. Sua Vida e Obra. Simultaneamente uma Contribuição para a História dos Judeus em Inglaterra), Berlim, 1861, traduzido em inglês, Londres, 1877; *Refdranos y Proverbios de los Judios Españoles*, Budapeste, 1889; *Biblioteca Española-Portuguesa-Judaica*, Dictionnaire Bibliographique, Estrasburgo, 1890, reeditado na Holanda em 1962; *Christopher Columbus and the Participation of the Jews in the Spanish and Portuguese Discoveries* (Cristóvão Colombo e a Participação dos Judeus nas Descobertas Espanholas e Portuguesas), N. York, 1894, reedição alemã em Berlim, 1894 e hebraica em Varsóvia, 1895; *Die Juden in Toledo* (Os Judeus em Toledo), Leipzig, 1901; *Isaac Aboab III. Sein Leben und sein Dichtungen* (Isaac Aboab III. Sua Vida e suas Poesias), Berdychev, 1902.

³¹ José Amador de los Rios (Baena, 1818-Sevilha, 1878) doutorou-se em Filosofia e Letras na Universidade de Madrid, onde chegou à Cátedra de Literatura (1848) e a vice-reitor (1867) e foi director do Museu Arqueológico Nacional. Da sua obra destacam-se, entre

em *España y Portugal* (Madrid, 1875-76), em 3 volumes. Amador de los Rios está bastante documentado, indo buscar as suas fontes e bibliografia, sobretudo, à *Monarquia Lusitana*, à *História de Portugal* e *Da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal*, de Alexandre Herculano, aos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo: *Chancelarias* dos nossos primeiros reis, *Código Afonsino* e aos Arquivos das Câmaras Municipais de Lisboa e Porto.

Esta obra divide-se pelos três livros em sequência cronológica de dez capítulos cada, com ilustrações e documentos, índices onomástico, topónimo e bibliográfico. O primeiro livro relata a situação dos judeus desde a sua chegada à Península Ibérica até ao reinado de Afonso X, passando pelo domínio germânico, islâmico e cristão, o segundo, vai de finais do século XIII até princípios do século XV, abordando, designadamente, as matanças de judeus de 1391 em Espanha; o terceiro, desde o início do século XV até ao estabelecimento da Inquisição em Portugal, relatando as expulsões espanhola e portuguesa e o baptismo forçado, a diáspora sefardita e o trágico pogrom de 1506 em Lisboa.

Amador de los Rios vai intercalando a evolução da situação dos judeus ao longo dos vários capítulos, corroborando a tese de que os judeus portugueses viveram uma integração globalmente tolerada até ao Édito de Expulsão de D. Manuel I, apesar de alguma intolerância que ia grassando entre a população cristã e o clero e dos dramáticos acontecimentos de 1391 em Espanha. Embora tenham surgido, desde o último quartel do século XIX, muitos estudos sobre a questão judaica, a *Historia Social, Política y Religiosa de los Judíos en España y Portugal* é uma obra de referência ainda hoje muito útil, pois mantém a singularidade do estudo do conjunto dos judeus sefarditas até meados do século XVI³². Obviamente, nada acrescenta ao conhecimento das realidades judaicas durante os séculos XVII a XIX. Isso ficaria reservado para estudos publicados durante o século seguinte, como veremos.

Ainda no final do século XIX, Mendes dos Remédios publica o seu primeiro volume de *Os Judeus em Portugal* (Coimbra, França Amado,

outras, a edição das obras do marquês de Santillana (1852), os sete volumes da *Historia Critica de la Literatura Española* (1861) e a *Historia Social, Política y Religiosa de los Judíos en España y Portugal*.

³² A obra foi reeditada em Buenos Aires, 1943 e em Madrid, 1960 e 1973.

1895), que constituiu a sua dissertação para concurso à Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra, de que viria a ser efectivamente professor³³. O autor leu os livros de Herculano, Kayserling e Amador de los Rios, acima citados. Na realidade, em finais de oitocentos, eram essas as obras mais importantes para o estudo dos judeus em Portugal.

A obra de Mendes dos Remédios está organizada em introdução, com três capítulos; duas partes: 1.^a – «Os judeus na Península até ao Édito de Fernando e Isabel», com dois capítulos; e 2.^a – «Os judeus em Portugal até à época da sua expulsão», com dez capítulos; um apêndice documental e bibliografia. Na introdução, aborda o judeu do ponto de vista antropológico, para tirar a seguinte conclusão, bem significativa para os ventos adversos ao judaísmo que sopravam de leste e com o caso Dreyfus prestes a irromper³⁴:

«Mas estes numerosos indivíduos não constituem actualmente um tipo antropológico; hoje não há uma raça judaica. Ainda se fala muitas vezes de raça ariana e raça semita ou judaica. É preciso pôr de lado estes termos, ou fixar-lhes bem a significação e o alcance. Depois dos progressos que a antropologia realizou nestes últimos anos, já não se pode falar altivamente das duas raças como tipos antropológicos. Bem sei que cai por terra um dos argumentos mais vitoriosamente aduzidos pelos anti-semitas. Mas a verdade científica é superior a todos os interesses.»³⁵

Recorde-se que estávamos, então, precisamente no período da afirmação do pensamento anti-semita europeu, para o qual muito contribuiu Edouard Drumont com o livro *La France Juive* (Paris, 1886), que Mendes dos Remédios leu e incluiu na sua bibliografia.

³³ Joaquim Mendes dos REMÉDIOS (1867-1932), licenciado (1894) e doutorado (1895) pela Faculdade de Teologia de Coimbra, onde seria professor e, mais tarde, director da recém-criada Faculdade de Letras de Coimbra, de cuja Universidade viria a ser reitor (1911-1913 e 1918-1919). Foi ministro da Instrução Pública (1926) do efêmero governo da Ditadura Militar. Para além de *Os Judeus em Portugal*, publicou outros estudos sobre o judaísmo português: *Uma Bíblia Hebraica da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, 1903; prefácio à *Consolação às Tribulações de Israel*, de Samuel Usque, 1906; com David Franco Mendes, *Os judeus portugueses em Amesterdão*, 1911 (na sequência de uma viagem que fizera à Holanda); *Um Processo Sensacional na Inquisição de Coimbra ao fechar do Século XVII*, 1925.

³⁴ Ver João MEDINA, «O Caso Dreyfus em Portugal», *Revista da Faculdade de Letras*, n.º 16/17 – 5.^a Série, 1994, 115-231.

³⁵ Mendes dos Remédios, *Ob. cit.*, p.10.

O I capítulo da primeira parte reporta-se aos primórdios da presença judaica na Península Ibérica e o II capítulo às relações inter-religiosas desde o período muçulmano até ao édito de expulsão dos reis «Católicos». Na segunda parte, Mendes dos Remédios expõe, nos sete primeiros capítulos, a evolução da situação dos judeus em Portugal desde D. Afonso Henriques até ao édito de expulsão de D. Manuel I. Nos três restantes capítulos, o autor aborda sucessivamente: «Como viviam os judeus» (VIII), «Organização Judiciária» (IX) e «Ódio dos portugueses contra os judeus» (X). O apêndice contém onze documentos, entre os quais os éditos de expulsão espanhol e português.

Em 1928, Mendes dos Remédios edita o segundo volume de *Os Judeus em Portugal*, com o seguinte subtítulo: *Vicissitudes da sua história desde a época em que foram expulsos até à extinção da Inquisição* (Coimbra, Universidade de Coimbra), complementando o primeiro volume. O autor explica, no prefácio, que escreveu este «livro amigo da verdade» por «espírito de comiseração por um povo que tanto tem sofrido em martírios e perseguições, através das idades e dos povos, este sentimento de justiça que impõe o dever de defesa de tantos milhares de criaturas entregues – quantas vezes! – à sanha mais feroz e sanguinária de multidões fanatizadas».

Ao contrário do I volume, este não se limita a uma exposição cronológica, introduz, ao longo dos seus treze capítulos, abordagens temáticas, em resultado de apontamentos e notas da pesquisa feita para o I volume: I – Os judeus portugueses perante a legislação inquisitorial, II – Os judeus de Portugal e os Perdões gerais / De D. Manuel ao Cardeal-Rei, III – Os judeus portugueses sob o domínio dos Filipes, IV – Um notável «Memorial» dos cristãos-novos, V – Finta para o pagamento do Perdão, VI – A dispersão, VII – As listas de condenados, VIII – Um processo sensacional, IX – Sermões em Autos-de-fé, X – Costumes judaicos descritos por um conveso, XI – Os judeus portugueses através de alguns documentos literários, XII – Após a restauração de D. João IV, XIII – De D. João IV às Cortes de 21.

Este volume revela estudos pioneiros de Mendes dos Remédios (alguns deles ainda hoje não ultrapassados), tais como: os Regimentos da Inquisição³⁶, os Perdões Gerais aos judeus, figuras e famílias gradas do

³⁶ A Inquisição teve seis Regimentos: 1552, 1570, 1613 (de D. Pedro de Castilho), 1640 (de D. Francisco de Castro), 1774 (atribuído ao Marquês de Pombal) e o já referido projecto de Melo Freire.

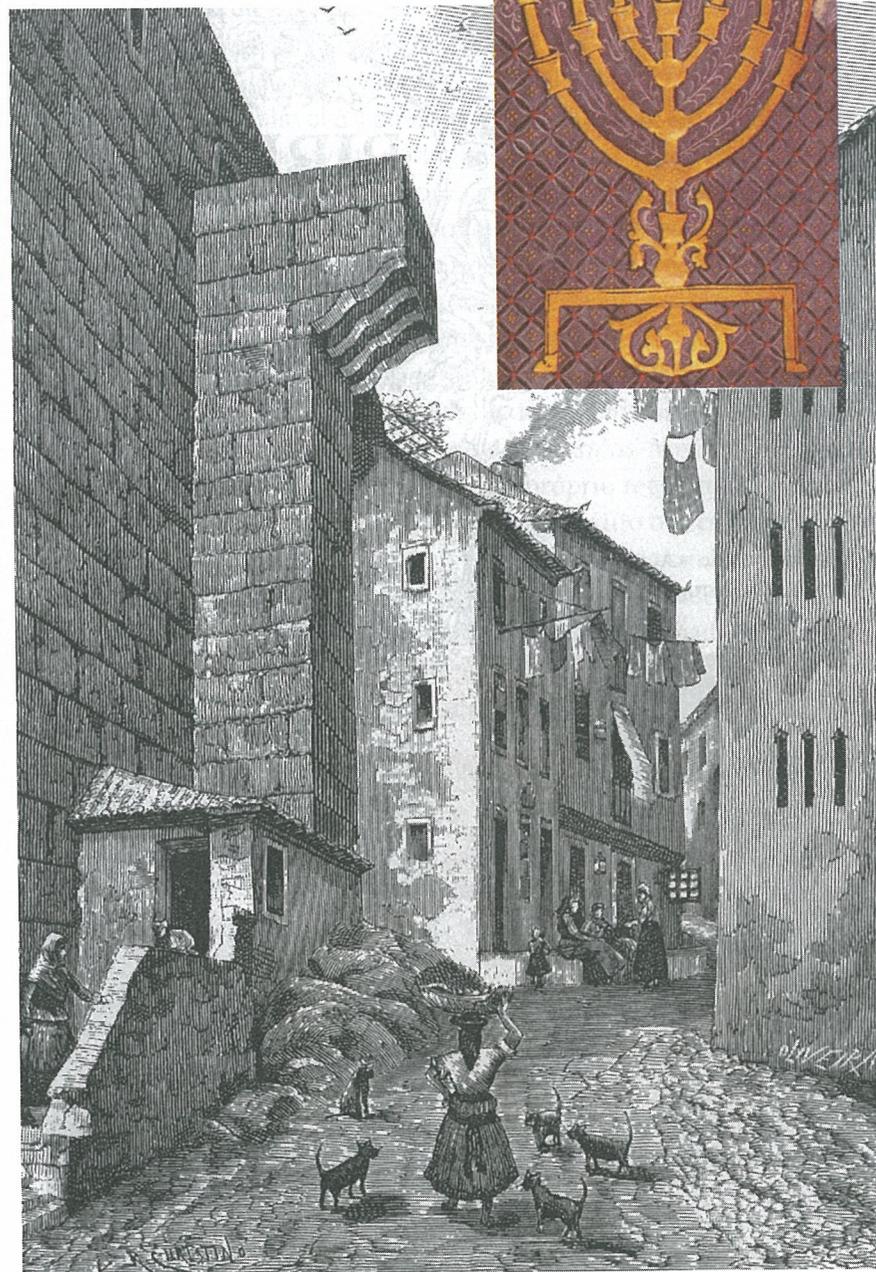


14. Pormenor do «Judeu», oficina de Vasco Fernandes, 1.^a metade do séc. XVI (Lisboa, MNAA).

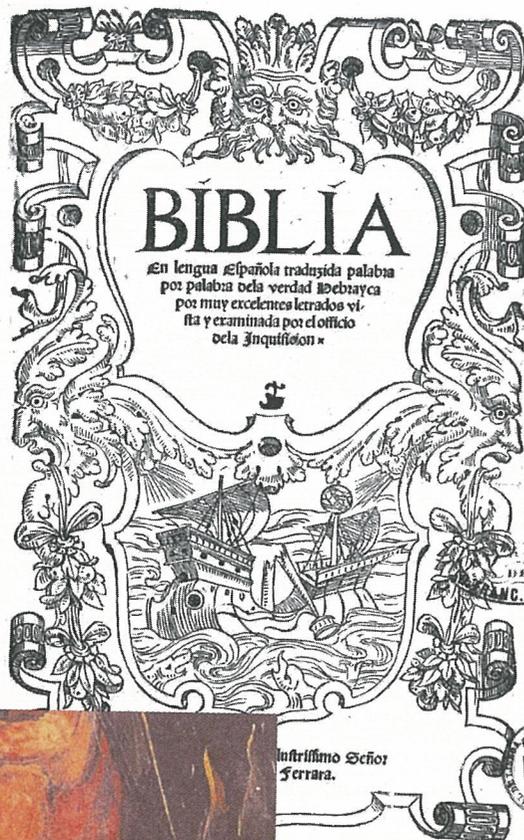


15. Pormenor da *Bíblia Ambrosiana*, 1291.

16. «Menorah» na *Bíblia de Cervera*, 1299.



17. «A Rua da Judiaria no velho Bairro d' Alfama» (Lisboa, IBNL).



18. Pormenor de «Auto da Fé», Pedro Berruguete, c. 1495.



19. *Bíblia de Ferrara*, 1553.

judaísmo (Abravanel, Samuel Usque, Amato Lusitano, Manuel Aboab, David Neto, Uriel da Costa), os sermões dos autos-de-fé, António Vieira e os judeus, a legislação liberal que extingue a Inquisição e decreta o livre regresso dos judeus a Portugal.

Igualmente assinalável é a publicação do *Arquivo Histórico Português* (1903-1918), a primeira revista portuguesa de história, por onde passaram alguns bons investigadores, tais como o seu fundador, Anselmo Braamcamp Freire, Pedro de Azevedo e António Baião, que aí publicaria diversos estudos, que estão na origem do livro *Episódios Dramáticos da Inquisição Portuguesa* (1919), que levantou uma série de pistas suficientemente fecundas para inspirar diversos investigadores até hoje.

Este primeiro ciclo da historiografia em torno da questão judaica em Portugal – que associa a história dos judeus à história da Inquisição – encerra com a publicação da *História dos Cristãos-Novos Portugueses* (1921), de Lúcio de Azevedo³⁷, como ele próprio reconhece no preâmbulo: «Tal qual é, com suas deficiências, tem por fito o presente trabalho preencher um vácuo sensível nos anais pátrios, expondo em forma sumária as diferentes fases do conflito de raça e religião que, desde o século XV, trouxe por tão largo espaço e tão profundamente perturbada a sociedade portuguesa (...) Este não podia ser tratado sem tocar muitas vezes na Inquisição. De facto, toda a história dos cristãos-novos se integra na do famoso tribunal (...)»³⁸.

O autor expõe as suas fontes e bibliografia. Para a primeira, releva a importância do arquivo da Inquisição, na Torre do Tombo e os manuscritos da Biblioteca Nacional, assim como a prestimosa colaboração de António Baião e Pedro de Azevedo, respectivamente, director e conservador. Quanto à segunda, cita entre as suas leituras essenciais Alexandreerculano³⁹, Frei Pedro Monteiro⁴⁰, António Joaquim Moreira⁴¹, Hipólito

³⁷ A obra de João Lúcio de AZEVEDO (1855-1933) teve duas reedições da Livraria Clássica Editora, em 1975 e 1989. Utilizamos aqui esta última.

³⁸ AZEVEDO, *ob. cit.*, p.V.

³⁹ *Da Origem e Estabelecimento da Inquisição...* 1854-1859.

⁴⁰ *História da Santa Inquisição do Reino de Portugal e suas Conquistas*, tomo 2, 1749-1750.

⁴¹ Colaboração na *História de Portugal*, em continuação à de Schaeffer, por Joseph Lourenço Domingues de Mendonça, tomo 9.º, 1845.

José da Costa ⁴², Charles Dellon ⁴³, António Vieira ⁴⁴, Meyer Kayserling ⁴⁵, Henry Charles Lea ⁴⁶, Nathan Adler ⁴⁷, António Baião ⁴⁸, Pedro de Azevedo ⁴⁹ e Maximiano Lemos ⁵⁰. Azevedo elege a pioneira obra de Herculano como o mais significativo e completo estudo realizado até à data da publicação da sua *História dos Cristãos-Novos Portugueses*: «À parte a obra fundamental de Herculano sobre o estabelecimento do novo tribunal eclesiástico por D. João III, a literatura relativa ao assunto é por demais incompleta (...) Falta, porém, completar a obra de conjunto, que seria verdadeiramente história, e se detém por enquanto onde Herculano a deixou (...) Desde que se acha a obra publicada, nenhum elemento novo sobreveio àquela parte da matéria» ⁵¹. Assim, propunha-se, ele próprio, dar um novo contributo, com a revelação de manuscritos inéditos.

Contudo, Azevedo distancia-se dos propósitos de Herculano, entendendo que «... à paixão que inspirou a sua obra de combate, tem de prevalecer a serenidade» ⁵², expondo como se propunha alcançar essa «serenidade»: «Para tal, é mister transportarmo-nos à época em que os sucessos ocorreram, e compenetrarmo-nos do espírito reinante, considerando os acontecimentos pelas ideias de então, e nunca segundo as do presente. Só assim lograremos compreender os fenómenos da moral, da religião e da política, e os actos dos homens. Será nisto que o estudo actual sobre os cristãos-novos diverge do que foi dito pelo mestre insigne. Até às vezes incorrerá o autor na suspeita de se haver passado ao campo oposto, e fazer

⁴² *Narrativa da perseguição de Hypolito Joseph da Costa Pereira Furtado de Mendonça*, 2 vols., Londres, 1811.

⁴³ *Relation de l'Inquisition de Goa*, Leyde, 1687.

⁴⁴ *Notícias reconditas y posthumas, del procedimiento de las Inquisiciones de España y Portugal con sus presos; divididas en dos partes, la primera en idioma portuguez...*, 1722.

⁴⁵ *Geschichte der Juden in Portugal*, 1867.

⁴⁶ *A History of the Inquisition of Spain*, Nova Iorque e Londres, 1907.

⁴⁷ *Auto da Fé and Jews*, Imprensa da Universidade de Oxford, 1908.

⁴⁸ *Episódios Dramáticos da Inquisição Portuguesa*, 1919.

⁴⁹ Série de artigos no *Arquivo Histórico Português*.

⁵⁰ *Zacuto Lusitano, a sua vida e a sua obra*, Porto, 1909; *Ribeiro Sanches, a sua vida e a sua obra*, Porto, 1911.

⁵¹ *Ob. cit.*, pp.V-VIII.

⁵² *Idem*, p.VIII.

coro com os que, em estos de hereditária aversão, condenavam às fossas dantescas uma raça inteira» ⁵³.

Efectivamente, Azevedo não podia ser mais claro sobre a abordagem que faz ao relacionamento dos judeus com os cristãos e, sobretudo, com os poderes instituídos: utiliza recorrentemente a linguagem dos perseguidores quando se refere aos perseguidos, como que perfilhando o sentimento dominante da época. Atentemos nestes singulares exemplos: «Com as suas cruezas e o seu funesto influxo na vida nacional, a Inquisição preencheu talvez, durante algum tempo, uma função não destituída de utilidade, impondo a limitação das formas jurídicas ao furor sanguíneo das turbas» ⁵⁴. Como se a criação do infamante tribunal religioso se destinasse à contenção da crescente animosidade popular, que era estimulada precisamente por aqueles que pugnavam pela sua introdução e acção sanguínea, atijando o ódio popular em momentos em que a tolerância deveria comandar a governação. Vejamos um segundo exemplo: «Com a vitalidade da raça política, a fé inabalável em seus destinos, o vulto que pelo número faziam entre a população nativa em Espanha e Portugal, tudo leva a crer que, sem a persistência tenaz dos cristãos, estes seriam submergidos na torrente avassaladora, convertidos os dois países em uma quase colónia se Israel» ⁵⁵. Afinal, Azevedo estaria em consonância com D. João III, como, aliás, desculpabilizaria expressamente os «reis católicos» pela expulsão. Finalmente, um último exemplo: «Como quer que fosse, a esperança de extirpar pela repressão o judaísmo foi desmentida. Ano após ano, o contágio crescia. Antes de terminar o século XVI, tornou-se necessário construir nas três Inquisições novos cárceres, por não bastarem os existentes» ⁵⁶. Revelador, simultaneamente, da existência real do judaísmo naqueles difíceis tempos e da clara opção do autor, que considera «contágio» o crescimento do número dos adeptos do mosaísmo, como se de uma doença viral se tratasse, e justifica a acção inquisitorial, porque, afinal de contas, era necessário erradicar o judaísmo do país. Isto, dito em 1921, sob o refúgio da fidelidade à mentalidade do século XVI (que não era, tal como em todas as épocas, de pensamento único) ainda soa a maior injustiça do que aquela que foi praticada nessa época.

⁵³ *Idem, ibidem*.

⁵⁴ *Idem*, p.110.

⁵⁵ *Idem, ibidem*.

⁵⁶ *Idem*, p.148.

Lúcio de Azevedo lavra no frequente erro de alguns historiadores que, procurando manter a impraticável «isenção objectiva», não raramente assumem o partido dos vencedores, como se não houvesse sempre vozes discordantes (minoritárias, isoladas, perseguidas, asfixiadas, caladas pelo medo e pelo terror), que revelam uma outra história dos mesmíssimos acontecimentos: a história dos vencidos, dos colonizados, dos subjugados, dos perseguidos, dos estigmatizados, dos excluídos, dos marginalizados, das minorias. Por isso, se poderia responder à preocupação de Lúcio de Azevedo com a conclusão que o grande Alexandre Herculano tira no epílogo do seu estudo sobre o estabelecimento da Inquisição:

«Forcejámos para que fossem mais os documentos do que nós quem falasse: também cremos tê-lo obtido. Nas ponderações que o assunto exigia, ou para clareza da narrativa, ou para concatenação dos sucessos, buscámos ser justos com os opressores e não nos deixarmos prevenir pelo dó dos oprimidos. Precavia-nos contra as fraquezas da compaixão a baixeza dos últimos na desgraça: a extrema hediondez moral dos primeiros temperava-nos pelo asco quaisquer demasias de ódio. Na verdade, uma ou outra vez, o espectáculo da suprema depravação humana, impondo silêncio à voz tranquila da razão histórica, impeliu-nos a traduzir num brado de indignação as repugnâncias irreflexivas da consciência irritada. Mas este senão, se é senão, nunca poderá evitá-lo inteiramente o historiador que conservar os sentimentos do homem e tiver que estudar à luz dos documentos, infinitamente mais sinceros que os analistas, um ou diversos períodos da história do século XVI, daquele século corrupto e feroz...»⁵⁷.

A obra de Lúcio de Azevedo está organizada em três «livros» – 1.º – As Origens; 2.º – A Perseguição; 3.º – A Dispersão – e um apêndice documental. Seguindo a clássica metodologia cronológica, começa com a chegada dos judeus à Península Ibérica e termina com a acção pombalina em prol dos cristãos-novos, estranhamente (ou talvez não), não aborda a extinção efectiva da Inquisição (1821) pelo parlamento liberal, nem sequer o ressurgimento do judaísmo em Portugal no início do século XIX, quando já Kayserling se lhes referia em 1867 e Azevedo leu, como assinalámos. Queda-se, portanto, pelo último quartel do século XVIII.

⁵⁷ *História da Origem...*, Publicações Europa-América, vol. III, p.163.

Embora a *História dos Cristãos-Novos Portugueses* esteja atravessada, de uma ponta à outra, por essa visão, que sob o escudo da «sereidade» se coloca «compreensivelmente» ao lado dos promotores da discriminação dos seguidores da fé judaica, ela fornece, quase que contraditoriamente, duas ideias muito interessantes decorrentes da exposição de Lúcio de Azevedo: 1.ª – os judeus nunca baixaram os braços na sua resistência ao *fero monstro*, 2.ª – o judaísmo (possível) sobreviveu heroicamente a três séculos de Inquisição.

Os estudos sobre o marranismo

Uma segunda fase dos estudos judaicos, agora dedicados ao recém-descoberto fenómeno do criptojudaísmo, iniciou-se quando acabava de ser legalizada a Comunidade Israelita de Lisboa, logo após a implantação da República. O engenheiro Samuel Schwarz⁵⁸, quando se deslocou a Belmonte, em 1915, por motivos de ordem profissional, surpreendido pela inesperada descoberta da existência de judeus secretos nas beiras, decidiu dedicar-se ao estudo do criptojudaísmo, o que deu origem à publicação do livro *Os Cristãos-Novos em Portugal no Século XX* (Lisboa, 1925)⁵⁹, com prefácio de assinalável tolerância, de Ricardo Jorge, que conclui nos seguintes termos: «Nem S. Paulo, o apóstolo dos gentios, nem a igreja triunfante, nem a inquisição homicida, conseguiram exterminar o judaísmo; nem mesmo, como se vê, neste recanto. A sua fé é indomável e a sua esperança indefectível – força humana sem quebranto, religião imorredora que viveu, vive e viverá como a cristã. As duas, como mãe e filha, porque, em vez de se excluírem, não hão de conviver congradadas?!»⁶⁰.

⁵⁸ Samuel Schwarz (1850-1953), judeu polaco, nasceu em Zgierz, Lodz e formou-se em Engenharia de Minas, em Paris, tendo exercido essa actividade profissional na Rússia, Polónia, Itália, Espanha e Portugal, onde chegou em 1915, adoptou a nacionalidade portuguesa e permaneceu cá até ao resto da sua vida. Era filho do presidente da comunidade judaica da localidade onde nasceu, estudioso e bibliófilo da cultura judaica. Quando Schwarz veio para Portugal, foi para Belmonte por razões profissionais e interessou-se desde logo pelas comunidades criptojudais das Beiras.

⁵⁹ Separata de *Arqueologia e História*, IV vol., reeditada em *fac-simile*, pelo Instituto de Sociologia e Etnologia das Religiões, da Universidade Nova, em 1993.

⁶⁰ Ricardo JORGE, «Pró Israel», S. SCHWARZ, *ob. cit.*, p.12.

O erudito Schwarz⁶¹, leitor atento das obras de referência da questão judaica – Herculano, Amador de los Rios, Mendes dos Remédios, Lúcio de Azevedo –, inicia o seu livro com uma nota introdutória, esclarecedora da sua concepção de «marrano»⁶², para dedicar as primeiras linhas do seu estudo à manifestação do espanto pela sua descoberta:

«A existência de judeus clandestinos, em pleno século XX, num país democrático e republicano da Europa, parece, à primeira vista, inverosímil...

Todavia existe, ainda, em Portugal!

São os dignos descendentes dos cristãos-novos, que o decreto de expulsão de 1496 e as brutais e desumanas violências, que se lhe seguiram, forçaram a abjurar a sua fé.

Estas relíquias do antigo e glorioso judaísmo português milagrosamente salvas das fogueiras da Inquisição, aparecem-nos ainda, presenteiramente, conscientes da sua antiga religião, tendo conservado, apesar das vicissitudes de mais de quatro séculos de cristianismo oficial e de três horríveis séculos de Inquisição, a pureza da sua raça e da sua alma judaica»⁶³.

Depois de, muito resumidamente, historiar a saga judaica desde a sua expulsão pelo decreto manuelino até à extinção liberal da Inquisição, Schwarz refere as dificuldades impostas ao seu convívio com esses cripto-judeus do norte do país, em consequência dos ainda extremos cuidados praticados, como se a Inquisição não tivesse sido extinta um século antes. Após a confiança criptojudáica, paulatinamente conquistada⁶⁴, o autor iniciou a recolha, no seio dessas comunidades marranas, de um conjunto de orações em português arcaico, recheadas de expressões hebraicas,

⁶¹ Já anteriormente havia publicado o interessante estudo *Inscrições Hebraicas em Portugal* (Lisboa, 1923).

⁶² Samuel Schwarz opta pela tese de seu pai, o hebraísta Isucher Schwarz, que busca no hebreu («mareh-ain») o significado adaptado à expressão da língua portuguesa «para inglês ver».

⁶³ S. SCHWARZ, *ob. cit.*, p.15.

⁶⁴ No seu livro, Schwarz conta que, quando chegou a Belmonte, foi prevenido por um comerciante cristão para não comprar nada ao seu rival, por ser judeu. Num encontro fortuito com o referido comerciante judeu, em Lisboa, o autor teve que o levar à sinagoga para lhe ganhar a confiança e obter a confissão da sua efectiva ascendência judaica (*ob. cit.*, p.22).

recolha essa que deu origem ao presente livro, onde expõe os «ritos e costumes judaicos dos cristãos-novos»: orações, festas, jejuns e cerimónias diversas, sem se esquecer de desmistificar a lenda dos «abafadores» ou «afogadores»⁶⁵.

Entretanto, Samuel Schwarz publicaria vários artigos no estrangeiro⁶⁶ e um livro com uma conferência proferida a convite da Associação dos Cidadãos Polacos de Lisboa, intitulada «Anti-semitismo, formação, deformação e conclusão» (1944)⁶⁷, onde reafirma e a sua tese de *Os Cristãos-Novos em Portugal no Século XX*: «Como se sabe, todos os judeus de Portugal foram obrigados a converterem-se ao cristianismo em 1497. No entanto, apesar de cerca de quatro séculos e meio de cristianismo e das perseguições da Inquisição, os cristãos-novos portugueses, transformados em criptojudéus, continuaram e ainda continuam em certas províncias até hoje, a casarem entre si e a praticarem em segredo a sua antiga religião judaica». Aí, refere a inversão da situação operada nos anos quarenta em Portugal, face ao moderno anti-semitismo: «(...) o judeu-errante, fugido à sanha exterminadora da Europa central, encontra hospitalidade e asilo em Portugal, sua antiga pátria» e contesta a lenda anti-hebraica, exclusivamente portuguesa, dos «abafadores» (pp. 46-51).

Postumamente, é editado outro importante livro seu: *História da Moderna Comunidade Israelita de Lisboa* (Lisboa, 1959), uma antiga aspiração, inicialmente prevista para o ano de 1951, data do 150.º aniversário

⁶⁵ O autor cita quatro exemplos da difusão dessa lenda oitocentista: 1.º – Alfredo ALVES, «Notas sobre a linguagem vulgar da Aldeia de Santa Marguerida (Beira Baixa)», *Revista Lusitana*, 2.º vol., 1890-1892, p. 244: o «afogador» estrangulava os cristãos-novos moribundos com as roupas da cama, para que não morressem, mas fossem ritualmente mortos; 2.º – Guilherme de Vasconcelos ABREU, «A seita dos abafadores», *Correio da Noite*, 25/10/1886: o «abafador» seria de origem cántara; 3.º – Gonçalves VIANA, «abafador (afogador)», *Apostilas aos Dicionários portugueses*, vol. 1.º: cita os autores anteriores; 4.º – João Lúcio de Azevedo, *História dos Cristãos-Novos Portugueses*, 1921: acredita que haja fundamentos para a difusão da lenda.

⁶⁶ «Mr. Lucien Wolf in Portugal», *Jewish Guardian*, 12/2/1926; «The Portuguese Marranos», *Jewish Guardian*, 12/3/1926; «Mr. Wolf's Report on his mission to Portugal», *Jewish Guardian*, 12/3/1926; «Die Entdeckung der portugiesischen Marranen», *Menorah*, Viena, 5, 1927; «The Renaissance of Judaism among the Portuguese Marranos», *Reform Advocate*, 19/10/1929; «La Pascua entre los cristianos nuevos de Portugal», *Judaica*, Buenos Aires, 128-129, 1944.

⁶⁷ *Anti-Semitismo / Conferências*, Léon Litwinski e Samuel Schwarz, Lisboa, 1944, pp. 27-76.

da fundação da C.I.L., à qual pertenceu desde a sua chegada a Portugal. A doença, não só o impediu de concluir atempadamente o estudo, como inviabilizou a sua publicação em vida do autor. Esta obra póstuma continua a ser de leitura obrigatória para o estudo do ressurgimento das comunidades judaicas a partir do século XIX, pois aí historia os antecedentes da moderna C.I.L.: as sinagogas, os cemitérios, as instituições de beneficência, as escolas, a legalização da C.I.L., o Centro Israelita de Lisboa, a legalização da comunidade lisboeta e a criação do museu Luso-Hebraico de Tomar ⁶⁸. De assinalar a constatação, por Schwarz, da débil expressão numérica do judaísmo português nos anos 50, «virtualmente reduzido à Comunidade Israelita de Lisboa» ⁶⁹, que não ultrapassaria aí as trzentas famílias.

Esta nova abordagem do judaísmo português, centrada nas particularidades criptojudaicis, mereceu a atenção de outros eruditos, com novos contributos, tais como os do capitão Barros Basto, do célebre abade de Baçal e do notável arqueólogo Leite de Vasconcelos.

A obra de Francisco Manuel Alves (1865-1947), o abade de Baçal, *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, com 11 volumes (1909-1934) ⁷⁰, dedica o seu V Tomo aos judeus da região: *Os Judeus no distrito de Bragança* (Bragança, 1924-1925). No Preâmbulo, Francisco Manuel Alves considera indispensável o estudo dos judeus, para dar cabal sentido à sua obra ⁷¹. No entanto, muitas adversidades teve que suportar para conseguir concluir a sua valiosa monografia: «a sua elaboração tem-nos sido vasto alfofre de mortificação». Referindo-se ao indispensável trabalho de campo que realizou, conta ele que, em 1892, numa deslocação a Chaves, teve que retirar de uma «montureira de dejeções e concomitantes, a primeira *Lista* dos condenados na Inquisição»; suportou

⁶⁸ Este museu foi edificado na única sinagoga sobrevivente ao decreto manuelino de expulsão, declarada monumento nacional em 1921, adquirida por Schwarz em 1923, por si doada ao Estado em 1939, para aí instalar o Museu Hebraico, posteriormente restaurada pela Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais.

⁶⁹ *História da Moderna Comunidade Israelita de Lisboa*, p. 50.

⁷⁰ Com reedições pelo Museu Abade de Baçal, Bragança, 1979-1982 e Câmara Municipal de Bragança, 2000.

⁷¹ A obra tem o seguinte subtítulo: *Repositório amplo de notícias coreográficas, hidro-orográficas, geológicas, mineralógicas, hidrológicas, bio-bibliográficas, heráldicas, etimológicas, industriais e estatísticas interessantes tanto à história profana como eclesiástica do distrito de Bragança*.

o mau tempo nordestino, no Mogadouro (1907), em Chaves (1909), em Miranda do Douro (1910); em 1908, quiseram espancá-lo em Malta, porque pensavam que queria furtar uma lápide sagrada; em 1909, tentaram prendê-lo, porque julgavam que andava a recolher informação para assaltar moradores ricos; já em 1924, sujeitou-se a nova tentativa de espancamento em Carrazeda de Anciães. No entanto, o seu maior lamento prende-se com a dificuldade em aceder aos arquivos judaicis, por desconfiança de que um padre cristão se dedicasse aos estudos hebraicis com «intuitos reservados de ódio cristão», o que contraria com as «bastas passagens (...) pouco agradáveis ao clero», que deixa na presente obra ⁷².

Apoiado em vastas fontes e bibliografia, o erudito autor, expõe, na primeira parte (CXIV páginas), os métodos inquisitoriais, as práticas religiosas e os costumes judaicis, os ofícios dos judeus processados na Inquisição. Num volume autónomo, datado de 1924 e com nova paginação, publica extensas «Listas dos indivíduos pertencentes ao distrito e bispado de Bragança processados na Inquisição por judaísmo» (162 páginas), seguidas de «Outros bragançanos processados na Inquisição sem ser por judaísmo» e um apêndice com dez documentos. Finalmente, dedica algumas páginas aos ciganos no distrito, concluindo com o índice, uma errata e uma pequena «Declaração final», em que assinala a publicação (quase simultânea) de *Os Cristãos-Novos em Portugal no Século XX*, de Samuel Schwarz. Na realidade, este V volume tem dois corpos distintos – o primeiro, datado de 1925 e o segundo, datado de 1924 – mas seria efectivamente publicado em 1926, conforme a informação tipográfica que refere o dia 2 de Janeiro de 1926 para a conclusão da sua impressão.

Barros Basto ⁷³, companheiro de Samuel Schwarz na saga da revelação do marranismo nortenho, deu um considerável contributo para os estudos judaicis com a publicação do livro *Os Judeus no Velho Porto* (Lisboa, 1929)⁷⁴. Bem mais assinalável – para além da «Obra do Resgate»,

⁷² ABADE DE BAÇAL, *ob. cit.*, pp. IX-XI.

⁷³ Artur Carlos de Barros Basto (1887-1961), capitão do exército português, combatente da 1.ª Grande Guerra, adoptou o nome judaico de Ben Rosh. Foi o promotor da Obra do Resgate dos marranos do norte do país (o «Apóstolo dos Marranos»), principal responsável pela edificação da imponente sinagoga Kadoorie Mekor H'aim («Fonte da Vida»), inaugurada no Porto em 1938.

⁷⁴ Na sequência da conferência, com o mesmo título, que havia proferido em Lisboa, em 23 de Setembro de 1925, na biblioteca da Sinagoga Shaaré Tikvá, numa altura em

que protagonizou – foi a revista *Ha Lapid* («O Facho»), que fundou e dirigiu e que publicou entre 1927 e 1958. Verdadeiro porta-voz do proselitismo do capitão regressado ao seio do judaísmo esquecido, a revista constitui um inestimável testemunho da acção de resgate das comunidades marranas do norte do país. Aí se podem encontrar os locais visitados por Ben Rosh, as tradições e as orações recolhidas e a vida comunal dos cripto judeus que regressaram oficialmente ao judaísmo. O editorial do 1.º número da revista (Abril 1927), com o título «O Nosso Facho», expõe na primeira página o programa: «A nossa divisa é Adonai li e ve-lo irá (O Senhor comigo e nada receio) e por isso se Deus Bendito concordar com a nossa Obra, nós com o nosso esforço faremos, dentro em breve, o resgate redentor de milhares de portugueses que, a norte do Tejo, vivem espiritualmente com umas vagas reminiscências da religião dos seus antepassados».

José Leite de Vasconcelos (1858-1941) daria um importante contributo para o estudo das características étnicas dos judeus ao publicar o IV volume de *Etnografia Portuguesa*⁷⁵ (Lisboa, 1958), em edição póstuma, com a prestimosa colaboração de M. Viegas Guerreiro (1912-1997) e Orlando Ribeiro (1911-1997), responsável pela introdução e pela conclusão. O notável arqueólogo, verdadeiro introdutor do trabalho de campo na investigação, deixou os seus escritos sobre os judeus de forma a serem organizados do seguinte modo: «Origem do povo português (Parte I); «Grupos étnicos» (Parte II); «Resenha da população no decurso dos tempos» (Parte III); «Feixe de caracteres do povo português» (Parte IV) e um apêndice. Na II Parte, considera quatro grupos étnicos: judeus, moçárabes, mouros e ciganos. Os judeus ocupam a maioria das páginas (pp. 63-253), onde o autor expõe a sua vinda para a Península Ibérica; o período de Afonso Henriques ao édito de expulsão (condição política e social, situação religiosa, organização judicial, modos de vida, tributos e outras obrigações e judeus fugidos de Espanha e admitidos em Portugal: perseguições de 1391 e expulsão de 1492); da expulsão à extinção da Inquisição; os Cristãos-Novos do nosso tempo em Trás-os-Montes e

que já era apresentado como presidente da Comunidade Israelita do Porto, legalizada em 1923.

⁷⁵ *Etnografia Portuguesa: tentame de sistematização*, teve 10 volumes (Lisboa, Imprensa Nacional, 1933-1988).

na Beira Baixa: suas práticas judaicas; nova imigração judaica em Portugal dos meados do séc. XVIII em diante (Faro, Lisboa, Porto e Açores).

Leite de Vasconcelos, à semelhança da maioria dos investigadores, serve-se das palavras de D. Luís da Cunha para corroborar a tese da efectiva e significativa presença judaica em Portugal em meados de setecentos: «Em meio do séc. XVIII havia por cá tantos, vindos insensivelmente lá de fora, que o estadista D. Luís da Cunha proclamava que era necessário expulsá-los ou assinalar-lhes lugar, em Lisboa e no Porto, onde vivessem isolados do resto da população»⁷⁶.

Trinta anos antes – em vida do autor, portanto – já havia publicado um interessante estudo, *Antroponímia Portuguesa*⁷⁷, cujo IX Capítulo do Livro II se refere aos nomes de origem judaica. Começa com uma pequena síntese da história dos judeus em Portugal, em que considera pernicioso o acolhimento português aos judeus espanhóis fugidos dos reis católicos no século XV: «A hospitalidade portuguesa era mais aparente que real, pois muitos infortúnios chegaram a padecer» e que tiveram que travar em Portugal uma «luta hercúlea com o povo, com os reis e com a Inquisição», mas que, em virtude da sua «tenacidade» acabariam por ser bem sucedidos no nosso país, «porque Portugal, pela pouca energia dos naturais, foi sempre campo propício à actividade de quem vem de fora com verdadeira vontade de trabalhar»⁷⁸. Características que não estarão ultrapassadas um século depois, com a presença de imigrantes africanos, brasileiros e, mais recentemente, dos países de leste. *Antroponímia Portuguesa* e, sobretudo, *Etnografia Portuguesa* são bons exemplos desta nova corrente dos estudos judaicos, que aborda a judaidade, muito para além do antijudaísmo, tentando conhecer-lhe as características étnicas.

Nesta época, e para além de relatórios e afins⁷⁹, registou-se uma série de contributos estrangeiros que revelam o crescente interesse pelo fenó-

⁷⁶ *Etnografia Portuguesa*, p.236.

⁷⁷ *Antroponímia Portuguesa / Tratado Comparativo da origem, significação, classificação e vida do conjunto dos nomes próprios, sobrenomes e apelidos, usados por nós desde a Idade Média*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1928.

⁷⁸ *Antroponímia Portuguesa*, pp. 388-389.

⁷⁹ Tais como os do Portuguese Marranos Committee: «Progress of Jewish Reclamation», *Jewish Chronicle*, 23/12/1927 e *Survey by the Portuguese Marranos Committee. London, 1926 to 1938*, Londres, 1938. E outros relatórios: Anglo Jewish Association, *Annual Report*, Londres, 55, 1926; Comunidade Judeo-Marrana de Lisboa, *Relatório e Contas referentes ao ano findo em 30 de Elul de 5695 (1934-1935)*, Lisboa, 1935.

meno do marranismo, não só em artigos de revistas e jornais, tais como a *Jewish Chronicle*⁸⁰, como em livros, dos quais destacamos os seguintes: Lucien Wolf⁸¹, *Report on the «Marranos» or Crypto-Jews of Portugal*, London, 1926, Lily Jean-Javal⁸², *Sous le Charme du Portugal*, Paris, 1931; Cecil Roth⁸³, *A History of the Marranos*, Filadélfia, 1932.

Mais recentemente, surgiram em Portugal novos investigadores que deram continuidade aos estudos das comunidades judaicas contemporâneas do Norte do país, particularmente na Beira Baixa. Amílcar Paulo, que dedicou algumas décadas aos estudos judaicos, publicou diversos estudos, tais como *Os Marranos em Trás-os-Montes* (1956), *Os Marranos nas Beiras* (1960), *Os Cristãos-Novos no Porto* (1961), *Romanceiro Criptojudaico* (1969), *Os Criptojudeus* (1970), *Os Marranos em Portugal. Reminiscências judio-portuguesas* (1971), *A Dispersão dos Sephardim – Judeus hispano-portugueses* (1978), *Os Judeus Secretos em Portugal* (1985).

Dando continuidade a este esforço de recuperação das memórias cripto-judaicas e resgate do marranismo, David Augusto Canelo editou uma

⁸⁰ Alguns artigos publicados na *Jewish Chronicle*: Ariel BENSON, «An echo of the Inquisition», 82, 1921; Adolfo BENARUS, «The Marranos of Portugal», 13/2/1925; Mentor, «Marranos», 30/4/1926; Edward Lumbrozo MOCATTA, «The Portuguese Marranos: na appeal», 22/4/1927; Lionel D. BARNETT, «The Marranos of Portugal», 23/12/1927; Paul GOODMAN, «Among Portuguese Marranos», sup. 130, 1931; Paul GOODMAN, «Marranos in Portugal», 5, 1932; Israel COHEN, «Jews in the Peninsula. II. The Lisbon Community; Sefardi and Ashkenazi rivalries», 14/12/1934; Joseph MELLER, «The marranos at Oporto», 21/1/1938; M. VAN SON, «The Marranos at Oporto. Was a synagogue justified?», 14/1/1938; Neville Jonas LASKI, «The Portuguese Marranos», 4/2/1938; M. VAN SON, «The Marranos at Oporto», 11/2/1938.

⁸¹ Lucien Wolf (1857-1930), jornalista e escritor, foi secretário do Comité Unificado de Relações Exteriores da Anglo-Jewish Association. O livro tinha o seguinte subtítulo: *Presented to the Alliance Israélite Universelle and the Council of the Anglo Jewish Association*. Publicou, também «The secret Jews of Portugal», *Jewish Guardian*, 16, 23/4/1926 e *Essays in Jewish History*, Londres, 1934.

⁸² Lily Jean-Javal publicaria ainda alguns artigos: «Roch-hachana a Porto», *Univers Israélite*, 85, 1929, «A Bragance chez les Marranes», *Univers Israélite*, 85, 1929; «Une synagogue s'élève a Porto», *Univers Israélite*, 86, 1930.

⁸³ Cecil Roth (1899-1970). Escreveu um livro sobre Barros Basto, intitulado *L'Apôtre des Marranes*, Paris, 1930 e alguns artigos: «The Apostle of the Marranos», *Jewish Guardian*, 6/6/1930; «The Rebirth of the Marranos: a romantic survival», *Contemporary Review*, 143, 1933.

série de estudos: *Os Últimos Criptojudeus em Portugal* (1987), *O Resgate dos Marranos Portugueses* (1996), *O Criptojudaísmo continua em Belmonte* (1997), *Cronologia da Obra do Resgate* (1997), *Criptojudáismo e «marranismo»: aspectos da sua génese e desenvolvimento* (1997).

Entretanto, surgiu uma nova investigadora, Maria Antonieta Garcia, que, com a sua tese de mestrado, *Os Judeus de Belmonte / Os caminhos da memória* (1993), iniciou um importante trabalho nos estudos judaicos, designadamente com a publicação de outros títulos, *Denúncias em Nome da Fé, Cadernos de Culpas do Bispado da Guarda, do seu Distrito e das Visitações* (1996), *Judaísmo no Feminino* (1999), como resultado da sua tese de doutoramento defendida no ano anterior e *Fios para um Roteiro Judaico na Covilhã* (2000), que culminou com a criação do Centro de Estudos Judaicos da Universidade da Beira Interior e a abertura de um Mestrado nesta área específica.

Do estrangeiro, na segunda metade do século XX, chegam alguns importantes estudos de autores como Léon Poliakov⁸⁴, com o livro *De Maohmet aux Marranes* (Paris, 1961)⁸⁵; Yitzhak Baer, *A History of the Jews in Christian Spain*, 2 vols. (Filadélfia, 1961-1966); Júlio Caro Baroja (1914-1995), que publicou 3 volumes de um estudo importante para a questão judaica ibérica *Los Judios en la España Moderna y Contemporanea* (Madrid, 1962); Benzion Netanyahu, *The Marranos of Spain from the Late XIVth to the Late XVIth Century according to Contemporary Hebrew Sources* (Nova Iorque, 1966)⁸⁶. Para as comunidades judaicas portuguesas em França, não podemos deixar de assinalar os estudos de Gerard Nahon, *Les «Nations» juives portugaises du Sud-Ouest de la*

⁸⁴ Léon Poliakov (1910-1997) nasceu em Leninegrado, mas passou a residir em França desde 1920, prisioneiro evadido em 1940, combatente da Resistência entre 1942 e 1944, delegado oficial aos processos de Nuremberga, foi um dos maiores especialistas mundiais do anti-semitismo, cuja história publicou entre 1956 e 1977.

⁸⁵ Esta obra tem uma introdução sobre o Islão e é dividida em três partes, cuja terceira, intitulada «A epopeia marrana», tem dois capítulos de enorme interesse para a história judaica portuguesa, a saber: «Cap. XII. Os marranos de Portugal» e «Cap. XIII. A dispersão».

⁸⁶ De assinalar outros importantes estudos de Netanyahu, tais como: *Don Isaac Abravanel, Statesmen and Philosopher* (Filadélfia, 1953), *The Origins of the Inquisition in Fifteenth-Century Spain* (Nova Iorque, 1995), *Toward the Inquisition: Essais on Jewish and Converso History in Late Medieval Spain* (Nova Iorque, Londres, 1997).

France: 1684-1791: documents, publicado pela Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, em 1981.

Finalmente, de entre as mais recentes provas académicas, de referir a dissertação de mestrado de Maria Pignatelli *A Comunidade Israelita de Lisboa / O Passado e o Presente na Construção da Etnicidade dos Judeus de Lisboa* (2000), onde aborda uma realidade que não tem merecido assim tantos estudos, embora estejam a aparecer algumas teses para aí direccionadas, com relevo para o Instituto de Sociologia e Etnologia das Religiões, da Universidade Nova de Lisboa, dirigido por Moisés Espírito Santo e para a Faculdade de Letras de Lisboa, pela acção de João Medina, que, entre outros trabalhos académicos, proporcionou a tese de mestrado de Maria da Conceição Macieira, *A Questão Judaica no Portugal Salazarista / Portugal no horizonte dos Judeus durante a Segunda Guerra Mundial* (2001), texto policopiado, que merecia ser editado, pela praticamente inexistente bibliografia sobre Salazar e os Judeus e que dá um interessante contributo para o conhecimento da acção filo-semita de alguns diplomatas portugueses durante a Segunda Guerra Mundial, que não se limitam ao já conhecido Aristides de Sousa Mendes, mas a outros nomes, tais como: Veiga Simões, Sampaio Garrido, Teixeira Branquinho e Caeiro da Mata.

O segundo fôlego dos estudos judaicos

À entrada da década de 70, verifica-se um ressurgimento dos estudos judaicos associados à Inquisição. O livro de António José Saraiva, *Inquisição e Cristãos-Novos*, editado pela Inova em 1969, para além de ter sido um sucesso de vendas⁸⁷, tornou-se a referência da tese de que os judeus eram uma invenção da própria Inquisição, suportada pela célebre frase de Frei Domingos de S. Tomás, deputado do Santo Ofício: «Que assim como na calcetaria havia casa em que se fabricava moeda, assim havia outra no Rossio, onde se faziam judeus ou cristãos-novos...»⁸⁸. Apesar da pertinente invocação da «fábrica dos judeus», o autor teria tanta razão para generalizar esse facto e, assim, sugerir a não existência de judeus em Portugal, como seria erróneo tomar à letra as frequentes afirmações

⁸⁷ Só nesse ano teve quatro edições, caso raro para o ensaísmo português.

⁸⁸ *Testamento Político de D. Luiz da Cunha*, Lisboa, Seara nova, 1943, p. 71.

dos inquisidores de que o país estava repleto de judeus, quando lhes convinha a obtenção de mais poderes para melhor hostilizar os cristãos-novos. Se o judaísmo não tivesse mantido uma existência real nos séculos XVI a XVIII (mesmo que de feição secreta e heterodoxa), não teríamos assistido à proliferação da literatura antijudaica (particularmente durante o século XVII), não registaríamos os significativos apelos anti-inquisitoriais (sobretudo a partir de António Vieira), não constataríamos que inúmeros cristãos-novos se juntavam às comunidades judaicas da diáspora, mal abandonavam Portugal. Anita Novinsky, por exemplo, refere o regresso dos cristãos-novos ao judaísmo, no Brasil da primeira metade do século XVII, em termos que mostram claramente a persistência hebraica, embora no contexto pluricultural da realidade marrana: «A invasão holandesa no Brasil, em 1630, mudou o quadro social e religioso da colónia e a vida dos cristãos-novos. Uma política de relativa tolerância religiosa, por parte do invasor, deu aos cristãos-novos um aceno de liberdade e muitos retornaram à fé de seus antepassados, principalmente após a chegada de centenas de judeus da Holanda. Floresceu no Recife, por alguns anos, uma comunidade judaica organizada sob os moldes da comunidade de Amesterdão, com sinagoga, escola, cemitério, assistência aos pobres e órfãos»⁸⁹.

A grande divulgação que o livro de Saraiva teve, designadamente em França, originou uma longa polémica⁹⁰ com I. S. Révah⁹¹ no *Diário de Lisboa* em 1971, que o próprio autor reproduz integralmente na 5.ª edição de *Inquisição e Cristãos-Novos*⁹². O texto inicial é uma entrevista, datada de 6/5/1971, onde Révah arrasa a obra de António José Saraiva: «A radical incompetência na matéria de A. J. Saraiva aparecerá claramente quando dissermos que ele não compulsou um único processo dos arquivos inquisitoriais ibéricos, cuja fabulosa abundância é capaz de fazer desanimar o

⁸⁹ Anita NOVINSKY, *Inquisição: Prisioneiros do Brasil – séculos XVI-XX*, Rio de Janeiro, 2002, p. 23.

⁹⁰ A polémica durou quatro meses, tendo saído entrevistas e artigos no *Diário de Lisboa* nos seguintes dias: 6, 13 e 27 de Maio, 3 e 17 de Junho, 15 e 22 de Julho, 5, 12, 19 e 26 de Agosto e 2 de Setembro.

⁹¹ Israel Salvator RÉVAH (1917-1973) publicou vários estudos, de que destacamos o importante artigo «Les Marranes» *Revue des Études Juives*, (1959-1960) e o *Ropica Pnema* (1952), um inédito de João de Barros.

⁹² António José SARAIVA, *Inquisição e Cristãos-Novos*, 5.ª edição, Editorial Estampa, 1985, pp. 213-291.

mais corajoso dos investigadores»⁹³. A segunda acusação do investigador francês prende-se com a metodologia de Saraiva, que sujeita a realidade criptojudáica ao esquema marxista da luta de classes, o que reduziria os cristãos-novos à burguesia mercantil, arredados do poder pela aristocracia senhorial e pelos seus agentes inquisitoriais, chegando ao ponto de negar a existência de uma realidade religiosa específica do marranismo, o que Révah contraria com os exemplos da circuncisão em Bordéus de cristãos-novos portugueses de Lisboa e de Lamego, em 1791, e a descoberta dessa realidade secreta já no século XX, em Bragança, Vila Real, Chaves, Covilhã, Pinhel e Belmonte⁹⁴. Apesar da reconhecida complexidade da determinação da identidade marrana, que levou Isaac Deutsher, em *O Judeu Não-Judeu e Outros Ensaio* (Rio de Janeiro, 1970) a considerar «judeus não-judeus» alguns célebres marranos, como Espinosa, Freud e Marx⁹⁵.

Depois de Saraiva considerar Révah um «contraditor obtuso», Saraiva defende-se da primeira acusação, afirmando: «Não faço investigação arquivística porque não é essa a minha especialidade»⁹⁶. Argumento revelador da debilidade da tese que construiu contra as suas próprias referências bibliográficas (António Vieira, Ribeiro Sanches, Luís da Cunha), cujos autores acreditavam na existência daquela singular realidade social e religiosa e, por isso mesmo, faziam propostas de resolução das contradições originadas por essa existência, simultaneamente necessária e repudiada, e a cada vez mais anacrónica discriminação dos cristãos-novos.

Maria José Pimenta Ferro Tavares foi a historiadora responsável pelo maior avanço no estudo da questão judaica, com a publicação da sua tese de licenciatura, *Os Judeus em Portugal no Século XIV*, justamente no ano de 1970. Na realidade, a autora tem-se dedicado há mais de três décadas ao aprofundamento dos estudos do judaísmo português, com imensos artigos em revistas nacionais e internacionais e com a publicação de alguns dos mais significativos títulos da historiografia judaica, tendo-se tornado uma incontornável referência mundial nessa matéria. A sua tese

⁹³ *Ob. Cit.*, p. 213.

⁹⁴ *Idem*, p. 233.

⁹⁵ Ver João MEDINA, «O Mal-estar dos Marranos», in *História de Portugal*, dir. J. Medina, vol. VI, pp. 87-89.

⁹⁶ *Idem*, p. 234.

de doutoramento, *Os Judeus em Portugal no Século XV* (1982), *Judaísmo e Inquisição: Estudos* (1987) e *Os Judeus na Época dos Descobrimentos* (1995), são algumas das obras indispensáveis para o conhecimento das realidades do judaísmo e da sua relação com a população maioritariamente cristã e com o Estado, tanto no período medieval, quanto no alvor da era Moderna.

Alguns historiadores mais dedicados ao estudo da Inquisição acabariam por dar um interessante contributo para a questão judaica. Estão nessa situação Isaías da Rosa Pereira, com significativa bibliografia: *O processo de Damião de Góis na Inquisição de Lisboa: 4 de Abril de 1571-16 de Dezembro de 1572* (1975), *Subsídios para a História da Inquisição em Portugal no século XVI* (1976), *Considerações em torno da Carta de Lei de D. José I, de 1773, relativa à abolição das designações de «Cristão-Velho» e «Cristão-Novo»* (1988), *A Inquisição em Portugal: séculos XVI-XVII – período filipino* (1993); António Borges Coelho, com contributos espartilhados por várias obras, entre as quais a sua tese de doutoramento *Inquisição de Évora: dos primórdios a 1668* (1987) e Francisco Betten-court, *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália* (1996).

No Brasil, alguns investigadores que se debruçaram sobre a realidade cristã-nova daquela ex-colónia portuguesa, acabariam por dar contributos substanciais e substantivos para a questão judaica. Anita Novinsky é a mais importante. Já estuda esta problemática há quatro décadas, traduziu a obra de referência de Meyer Kayserling em 1971 (que enriqueceu com inúmeras notas), e publicou no ano seguinte *Cristãos Novos na Bahia*, considerado o maior contributo para o conhecimento da realidade marrana desde a *History of the Marranos* de Cecil Roth e deu à estampa uma trilogia de estudos sobre a Inquisição, produto de trinta anos de investigação na Torre do Tombo e outros arquivos: *Inquisição: inventários de bens confiscados a cristãos-novos no Brasil – século XVIII* (1978), *Inquisição: Rol dos culpados* (1992) e *Inquisição: Prisioneiros do Brasil – séculos XVI-XIX* (2002). De entre o significativo número de discípulos de Anita Novinsky, deve destacar-se uma colaboradora de longa data, Maria Luiza Tucci Carneiro, que defendeu tese de mestrado em 1980: *A questão da pureza de sangue em Portugal e Brasil Colónia* e de doutoramento em 1986: *Anti-semitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945)*, ambas sob a orientação de Novinsky. No ano passado, Tucci Carneiro e Lina Gorenstein organizaram um interessante volume de homenagem a Anita Novinsky, intitulado *Ensaio sobre*

a *Intolerância: Inquisição, Marranismo e Anti-Semitismo* (São Paulo, 2002)⁹⁷, que publica dezasseis estudos de outros tantos investigadores, quase todos discípulos de Novinsky.

De referir o défice de estudos recentes sobre o anti-semitismo em Portugal, designadamente sobre o aspecto particular da «pureza de sangue». Recordemos que o primeiro Estatuto de Pureza de Sangue foi aprovado em 1449 em Toledo, na sequência de um tumulto ocorrido naquela cidade espanhola e cujos princípios discriminatórios estatuídos acabariam por se estender a toda a Península Ibérica no século XVI, atingindo rapidamente os impérios coloniais espanhol e português. Significativamente, a obra de referência⁹⁸ sobre a «pureza de sangue» continua a ser o livro de Albert Sicroff, *Les Controverses des Status de Pureté de Sang en Espagne du XVe au XVIIIe Siècles* (Paris, 1960)⁹⁹, secundado pelo contributo de Júlio Caro Baroja, *Los judíos en la España Moderna y Contemporanea* (Madrid, 1962). Yosef Yerushalmi publicou um conjunto de estudos, reunidos em livro: *Sefardica...* (Paris, 1998), onde faz um interessante estudo comparativo entre o antijudaísmo ibérico e o anti-semitismo alemão, em que o autor considera que o primeiro é um proracismo¹⁰⁰. Finalmente, viriam do Brasil os mais actualizados

⁹⁷ Para além da organização desta obra, em que tem um artigo, intitulado «O sangue como metáfora: do anti-semitismo tradicional ao anti-semitismo moderno» (ob. cit. pp.341-373), Maria Luiza Tucci CARNEIRO publicou: *Os cristãos-novos e a questão da pureza de sangue / Alguns aspectos das manifestações racistas em Portugal e Brasil-colônia do séc. XV ao XVIII* (1980); *Preconceito racial no Brasil-Colônia / Os cristãos-novos* (1.ª ed. 1983, 2.ª ed. 1988); *O anti-semitismo na Era Vargas / Fantasmas de uma geração (1930-1945)* (1.ª ed. 1988, 2.ª ed. 1995); *Inquisição / Ensaio sobre mentalidade, heresias e arte*, co-organizadora com A. NOVINSKY (1992); *O racismo na história do Brasil / mito e realidade: livro do professor* (1993); *Brasil, um refúgio nos trópicos / A trajetória dos refugiados do nazi-fascismo* (1996); *Holocausto / Crime contra a humanidade* (2000).

⁹⁸ Sem esquecer A. DOMINGUEZ ORTIZ, *La Clase Social de los Conversos en Castilla en la Edad Moderna*, 1955.

⁹⁹ Para além das poucas referências ao assunto – e mesmo essas remetendo invariavelmente para Sicroff e para o caso espanhol – podemos citar dois pequenos estudos de Adriano Vasco RODRIGUES: *Inquiridos à pureza de sangue*, Guarda, 1984 e «Inquisições» à Pureza de Sangue», in *Inquisições: 1.º Congresso Luso-Brasileiro Sobre Inquisição* (1989-1990), vol. 2, pp. 745-754.

¹⁰⁰ «En somme, une reconsidération de l'antisémitisme racial ne peut se borner à l'Allemagne de la fin du XIX^e siècle ni même à la seule Allemagne. Elle doit en outre passer

estudos sobre a «pureza de sangue», da autoria de Maria Luiza Tucci Carneiro, como acabámos de referir.

Ainda no Brasil, Elias Lipiner, embora não fosse de origem brasileira¹⁰¹, envolveu-se no estudo da realidade judaica brasileira e portuguesa, tendo publicado algumas obras bem significativas, designadamente, *Santa Inquisição: terror e linguagem* (Rio de Janeiro, 1977)¹⁰² e *Os baptizados em pé: estudos acerca da origem e da luta dos cristãos-novos em Portugal* (Lisboa, 1998). Um dos estudos recentes que não pode deixar de ser assinalado é o I volume de Alberto Dines, intitulado *Vínculos do Fogo: António José da Silva, o Judeu e outras histórias da Inquisição em Portugal e no Brasil*, (São Paulo, 1992). Embora sem o mesmo interesse, mas referenciável pela temática abordada, deu à estampa em 2002 um livro de Arnold Diesenbruck, *Os Marranos em Portugal (1920-1950)*.

Quanto a obras gerais, designadamente as Histórias de Portugal, todas elas têm tratado a questão judaica como um *fait-divers*, reservando-lhe algumas poucas páginas, à excepção da que João Medina dirigiu¹⁰³, cujo 6.º volume autonomiza pela primeira vez os judeus (juntamente com a Inquisição e o Sebastianismo), ao contrário de todas as restantes, que diluem a questão judaica, tornando-a praticamente invisível. Alguns outros estudos de João Medina merecem referência especial pela sua natureza inédita: «O Projecto de Colonização Judaica em Angola / O debate em Portugal da proposta da I.T.O. (Organização Territorial Judaica) – 1912-1913», *Clio*, Revista de História da Universidade de Lisboa, vol. 6, 1987/1988, pp. 79-105; «António Sardinha, anti-semita», *A Cidade*, Portalegre, n.º 2, 1988, pp.45-122; «O Caso Dreyfus em Portugal», *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, n.º 16/17, 1994, pp. 117-231.

De referir a *História da Igreja em Portugal*, em 4 volumes (1910-1915), de Fortunato de Almeida (1869-1933), que dedica cada um dos

à nouveau au peigne fin le Moyen Âge chrétien. Peu importe du reste le nom qu'on donne à l'objet de cette recherche: racisme larvé contre les juifs ou proracisme ou simplement préhistoire de l'antisémitisme racial. » (« Assimilation et antisémitisme racial: le modèle ibérique et le modèle allemand », ob. cit., p. 286.)

¹⁰¹ Elias Lipiner (1916-1998) nasceu na Roménia e fixou-se no Brasil em 1935, tendo emigrado para Israel em 1965, passando a repartir a sua actividade científica entre Tel-Aviv e São Paulo, dedicando-se aos estudos sobre a Inquisição e o Judaísmo.

¹⁰² Reeditado em Portugal com o título *Terror e Linguagem: um Dicionário da Santa Inquisição*, 1999.

¹⁰³ *História de Portugal*, 15 vols, dir. João Medina (1.ª ed., 1993, 2.ª ed., 1998).

capítulos IX dos três primeiros volumes aos judeus, embora em pequenas sínteses (não atinge as 20 páginas em toda a obra!...), que respeitam a estrutura cronológica da obra, a saber ¹⁰⁴: Volume I: Livro I – da fundação da nacionalidade a D. Dinis (1325), pp. 205-211; Livro II – de D. Afonso IV a D. João II (1325-1495), pp. 387-400; Volume II: Livro III – de D. Manuel I a D. João V (1495-1750), pp. 351-355 (neste volume, o capítulo X é dedicado à Inquisição, pp. 367-426); Volume III: Livro IV – de D. José I à República (1750-1910), pp. 337-342 (inclui a Inquisição).

Entretanto, no âmbito dos estudos genealógicos, surgem os cinco volumes da *Genealogia Hebraica* de José Maria Abecassis (1991), obra de grande fôlego e utilíssima.

Finalmente, o *Dicionário de História de Portugal*, 6 volumes (1963-1968), dirigido por Joel Serrão e que tem sido nas últimas décadas um instrumento de trabalho muito utilizado pelos professores de História, tem algumas entradas interessantes, tais como ¹⁰⁵: «Judeus», «Tribunal do Santo Ofício», «Isaac Abravanel», «Leão Hebreu», «Menasseh Ben Israel», «Abraão Zacuto». Mais recentemente (1999-2000), foram publicados os volumes 7, 8 e 9, sob a coordenação de António Barreto e Maria Filomena Mónica, onde se podem encontrar as entradas: «Judeus em Portugal», «Judeus na 2.ª Guerra Mundial», «Abranches, Aristides de Sousa Mendes do Amaral e», «Comunidade judaica», «Amzalak, Moses Bensabat.

A situação actual dos Estudos Judaicos

No que respeita aos estudos da questão judaica portuguesa, chegamos ao século XXI com um enorme atraso em relação à Espanha, à França e até mesmo ao Brasil. Vejamos as mais significativas iniciativas que produziram literatura assinalável.

A primeira grande iniciativa académica que proporcionou uma abordagem à questão judaica ocorreu em 1987. Foi 1.º Congresso Luso-Brasileiro sobre Inquisição, realizado em Lisboa e São Paulo. A sessão portuguesa foi organizada pela Sociedade Portuguesa de Estudos do

¹⁰⁴ A edição aqui utilizada é a de 1967-1971, preparada e dirigida por Damião Peres.

¹⁰⁵ A edição aqui utilizada é a da Figueirinhas, 1975-1978, 6 volumes.

Século XVIII e foi coordenada por Helena Carvalho dos Santos, de onde resultou a publicação de 3 volumes de actas: *Inquisição: Comunicações / apresentadas ao 1.º Congresso Luso-Brasileiro sobre Inquisição* (Lisboa, 1989-1990). A sessão brasileira foi organizada por Anita Novinsky e Maria Luiza Tucci Carneiro e editou *Inquisição: ensaios sobre mentalidade, heresias e arte* (1992).

Cinco anos depois, em 1992, realizava-se em Tomar outro encontro internacional, organizado, designadamente, pela Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Tomar e coordenado por Salete da Ponte e Helena Romero, desta vez, dirigido ao judaísmo português, de que foram editadas as actas: *Os Judeus e os Descobrimentos: actas do Simpósio Internacional* (Tomar, 1995).

Entre 21 de Junho e 4 de Setembro de 1994 realizou-se uma exposição na Fundação Calouste Gulbenkian, sob a égide da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, mediante proposta da Embaixada de Israel em Portugal e da Comunidade Israelita de Lisboa e com os apoios de Lisboa 94 – Capital Europeia da Cultura, da Associação Portuguesa de Estudos Judaicos e do Museu da Diáspora de Israel, com publicação de um catálogo ilustrado *Os Judeus Portugueses entre os Descobrimentos e a Diáspora*.

Em 1996 comemorámos os 500 anos da expulsão dos judeus com a realização de um colóquio na Fundação Calouste Gulbenkian, entre 9 e 11 de Janeiro, de que foram publicadas actas pela Associação Portuguesa de Estudos Judaicos, com o título *I Colóquio Internacional: O Património Judaico Português* e com uma exposição na Biblioteca Nacional, de que foi feito o pequeno mas interessante catálogo *Os Judeus Portugueses e a Expulsão: Catálogo da exposição evocativa dos 500 anos da Expulsão dos Judeus de Portugal*. Também a Universidade de Coimbra assinalou a data, organizando uma exposição e editando o respectivo catálogo: *Os Judeus portugueses em 500 anos de diáspora (1496-1996): herança de uma nação, esperança de um povo / Exposição documental* (Coimbra, 1996). Ainda na sequência das comemorações dos 5.º Centenário dos Descobrimentos, a revista *Oceanos* dedicou o seu n.º 29 à questão judaica associada aos Descobrimentos: «Diáspora e Expansão / os Judeus e os Descobrimentos Portugueses» (Janeiro/Março de 1997).

Em 1999 o Gabinete das Relações Internacionais do Ministério da Cultura organizou uma exposição, com apoio da Biblioteca Nacional e da Torre do Tombo, que originou um catálogo bilingue: *Testemunhos do Judaísmo em Portugal: Exposição Bibliográfica e Iconográfica / Signs of*

Judaism in Portugal: A collection of books, and prints. No mesmo ano, a Câmara Municipal da Guarda promoveu uma exposição dedicada à presença judaica naquele concelho e editou o belíssimo catálogo comissariado por Maria Antonieta Garcia *Guarda: História e Cultura Judaica* (reeditado em 2001), que contou com a colaboração de alguns dos nossos melhores investigadores sobre a questão judaica em Portugal.

Quanto a revistas, a Associação Portuguesa de Estudos Judaicos edita a *Revista de Estudos Judaicos*, dirigida por Maria Helena Carvalho dos Santos, que inicia a sua publicação em 1995, com dois números, faz sair o n.º 3 em 1996 e o n.º 4 só em 1998, para recomeçar com nova série, novo formato e novo director, Roberto Bachmann, em Novembro de 2001 (n.º 5) e Novembro de 2002 (n.º 6). Na Faculdade de Letras de Lisboa, a Cátedra de Estudos Sefarditas «Alberto Benveniste», publica em 2001 o n.º 1 dos *Cadernos de Estudos Sefarditas*, sob a direcção de A. A. Marques de Almeida e que, entre outros textos, divulga as comunicações do Ciclo de Conferências 2000 da Cátedra.

Actualmente, a Comunidade Israelita de Lisboa, em colaboração com a Associação Portuguesa de Estudos Judaicos, está a comemorar o centenário da Sinagoga Shaaré Tikvá (2004), com exposições, colóquios, congressos, publicações. Brevemente sairá também um *Dicionário do Judaísmo Português*, sob a égide da CIL.

No que respeita a teses de mestrado e doutoramento em torno da Inquisição e os judeus, defendidas nas nossas universidades, uma simples listagem dos registos bibliográficos da Biblioteca Nacional – seguramente incompletos e eventualmente desactualizados –, mostrará à evidência a insuficiente atenção universitária dispensada a estas temáticas. Na realidade, apenas podemos encontrar 12 teses (4 doutoramentos e 8 mestrados), sendo 5 sobre a Inquisição e 7 sobre os judeus, com dissertações defendidas nos anos de 1980, 1986, 1989, 1991, 1994 (2), 1998 (2), 1999, 2000 e 2001 (2): 2 na Universidade de Lisboa (UL), 6 na Universidade Nova de Lisboa (UNL), 1 na Universidade Técnica de Lisboa (UTL), 2 na Universidade do Porto (UP) e 1 na Universidade de Coimbra (UC) ¹⁰⁶. Coisa pouca

¹⁰⁶ Eis as 12 teses: Maria José Pimenta FERRO TAVARES, *Os Judeus em Portugal no século XV*, doutoramento, UNL, 1980; António Borges COELHO, *Inquisição de Évora (1533-1668)*, doutoramento, UL, 1986 (não aparece na listagem BNL de «inquisição/teses»); Elvira Cunha de Azevedo MEA, *A Inquisição de Coimbra no século XVI: a instituição, os homens e a sociedade*, UP, 1989; Maria Antonieta GARCIA, *Judeus de Belmonte: ortodoxia e sincretismo no cumprimento da aliança / análise de factores*

para a relevância das temáticas e que atesta o enorme atraso académico nesta matéria.

Se acrescentarmos a estes estudos os dois únicos Projectos de Investigação Científica aprovados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia do, agora, Ministério da Ciência e do Ensino Superior, o panorama dos estudos judaicos em Portugal não melhora nada. De facto, poderíamos enumerar a crescente multiplicação de estudos sobre outras comunidades e minorias étnicas em Portugal, ao contrário do que acontece para os judeus e a Inquisição, em que ficaríamos reduzidos aos seguintes projectos: *Dicionário dos Sefarditas Portugueses: Corpo Prosopográfico de Mercadores e Gente de trato* (aprovado em 2001), do Centro de História da Universidade de Lisboa, com António A. Marques de Almeida como investigador responsável, e *O Estado Novo e a Questão Judaica* (aprovado em 1999-2000), do Instituto de Ciências Sociais, com António Barreto como investigador responsável. Nenhum outro projecto aparece para os anos anteriores.

Apesar de nos últimos anos se ter assistido a esta lufada de ar fresco, as universidades portuguesas não têm tido o papel de relevo que lhes compete. Um bom exemplo a seguir em Portugal vem do Brasil. Na realidade, o trabalho que Anita Novinsky tem feito há quatro décadas em prol dos estudos sobre a Inquisição e o judaísmo, a partir da Universidade de São Paulo (USP), é notável. Tendo iniciado os seus estudos sobre

que intervieram na preservação da comunidade, mestrado, UNL, 1991; Maria Graciana Dias MARQUES, *Práticas funerárias judaicas*, mestrado, UNL, 1994; Maria Margarida Toscano, *Racionalidade comunicativa, espaço público e antecedentes de emergência numa esfera pública literária em Portugal*, mestrado, UNL, 1994 (influência da Inquisição); Maria Antonieta GARCIA, *A construção social das identidades da mulher judia: Belmonte – de cristãs-novas a judias novas*, doutoramento, UNL, 1998; Mário Pedro Ribeiro Cordeiro PENEDA, *Andarilhos no pecado: religiosidade dos cristãos-velhos portugueses – século XVII*, mestrado, UP, 1998; Marina Mendes de Almeida da Cunha Pignatelli de Ortigão RAMOS, *A Comunidade Israelita de Lisboa: o passado e o presente na construção da etnicidade dos judeus de Lisboa*, mestrado, UTL, 1999; António LOUÇÃ, *O ouro do reichsbank e as relações comerciais luso-alemãs (1940-1944)*, mestrado, UNL, 2000; Ana Margarida Santos PEREIRA, *A Inquisição no Brasil: aspectos da sua actuação nas capitais do sul / de meados do século XVI ao início do século XVIII*, mestrado, UC, 2001; Maria da Conceição Assis Lourenço MACIEIRA, *A questão judaica no Portugal salazarista: Portugal no horizonte dos judeus durante a Segunda Guerra Mundial / contributo para uma avaliação*, mestrado, UL, 2001.

os marranos em 1963 na Universidade Hebraica de Jerusalém, sob a orientação de Haim Beinart, veio para Portugal dois anos depois, onde investigou processos inquisitoriais e deu especial atenção aos cristãos-novos. Em 1971 fez a tradução, introdução e notas da *História dos Judeus em Portugal*, de M. Kayserling e concluiu o seu doutoramento em História com a tese *Cristãos-Novos na Bahia*, publicada no ano seguinte e reeditada em 1992. Por iniciativa sua, realizaram-se, na USP, alguns encontros científicos em que a Inquisição e os judeus estavam no centro das preocupações: em 1987 organizou o *I Congresso Internacional sobre a Inquisição*, em 1992 organizou o *Congresso Internacional América 92: Raízes e Trajectória* e em 2002 criou o *Laboratório de Estudos sobre a Intolerância* (LEI), um núcleo internacional de investigação, ao qual preside e que conta já com as colaborações universitárias de Espanha e França. Entretanto, Anita Novinsky estimulou o aparecimento de uma plêiade de investigadores que têm dado continuidade ao seu trabalho, muitos deles provenientes das 28 teses de mestrado e doutoramento que dirigiu nos últimos 25 anos, metade dos quais foram defendidas a partir de 1995.

Quanto às nossas universidades, são poucos os exemplos e de relativo sucesso no aparecimento de investigadores interessados em levar por diante os estudos judaicos. Podemos citar os mais importantes: a Cátedra de Estudos Sefarditas «Alberto Benveniste» da Universidade de Lisboa, que realiza anualmente um ciclo de conferências; o Instituto de Sociologia e Etnologia das Religiões da Universidade Nova de Lisboa, que tem proporcionado teses de mestrado e doutoramento; e o recém-criado Centro de Estudos Judaicos da Universidade da Beira Interior, que inaugurou um mestrado vocacionado para a questão judaica. É urgente recuperar o enorme atraso que temos no que respeita aos estudos judaicos: criar centros de estudos judaicos universitários e uma boa revista especializada no judaísmo, promover mestrados específicos desta temática, organizar congressos de iniciativa universitária em torno da questão judaica, estimular a constituição de grupos de estudiosos da história do judaísmo português. Este é o verdadeiro desafio que a Universidade tem de ganhar quanto ao estudo dos judeus portugueses. Dele, depende o futuro próximo do avanço da investigação da questão judaica em Portugal. Talvez as comemorações do centenário da inauguração da Sinagoga de Lisboa durante o próximo ano possam constituir um bom pretexto para iniciar um trabalho sólido nesse sentido.

A REAL FÁBRICA DE FERRO DE NOVA OEIRAS. ANGOLA, SÉC. XVIII

Maria Adelina Amorim *

Introdução

«Logo após a expulsão dos holandeses em 1648, o comércio, designadamente o comércio escravo, passa a ser mais do que nunca, ávido e indiscriminadamente procurado por todas as pessoas. Ninguém desejava negociar com lisura.

As necessidades brasileiras de mão-de-obra escrava não se compadecem com os tradicionais princípios da honestidade. Só o lucro conta e não importa como adquiri-lo. Debalde procurou a Coroa remar contra tão grande mal, pois esta 'doença' tinha penetrado bem fundo na alma dos homens.

Neste período portugueses e estrangeiros confundem-se. Nada há neles que os distinga. A ambição havia-os unido. Era a decadência de Angola quando tudo nela faltava: falta de exército, falta de religiosos, falta de moradores, falta de iniciativas, falta de rendimentos, falta de chefes e falta de visão directiva local».¹

Carlos Mendes COUTO, *Os Capitães-Mores em Angola no Século XVIII*

Era este quadro de profunda crise moral e económica que imperava em Angola no século XVIII. Efectivamente, Angola era apenas uma mina

* Assistente da Universidade Lusófona, ao abrigo do Estatuto de Bolseira da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Doutoranda em História do Brasil pela Universidade de Lisboa. Investigadora do CLEPUL. Observem-se as gravuras 20 a 26 publicadas no âmbito deste artigo.

¹ Carlos Mendes COUTO, *Os Capitães-Mores em Angola no Século XVIII*, Luanda, Instituto de Investigação Científica de Angola, 1972.

de escravaria, cujo produto só servia para enriquecer o tráfico negreiro, despovoando as terras, condenando os campos e comprometendo o desenvolvimento do território. Toda a progressão para o interior da colónia, fosse a pretexto da defesa contra o estrangeiro, da cristianização dos «bárbaros» ou de espalhar a civilização, tinha quase um único objectivo: o escravo.

Perante um comércio tão lucrativo, cujas «peças» não requeriam grande investimento, qualquer actividade ao nível primário era apenas de subsistência. Agricultura ou indústria não passavam de iniciativas feitas artesanalmente, nos sobados², onde o medo do escambo³, o peso do dízimo ou a violência das autoridades eram permanentes.

A maioria dos povoadores brancos era constituída por degredados, comerciantes sem escrúpulos e soldados involuntários. O aparelho administrativo resumia-se a alguns funcionários na capital ou capitánias adjacentes. O luxo e a corrupção eram apanágio de alguns moradores que o comércio de escravos enriquecera.

Em Portugal, com a subida do Marquês de Pombal ao poder, a situação das colónias ultramarinas, desde o Brasil aos territórios africanos, iria sentir os efeitos da sua política.

Enviando para essas regiões, homens de sua inteira confiança – de que se destaca Francisco Xavier de Mendonça Furtado para o Brasil e Francisco de Sousa Coutinho para Angola –, o Marquês estender-lhes-ia a marca da sua governação. As principais linhas orientadoras, fortemente influenciadas pelas doutrinas mercantilistas, fizeram sentir-se também em Angola. O reforço do poder central e a consolidação do Estado, levaram a uma expansão territorial para o interior da colónia, assegurando também a linha costeira.

Assistiu-se a um incremento da fortificação dos lugares estratégicos, que tentava assegurar o controle do contrabando estrangeiro no litoral e as revoltas dos naturais que reagiam à ocupação militar.

Para consolidar a soberania desses territórios, levou-se a cabo um plano de edificação de novas localidades, muitas vezes com titulações de inspiração portuguesa (Novo Redondo, Nova Oeiras, Novo Belém...), apelando-se ao povoamento com homens idos do Reino, promovendo o casamento, a miscigenação e a cedência de terras.

² Sobados: espécie de circunscrição administrativa local sujeita a um chefe tradicional, o soba.

³ Escambo: aprisionamento de escravos no interior do território.

Relativamente ao fomento industrial – sempre no intuito de aumentar os cabedais do erário régio – foram abertas várias fábricas ou oficinas, de que se destaca a Real Fábrica de Ferro de Nova Oeiras.

As várias medidas tomadas nesse período pombalino em Angola – apesar de algumas tentativas de afirmação angolana face ao peso do Brasil –, reflectiram o modelo centralizador e reformista do Reino.

Para as províncias ultramarinas pensou-se reforçar o «pacto colonial», ao mesmo tempo que ao nível das relações internacionais, uma desenfreada competição europeia se fazia sentir nas colónias, desde o Brasil aos territórios africanos. Era o tempo da grande concorrência entre as potências marítimas...

Portugal não fugiu a esta regra, uma vez que a conjuntura a isso obrigava. A adopção do pacto, em termos de doutrina, apenas entrou em vigor a 31 de Janeiro de 1776 com o Marquês de Pombal. Angola passaria a ser inteiramente dependente da Metrópole e, incondicionalmente ao serviço desta⁴. No entanto, os anos que antecederam a lei, preconizaram e protagonizaram o modelo político-económico que depois tomaria a forma legal.

Não serviu o pacto, de imediato, para desenvolver a colónia e aproveitar ao máximo as suas potencialidades e riqueza. Portugal virava todo o seu empenho para o Brasil e Angola pagava duplamente.

Foi neste contexto que Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho partiu para a então província, onde exerceu o cargo de governador-geral desde 1764 a 1772, ano em que regressou ao Reino. Dono de uma vontade tenaz e espírito empreendedor fez abalar toda a estrutura até aí vigente. Come-

⁴ São os seguintes os princípios do «Pacto Colonial», a partir de uma nota enviada pelo Marquês de Pombal ao embaixador da França em Lisboa: 1.º – «As colónias devem estar debaixo da imediata dependência e protecção dos fundadores; 2.º – O comércio e a agricultura delas devem ser exclusivos dos mesmos fundadores; 3.º – Aos fundadores pertencem também, privativamente, *os úteis provenientes da agricultura, comércio e navegação* das colónias; 4.º – Para que prestem a utilidade desejada, as colónias não podem ter o necessário para subsistir por si sem dependência da metrópole; 5.º – Quando entretem algum comércio com estrangeiros, tudo o que importa a esse comércio clandestino e essas mercadorias introduzidas é um verdadeiro furto que se faz à respectiva metrópole e um furto punido pelas leis dos respectivos soberanos; 6.º – Portanto, não atentam contra a liberdade do comércio as potências que o restringem nas colónias a favor dos seus vassallos e todo o governo que por indiferença tolere nos seus portos a contração dos cinco princípios anteriores pratica uma política desportiva do comércio e da riqueza da sua nação», vide Carlos Mendes Couto, *op. cit.* p. 184.

quando por coertar o poder dos capitães-mores, extensões do poder administrativo no interior do sertão, o seu cunho impôs-se em todas as áreas da política, economia, sociedade, cultura e mentalidades. Importa por agora o estudo da criação da Real Fábrica de Ferro da Nova Oeiras, que projectou e edificou para ser uma das maiores da *Europa*.

Ao levantar esta fábrica, Sousa Coutinho propôs-se fazer dela um veículo de povoamento no interior de Angola. Aliada à actividade industrial que traria largos cabedais para a metrópole e, simultaneamente, favoreceria o Brasil, a fábrica serviria para fixar populações, lançando as bases de uma nova economia.

Ao mesmo tempo que cresciam as oficinas, a natureza era domada, e aproveitadas as condições que proporcionava, nascia uma povoação com residências, edifícios públicos e igrejas.

O comércio passava a ter um novo meio de expansão e a colonização avançava pelos sobados, conquistando terreno.

Para suprir a falta de animais e homens, o governador demandou-os dentro e fora do Reino. Partiram mestres e artífices, do Brasil à Biscaia e até da França.

Trabalhadores de fundição ou operários, foi buscá-los às capitánias circunvizinhas. Para promover a sua radicação distribuiu terras cultiváveis e mandou pagar soldos, numa sociedade em que a mão-de-obra escrava era uma constante. Incentivou-os com privilégios e isenções. Aboliu-lhes o pagamento do dízimo e mandou que se lhes vendesse o sal sem qualquer lucro para o erário régio.

Todas as condições estavam satisfeitas, desde as técnicas às sociais. Traiu-o o clima maligno e a falta de vontade dos seus sucessores. Após a sua saída de Angola o seu empreendimento foi abandonado e o tempo corrompeu o que, com tão duras penas, se edificou. Motivos políticos e conjunturais impediram que a «Real Fábrica de Ferro de Nova Oeiras» fosse, de facto, a obra mais arrojada que os sertões angolanos jamais viram até aquela época. Ficaram as ruínas com um enorme sortilégio.

A caminho da fábrica

«A Real Fábrica de Ferro de Nova Oeiras fundada há dois séculos em Angola, foi o maior empreendimento industrial do seu tempo na África tropical, se não em todo o continente africano. Idealizada pelo génio clarividente dum governador de vontade tenaz e de ampla visão, D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho – essa obra notável foi uma antecipação demasiado ambiciosa para a sua época, em que os meios técnicos e científicos e os recursos materiais e humanos eram aqui ainda incipientes demais para responderem satisfatoriamente ao apelo do nobre Governador e Capitão General de Angola.»

Fernando BATALHA, *Nova Oeiras*⁵

Ao pensar instalar a Fábrica de Ferro, Sousa Coutinho não deixa de considerar a real situação de Angola como «província» subsidiária do Brasil e a sua posição no panorama triangular Portugal-Brasil-Angola. O Governador contempla a possibilidade de a fábrica ser muito útil «seja servindo só aos Armazéns Reaes deste Reino e do Brasil ou dada a hua Companhia, ou Livre aos Naturaes».

Receando que os proventos da fábrica fossem mal geridos após a sua partida, fez saber ao Reino que entendia que «as fábricas não devem sair da Real Administração, assim creyo, que a venda do ferro, e a arrecadação dos Cabedais, que ele produzir no Brasil, não podem ser feitas pelos Ministros da Fazenda, não por duvidar da sua fidelidade, sim porque os repugna a sua profissão»⁶. Também a 23 de Agosto de 1770, escreveu para Martinho de Melo e Castro dizendo que «se o mesmo Senhor admetir à honra de seu vassalo o D. Luiz Cantofer, seria mais util que todos os projectos entregarlhe o mesmo Snr. a administração da Fábrica para que ele mandasse administrala como sua»⁷.

O estabelecimento da fábrica acabaria por ser do interesse régio, uma vez que «o mesmo Senhor a toma na Sua Real Protecção e que lhe manda mestres que a dirijão».

⁵ Fernando BATALHA, *Nova Oeiras*, Luanda, Direcção dos Serviços de Obras Publicas e Transportes / Monumentos Nacionais, s.d.

⁶ AHN, Governo, *Ofícios para o Reino*, Códice n.º 3, fls. 231 a 233 v.º O arquivo angolano mencionado, que actualmente tem esta designação, corresponde ao antigo AHA do tempo colonial, que teve também a denominação de CNIDH a seguir à independência do país. Ver «Siglas» no final.

⁷ AHN, Governo, *Ofícios para o Reino*, Códice n.º 3, fls. 102 a 133 v.º

Para colmatar a falta de técnicos especializados, Sousa Coutinho manda ir do Reino homens hábeis que ensinassem os métodos praticados na Europa.

Numa altura em que a economia angolana era essencialmente de base esclavagista, este empreendimento veio permitir o lançamento de algumas bases pré-capitalistas, nomeadamente com o trabalho assalariado dos indígenas, embora em base rudimentar, pois eram (mal) pagos em fazendas. Sousa Coutinho refere «o módico costume dos negros, os quais naqueles Terrenos duvidarão aceitar algum pagamento, pela prática que sempre estiverão de servir a S.M. de graça»⁸. Nessa época os próprios funcionários públicos e soldados eram pagos em géneros.

O governador esperava que, com o desenvolvimento da fábrica, se criassem à sua volta várias populações, cujos habitantes nela pudessem trabalhar para a sua subsistência: «dadas todas as providências, que podião estabelecer, e firmar de Fábrica, agregadas muitas povoaçoens àquele serviço abolidos todolos meios de violencia de que se uzava para com os pobres negros, satisfeito o seu trabalho competentemente e provida a sua subsistência na distribuição dos tempos para a cultura dos campos»⁹.

Fábrica: condições essenciais para a instalação

A ideia da extracção do minério em termos de benefício para a Real Fazenda, vinha já do seu antecessor¹⁰.

No entanto, foi com Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho que esse desiderato tomou forma e o estabelecimento de «hum pequena fábrica»

⁸ AHN, Governo, *Ofícios para o Reino*, Códice n.º 3, fls. 233 a 233 v.º

⁹ AHN, Governo, *Ofícios para o Reino*, Códice n.º 3, fls. 224 a 228. Também a este propósito, em ofício de 30 de Julho de 1767, Sousa Coutinho dizia: «Para que dure, e se aumente a Fábrica hé de justiça, e de conveniência, que seja para sempre desterrado o torpe, e injusto abuzo de fazer trabalhar os negros de graça», AHN, Governo, *Ofícios para o Reino*, Códice n.º 3, fls. 248 a 250.

¹⁰ O antecessor referido era António de Vasconcelos, governador de Angola, de 1758 a 1764. Em ofício de 18 de Dezembro de 1765, de D. Francisco de Sousa Coutinho pode ler-se: «havendo o meu Antecessor dezejado verificar em benefício da Real Fazenda a sua extracção o não podera conseguir já por que neste Reino nunca perceberão os Ferreyros o metodo de separallo da Terra estranha, ja por que hindo a essa Corte primeiros Caixoens dos ditos Mineræes (...)». AHN, Governo, *Ofícios para o Reino*, Códice n.º 3, fls. 185 v.º a 186 v.º

de ferro foi levado a cabo. Sabendo da existência de locais proficuos em minério, mandou inquirir das «muitas scircunstancias essenciais que podião fazer boa a mina quaes são a facilidade da extracção, a qualidade do Mineral a abundancia das Lenhas o numero dos Habitantes para o trabalho e a comodidade da condução»¹¹.

Solicitada ao Reino autorização para construir a fábrica, foram também enviadas várias amostras do minério, cuja qualidade foi verificada por Miguel Franzini, professor da Universidade de Coimbra. Mendonça Furtado, secretário de estado da Marinha e Negócios Ultramarinos do governo do Marquês de Pombal¹², manda resposta ao seu pedido dizendo: «El Rei Nosso Senhor manda louvar a V. S.^a o zelo, e a actividade, com que emprega em tudo, o que He do seu Real Serviço e do Bem Comum dos seus Vassallos (...). No sobredito ferro, que V. S.^a aqui mandou, se fizerão todas as provas necessárias; e se achou que ambas as qualidades erão excellentes; o de pedra tem todas as qualidades que V. S.^a diz, e o da terra ferruginosa não chegando a ser asso se chega muito a ela. He sem duvida que a não ser V. S.^a um governador tão habil e tão ativo, não poderia vir a conseguir-se o estabelecimento deste importante ramo do comércio que ninguém duvida, que ainda he mais interessante, que as Minas de Ouro, e dos diamantes»¹³.

A quantidade do minério, sua qualidade, a existência de população «que Livre de outras pençoens do Serviço possa ir trabalhar nesta Fábrica», a experiência local neste tipo de actividade¹⁴, aliadas a uma rede de rios navegáveis foram prerrogativas essenciais para a instalação da fábrica «entre o Quanza e o Zenza por onde comodissimamente pode ser navegado o que igualmente sucede ao Ferro que for fabricado em outras partes vizinhas do Quanza».

¹¹ AHN, Governo, *Ofícios para o Reino*, Códice n.º 3, fls. 185 v.º a 186 v.º

¹² Francisco Xavier de Mendonça Furtado tinha ocupado o cargo de Governador e Capitão General do antigo Estado do Grão-Pará e Maranhão entre 1751-1759, sendo secretário de estado desde 1762.

¹³ AHU, *Angola*, Caixa 31.

¹⁴ São várias as alusões feitas pelos viajantes à fusão do ferro pelos naturais. Faziam «uma grande cova ou rego comprido e fundo, com quatro ou cinco braças de altura, pouco mais ou menos; logo que este se acha pronto, deitam-lhe uma porção de pedra e outra de carvão, até que a cova fique cheia. Depois accionam noite e dia os seus pequenos foles, em numero de quinze a vinte, de todos os lados, e logo que conhecem que a pedra se acha derretida tratam de colher o ferro que corre em fusão», in Rodrigo da GRAÇA, *Viagem Feita de Luanda Com Destino às Cabeceiras do Rio Sena*.

Evidentemente que o baixo custo a que saíria o preço do ferro, deduzidas todas as despesas, foi um dos factores decisivos. Feitas as contas, cada quintal saíria a 2\$400 e 3\$000, deixando a Fazenda de o pagar a 12\$000, preço a que a colónia o adquiria.

Quanto ao aproveitamento dos rios, sobretudo o Quanza como importante via de comunicação entre o litoral (capital) e o interior, pode ler-se, uma centúria depois, o seguinte: «o rio Quanza que é navegável na maior parte do anno para embarcações de dez palmos de água nas grandes cheias, e para embarcações pequenas em todo o anno, desde a sua foz em Calumbo até Cambambe, ponto que orça por quarenta léguas acima da dita foz (...) para fazermos de Cambambe o ponto mais importante do centro de Angola devemos dirigir para elle as comunicações de Pungo-Andongo, Golungo-Alto, Ambaca, Oyeiras e Libolo»¹⁵.

Localização

«Mandei abrir caminhos, fiz romper os mattos, e no lugar mais próprio, e mais vezinho das minas cresci a grande Povoação de Nova Oeiras».

Francisco de Sousa COUTINHO

O lugar escolhido para a instalação da fábrica foi num vale junto da confluência do rio Luinha com o Rio Lucala, «situandose o trabalho junto às grandes serras do Minaral, e fazendo o Ferro, depois de feito, só meio dia de viagem ao Rio onde deve embarcarse para esta Capital, cuja distância de Terra será pouco mais de três legoas todas de caminho de carro»¹⁶.

O empreendimento situava-se, em relação à capital, por cujo porto se escoava o ferro para o Reino ou para o Brasil, servindo neste caso de lastro aos navios de escravos, a uma distância de seis dias de viagem, «todos por terra, ou quatro por agoa e dois por terra; o ferro e o carvão estão vezinhos à mesma Fábrica, mas fundido que esteja, he necessário que ande dois dias por terra, até chegar ao porto do rio Zenza, onde

¹⁵ Carta dirigida ao Illm.º e Exm.º Sr. Ministro da Marinha e do Ultramar por José de Seixas acerca de Algumas Necessidades da Provincia de Angola e do Seu Estado Commercial e Financeiro, Lisboa, Typographia Universal, 1860.

¹⁶ AHN, Governo, *Ofícios para o Reino*, Códice n.º 3.

se embarcava, e vem em direitura a esta cidade, ou aos mesmo Navios, que estão no porto»¹⁷.

Edificou-se então a «Real Fábrica do Ferro» em Nova Oeiras, a qual teve início em 1768 e ficou concluída em Julho de 1772.

Esta região era já conhecida desde o tempo de Luís Banha Cardoso que, em 1614, percorreu todos os territórios entre o Cuanza e o Lucala até Ilamba¹⁸.

Nova Oeiras pertencia, assim, à capitania de Massangano, cujos limites eram o Rio Luinha, o Rio Lucala e o Rio Cuanza. Atendendo às modificações de nomenclatura e à reestruturação das divisões geográficas administrativas provocadas pela independência de Angola, há desfasamento em relação aos nomes que as fontes fornecem. Nestas é referida a povoação de Nova Oeiras num terreno situado entre Guengue e Yuibemba.

Pelas demarcações actuais é possível situá-la no concelho de Massangano, Distrito de Cambambe, Província do Cuanza-Norte.

Data do princípio do século passado – 1905 – a seguinte alusão à região de Oeiras, como centro produtor do ferro: «A mais antiga e melhor conhecida das minas de ferro em Angola é a de Oeiras, sobre a margem N do Rio Lukala, situada à distância de 228 K de Loanda, na época do Marquez de Pombal foi este Jazigo bastante explorado montando-se nas suas proximidades uma fundição, de que ainda se encontra parte das paredes.

Nesta fábrica fundiram-se muitas peças d'artilharia para os fortes da provincia. O mineral é um vasto banco de limonite»¹⁹.

Em officio para o Reino de 5 de Dezembro de 1769 sobre a situação geral do empreendimento Coutinho refere um «carta [topográfica] da Província que fornece água, lenha e serventes à Fábrica de Ferro de Nova Oeiras» em que se dava a posição real da fábrica, o meio envolvente e o projecto da nova povoação de Nova Oeiras²⁰.

¹⁷ AHN, Governo, *Ofícios para o Reino*, Códice n.º 3, fls. 224 a 228.

¹⁸ Mário MILHEIROS, *Índice Histórico-Corográfico de Angola*, Luanda, Instituto de Investigação Científica de Angola, 1972.

¹⁹ José Pereira NASCIMENTO, *Estudo Mineralógico da Província de Angola*, Lisboa, Typographica d'«A Editora», 1905.

²⁰ Veja-se «Carta topográfica da provincia que fornece água, lenha e serventes à Fábrica do Ferro da Nova Oeiras», Lisboa, AHM – 3/47/18241. Este documento encontra-se

Em mapa anexo pode-se identificar com segurança o local exacto da localização da «Real Fábrica de Ferro» de Nova Oeiras, e seguir o trajecto que a separava de Luanda, através dos Rios Quanza e Zenza. Deste último é seu afluente o Rio Bengo que desagua nas proximidades da capital ²¹.

Oeiras ou Nova Oeiras deixaram completamente de ser referidas como localidade, ainda na época colonial, como se pode atestar por um boletim da Direcção dos Serviços dos Correios, Telégrafos e Telefones de 1956, em que constavam todas as localidades existentes em Angola ²².

Da Fábrica à Povoação

Em instrução dada a António Anselmo Duarte da Siqueira como intendente geral da Fábrica de Ferro ²³, pode-se observar como Sousa Coutinho esperava fazer deste empreendimento industrial, o pólo gerador de novas povoações e novos mecanismos económicos sociais e até mentais: «(...) estes mesmos princípios guiarão as nossas primeiras viagens, estes introduzirão a verdadeira religião naqueles terrenos onde dominava o gentilismo, a barbaridade, e a superstição; estes levarão à Europa os Tezoiros da indústria de Azia, e os da Terra da América e da África, estes enfim, são os que mostram, que para o uzo do Ferro não he necessario, que haja riquezas, e que haja luxo: o pobre, e o rico necessitam igualmente rasgar a terra para alimentarse; estes mesmos, sem distincção hãode separar, e unir as madeiras (...)» ²⁴.

catalogado, por lapso, como referente ao Brasil. Veja-se *Conhecimento e Definição do Território – Os Engenheiros Militares (séculos XVII-XIX)*, Lisboa, Direcção dos Serviços de Engenharia/Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo/ Arquivo Histórico Militar, 2003, N.º Cat. 117, p. 85. Reprodução em anexo, por gentileza do AHM.

²¹ Ver mapa em anexo.

²² *Relação das Povoações Existentes na Província, com Indicação das Estações dos CTT que as Servem*, Angola, Direcção dos Serviços dos Correios, Telégrafos e Telefones, 1956, p. 61.

²³ Ver de Francisco Inocêncio de Sousa COUTINHO, «Instrução que deve guardar António Anselmo Duarte da Siqueira, servindo o Emprego de Intendente Geral da Fábrica do Ferro, e que executarão também os capitães-mores, como Intendentes particulares na parte, que lhe hé respectiva», AHU, *Papéis avulsos*, 1767.

²⁴ Id., *Ibidem*.

Previu aquele governador instalar duas povoações – Nova Belém (no terreno de Gongue e Camucala), que não chegou a ser edificada, e a de Nova Oeiras, que se destinava a albergar o pessoal ocupado nas construções e o que mais tarde, se empregaria na laboração do ferro. «Fiz romper uma cerra que mediava entre a do Ferro, e os ryos Luynha, e Lucalla para situar a Nova Oeiras, entre elles ambos, conhecendo que sem agoa capaz de mover os engenhos da Fábrica, não poderia ella subsistir» ²⁵.

Da povoação às serras do Minaral fez abrir um caminho, mandando distribuir terrenos para casas e uma porção de terra a quem a cultivasse «Se na Africa pode haver habitação boa é certamente a referida Nova Oeyras pois está vezinha a dois ryos ambos na melhor disposição para servir a Fábrica e às plantas, sendo já por esta causa o mais fertil terreno do Reino: Acharãoselhe muitos limoeiros, laranjeiras e outras árvores de fruta, que se julgão plantadas pelos primeiros portugueses, que ali situaram uma Feira de Comércio».

Levantaram-se assim, para além de habitações para o pessoal técnico e administrativo, bem como para artífices e artesãos, diversos edificios públicos, como a igreja, a feitoria, a intendência, a tesouraria. Em officio de 6 de Setembro de 1769, Sousa Coutinho comunicava ao Reino que «se acha nam só a Povoaçam feita, mas também todos os Edificios Públicos, como a Igreja, casas de Intendência, Ferrarias, Tezoirarias, Prizoens; e Habitaçoens dos mestres de todos os officios, e Engenheiros: além da Fábrica grande, tendo feito outra mais pequena para trabalharem os negros» ²⁶.

Ainda são visíveis as ruínas da igreja e da feitoria e vestígios vários de outras edificações. Em pesquisas efectuadas no local pode verificar-se o estado actual da povoação «feita com todo o disvelo e com todas as comodidades», após o abandono e o ostracismo a que foi votada.

Sousa Coutinho previra tudo para o bom funcionamento da fábrica, passando pela instalação dos funcionários, às relações com os naturais e ao respeito pelas suas tradições, «porque não podem subsistir os fundamentos de qualquer obra, sendo amassados com sangue e, com lágrimas a cabo de desterrar todas as violências e tiranias de que em outros tempos houve tão funestos exemplos».

²⁵ AHN, Governo, *Ofícios para o Reino*, Códice n.º 3, fls. 269 a 270 v.º

²⁶ AHN, Governo, *Ofícios para o Reino*, Códice n.º 3, fls. 50 v.º a 51.

Já naquele tempo o governador tinha a preocupação de preservar a floresta contra o desgaste imponderado das madeiras: «se evitará particularmente o uzo das próprias ao carvão, e a mesma cautela se observará depois no consumo das cozinhas, proibindose, que arbitrariamente o fassão (...) devem economizarse pelos meios referidos, e pelos de fazer os cortes, como os Negros praticarão, pois que por este methodo, estão no ano sucessivo, capazes de dar outra tanta as mesmas Arvores»²⁷.

Um dos problemas que se levantava aquando da laboração da fábrica, era o transporte «da Mina para a Fábrica, e da Fábrica para o Rio, pois ainda sendo pequenas as distâncias, não é possível, que depois de multiplicada a extracção na quantidade necessária aos dilatados Dominios de Sua Magestade podesse ser conduzida à cabeça de negros». Lembremos que este aspecto foi um dos maiores causadores de atritos entre colonizadores e naturais, porque a falta de outros meios obrigava a que carregadores negros levassem as cargas à cabeça.

Para sanar esta dificuldade Sousa Coutinho pretendeu instalar na zona da fábrica, jumentos, porque «além de se manterem em poco, são tão grandes os do Brasil (...) e tem a conveniência de se multiplicarem pela produção nos mesmos lugares onde são empregados»²⁸.

Para a auto-suficiência das pessoas empregues na fábrica, em termos alimentares, deu-se impulso à cultura dos campos circundantes, impedindo-se que de cada povoação ou libata saísse mais pessoal para a manufactura, que o necessário. Em «Instrução Secretíssima» Sousa Coutinho, perante a fertilidade das terras entre o Rio Luinha e a Feira do Zundo, mandava que se estendessem as povoações e as sementeiras a todas elas, estando baldias, e não o estando, obrigar-se os donos a cultivá-las, sob pena de ficarem sem elas: «Enfim, deve ser entendido, que quanto mais povoaçoens, mais lavoiras, e mais rodas de farinha se estabelecerá, mais ferro tirará, mais bem servido hade ser, e maiores, e mais importantes serviços fará a sua Magestade».

²⁷ Id., *Ibidem*.

²⁸ Para a satisfação deste pedido, requereu Sousa Coutinho ao Conde da Cunha, na altura a dirigir os destinos do Brasil, que lhos vendesse. Houve da parte deste, pouca vontade, uma vez que no seu officio de 29 de Dezembro de 1760, o governador de Angola diz: «Será preciso que V. Exa. de lá lhe ordene faça a dita diligencia, porque só assim se vencerão todas as dificuldades. AHN, Governo, *Oficio para o Reino*, Códice n.º 3.

Quanto ao povoamento de Nova Oeiras, e porque o Reino estava «totalmente exausto de brancos», Sousa Coutinho mandava que fossem aproveitados soldados dos presídios da Muxima, Cambambe, Massangano e Ambaca.

Lembremos como estes servidores do exército viviam em precárias condições, usufruindo de ordenados baixíssimos e com anos de atraso, o que os levava a entregarem-se a actividades menos escrupulosas.

Ordenava-lhes que casassem, sendo-lhes atribuída terra cultivável e gados para «lhe separar o espirito do furto e da violência».

Deviam proibir-se as tabernas e interditar a fixação de quem não tivesse trabalho específico, fosse branco ou preto.

Os escravos constituíam a principal fatia da população que Sousa Coutinho pretendia aproveitar para se fixarem na povoação trabalhando na fábrica: «o projecto era concebido na ideia de fazer todo aquele serviço por escravos que Sua Magestade comprasse, que cazassem e estabelecessem no mesmo lugar, como fizerão os Jesuítas por séculos, em todos os estabelecimentos que tinham naquelle mesmo Paíz»²⁹.

Dos sobados eram obrigados a vir para Nova Oeiras uma quantidade determinada de elementos, o que causou um certo constrangimento e resistência dos capitães-mores e comerciantes, que viam, assim, escapar muita força braçal para fora da sua circunscricção ou área comercial.

Queixava-se o soba D. Manuel Quiçala a Sousa Coutinho que os indígenas desertavam pelos maus tratos que lhes eram infligidos na fábrica: «elle se queixa da dezerção de Seus Filhos pelos muitos castigos, insolências, prizoens e roubos que ahi se lhes fazem, o que tudo sendo certo: ordeno a Vm, que dê todas as providencias respectivas para unir ao Estado do dito Sova os Seus Filhos que desertarão para viver em socego, e restituir-lhe os que lhe aprenderão injustamente».³⁰

Os sobas das regiões de Ambaca e Golungo Alto não mandavam homens, alegando que os obrigavam também a servir no exército e não podiam enviá-los para as duas funções: «O Sova Caboco nam tem mandado há dois mezes os quarenta trabalhadores que é obrigado com

²⁹ Francisco de Sousa COUTINHO, *Breve e Util Ideia de Commercio, Navegação e Conquistas D'Azia e da Affrica, 1779, Arquivos de Angola*, 1.ª série, Luanda, Repartição Central de Estatística Geral, 1933-39.

³⁰ «Carta para Joaquim de Bessa Teixeira, Intendente Geral da Real Fábrica do Ferro», de 24/2/1772, *Arquivos de Angola*, 1.ª série, Luanda, Repartição Central de Estatística Geral, Vol. III, Nov. 1937

o pretexto de que V.m. os ocupa no da Sua jurisdição». Ordenava então Sousa Coutinho que não os ocupassem em nenhum outro serviço «que não seja o da mesma Fábrica, porque para esse fim são izentos de pagar Dizimo a Deos». Também em carta ao Capitão-Mor de Cambambe e capitão Regente do Golungo Alto exigia, Sousa Coutinho, que lhe mandasse trabalhadores «sem desculpa alguma porque lha não admitirei»³¹.

Em ofício de Janeiro de 1772, o governador reflectia que morriam anualmente quinhentos presos na Cadeia do Limoeiro propondo que os que tinham pena maior fossem enviados para Angola. De facto, tal aconteceu.

Sousa Coutinho sabia como era possível promover o povoamento de Nova Oeiras através da ligação à fábrica. Por isso apelava ao Reino que lhe enviasse degredados cuja mão-de-obra habilitada, aproveitaria: «ordenando a todas as relações do Reyno, e Conquistas, que os officiaes de Ferreiro, Serralheiro, Carpinteiro e Pedreiro que degradarem nos termos de merecer a pena de vir à Nova Oeiras sejam com efeito applicados a este serviço porque só deste modo poderá a Fábrica, crescer»³².

Funcionalidade

A instalação da fábrica, obrigou a que fossem criados muitos lugares, no sentido de garantir a sua administração. Uma das grandes carências que o Reino de Angola tinha era a de pessoas tecnicamente capazes de ocupar essas funções.

É evidente a referência a colonos e povoadores idos do Reino, sendo inquestionável a atribuição de lugares de chefia aos naturais que, à luz da época, só serviam como força de trabalho braçal.

Num país «tão falto de gente boa» era tarefa difícil conseguir funcionários competentes para o lugar de Intendente ou almoxarife, os primeiros a ser nomeados. O primeiro deveria ser «capaz para todas as disposições da Fábrica e o segundo teria a seu cargo os pagamentos e «recadaçoens»»³³.

Criou-se depois o lugar de escrivão. Sousa Coutinho alertava para a necessidade de se pagar um ordenado com que se sustentassem, sendo-lhe proibido exercer directamente o comércio. Este aspecto era de superior

³¹ *Ibidem*.

³² AHN, Governo, *Ofícios para o Reino*, Códice n.º 3, fls.58 v.º a 59 v.º

³³ AHN, Governo, *Ofícios para o Reino*, Códice n.º 3.

importância, quer como gerador de conflitos com as autoridades locais, quer como passível de introduzir a corrupção, e até a fuga de naturais para os sobados revoltosos.

Enquanto não chegavam do Reino funcionários para a fábrica, foi escolhido um velho sertanejo para ocupar o lugar de intendente. Perante a sua recusa, Sousa Coutinho nomeou intendente-geral por portaria de 7 de Janeiro de 1767, o coronel de ordenança António Anselmo Duarte de Siqueira com um ordenado de 50 mil reis mensais³⁴. Em provisão de 20/2/1767 foi nomeado para almoxarife da fábrica, Joaquim Loureiro de Sousa e para escrivão, Hipólito Fernandes Pinto (provisão de 16/5/1767).

Como é visível, o grande obstáculo para a laboração da fábrica residia na falta de artífices e mestres especializados na arte do ferro. Sousa Coutinho contratou na Bahia um português que aprendera nas fábricas da Galiza, e dois oficiais. Ao irem para Luanda, e como os navios faziam escala em Benguela, «sahindo à Cassa se molharão sem reparo no damno, que recebião (...) e contrahirão tão agudas e perniciosas doenças» que acabaram por morrer.

Iniciava-se com o desaparecimento destes dois homens a maior de todas as preocupações de Sousa Coutinho no respeitante à «Real Fábrica de Ferro de Nova Oeiras»: a impossibilidade de preencher esses cargos técnicos, pela morte sucessiva dos forasteiros.

Em Abril de 1768 é comunicado que tinham sido contratados quatro mestres biscainhos que eram «dos bons mestres das grandes Minas de Ferro da Byscaia». Eram eles: Jose de Echevarria, Francisco Xavier de Zuloaga, Joseh de Verolazes e Francisco de Echenique³⁵.

Depois de vários pedidos feitos para o Reino, desembarcou a «charrua de S. Magestade conduzindo os Mestres, em 24 de Outubro de 1768».

O seu primeiro objectivo era que estes mestres ensinassem aprendizes e oficiais «que nam só dilatam a Fábrica pelos meios referidos mas que se substituam, e livrem S. Magestade da despeza dos grandes jornais».

³⁴ António Anselmo de Sequeira, bem como Manuel António Tavares, capitão de infantaria, António Bessa Teixeira, capitão de cavalos, Joaquim de Bessa Teixeira, tenente, foram figuras destacadas nas campanhas contra os Mucossos e Muongos durante a conquista da região costeira do então Reino de Benguela, onde se levantaria a povoação do Novo Redondo, na sequência do domínio português sobre essa região. Muitos dos protagonistas da campanha ocupariam lugares de chefia na Real Fábrica.

³⁵ Por aviso de 28 de Abril de 1768.

Enviados para Nova Oeiras os biscainhos inteiraram-se da quantidade do ferro, lenhas, madeiras e água, tendo-se admirado da «grandeza» dela, e «disserão que tinha madeiras para carvão enquanto o mundo fosse mundo», «que enquanto Deus fosse Deus assim matos como minas nunca se acabarião, ainda que hajão as Fabricas que ouver»³⁶.

São deles as seguintes palavras: «Su Ex.^a puede quedar descansado sobre las cosas que necesitan para la fabrica que yntentam, (...) aqui hay graziasa Deus, buenos matos para carbon buena piedra, buen carbon, buena agua, bastante para ñro (sic) yntento Materiales bastantes para todala obra»³⁷.

Ainda fundiram algum ferro estes biscainhos, tendo dado indicações para a construção de um «assude» no Rio Luinha para represar as águas que seriam levadas pelo aqueduto até às rodas hidráulicas que accionavam os engenhos.

No entanto, a sua acção seria travada pelo seu falecimento, motivado por uma infecção de escorbuto que haviam contraído. «O continuado desprezo do clima, a voracidade com que comião, e bebião, o tenacissimo génio com que repugnavaõ toda a cautela em hum Paiz tam diverso do seu e em que todas são poucas, erão as próprias armas do trágico successo, que experimentarão»³⁸.

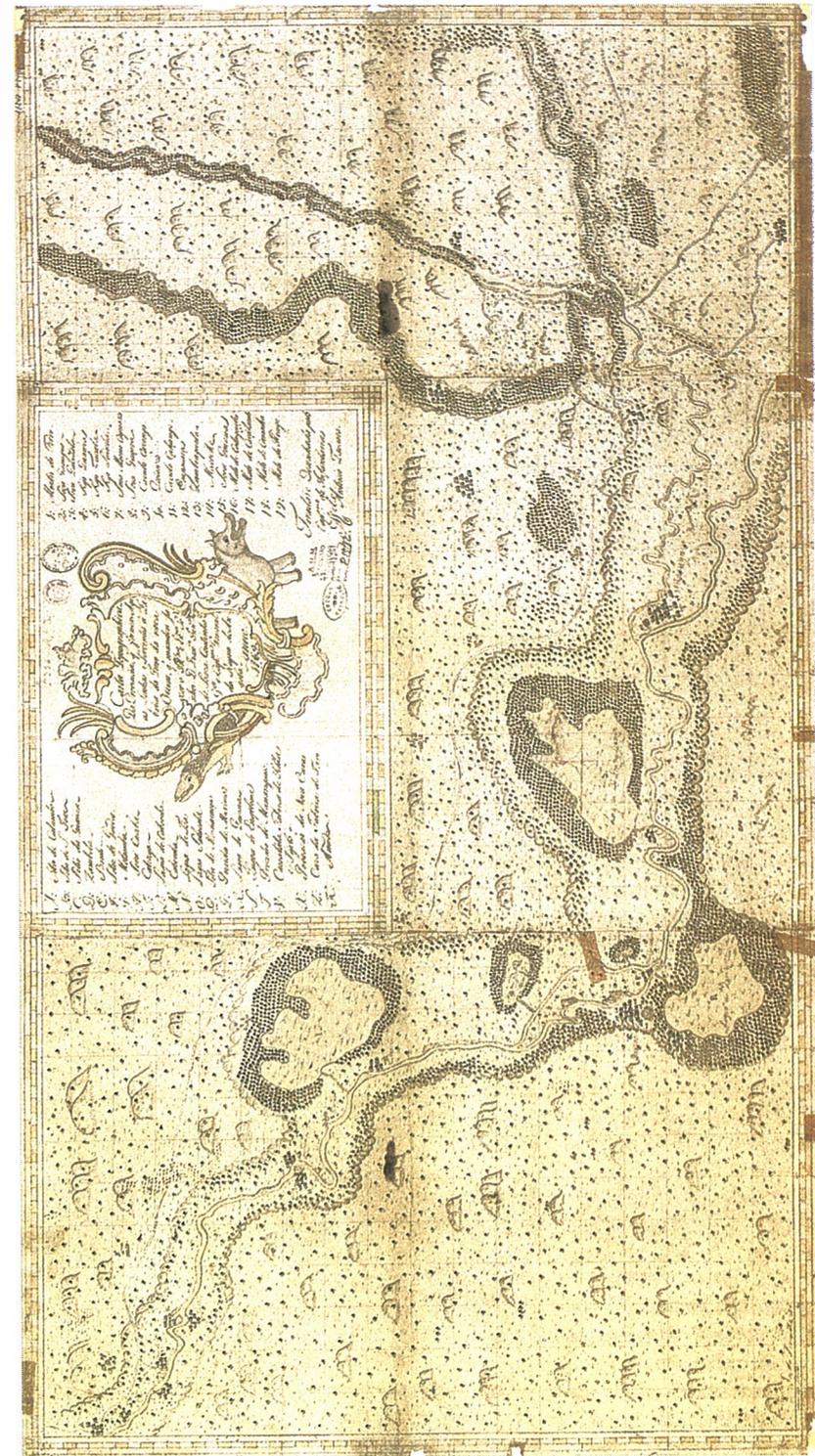
Apesar da assistência médica que tiveram, pois com eles partiu para Nova Oeiras um médico, «huma Botica e um sangrador», acabaram por morrer os quatro mestres, ficando a fábrica novamente sem técnicos especializados³⁹.

³⁶ Carta de Feliciano Pinto da Costa Viana para o Governador Sousa Coutinho a 20 de Novembro de 1768. *Arquivos de Angola*, 1.^a série, Luanda, *op. cit.*, vol. V.

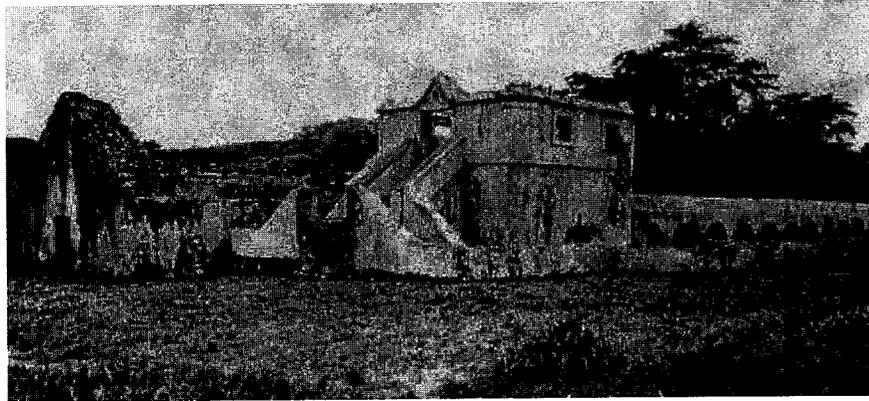
³⁷ Cartas dos Mestres para Sousa Coutinho a 20 de Novembro de 1768. *Ibidem*.

³⁸ AHN, Governo, *Ofícios para o Reino*, Códice n.º 3, fls. 33 v.º a 36.

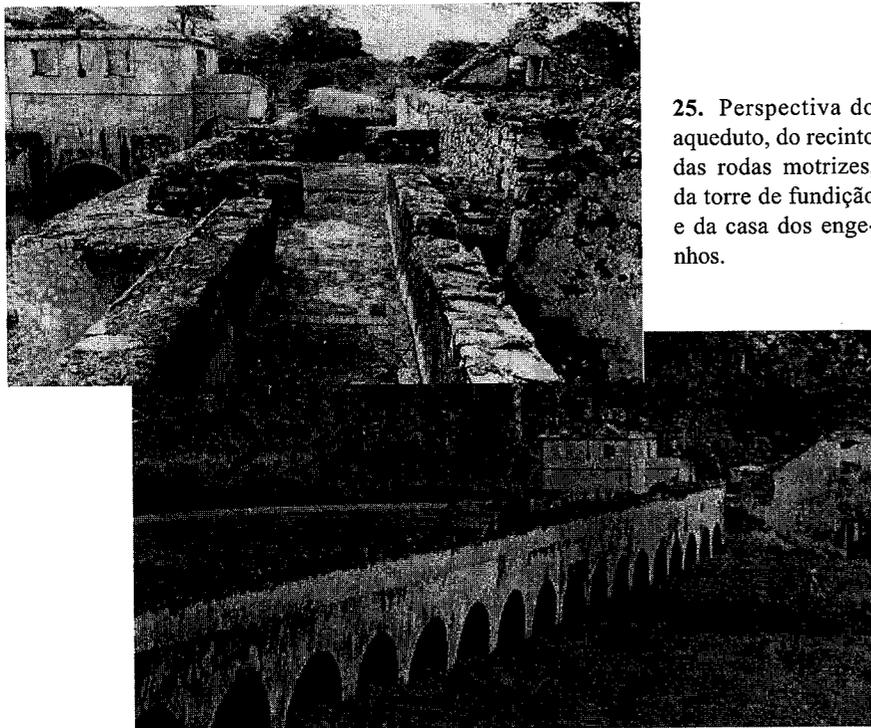
³⁹ Em carta de Joaquim Bessa Teixeira sobre o falecimento dos mestres fundidores, de 30 de Dezembro de 1768, indicava-se como medicamento usado, a famosa «Agoa de Inglaterra» que no século XVIII tão indicada era como paleativo de muitas maleitas. Após a morte dos mestres biscainhos, o governador manda que enviem os seus bens às ordens da Secretaria de Estado, subvertendo-se às mãos do ouvidor-geral que deles se queria apropriar («Vierão pessoalmente os ditos bens a recair no dito juizo, sem que eu o pudesse remediar (...) julgando o ouvidor que lhe pertencião»). Mesmo «Tendo os governadores deste reyno huma expressa prohibição para occurrer a este negócio», o governador achou, por bem, «por serem uns estrangeiros mandados por S.M. no seu Real Serviço» mandar os bens dos mestres fundidores à ordem de Mendonça Furtado. AHN, Governo, *Ofícios para o Reino*, Códice n.º 3, fls.38, v.º e 39.



20. Carta topográfica das regiões adjacentes a Nova Oeiras/Angola (séc. XVIII). Ver legenda da gravura seguinte.



24. Panorama de conjunto das instalações fabris. Ao centro, a torre do forno de fundição; à esquerda a casa dos engenhos e a oficina; à direita, o aqueduto até à barragem.



25. Perspectiva do aqueduto, do recinto das rodas motrizes, da torre de fundição e da casa dos engenhos.

26. Vista do aqueduto que transportava a água desde a albufeira até às rodas hidráulicas que accionavam os engenhos. Este aqueduto tem um comprimento de 118 metros e 22 arcos. Gravuras reproduzidas na obra de Fernando Batalha, *Nova Oeiras*, Luanda, Direcção dos Serviços de Obras Públicas e Transportes, s/d.

Passados poucos dias sobre estes acontecimentos adoeceu com paludismo mestre António Joaquim, a quem Sousa Coutinho pedia que, mesmo assim, prosseguisse as obras de construção do «forno», sentado e sem apanhar sol, já que «o tempo voa e é preciso aproveitá-lo».

As obras mantinham-se em bom ritmo, mas a violência do clima continuava a dizimar os trabalhadores, não naturais, da fábrica: «não me tem ferido o clima consideravelmente no número, ofendeme sempre na qualidade (...) e prezentemente os Engenheiros, Mestres que me restavão sofreram tormenta bem cruel, e o meu coração a sentio muito mais do que elles, de sorte que fiquei sem hum só pedreiro branco, e não julgo ainda livres, do ultimo perigo as outras profissoens»⁴⁰.

Não esmoreceu a tenacidade do governador perante a adversidade das condições. No mesmo ano comunicava «o bom estado a que se acha reduzida a Fábrica de Ferro»:

«Na mesma Fábrica tenho estabelecido aprendizes de todos os officios concernentes à mesma; e tenho feito outra de admirável carvão, para o que me servi de hum soldado francez, que possuia esta Arte, da mesma maneira se trabalham naquele lugar todos os materiaes necessários à contrução das cazas e Fabrica».

A laboração na fábrica obrigava à ida de muitos artífices e técnicos, quer do Reino quer do Brasil ou até de várias partes da Europa.

No seguimento do apelo do governador para o preenchimento dos lugares, seguiram para a província de Angola, vários degredados e militares: «mandei que o Carpinteiro que fez os outros, acompanhado do tenente Manoel do Nascimento que V. Ex.^a mandou, e de outro Carpinteiro degredado, António Joaquim passassem a concluílo na Fábrica»⁴¹.

Neste officio enviado para Martinho de Melo e Castro⁴² dava-se conta da chegada de fundidores e latoeiros de Figueiró que iriam ensinar os ferreiros naturais e naturalizados do País.

A fábrica, vencidas dificuldades sem conta, estava terminada em Julho de 1772, em plena laboração com três engenhos e um açude, anunciando o governador que havia multiplicado «de um só golpe» os fundidores hábeis «costiados» no próprio País.

⁴⁰ AHN, Governo, *Officios para o Reino*, Códice n.º 3, fls. 44 a 45 v.º

⁴¹ «Officio para o Reino de 12 de Agosto de 1771», AHN, Governo, *Officios para o Reino*, Documentos avulsos.

⁴² Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos.

No forno fundia-se o ferro que chegou a ser largamente usado em Angola e no Brasil e os operários haviam aumentado o seu número, de tal modo que Sousa Coutinho extravasava a sua alegria por «haver feito a sua Magestade hum serviço que a Africa não esperava ver, e que sera immortal pela sua grandeza (...)»⁴³.

A fim de captar habitantes para Nova Oeiras e trabalhadores para a fábrica, Francisco de Sousa Coutinho concedeu-lhes privilégios, nomeadamente a isenção do pagamento de dízimos e o pagamento do sal, que na altura corria como moeda, sem lucro para a Real Fazenda.

No capítulo 11 da «Instrução Secretíssima» já citada, surge com toda a acuidade o problema do pagamento dos dízimos: «uma vez que, como se funda de novo, deve fazerlo com os verdadeiros princípios da religião, e dos costumes; à primeira parte pertence o pagamento dos Dízimos»⁴⁴.

É interessante verificar como na época, este imposto era de capital importância, tendo sido Sousa Coutinho responsável pela sua extensão a todos os habitantes, inclusive aos clérigos. No seu tempo as receitas do Erário Régio subiram em progressão no tocante a este imposto.

No entanto, e demonstrando todo o seu empenhamento no êxito da «sua» fábrica, acabou por isentar do dízimo os trabalhadores negros. Era de tal modo difícil para estes o pagamento, que o próprio governador no seu «Ofício para o Reino» de 30 de Julho de 1767, dizia: «he util que Sua Magestade mande que se lhe dê em parte de pagamento a tal izenção dos Dízimos porque ainda que eles ganhem mil vezes mais do que importa hão de dezertar logo que o Dizimeiro lhe pedir scinco reis de Dízimo, tal he o ódio que lhe tem, quando pelo contrário não o pagando estas

⁴³ AHN, Governo, *Ofícios para o Reino*, Documentos avulsos.

⁴⁴ Ver Ofício do Governador para Francisco Xavier de Mendonça Furtado. AHN, Governo, *Ofícios para o Reino*, Códice n.º 3. No *Regimento dos Capitães-Mores dos presídios e do Juiz Ordinário de Massangano* de 24/2/1765, o artigo 2.º referente ao pagamento dos dízimos deliberava que, dado o facto de aqueles serem um direito divino e como tal pertencentes à Real Fazenda, todos teriam que o pagar. A cobrança destes dízimos era feita por arrematadores que infligiam à população processos desumanos para obter o pagamento. No regimento referido proibia-se que os dizimeiros pedissem telecamentos, ingans e mocendos ou outras hospedagens e carregadores gratuitos. O imposto «divino» deveria recair apenas nos cristãos baptizados, sendo de 1/10 sobre todos os frutos, gados e criações. Sousa Coutinho para evitar os excessos dos dizimeiros propunha que em anos de seca se aguardasse o tempo necessário para plantar e colher. Só então se exigiria o pagamento que poderia ser em sal.

Povoaçãoens, e ganhándose dinheiro nelas correrão de todas as partes ábitalas e servilas»⁴⁵.

Do mesmo modo e conhecendo a importância do sal na economia angolana, uma vez que este produto funcionava nas transacções comerciais como unidade monetária e era imprescindível à subsistência das populações locais, pelo seu uso na conservação dos alimentos, legislou-a no sentido de controlar a inflação do seu valor, devido ao aumento da transacção:

«Que o Sal se tome assim na Nova Oeyras, como nos mais presidios em que for necessário, por aquele preço em que ocorria como Pedra entre o Povo, antes que a Fábrica se estabelecesse, por ser este o que o mesmo Povo estabeleceu de comum e natural acordo, sem atenção ao mayor giro que ele teve com a construção da Fábrica»⁴⁶.

Estas medidas visavam aliciar as populações locais a estabelecerem-se nas proximidades da fábrica.

Da «Real Fábrica do Ferro de Nova Oeiras» chegaram a ser enviadas várias remessas de barras fundidas para Lisboa e Brasil materializando na prática o projecto inicial que previa que a fundição também servisse as necessidades brasileiras.

«Vierão para o Arsenal desta Corte 514 quintaes, se serviram todas as obras do Reyno d'Angolla desde o anno de 1765, se fizerão os reparos de cincoenta peças de Artilharias novas que S. Magestade mandou, e de muitas que já havia; e no Rio de Janeiro se obraram muitos partazanans da minha invenção para o que mandei o ferro ao conde de Azambuja»⁴⁷.

Entre muitas das remessas que se fizeram para Lisboa sabe-se que seguiram em Junho de 1767, pela nau da India de Isidoro de Moura, 156 quintais em barra e em Agosto do ano seguinte pelo navio de Domingos Furtado, 40 quintais.

⁴⁵ «Carta para o Intendente Geral, de 13 de Novembro de 1771», *Arquivos de Angola*, Luanda, *op. cit.*, Vol. III, Nov. 1937. Sousa Coutinho em bando de 6/3/1765 fazia saber que o contrato do sal tinha sido arrematado, com privilégio exclusivo por João Álvares Ferreira, por um período de seis anos, pagando seis mil cruzados anuais à Real Fazenda.

⁴⁶ AHN, Governo, *Ofícios para o Reino*.

⁴⁷ «Memória de D. Francisco Inocência de Sousa Coutinho», *Arquivos de Angola*, 1.ª série, Luanda, Repartição Central de Estatística Geral, Vol. IV.

Da continuação da fábrica ao encerramento político

Em Novembro de 1772, Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho deixava, finalmente, após nove anos de governação, o Reino de Angola, com destino a Lisboa.

Na informação que passou ao seu sucessor D. António de Lencastre, deixou vastas indicações sobre a sua administração e a forma como deveria continuá-la. Prevendo a possibilidade de ver o seu mais árduo empreendimento em terras africanas arruinado por falta de continuidade dizia: «é preciso que esteja V. ex. em guarda contra os que lhe dezacreditarem e impossibilitarem este grande estabelecimento».

Dava-lhe informações preciosas sobre a repartição das águas; o modo como estas entravam no canal e a quantidade de casas e fábricas que era possível fazer alimentar pelo mesmo açude.

Sousa Coutinho deixava na capital jumentos para a condução do ferro da mina e canoas na Lagoa do Açude para transportá-lo à fábrica. «E para que V. Ex.^a se não demore nos primeiros trabalhos fica muita Madeira cortada, muita cal, telha e teijolo promptos».

Aconselhava o seu sucessor a comprar quatrocentos moleques de ambos os sexos, casá-los jovens e estabelecê-los na Fábrica. «Os homens para todos os officios da mesma, e do mesmo modo seus Filhos; as mulheres para cultivar as Terras, que hão-se alimentar a todos dando-lhes depois de estabelecidos, ou hum dia de jornal na semana para se vestirem, ou no fim do anno os panos necessários a cubrir-se».

Sousa Coutinho havia tido uma determinação inabalável perante as adversidades que lhe foram surgindo neste projecto, que acompanhou a par e passo, chegando a estudar pessoalmente a técnica da fundição do ferro para melhor compreender a complexidade das matérias sobre as quais tinha que decidir e despachar: «recorri aos Livros, que tratem desta matéria, e fui tão bem sucedido que imediatamente se acertou a fundição e correo ferro».

Venceu as dificuldades com a tenacidade própria de um carácter que o tornou posteriormente conhecido na historiografia como «o Pombal de Angola». Sabia, por isso, no concernente à «Real Fábrica do Ferro» que obstáculos teria, o seu sucessor, que suplantar. Para garantir a sua manutenção ordenou que ficassem escritos livros de forjas chegando a mandar entregar um exemplar a um fundidor francês sediado em Lisboa.

Foram dadas a conhecer todas as normas técnicas de fabrico, e os procedimentos administrativos ou financeiros da fábrica. Todos os

mecanismos sociais e económicos foram amplamente divulgados a D. António de Lencastre.

O novo governador chegou a Luanda a 18 de Novembro de 1771, temendo Sousa Coutinho o «terrível capricho que acompanha a todos os sucessores» e a consequente perda do empreendimento fabril. Efectivamente tudo quanto foi iniciado no seu governo se abandonou intencionalmente pelo espírito acanhado e receoso que os pigmeus sempre manifestam em face das passadas largas dos gigantes»⁴⁸, como sugere Gastão de Sousa Dias.

São de veemente acusação as palavras que alguns anos depois (em 1800), o governador de Angola D. Miguel António de Melo dirigia ao Reino: «o seu sucessor immediato acintemente destruhio suas Obras e fez malograr seus projectos sem distinguir d'entre elles quaes serão os que se podião realizar, e quaes não (...)»⁴⁹.

De facto, a malignidade do clima aliada à incúria dos homens que lhe sucederam, «afundados na loucura pecaminosa da escravatura», deixaram cair por terra tão grandioso empreendimento.

O próprio Sousa Coutinho, regressado à Europa onde viria a desempenhar o cargo de Ministro Plenipotenciário em Madrid, nunca deixou de acompanhar o desenvolvimento da fábrica, de cujo abandono acusou Lencastre, pese o facto de a conjuntura que presidiu ao projecto ter mudado significativamente no Reino e, conseqüentemente, na colónia:

«O meu sucessor cujas qualidades, e inteligência dirá Angola, persuadido de homem mais inútil, e prejudicial ao serviço da Raynha Nossa Senhora, se oppôs a este grande estabelecimento; e depois associado com outro, que vinha para Lisboa e a quem deu dinheiro, prostituirão de tal maneira as Informaçoes, que derão ao nosso Ministério, que fizerão passar por impossível, respeito ao clima, hum estabelecimento tão útil, que só lhe era capaz de sustentar em grande força de defença todo aquelle Reino»⁵⁰.

⁴⁸ Gastão de Sousa DIAS, *op. cit.*

⁴⁹ AHN, Governo, *Oficios para o Reino*. Códice n.º 6, fls. 118 a 120 v.º

⁵⁰ Francisco de Sousa COUTINHO, *Breve e Util Idêa de Commercio, Navegação e Conquistas d'Azia e da Africa*, *op. cit.*

Nova Oeiras – o Fim

Já as ervas e a folhagem invadiam o complexo de Nova Oeiras em moribunda agonia, quando em ofício de 19 de Dezembro de 1797, D. Miguel de Melo propunha a entrega da «Real Fábrica de Ferro de Nova Oeiras» a uma companhia comercial que a explorasse, em moldes diferentes, adiantando que «fazendo trabalhar a Fábrica no mesmo sítio em que foi fundada será impraticável pela malignidade do clima sem se experimentarem grandes mortandades em todos os obreiros que não forem Negros ahi mesmo nascidos e educados»⁵¹.

Propunha, aproveitando o minério vindo da Nova Oeiras, através dos rios, a construção de nova fábrica em Calumbo, na margem do Quanza «mui próximo à Foz delle e a esta cidade da qual só dista sette léguas para o sul sufficientemente cultivado na sua circumfrença, não mais doentio do que é Loanda, o que faz agoirar que povoando-se melhor menos o será»⁵².

Quanto ao reaproveitamento da «Real Fábrica de Ferros» dizia o mesmo Governador: «era verdade ser impraticável nas circunstancias em que se acha o Regio Patrimonio emprehender aqui o estabelecimento de uma Fábrica tão regular e magnifica como era a de Nova Oeiras hoje totalmente aniquilada»⁵³.

Foi, ainda, este governador que, quase trinta anos depois, dizia da actuação do seu antecessor: «muitas coizas que tentou não conseguiu como foi por exemplo estabelecer em vários sitios Povoações Regulares e Ceviz sem embargo de logo lhes dar Nome e compor Regimentos para a sua Administração e consular a Fábrica de Ferro na Nova Oeiras, por que ou o clima se opunha aos estabelecimentos destruindo a saude dos homens que para elles eram mandados, ou por que os meios para as couzas prosperarem lhe faltarão, ou lhe forão dados na razão inversa do que pedio e do que necessitan como lhe succedeo com os Mestres da Fábrica de Ferro»⁵⁴.

Para além do envio de mestres não especializados, artífices que vinham degredados como forma de fugirem à prisão perpétua, mentindo

⁵¹ AHN, Governo, *Ofícios para o Reino*, Códice n.º 5, fls. 39 a 41.

⁵² Id., *ibidem*.

⁵³ Id., *ibidem*.

⁵⁴ Id., *ibidem*.

sobre as suas ocupações, homens corruptos e cheios de vícios, Sousa Coutinho viu-se também a braços com problemas de material tanto para a construção como o necessário às primeiras fundições.

O caso da pedra para o «ouvrage», que era o cadinho onde se fundia o minério e cujas características deveriam suportar as altas temperaturas do forno, foi um dos exemplos das grandes dificuldades que enfrentou.

O governador fez buscas por todo o Reino de Angola (a parte dominada pelos portugueses), demandou-as no Brasil e em Portugal. Foi já depois do seu mandato que chegaram pedras idas de Belas, junto a Sintra, e que se aproveitaram para a construção de fornos no Calumbo.

«Posto que sem meios, porque os Mestres que me mandaram foram primeiro uns Biscainhos loucos, de que só um era fundidor, e morreram logo pelas suas loucuras, e depois uns serventes da fábrica de Figueiró e alguns latoeiros de Lisboa levei todos os edificios da Fábrica ao ponto da perfeição (...)»⁵⁵.

Um dos argumentos fortes com que contestavam a viabilidade da «Real Fábrica de Ferro» de Nova Oeiras, era a morbidade do clima. Contra isso se insurgiu veementemente Sousa Coutinho, anos após a sua partida, vendo por terra desfeito, o seu mais penoso projecto: «Como se contra a malignidade do clima, não houvesse em primeiro lugar a certeza, de que muitos homens da Europa no mesmo lugar e, em todas as suas vizinhanças vivem (...) como se não bastasse que hum, ou dos Mestres habeis resistissem hum, ou dos annos para deixarem enraizada aquela Arte nos Naturaes do País»⁵⁶.

Ainda de Sousa Coutinho encontramos argumentação sólida a todos os «defeitos» que encontraram no seu empreendimento: «na Europa compra-se a mina, comprão-se as lenhas, os serviços saem mais caros e vale hum quintal de ferro 2160 na Fábrica em Angola não se compra a Mina, não se compra a lenha, não tem nem pode ter outro emprego, e vale o ferro o mesmo que vale no Brasil, onde pode hir por lastro dos Navios e sempre vale 5.400 para cima»⁵⁷.

⁵⁵ *Arquivos de Angola*, Luanda, AHA, Vol. III.

⁵⁶ Francisco de Sousa COUTINHO, *Breve e Util Idêa de Comércio, Navegação e Conquistas d'Azia e da Affrica*, 1779, *op. cit.*

⁵⁷ Sousa Coutinho, «Memória sobre o Estado em que deichei a Fábrica de Ferro». *Arquivo de Angola*, 2.ª série, Luanda, AHA, Vol. V.

O arrojo e a determinação deste governador não impediram que a sua obra fosse desfeita na razão inversa da sua vontade. Nova Oeiras foi abandonada e a fábrica totalmente aniquilada. Ficaram, no entanto, marcas que o tempo, séculos depois, não fez esquecer. O selo que deixou, marcou definitivamente a História Colonial, sendo a Real Fábrica de Ferro de Nova Oeiras um testemunho do vasto plano reformista que implantou como intérprete fiel da política pombalina em Angola.

SIGLAS:

- AHA – Arquivo Histórico de Angola (Luanda)
- AHM – Arquivo Histórico Militar (Lisboa)
- AHN – Arquivo Histórico Nacional (Luanda)
- AHU – Arquivo Histórico Ultramarino (Luanda)
- CNDIH – Centro Nacional de Documentação e Investigação Histórica (Luanda)

Lição de síntese

PANORAMA CULTURAL DE MACAU NO PERÍODO MING

*Luis Filipe Barreto **

Sumário pormenorizado da lição síntese apresentado conforme o Dec-Lei 132/70, art.º 24.º, a provas para obtenção do título de professor agregado do 4.º grupo (História) da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa, 2002

Questões Prévias

*«... para lhe escrever tudo é necessário
que o mar fosse tinta e o céu papel...»*

Fernão Mendes PINTO, Carta de Macau aos 20 de Novembro de 1555

O objecto e o objectivo desta lição síntese é o universo cultural de Macau no seu primeiro século de existência, de cerca de 1555 a cerca de 1662, data final dos *Ming* do Sul.

O conhecimento da história de Macau, nos séculos XVI e XVII, tem-se concentrado sobretudo nos aspectos económicos e políticos havendo bem menos investigação e valoração da dimensão cultural¹. Acresce

* Professor Associado com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Investigador do CHUL.

¹ Os Guias bibliográficos manifestam, quer no número de artigos quer no de livros, esta menor frequência dos estudos de história cultural de Macau dos séculos XVI e XVII. Veja-se: Luis Gonzaga GOMES – *Bibliografia Macaense* (1973) Macau, Instituto Cultural de Macau, 1987; R. L. EDMONDS – *Macau*, Oxford, Clío Press, 1989 e Rui Manuel LOUREIRO – *Guia de História de Macau 1500-1900*, Macau, CTCDP, 1999.

que quando abordada, em geral a propósito de questões religiosas-missionárias, dilui-se em aspectos em torno das Missões no Japão e na China, esbatendo ou desaparecendo a função e a realidade próprias da cultura de Macau.

É pois sobre um objecto pouco trabalhado e divulgado que versa esta lição. Uma primeira aproximação a um problema que naturalmente e como todos, para ser amplamente aprofundado em muitas das suas áreas documentais e problemáticas exigiria muitas outras lições.

Trata-se de uma lição panorâmica destinada a assinalar contornos e figuras essenciais de uma paisagem. Uma visita a um vasto campo documental² e problemático pouco frequentado, destinada a desenhar, a traços largos, as formas nucleares. Creio que o facto da dimensão cultural

² Não existe um guia único e especializado de fontes manuscritas e impressas para a história de Macau. Os guias bibliográficos anteriormente mencionados são essencialmente de estudos contendo no entanto o último alguma útil informação sobre fontes impressas e manuscritas. Até há pouco contávamos essencialmente com *Jesuítas na Ásia*, ed. J. Maria Braga, Macau, Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau, 1955-1960 (reedição Macau, F. Macau, 1998) e *Catálogo dos Manuscritos de Macau*, ed. Luis Gonzaga Gomes, Lisboa, C.E.H.U., 1964, Sep. do n.º 27 do Boletim da FilMOTECA Ultramarina.

No entanto, nos últimos anos, o panorama informativo sobre as fontes manuscritas portuguesas para a história de Macau melhorou bastante graças a numerosos catálogos desta documentação. Catálogos como, por exemplo, *Macau e o Oriente nos Arquivos Nacionais Torre do Tombo*, ed. Isáú Santos, Macau, ICM, 1995; *Macau e o Oriente no Arquivo Histórico Ultramarino*, ed. Isáú Santos, Macau, ICM, 1996-1997, 3 vols; *Macau e o Oriente na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora*, ed. Isabel Cid, Macau ICM, 1996; *Macau e o Oriente na Biblioteca da Ajuda*, ed. F. Cunha Leão, Macau, ICM, 1998; *Jesuítas na Ásia, Catálogo e Guia*, Coord. F. Cunha Leão, Macau, ICM, 1998, 2 vols; *Fontes para a História de Macau existentes em Portugal e no Estrangeiro*, ed. Isáú Santos, Macau, ICM, 1999.

Relevante é também o *Guia de Fontes Portuguesas para a História da Ásia*, do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Lisboa, CNCDP, 1998-1999, 2 vols.

Quanto ao panorama informativo das fontes impressas chinesas, traduzidas em línguas ocidentais, que envolvem as relações luso-chinesas e Macau no período Ming houve também, recentemente, uma clara progressão graças a G. Wade – «The Portuguese as represented in some chinese sources of the Ming Dynasty», in *Ming Qing Yanjiu*, ed. P. Santangelo, Nápoles, I. Universitario Orientale, 2000, páginas 84-148 e J. Chin Kong – «A critical survey of the chinese sources on early portuguese activities in China», in *Portugal e a China*, Coord. J. Santos Alves, Lisboa, F. Oriente, 2000, páginas 317-356.

de Macau ser pouco investigada e conhecida exige e justifica a natureza panorâmica e sintética desta lição.

O universo cultural é aqui enunciado como mundo dos signos, em especial os textuais, enquanto inscrição no espaço e no tempo. São as coordenadas temporoespaciais que formam o horizonte de constituição e de possibilidade do ser e do sentido de todo e qualquer enunciado textual.

Uma Epístola ou Memória, um Relato de viagem ou Relatório, uma Carta de marear ou um Roteiro, um Dicionário ou Gramática, são realidades culturais numa tela «intratemporoespacial» (Heidegger).

O jogo destas coordenadas faz-se no plano temporal através dos eixos das *sucessões* e das *coexistências*. As sucessões, ou seja, o antes e o depois naquela série ou campo cultural é o dinamismo dos tempos curtos e médios. O pulsar dos ritmos que vai de um texto/culturema individual à conjuntura da língua, teoria e informação que o permite, até mesmo aos conjuntos seculares dessas mesmas língua, teoria e informação.

Chamamos coexistências aos tempos da mais longa duração multissecular ou milenar. Aos fundos da tradição, às heranças de língua, teoria e informação. Heranças activas ou combatidas mas presentes no para além do singular ou conjuntural muitas vezes no para além mesmo do desejado ou consciencializado no plano humano individual.

A coordenada do espaço dá a *posição* e a *relação* de todo e qualquer singular cultural. Inscreve-o na tela epocal, nos campos e morfologias existentes, nas redes de filiação.

Em termos mais concretos isto significa pensar a cultura de Macau, dos séculos XVI e XVII, antes de mais, na tela cultural do Renascimento e no interior desta no universo da cultura portuguesa da expansão marítima e mercantil na Ásia Oriental. Uma cultura maioritariamente em língua portuguesa mas também, devido à lógica de situação em que é gerada, entre e das duas grandes línguas e culturas imperiais da época, o latim e o mandarim.

Uma cultura de um tempo e espaço numa cidade portuária que é escala do grande comércio marítimo internacional. Por isso, também uma cultura em múltiplas línguas ocidentais como o espanhol e o italiano, o inglês, o holandês e o francês. Pelas mesmas razões, uma cultura que respira, ao mesmo tempo, múltiplos horizontes asiáticos de língua, teoria e informação desde o chinês e japonês ao malaio e anamita, passando pelo coreano e tailandês.

Todo e qualquer objecto cultural é expressão da língua, teoria, informação do seu espaço-tempo e dos mil tempos que o mesmo assimila.

Do seu grupo cultural-social nos vocábulos, ideias e ideais que lhe são próprios. Nos limites da formação teórico-escolar, nos horizontes da erudição ou/e do mundo à mão que lhe permitem a informação enunciada.

Uma Epístola, Tratado ou Mapa, são singularidades culturais com um originário humus de geração e de recepção. Humus social em que a actividade cultural se enraíza nas vidas económica e política, nas redes institucionais e familiares, nas fidelidades e afinidades ou oposições a grupos, hierarquias, comunidades.

O universo cultural é aqui entendido como uma abstracção de domínio que tem uma certa individualidade e autonomia frente aos outros domínios da vida. Mas universo que ao mesmo tempo tem uma profunda interdependência global e social. Interdependência que no caso de Macau é constante e manifesta com os dinamismos económicos e políticos, os grupos e as forças do comércio marítimo e das administrações estatais ou religiosas, da finança, das manufacturas têxtil ou de armas. Esses dinamismos, grupos e forças pesam decisivamente nas possibilidades e escolhas da língua, teoria e informação do universo cultural de Macau, nos séculos XVI e XVII.

Quanto à cronologia adoptada convém esclarecer que a realidade Macau nos aspectos económicos, políticos e culturais é, antes de mais nada, marcada e dominada pelos ritmos naturais e humanos, regionais e centrais da Ásia Oriental e muito em especial dos Mares e dos Litorais do Sul da China.

É a cronologia chinesa e a mudança dinástica dos *Ming* para os *Manchu* que mais pesa nos ritmos e ciclos de vida da cidade portuária de Macau. A própria necessidade e possibilidade de Haojing passar a ser também Macau, ou seja, tornar-se cidade portuária de escala do comércio internacional de longa distância assente numa decisiva componente portuguesa resulta em larga medida dos ritmos e dos ciclos da China Ming nos tempos do Imperador Jiajing (1522-1566).

Macau começa a existir devido à crescente crise das finanças públicas chinesas, imperiais e provinciais que se agudiza nos anos de 1530 e sobretudo de 1543 a 1558. Crise que é tão só uma das faces da falta de prata com as minas chinesas do Fujian e do Szechwan exauridas desde, pelo menos 1508, reinado do Imperador Zhengde (1506-1521)

Macau começa também a ganhar forma com o crescente conflito entre poderes e interesses das autoridades imperiais e poderes, interesses e autoridades provinciais e locais sobretudo a partir dos anos de 1550 com as taxas suplementares nas províncias marítimas.

Macau emerge também pela conjuntura-cronologia das relações externas oficiais e privadas da China com o Japão, Ryukyu e a Ásia do Sueste. Conjuntura que exige intermediário marítimo-mercantil com uma escala e função que afecte o menos possível a instável balança dos poderes e equilíbrios externos e internos da Ásia Oriental. Conjuntura propícia à instalação dos portugueses que a vão saber agarrar e metamorfosear em realidade sustentada e duradoura.

O período Ming vai de 1368 a 1644 quanto à cronologia do poder central em Beijing, a «capital do Norte», mas nas províncias do Sul, muito em especial na região de Guangdong/Macau, os chamados Ming do Sul, continuam entre 1644 e 1662³.

1. A Condição de Macau no Período Ming

«...as fazendas de Macau consistem no mar e toda a cidade disto vive, não há outros bens estáveis mais que os que o vento e mares trazem, faltando estes, falta tudo...»

Luís da GAMA, S.J., Carta de Macau a 15 de Fevereiro de 1664

Para se compreender a dimensão cultural de Macau, nos séculos XVI e XVII, é necessário atender ao estatuto político, económico e social da cidade portuária. A nossa lição não visa desenvolver estas matérias mas elas são o humus social de enraizamento da cultura. É pois preciso, antes de mais, traçar as condições que possibilitam não só o aparecimento de Macau como também a sutentação desta cidade intra e entre Europeus e Chineses.

De uma forma sintética observamos o início do conhecimento português do lugar Haojing bem como o nascimento da componente portuguesa em Macau, nos anos de cerca de 1515 a cerca de 1555/1557.

O processo de instalação dos portugueses em Haojing/Macau, no período Ming é acompanhado, nas dimensões económica e política,

³ Para as relações Europa-China no período Ming existe um útil manual cronológico: Keith H. HAZELTON – *A Synchronic Chinese-Western daily calendar, 1341-1664*, Minneapolis, University of Minnesota, 1985. Para este período a cronologia interna de Macau pode ser acompanhada a partir de B. Basto da SILVA – *Cronologia da História de Macau*, vol. I, séculos XVI-XVII, Macau, D. S. Educação, 1992.

sempre com o objectivo de elucidar o estatuto da cidade-portuária que produz o universo cultural a expor.

O que nos interessa destacar neste ponto é o facto de Macau, ao longo do período Ming, ser essencialmente uma realidade informal e semi-oficial, fruto de poderes locais e regionais de grupos e de comunidades asiáticas e portuguesas. Uma cidade portuária que não nasce de conquista ou de tratado mas sim de uma lógica mercantil – política de conjuntura do comércio marítimo internacional da Ásia Oriental.

Uma cidade portuária internacional, no sul dos Mares da China que vai ganhando sustentação e consistência através de um contraditório jogo de interesses ligado ao comércio internacional de longa distância que articula os mares da China ao Sul do Japão, à Ásia do Sueste e ao Índico, também ao Atlântico e ao Pacífico americano por via de Manila.

Interesses e poderes em afinidade mas também em concorrência e mesmo em contradição e conflitualidade. Por isso, à medida que avançamos nos finais de Quinhentos e em Seiscentos, à medida que a mera necessidade conjuntural vai dando lugar a uma realidade estruturada, crescem as diferenças de projecto e de objectivo em e para Macau.

No para além dessas diferenças o que aqui cumpre destacar é, do lado português, tanto do oficial central (a Coroa de Lisboa) como do local/municipal (o Senado de Macau) existir o entendimento da cidade portuária como negociação sempre constante, como precaridade a sustentar e metamorfosear pela via da acomodação e do diálogo às regras do jogo dos poderes chineses (local-central, particular-estatal).

Esta situação de cidade portuária em constante negociação e prova de utilidade para assegurar a viabilidade, mesmo existência, cria um clima intelectual único. Ambiente de máximo cruzamento e passagem de diferentes elementos linguísticos, religiosos, teóricos, informativos. Ambiente de procura de optimização de resultados no mais curto tempo de estadia em Macau.

Cidade de alta população flutuante em que muitos dos moradores são viajantes e os viajantes se tornam temporários moradores. Viajantes por terra, rio, mares que regular ou irregularmente se fixam sempre na incógnita da duração da moradia em Macau. Cidade de passagens e de transmissores múltiplos de e para o Japão, de e para a China continental, de e para Manila e o Pacífico Americano, de e para o Sueste Asiático, de e para os «mares ocidentais» que incluem o Índico e o Atlântico.

2. A Paisagem Cultural Laica

«... porque os primeiros fundadores em bela paz faziam sua mercancia com os chinas e as viagens da Índia, Japão, Sião e outras se continuaram sem temor dos inimigos não cuidavam então que os poderiam ter ao diante, e cada um edificava para si, e a seu modo aonde lhe melhor estava sem respeito ao comum, com que ficou esta cidade muito espalhada, mal armada, pouco defensável, e sendo edificada como foi sem licença nem consentimento del Rei da China só com a dissimulação dos mandarins...»

Diogo Caldeira do REGO, «Relação», de Macau, aos 27 de Novembro de 1623

Neste período a paisagem cultural de Macau apresenta dois grandes campos. Um de cultura laica, essencialmente técnico-prático e um outro de cultura clerical. Ambos são fruto do dinamismo marítimo-mercantil e servem de um modo respectivamente mais imediato ou mais mediato o essencial dos interesses, de conhecimento e de acção, do programa cultural da cidade portuária.

A cultura laica de Macau é então totalmente manuscrita e em língua portuguesa. Esta cultura manuscrita e em português surge maioritariamente sem indicação de autor individual porque é uma cultura colectiva de uso, acrescento, emenda e correcção constantes. Cultura prática e empírica de índole náutico-mercantil que vamos enunciar nos seus campos e pólos chave.

A cultura laica do Macau Ming pode ser agrupada em quatro campos: 1-Roteiros e descrições náuticas; 2 – Cartografia; 3 – Relatórios e informações estratégicas de natureza económica e política; 4 – Alturas, correntes, lembranças, em especial sobre os litorais das Províncias de Guangdong e do Fujian.

Todos estes elementos essencialmente de saber técnico-prático de marinharia estão organizados em dois grandes pólos. O primeiro, a partir de cerca de 1560-1570 e muito activo até aos inícios do século XVII é dominado pela roteirística de Macau para o Japão e pelos roteiros, mapas e informações dos litorais do Sul da China. O segundo pólo, com início nos anos de 1565-1575 e que nas décadas de 1640-1660 é já claramente preponderante é dominado pela roteirística de Macau para as Costas de Champá e para a Ásia do Sueste insular e oriental (Macassar).

3. A Paisagem Cultural Clerical

«... o ano de 1557 que se passaram para a ilha de Macau onde fizeram a sua cidade a que chamaram do Nome de Deus que é onde agora estão. É uma cidade mui grande e, depois de Goa, a maior que os portuguese têm em todo este Oriente, e tem mui grandes e sumptuosos edificios, as casas grandes e de largos pátios e hortas. É de grande trato e mui rica de mercados mui grossos. Além da Sé e Misericórdia, tem quatro mosteiros das quatro religiões: mendicantes, pregadores, menores, Nossa Senhora da Graça e da Companhia de Jesus, afora o hospital e a casa de Lázarus...»

Frei Paulo da TRINDADE, macaense, c. 1636

É na cultura erudita e clerical hegemônica no Macau Ming pela Companhia de Jesus que melhor encontramos realizada a função intercultural da cidade portuária.

É em Macau, mesmo que posteriormente continuado em Zhaoqing que nascem a aprendizagem sistemática da língua chinesa escrita por parte de europeus bem como o primeiro Dicionário de chinês numa língua ocidental e as primeiras traduções do latim para mandarim e do mandarim para latim.

A função intercultural da cultura erudita de Macau não se reduz a estes elementos nem à criação das primeiras bibliotecas de livros europeus na China e de livros chineses e japoneses por europeus. Manifesta-se também na complexa e plural articulação das culturas chinesa, japonesa e europeia, bem como na edição tipográfica na Casa da Companhia de Jesus de obras com impacto em círculos culturais de elite da Ásia Oriental e da Europa, em especial por via da tradução.

É na cultura erudita-clerical que surge, dum modo mais visível do que na cultura laico-prática a pluralidade cultural de Macau. As múltiplas faces da cidade portuária virada para a língua, a geografia e o budismo japoneses, mas também vocacionada para a informação sobre a China e a iniciação à Civilização Chinesa bem como a rudimentos de geografia e de língua vietnamitas e do Sião.

A cultura erudita, ao contrário da laico-prática, surge quer na forma manuscrita quer na impessa tipograficamente. Tem uma variedade linguística maior que a da cultura prática operando não só com o português e o chinês, oral e escrito, mas também com o latim, espanhol, italiano, mesmo estudos de gramática e vocabulário de japonês e anamita.

A cultura erudita e clerical do Macau Ming pode ser agrupada em quatro tipologias dominantes. Cerca de trinta a quarenta por cento das obras são Tratados ou Informações de natureza geográfica e antropológica sobre a Ásia Oriental, muito em especial sobre o Japão, como vemos nos casos do inédito *Del Principio y Progreso de la Religion Christiana en Japon* de A. Valignano, 1601, no Japão, a 1603-1605, em Macau e na «*História do Japão*» de João Rodrigues S.J. e Martinho Hara S.J., escrita em Macau, nos anos de 1620-1627. Um pouco mais de vinte por cento são Relatórios e Memórias sobre a experiência missionária no Japão ou na China. Obras ao estilo da de Afonso de Lucena S.J. – *De algumas coisas que pertencem à cristandade de Omura*, Macau, c.1614 ou de Francisco Pires S.J. – *Pontos do que me alembrear*, Macau, c. 1622-1623.

Cerca de outros vinte por cento resulta de matérias de organização interna dos missionários franciscanos, agostinhos, jesuítas. Textos de estilo «Catálogos», «Rol de Casas», Sumários e Informações várias. Entre trinta a quarenta por cento são obras de Doutrina e Informação em diálogo e/ou polémica com o mundo asiático e as diferentes visões da Ásia. Sirva tão só como exemplo desta tipologia a exposição enviada por Martim Inácio de Loiola, ao rei Filipe II, de Macau, em 1587, a *Apologia de la Compania de Jesus de Japon y China*, Macau, 1598 de Alexandro Valignano S.J. ou a ainda inédita *Apologia e resposta feita pelo Padre Valentim de Carvalho* S.J., Macau, 1617

4. A Função Intercultural de Macau

«...quanto ao que desta terra desejarão, caríssimos irmãos, saber, pela pouca noticia que até agora se dela teve, o que dela temos alcançado estes três anos que há que cá estamos – que umas duas vezes que nesta cidade de Cantão por alguns dias estive – é o que agora lhes direi...»

Manuel TEIXEIRA, S.J., Carta de Macau, a 1 de Dezembro de 1565

A função intercultural de Macau no período Ming assenta na condição de uma cidade portuária que é denominador comum de um vasto e múltiplo campo de comunidades e de interesses que se estendem dos Mares da China ao Índico e Atlântico.

É o conjunto destas redes e parcerias que torna Macau, nos séculos XVI e XVII, o centro maior de intercâmbios Europa-China nos planos

linguístico, tecnológico e ecológico. A fronteira por excelência da Ásia Oriental e das civilizações chinesa e japonesa com a cristandade europeia. Esta pluralidade manifesta-se também na própria tipologia dos quadros culturais de Macau que é enunciada de forma breve.

A própria natureza do que consideramos o universo cultural de Macau neste período atesta esta dimensão de fronteira. O nosso trabalho é sobre o lado ocidental de Hoajing a que chamamos Macau, mas deste lado da fronteira operam múltiplos agentes e transmissores culturais chineses e japoneses.

Na sua maioria no plano oral e prático de quadros de marinharia e de intérpretes que não deixam marcas documentais no plano textual e ficam anónimos. Mas existem presenças que deixam marca textual como a de Zhong Mingren (c. 1564 – c.1621) de nome cristão, Sebastião Fernandes ou de Martinho Hara, S.J., que em Macau, nos anos de 1620-1627 compõe juntamente com João Rodrigues S.J., a *História do Japão* ou do chinês natural de Macau de que apenas conhecemos o nome cristão de Salvador Dias e que em 1627, dá as informações orais escritas no relatório «*Acerca do trato aberto entre os Chinas e Olandeses*».

Consideramos pois campo documental da cultura de Macau, nos séculos XVI e XVII, toda e qualquer obra aí produzida, concluída ou iniciada de forma relevante, da autoria de ocidentais, asiáticos ou de parcerias euroasiáticas. Obra expressa em círculos europeus ou ocidentalizados de geração e de recepção seja qual for a sua condição de língua, teoria, informação.

O primeiro Dicionário de chinês numa língua ocidental, o colectivo, anónimo e manuscrito *Vocabulário Português-Chinês* (existe desde 2001, reprodução fac-similada deste manuscrito), trazido de Macau e Zhaoqing para Roma, em 1588, pelo jesuíta M. Ruggieri é a expressão maior desta função intercultural de Macau. Este Vocabulário é o ponto maior de cruzamento das culturas chinesa e portuguesa-europeia bem como das culturas laica e clerical de Macau nos finais de Quinhentos.

Macau funciona, no período Ming, como noticiário da China e do Japão para a Europa e como o notícias de apresentação da Europa para a China e o Japão. É então a fronteira aberta entre a Europa e a China que troca mercadorias e metais preciosos mas também línguas e mapas, livros e instrumentos, ideias e novidades.

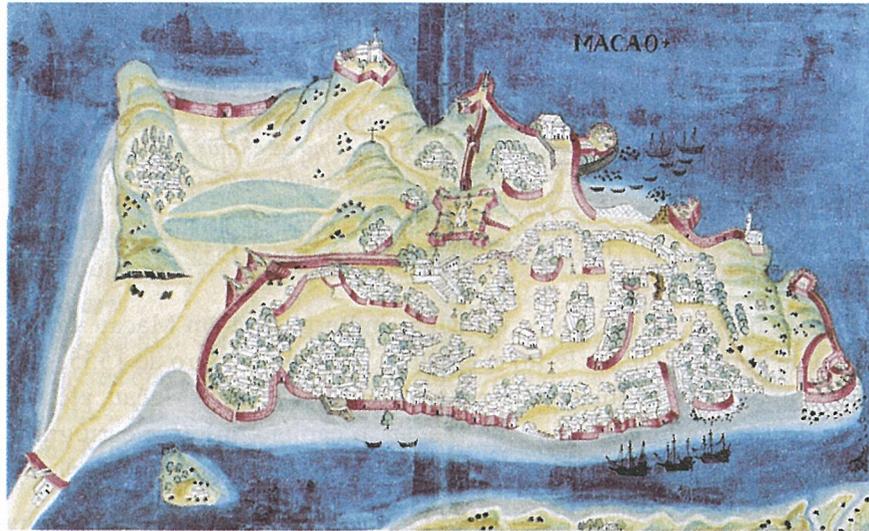
5. Elementos para uma Cronologia da Cultura de Macau no Período Ming

«...esta discórdia de entre os chinas e os japões é grande meio para os portugueses que quiserem ir a Japão porque como os chinas não vão lá a tratar com suas fazendas têm grande meio os mercadores portugueses para tratar seus negócios temporais...»

Luís FRÓIS S.J., Carta de Malaca a 1 de Dezembro de 1555

Esta breve cronologia da produção cultural de e em Macau vai da Carta de Fernão Mendes Pinto aí escrita a 20 de Novembro de 1555, que constitui o primeiro documento em português da vida de Macau, até aos anos de 1660, altura em que, em Macau, o capitão, piloto e cartógrafo natural de Goa, André Pereira dos Reis, compõe o manuscrito *Livro em que se verá vários discursos e demonstrações de várias terras*.

Trata-se de acompanhar cronologicamente os mapas e roteiros, informações e lembranças, dicionários e gramáticas, geografias e histórias, traduções e controvérsias que diferentes autores ocidentais ou grupos de ocidentais e asiáticos sob a forma manuscrita e complementarmente impressa criam em Macau ao longo do período Ming.



27. Macau segundo Pedro Barreto Resende no *Livro das Plantas de Todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental*, de António Bocarro, 1635 (Évora, BPE).



28. Códice anónimo português de meados do século XVI. Roma, Biblioteca Casanatense, Ms. 1889, f. 140-141.



29

A sociedade chinesa dos finais do século XVI, segundo as narrativas de Jan Huygen van Linschoten no seu *Itinerário, Viagem ou Navegação para as Índias Orientais ou Portuguesas* (publicado em 1596 em Amesterdão). Da aparência dos habitantes de um reino pujante de coisas belas e preciosas (imagem 29) aos hábitos dos seus governadores ou mandarins (imagem 30).

30



Lectuli et rano, quibus Chines praecura primarj Mandarinos vocant... Maniere alie hanc die Mandarinos cum Chines videlicet his principales gover...

Noticiário

ÚLTIMA LIÇÃO DO PROFESSOR DOUTOR
JOSÉ MANUEL MARQUES DO CARMO
MENDES TENGARRINHA

No dia 29 de Maio de 2002, no Anfiteatro I da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, numa sessão solene presidida pelo Magnífico Reitor da Universidade de Lisboa Professor Doutor José Barata Moura, e com a presença dos Presidentes do Conselho Directivo, Conselho Científico, Conselho Pedagógico, Assembleia de Representantes e Comissão Executiva do Departamento de História, respectivamente Professores Doutores Fernanda Gil Costa, João de Almeida Flor, Pedro Calafate, Cristina Almeida e Maria do Rosário Themudo Barata, o Professor Doutor José Manuel Marques do Carmo Mendes Tengarrinha proferiu a sua *Última Lição*.

Acorreram em elevadíssimo número os alunos e os colegas, do Departamento e da Faculdade, bem como de outras Faculdades, Universidades, e de várias instituições públicas, de cultura, administração, etc.. Entre os presentes assinalaram-se os Professores Doutores Maria Helena da Cruz Coelho, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Luís Aires de Barros do Instituto Superior Técnico, Paquete de Oliveira do Instituto Superior das Ciências do Trabalho e Empresa, Maria Eugénia Mata, António Reis e Espinha da Silveira, das Faculdade de Economia e Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Professora Doutora Myriam Halpern Pereira Directora do Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo.

Após as alocações de alguns membros da mesa que sublinharam vários aspectos da personalidade do historiador e do intelectual, a originalidade e valor da sua actividade de investigador, bem como da obra produzida, a sua dedicação à vida académica e às actividades de extensão cultural, no País e no estrangeiro, nomeadamente em Espanha, França,

Itália e Brasil, a dignidade com que encarou a sua intervenção cívica e política e a prossecução da carreira académica por todos os passos curriculares nomeadamente o Doutoramento em História efectuado em 1993 que teve como orientador o Professor Doutor Jorge Borges de Macedo – a cuja memória o Homenageado prestou comovido preito, agradecendo a presença na sala da Senhora Dr.^a Gisèle Borges de Macedo – foram lidas algumas mensagens recebidas na mesa da sessão: de German Rueda Hernandez, Professor Catedrático de História da Universidade de Santander, de Celso Almuíña, Professor Catedrático de História Contemporânea e Director do Departamento de História Moderna e Contemporânea e de América da Universidade de Valladolid, do Magnífico Reitor da Universidade Católica Portuguesa Professor Doutor Manuel Braga da Cruz, dos Presidentes dos Conselhos Directivo, Científico e Pedagógico da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, do Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, do Professor Doutor Jorge Braga de Macedo da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, da Senhora Dr.^a Branca Braga de Macedo Castro Henriques, do Dr. António D'Orey Capucho Presidente da Câmara de Cascais, do Dr. José Jorge Letria e do Dr. Emílio Rangel.

Após esta leitura, a primeira parte da sessão foi encerrada pelo discurso proferido pelo Magnífico Reitor.

O Homenageado proferiu, então, a sua *Última Lição* subordinada ao tema «Movimentos Sociais e Representações Políticas – visão histórica e prospectiva» que apresentou como a possível síntese final do curso sobre *Movimentos Sociais do Portugal Contemporâneo* que regera na Licenciatura em História, nesse ano lectivo e que foi aplaudida calorosamente pela assistência.

Fazendo eco das palavras proferidas na sessão, o corpo redactorial desta revista cumprimenta o Professor Doutor José Tengarrinha, na certeza de que esta «última lição» foi a primeira de um novo ciclo, e exprime os votos das maiores felicidades.

M. R. Themudo Barata

MARIA BENEDITA AIRES ARAÚJO DE ALMEIDA ARAÚJO

A equipa redactorial da revista *CLIO*, ao publicar um trabalho inédito da Professora Doutora Benedita Araújo, pretende prestar homenagem a uma distinta colega, professora e investigadora que, com a discrição que é seu timbre, requereu a aposentação. Licenciada em 1965, especializando-se nas vertentes de História e Antropologia, pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas com a dissertação *A Expansão Portuguesa e o Sentimento Religioso*, que mereceu a mais alta classificação e o Prémio Frei João dos Santos, de Investigação Histórica, após o Curso Superior de Farmácia, a Professora Benedita Araújo trouxe, para a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde começou a leccionar na área dos Descobrimientos e da Expansão Portuguesa em colaboração com o Professor Alexandre Lobato, uma experiência de complementaridade de perspectivas científicas que é de toda a justiça salientar o interesse. A sua actividade estendeu-se à área de História Moderna, tendo desenvolvido os estudos de cultura e de mentalidades e a problemática da Inquisição. Doutorou-se em História Moderna e Contemporânea em 1989, com a dissertação *A Medicina Popular e a Magia no Sul de Portugal (Séculos XVII e XVIII). Contribuição para o estudo das correntes mentais e espirituais*, sendo aprovada com distinção e louvor. Membro de várias associações culturais no País e no estrangeiro, designadamente da Academia da Marinha, do Centro de Intercâmbio Luso-Chinês, do Centre Européen de Recherche sur les Congrégations Religieuses, do Instituto Açoreano da Cultura, da Sociedade de Geografia de Lisboa, da Associação dos Arqueólogos Portugueses de que foi Vice-Presidente e da Academia Portuguesa da História de que é membro correspondente, é autora de cerca de uma centena de trabalhos, muitos deles fruto da participação em congressos, em Portugal, Espanha, Itália, Índia e Brasil.

Esperamos todos que essa actividade prossiga e que possamos continuar a contar com a colaboração da Professora Doutora Benedita Araújo a quem desejamos as maiores felicidades.

M. R. Themudo Barata

IN MEMORIAM
GENERAL MANUEL FREIRE THEMUDO BARATA

O Centro de História da Universidade de Lisboa pretende homenagear, com as breves palavras que se seguem e que se juntam às que serão registadas na *Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa*, a memória do primeiro Presidente da Comissão Portuguesa de História Militar, o General Manuel Freire Themudo Barata falecido no passado dia 25 de Abril.

Militar de alta craveira profissional e de profunda preparação humanística, com assinalável folha de serviços que mereceram as maiores homenagens em Portugal e no estrangeiro, deu provas, ao longo da sua vida, de um constante interesse pela história e cultura pátrias, interesse a que corresponderam os cargos para os quais foi nomeado e que assim o indiciavam ou requeriam. Colaborador das revistas militares e de obras históricas de feição global para as quais era solicitado em temas da sua especialidade, desenvolveu a investigação e a escrita na década de 70, em relação com a sua actividade de professor do Curso de Altos Comandos do Instituto de Altos Estudos Militares e do 2.º Curso de Defesa Nacional no Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional e com os cargos que detém a partir de então. Data também de 1973 o início da colaboração com a *Revista Militar*, com vários trabalhos apresentados, dentre os quais o artigo «Dinâmica Militar» que foi premiado com o prémio Augusto Osório. Da direcção da revista foi vogal, de 1977 a 1994. Foi também, entre outras funções que desempenhou, Director da *Revista de Artilharia* no biénio de 1978-1979, Presidente da Comissão para o Estudo das Campanhas de África de 1979 a 1989 e redactor dos prefácios dos cinco volumes que resultaram destes trabalhos, Director do Serviço Histórico Militar de 1982 a 1989, Presidente da Comissão Executiva das Comemorações do VI Centenário da Batalha de Aljubarrota em 1985-1986 e impulsionador da criação do Museu Militar de Aljubarrota, Presidente da Direcção da Sociedade Histórica da Independência de Portugal a partir de 1987 até à sua morte, Presidente da Comissão Portuguesa de História Militar a partir da sua criação, em 1989 e participante, desde 1990, na Comissão Internacional de História Militar, sendo chamado ao Bureau Directivo no quinquénio de 1995-2000. Será, ainda, o 1.º Vice-Presidente eleito para o quinquénio 2000-2005.

À sua acção se deve o estabelecimento da colaboração entre a Comissão Militar e as Universidades, iniciativa que, por parte da comunidade académica, foi, em geral, bem recebida pois vinha ao encontro de interesses e especializações já delineados e que esperavam por tempo oportuno para se desenvolverem e projectarem no meio cultural e por interlocutores especialistas ao mais alto nível. De uma parte como de outra tinha-se a convicção da necessidade da interpretação global, comparada, renovada, da História. Assim surgiu o protocolo estabelecido com o Curso de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para a leccionação dos especialistas de História Militar designados pela Comissão nos cursos de mestrado e no desenvolvimento de projectos de doutoramento em temas de investigação estrutural que correspondem à índole do Centro de História.

Os especialistas militares vieram à Faculdade de Letras, para além do seu presidente. E os resultados desta colaboração com os docentes e investigadores universitários tomaram forma nas teses de mestrado e até de doutoramento que lucraram ou derivaram desta iniciativa, na lista de trabalhos académicos que mereceram a atenção da Comissão Portuguesa de História Militar, inclusive o Prémio Defesa Nacional. Muitos destes dados constam em concreto das listagens apresentadas no fim deste número da Revista *CLIO*. Mas poderíamos prosseguir referindo os investigadores que acorreram, desde então, aos Colóquios de História Militar imediatamente criados pela Comissão Portuguesa de História Militar e que desde 1990 se realizam.

Todos estes aspectos constam da justificação apresentada aquando da proposta de elevação do General Manuel Freire Themudo Barata a Académico de Mérito da Academia Portuguesa da História. Muito haveria, ainda, para dizer. No entanto, uma última e única referência para terminar: deve-se-lhe, em conjunto com o Professor Doutor Nuno Severiano Teixeira, a coordenação da obra *Nova História Militar de Portugal* em que colaboram historiadores militares e civis, do largo espectro das universidades portuguesas e para a qual chamou, para orientação conjunta do volume III, o nosso colega de Departamento e do Centro de História Professor Doutor António Ventura.

Estas palavras aqui ficam, como grata homenagem à memória de quem foi, com toda a justiça, considerado «o impulsor do lançamento da História Militar nas Universidades Portuguesas» e também a quantos com ele colaboraram. Serão, ainda, um estímulo aos mais jovens investigadores para continuar.

M. R. Themudo Barata

CHUL – DESTAQUES

ENCONTROS CIENTÍFICOS E SEMINÁRIOS DE FORMAÇÃO

Nas iniciativas de largo espectro organizadas pelo Centro de História da Universidade de Lisboa, foi marcante a realização na Faculdade de Letras de Lisboa em Dezembro de 2001 de um amplo Seminário *As crises em Portugal nos séculos XIX e XX – dimensões culturais, políticas e sociais*, dirigido pelo Prof. Doutor João Medina, envolvendo numerosos investigadores de diferente proveniência científica e institucional. A sua repercussão foi imediata em estudantes de cursos de Licenciatura e, em particular, nos jovens investigadores mestrados e doutorandos a quem se destinava prioritariamente.

Em 2002 publicaram-se as Actas do Seminário (coordenação de Sérgio Campos Matos), permitindo a prossecução de trabalhos e de debates por este abertos sobretudo em reflexões sobre o período moderno e contemporâneo.

Nesse mesmo ano o Centro apoiou e participou através de alguns dos seus investigadores num Colóquio realizado na FLUL por iniciativa do Instituto Oriental da FLUL (Março de 2002), sobre «*Orientalismo Ontem e Hoje*». Nos cem anos da morte de Verdi, com workshops de «línguas pré-clássicas: egípcio e hebraico» e uma feira do livro em simultâneo, publicando-se um novo título, *Literaturas da Mesopotâmia*, na Colecção «Cadernos Clio».

No último trimestre de 2003:

COLÓQUIO *O TEMPO DE MANUEL DE ARRIAGA*

Realizou-se com assinalado sucesso na Universidade de Lisboa (Reitoria e Faculdade de Letras), entre 24 e 26 de Setembro, o Colóquio *O Tempo de Manuel de Arriaga*, dirigido pelo Prof. Doutor Sérgio Campos Matos, numa organização conjunta do Centro de História da Universidade de Lisboa e da Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta, nele

participando investigadores da Universidade de Lisboa e da Universidade dos Açores, da Universidade Católica Portuguesa, da Universidade Aberta, da Universidade Nova de Lisboa, da Universidade Lusófona, da Universidade do Minho, da Universidade da Madeira e do Instituto Histórico da Ilha Terceira. Será *Notícia* com maior pormenor em próximo número da Revista *Clio*.

CICLOS DE *CINEMA & HISTÓRIA*

Entre 6 e 10 de Outubro de 2003 teve lugar o 1.º Ciclo temático de *CINEMA & HISTÓRIA* organizado pela Comissão de Formação permanente do CHUL. Patrocinado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, contou ainda com a colaboração do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Realizou-se em cinco sessões, todas elas incluindo uma conferência e a projecção de um filme. Foram conferencistas convidados:

- João Medina (FLUL) sobre o filme *O Grande Ditador*
- António Ventura (FLUL) sobre o filme *Alexandre Nevski*
- Sérgio Campos Matos (FLUL) sobre o filme *Terra e Liberdade*
- Rui de Azevedo Teixeira (UA) sobre o filme *Non ou a vã glória de mandar*
- José Ribeiro (UA) sobre o filme *O Homem com a câmara de filmar*

O Centro de História da Universidade de Lisboa, que prepara a publicação destas palestras, já tem outros ciclos programados para 2004.

COLÓQUIO *ESTALINE EM PORTUGAL*

Organizado pelo CHUL sob a responsabilidade do Prof. Doutor António Ventura, realizou-se nos dias 21 e 22 de Novembro de 2003, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, o Colóquio «Estaline em Portugal» de que se dará notícia desenvolvida em próximo número da Revista *Clio*.

SEMINÁRIOS SOBRE *RENASCIMENTO PORTUGUÊS*

Arranca no ano académico 2003/2004 o Ciclo de Seminários de formação pós-graduada do Centro de História sobre *Renascimento Portu-*

CINEMA & HISTÓRIA

dias
6 a 10
OUTUBRO
2003





**CENTRO DE
HISTÓRIA**
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Com o Patrocínio da
Fundação para a
Ciência e a Tecnologia

Com a Colaboração do
Instituto de História Contemporânea da
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Ciclo de Seminários de formação pós-graduada
2003/04 e 2004/05

Consolidando as relações científicas e culturais entre o Departamento de História da FLUL e o Centro de História da Universidade de Lisboa e alargando-as ainda a outros espaços científicos nacionais e internacionais, pela participação de professores e de investigadores convidados, os Cursos de pós-graduação em História Moderna asseguram aos seus formandos a frequência de um ciclo de palestras-debate a desenvolver por aquela unidade científica em 2003/05. Tão, desta forma, colaborar estreitamente com o CHUL na concretização da primeira fase de um projecto dirigido pelo Prof. Doutor Luís Filipe Barreto, apresentado à FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia e destinado à formação pós-graduada (mestrado e doutoramento).

RENASCIMENTO PORTUGUÊS

coordenação: Prof. Doutor Luís Filipe Barreto

Palestras por Professores convidados seguidas de debate. Temas previamente apresentados aos inscritos com sugestões de leituras aprofundadas

Estado e Política – Historiografia – Arte
Cultura da Expansão Portuguesa
Humanismo e Humanistas – Filosofia – Ciência e Técnica

Contemporânea
Lisboa



UNIVERSIDADE DE LISBOA
Faculdade de Letras
Departamento de História

Mestrado em
Didáctica da História

2003/2004



Mestrado em História e Cultura Europeia Contemporânea

2003 / 2005



FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

POS-GRADUAÇÃO E MESTRADO EM HISTÓRIA MODERNA

Professora Coordenadora
Prof. Doutora Maria do Rosário Thomaz Barreto
Prof. Doutora Helena Almeida
Prof. Doutora Maria do Carmo Soares

O curso de Mestrado em História Moderna oferece licenciados e investigadores de várias áreas de estudo:

- 1) Formação e actualização de conhecimentos creditados;
- 2) Aperfeiçoamento de conhecimentos técnicos de investigação e de trabalho científico (tempo ideal: 2 semestres);
- 3) Certificado de estudos pós-graduados;
- 4) Aplicação metodológica com vista à elaboração de trabalhos científicos originais;
- 5) Acesso a unidades académicas de investigação;
- 6) Preparação de trabalhos de investigação para o doutoramento.



MESTRADO EM PALEOGRAFIA E DIPLOMÁTICA

Alvaros cardeais de 1603-1604

Coordenador: Bernardo de Sá Nogueira
Secretaria: Hermenegildo Fernandes



SEMINÁRIOS

- Paleografia Portuguesa
Nomenclatura da Paleografia
- Paleografia
Manuscr. de São Paulo (S. XVI - Coimbra)
Compendio de Grammatica Latina (S. XVI - Roma)
- Paleografia
Arte da Escrita
História da Escrita
História da Escrita
- O Livro e a Escrita
Portuguesa dos Séculos XVI e XVII
Contexto Cultural
- A Cultura Escrita na Península Ibérica
Renascimento

Número de páginas: 15
Impressão: Edição de Setembro de 2003

Forma de aquisição e entrega: através do Centro de História da Universidade de Lisboa e a sua rede
Entrega de exemplares no acto da inscrição

SEMINÁRIOS
(a realizar em 2003-2005)

- História e Cultura do Egito Antigo (1º sem.)
(Professor Doutor João Paulo)
- Historiografia Pré-Clássica (1º sem.)
(Professor Doutor José Nunes Carneiro)
- História Clássica (1º sem.)
(Professor Doutor José Augusto Ramos)
- Epóico Clássico (1º sem.)
(Professor Doutor Luís Manuel de Arago)
- História de Arca (2º sem.)
(Professor Doutor José Augusto Ramos)
- Crónicas Literárias na Literatura Portuguesa de Viagem (2º sem.)
(Professor Doutor José Nunes Carneiro)
- Sociologia e Economia do Antigo Egipto (2º sem.)
(Professor Doutor António Ramos da Santos)
- Profetas do Oriente Médio e Israel (2º sem.)
(Professor Doutor Francisco Gonçalves)
- Língua e Cultura Académica (2º sem.)
(Professor Doutor José Augusto Ramos)
- Língua e Cultura Académica (2º sem.)
(Professor Doutor José Augusto Ramos)



FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE LISBOA
INSTITUTO ORIENTAL

Mestrado em
HISTÓRIA
E CULTURA PRÉ-CLÁSSICA

Coordenador do Mestrado:
Professor Doutor José Nunes Carneiro

Secretário do Mestrado:
Professor Doutor José Augusto Ramos

guês, a desenvolver-se durante dois anos sob a coordenação do Prof. Doutor Luís Filipe Barreto. Será constituído por palestras por Professores convidados, seguidas de debate, subordinadas a temas previamente apresentados aos inscritos com sugestões de leituras aprofundadas.

Áreas temáticas: Estado e Política – Historiografia – Arte – Cultura da Expansão Portuguesa – Humanismo e Humanistas – Filosofia – Ciência e Técnica – Portugal, a Europa e o Mundo – O Renascimento na Cultura Portuguesa Contemporânea.

SEMINÁRIOS DE HISTÓRIA NA FACULDADE DE LETRAS DE LISBOA

O CHUL desenvolve projectos próprios e, através dos seus investigadores, participa intensamente nos cursos de formação graduada e pós-graduada da Universidade de Lisboa, assegurando a docência em *Seminários de Pós-Graduação, Mestrado e Doutoramento* da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, colaborando em programas de intercâmbio nacional e internacional com unidades de investigação e instituições do ensino superior, assumindo protocolos com entidades regionais, orientando dissertações e teses que se integram nas suas linhas de acção.

Investigadores do CHUL asseguram, entre outros, os cursos oferecidos pelo Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Em funcionamento em 2003/2004:

- Mestrado em Arte, Património e Restauro (Lisboa)
- Mestrado em História Medieval (Lisboa)
- Mestrado em História Contemporânea (Lisboa)
- Mestrado em Cultura e Formação Autárquica (Cascais).
- Mestrado em História Regional e Local (Lisboa e Portimão)
- Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa (Lisboa)
- Mestrado em História de África (Lisboa)
- Mestrado em História e Cultura do Brasil (Lisboa)

Abrindo inscrição:

Mestrado em História e Cultura Pré-Clássica (Lisboa)
Mestrado em História Moderna (Lisboa)

Novos cursos:

Mestrado em História e Cultura Europeia Contemporâneas (Lisboa)
Mestrado em Paleografia e Diplomática (Lisboa)
Mestrado em Didáctica da História (Lisboa)

O CHUL continua a apoiar *cursos e simpósios* organizados pelos seus investigadores e instituições colaborantes (Jornadas na FLUL, Seminários organizados por Centros e Institutos dentro e fora da Universidade, *Cursos da Arrábida, Cursos Internacionais de Verão de Cascais, Jornadas de História Ibero-Americana* – Instituto de Cultura Ibero-Atlântica / Portimão, *Curso de Verão da Ericeira*, entre outras iniciativas).

Para a *Cerimónia de abertura do ano lectivo dos cursos de História* na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, cuja Lição de Sapiência foi em Outubro de 2002 assegurada por um investigador do CHUL, Prof. Doutor Luís Filipe Barreto, que dissertou sobre *Damião de Goes – Os Caminhos de um Humanista*, foram convidadas em 2003 duas prestigiadas Professoras e investigadoras com estreitas relações com o Centro de História, a Prof. Doutora Iria Gonçalves (no ano do seu jubileu), que proferiu a Lição de Sapiência subordinada ao tema *Sabores e saberes da cozinha medieval*, e a Prof. Doutora Maria do Rosário Themudo Barata, Catedrática da UL e investigadora e Secretária do CHUL.

EDIÇÕES

– *Uma Vida em História. Estudos em homenagem a António Borges Coelho* (coordenação de António Dias Farinha, José Nunes Carreira e Vítor Serrão), Caminho / apoio CHUL, 2001.

– *Eça, Antero e Victor Hugo. Estudos sobre a cultura portuguesa do século XIX* de João Medina, CHUL, 2001.

– *Descrição do Reino de Portugal* de Duarte Nunes do Leão, 3.^a edição; transcrição do texto, notas, aparato crítico e biografia do autor por Orlando Gama; estudos introdutórios de António Borges Coelho, João Carlos Garcia e Suzanne Daveau; tradução e notas dos textos latinos por Amílcar Guerra. Colecção «Clássicos da Historiografia», CHUL, 2002.

– *A Colegiada de Santo André de Mafra (séculos XV-XVIII). Transcrição Paleográfica do Fundo Documental e Estudo introdutório* (Prémio Calouste Gulbenkian de História Regional 2001, da APH) de Margarida Garcez Ventura, Câmara Municipal de Mafra / apoio CHUL, 2002.

LANÇAMENTOS DE LIVROS**Novembro 2002**

A 27 de Novembro de 2002, em cerimónia no Salão Nobre da Reitoria da Universidade de Lisboa, presidida pelo Magnífico Reitor da Universidade de Lisboa Prof. Doutor José Barata Moura e com a participação, a convite do Director do Centro Prof. Doutor João Medina, do Presidente da FCT Prof. Doutor Fernando Ramôa Ribeiro e da Directora Geral do Ensino Superior Prof. Doutora Teresa Moura Guedes, lançou o CHUL quatro publicações, edições próprias duas delas, as outras editadas com o seu apoio:

- *A Governação de D. João III: a Fazenda real e os seus Vedores* de Maria Leonor García da Cruz, Colecção «Textos Universitários», CHUL, 2001. Obra apresentada pela Prof. Doutora Maria do Rosário Themudo Barata.

- *Crises em Portugal nos Séculos XIX e XX*, Actas do Seminário atrás referido, Colecção *Coloquia*, CHUL, 2002. Apresentadas pelo coordenador, Prof. Doutor Sérgio Campos Matos.
- *A Costa Oriental Africana (1640-1668). O Monopólio dos Capitães*, de Rui Miguel da Costa Pinto, Estar, 2002. Apresentada pelo Prof. Doutor António Dias Farinha.
- *O Senhor Roubado. A Inquisição e a Questão Judaica* de Jorge Martins, com Prefácio de João Medina, Europress, 2002. Apresentada pelo Dr. Luís Farinha.

Pela mesma altura, entre 25 e 29 de Novembro, organizou a Associação de Estudantes da FLUL uma Feira do Livro, tendo o CHUL participado com uma representação própria que registou assinalável procura.

Dezembro 2002

- *ARTIS*. Revista do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, dirigida pelo Prof. Doutor Vítor Serrão, n.º 1, 2002. Edição apoiada pelo CHUL.

A cerimónia de lançamento contou com a participação da Presidente do Conselho Directivo da FLUL, Prof. Doutora Fernanda Gil Costa, e com membros do Instituto e do Centro.

Junho 2003

- *Livro das Lezírias d'El Rei Dom Dinis. Transcrição, Estudo introdutório e Notas* de Bernardo Sá Nogueira. Colecção «Fontes para a História de Portugal», CHUL, 2003.

Lançamento da obra em Auditório da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa a 18 de Junho de 2003, com a presença do Presidente do Departamento de História da FLUL Prof. Doutor José Ramos. Além deste, discursaram o Director do Centro e o organizador e autor do estudo.

Apresentaram a obra a medievalista convidada Prof. Doutora Iria Gonçalves e o investigador Prof. Doutor Hermenegildo Fernandes.

Novembro 2003:

- *Os Diplomas privados em Portugal dos séculos IX a XII. Gestos e atitudes de rotina dos seus autores materiais* de António Joaquim Ribeiro Guerra, CHUL, 2003.

O lançamento da obra realizou-se a 20 de Novembro de 2003, por altura da reabertura do Curso de Mestrado em Paleografia e Diplomática na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. A apresentação do autor e da obra foi assegurada pelos Professores José Marques, da Universidade do Porto, Helena Cruz Coelho, da Universidade de Coimbra, e Bernardo Sá-Nogueira, da Universidade de Lisboa e coordenador do curso.

Na cerimónia presidida pelo Director do Centro de História, Prof. Doutor João Medina, intervieram, além deste, o Magnífico Reitor da Universidade de Lisboa, Prof. Doutor José Barata Moura, e o Presidente da FCT/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Prof. Doutor Fernando Ramôa Ribeiro. Prestigiaram o evento com a sua presença ainda os Presidentes do Conselho Directivo da Faculdade de Letras de Lisboa e do Departamento de História, respectivamente Professores Doutores Isabel Castro Henriques e José Augusto Ramos, bem como outras altas personalidades do universo académico.

A sessão encerrou com uma brilhante actuação do Coro da Faculdade de Letras de Lisboa. Seguiu-se-lhe um jantar realizado no *Canto das Letras*.

**RESUMO DE TESES DE DOUTORAMENTO
DE INVESTIGADORES DO CHUL**

Autor: FERNANDO JORGE ARTUR GRILLO

Título da dissertação: *Nicolau Chanterene e a afirmação da escultura do Renascimento na Península Ibérica (c. 1511 – 1551)*

Área científica: Letras – História da Arte

Instituição e data da defesa: Universidade de Lisboa, 9 de Março de 2001

Júri: Prof. Doutor Manuel Villaverde Cabral (Presidente, Universidade de Lisboa), Prof. Doutor Andrés Rosendo Valdès (Arguente, Universidade de Santiago de Compostela), Prof. Doutor Pedro Dias (Orientador, Universidade de Coimbra), Prof. Doutor João Medina (Universidade de Lisboa), Prof. Doutora Maria do Rosário Themudo Barata de Azevedo Cruz (Universidade de Lisboa), Prof. Doutor Vítor Serrão (Universidade de Lisboa), Prof. Doutora Maria João Neto (Universidade de Lisboa)

A tese que agora se apresenta analisa em profundidade a vida e obra de Nicolau Chanterene, comprovadamente um dos mais importantes escultores que trabalharam na Península Ibérica nas cinco primeiras décadas de Quinhentos.

Com um percurso humano documentalmente balizado entre 1511 e 1551, que não havia passado despercebido aos autores da especialidade. A investigação levada agora a cabo sobre o escultor francês e sua obra, constituiu a oportunidade ideal para reflectir criticamente sobre o importante fenómeno do renascimento artístico na Península Ibérica, rastreando as suas mais importantes tendências e cultores, tanto no campo das artes como da cultura humanista e a evolução que sofreu ao longo do período em análise.

Documentado pela primeira vez em Santiago de Compostela, trabalhando para os Reis Católicos, cedo o artista vem para Portugal onde a excelência da sua capacidade plástica lhe vai granjear de imediato a protecção de D. Manuel I, que nele apreciou fundamentalmente a qualidade da sua escultura de vulto e a sua capacidade de mimar a realidade e de realizar o retrato, qualidade bem patente no portal axial do mosteiro de Santa Maria, em Belém.

Nomeado escultor régio, logo em 1519, Nicolau Chanterene frequenta a partir desse momento o restrito círculo cultural da corte manuelina e joanina, chegando a deter o cargo e dignidade heráldica de arauto Goá, sendo agraciado por diversas vezes com tenças e benesses de vária ordem.

Sempre trabalhando nesse âmbito, mestre Nicolau, como é referido na documentação, será verdadeiramente o responsável pela introdução do Renascimento de raiz italianizante no nosso país, afirmando sistematicamente a modernidade do seu ideal em soluções plásticas e estilísticas sem paralelo na Península Ibérica. Tal visão e prática poética encontram-se cabalmente demonstradas em obras disseminadas por núcleos identificados e que correspondem a ciclos cronológicos bem estabelecidos e agora reafirmados e reinterpretados.

Em Lisboa, Coimbra, Sintra e Évora o escultor trabalha para D. João III e para Dona Catarina e também para os grandes do Reino, em obras de qualidade irrepreensível que são tanto mais importantes quanto nos permitem revelar fontes de informação e influências (gravuras, iluminura, tratadística) que não tinham sido até ao momento consideradas a propósito da arte portuguesa de Quinhentos.

Uma visita a Saragoça, em 1528, um contacto estreito com artistas (Damien Forment, Gabriel Joly, Andrés de Najera) e obras fundamentais do renascimento escultórico aragonês, mais não fez do que reafirmar a confiança do mestre francês na sua real qualidade e na plena actualidade da sua visão plástica. Tal viagem, constituiu igualmente oportunidade, felizmente não desperdiçada, para recolher tratadística recentemente aí publicada (Diego de Sagredo), cujo conhecimento rapidamente ecoa na sua obra escultórica (Sintra, Évora).

A proximidade com a corte e uma vida inteira de estudo e amizades no seu seio, que urgia estudar detalhadamente, permitiu-nos colocar Nicolau Chanterene no cerne de várias questões essenciais para a arte do Renascimento em Portugal, nomeadamente à sua clara ligação com o humanismo cortesão de raiz nórdica de Nicolau Clenardo, Jean Petit, André de Resende e seus amigos, único caso reconhecido entre os artistas em Portugal desta época.

Concluimos que Nicolau Chanterene se constituiu como fonte de inspiração importante para outros artistas do seu tempo, caso de Gregório Lopes, Garcia Fernandes, Cristovão de Figueiredo e outros pintores, assim como para Diogo de Catilho, Diogo de Torralva, Diogo Pires o Moço e mesmo João de Ruão.

A constante pesquisa formal a que se dedica e o inconformismo omnipresente na sua obra, permite-nos agora considerar Nicolau Chanterene como um dos primitivos cultores de uma atitude maneirista no nosso país, harmonizando influências nórdicas e italianas, gerando obras e modificando cânones e formas de modo a expressar a sua visão e sensibilidade individuais sem nunca cair na repetição ou na forma vã.

Autor: FRANCISCO CONTENTE DOMINGUES

Título da dissertação: *Os Navios da Expansão. O Livro da Fábrica das Naus de Fernando Oliveira e a arquitectura naval portuguesa dos séculos XVI e XVII*

Área científica: Letras – História da Expansão Portuguesa

Instituição e data da defesa: Universidade de Lisboa, 2 de Maio de 2001

Júri: Prof. Doutor Manuel Villaverde Cabral (Presidente, Universidade de Lisboa), Prof. Doutor Aurélio de Oliveira (Arguente, Universidade de Porto), Prof. Doutor António Dias Farinha (Orientador e Arguente, Universidade de Lisboa), Prof. Doutor João Marinho dos Santos (Universidade de Coimbra), Prof. Doutora Maria do Rosário Themudo Barata de Azevedo Cruz (Universidade de Lisboa), Prof. Doutor António Marques de Almeida (Universidade de Lisboa)

A historiografia portuguesa serviu-se desde sempre de uma larga panóplia de fontes para documentar a história dos navios da época dos Descobrimentos e da Expansão (séculos XV e XVI), procurando ultrapassar a notória carência informativa da documentação técnica no que toca à morfologia e características dessas embarcações. As conclusões cimentadas desde o início dos estudos da especialidade, em 1892, até aos nossos dias, vieram porém a ultrapassar em muito o que a documentação permitia, já que o alargamento do conceito tradicional de fonte histórica representou menos um enriquecimento teórico, metodológico e informativo, que a procura de respostas consolidadas construídas com frequência a partir de uma aproximação acrítica dessas mesmas fontes.

Esta dissertação teve dois propósitos essenciais: avaliar sistematicamente a documentação técnica disponível e o que dela se podia concluir, com legitimidade, para o estudo da arquitectura e arqueologia navais portuguesas no período considerado.

Na primeira parte procedeu-se à análise crítica da documentação, com incidência nos tratados de arquitectura naval de Fernando Oliveira, João Baptista Lavanha e Manuel Fernandes. A obra do primeiro mereceu especial destaque, dado o seu carácter pioneiro e o facto de balizar em muito o que ainda hoje sabemos sobre a matéria, por exemplo ao nível do vocabulário técnico, razão pela qual o *Livro da Fábrica das Naus* foi também uma espécie de guia no nosso estudo. Procurou-se situar cada obra no conspecto biobibliográfico do seu autor, e bem assim no panorama europeu coevo. Por fim, analisou-se a documentação dispersa por códices de arquivos vários, tentando caracterizá-la na medida do possível, já que as mais das vezes pouca ou nenhuma informação há sobre quem escreveu o quê, quando e para quem.

Na segunda parte, notória e propositadamente muito mais pequena, procedeu-se à caracterização dos navios referidos na documentação técnica, e só esses, e com base apenas nos informes nela constantes – esperando deixar clara a diferença da metodologia utilizada em relação ao que fora feito anteriormente, com resultados também eles muito distintos. As questões de método no estudo dos navios foram ainda tratadas em capítulo próprio.

O segundo volume da dissertação apresentou uma nova leitura do tratado em português de Fernando Oliveira, seguido de um apêndice com todos os documentos técnicos conhecidos, publicados ou não. Num terceiro apêndice reproduziram-se documentos inéditos considerados de excepcional importância.

Autor: HERMENEGILDO FERNANDES

Título da dissertação: *Entre Mouros e Cristãos. A sociedade de fronteira no sudoeste peninsular interior (séculos XII-XIII)*

Área científica: Letras – História Medieval

Instituição e data de defesa: Universidade de Lisboa, 7 de Maio de 2001

Júri: Prof. Doutor Manuel Villaverde Cabral (Presidente, Universidade de Lisboa), Prof. Doutor Humberto Baquero Moreno (Arguente, Universidade do Porto), Prof. Doutor António Borges Coelho (Arguente, Universidade de Lisboa), Prof. Doutor António Dias Farinha (Orientador, Universidade de Lisboa), Prof. Doutora Iria Gonçalves (Universidade Nova de Lisboa), Prof. Doutor Pedro Barbosa (Universidade de Lisboa), Prof. Doutora Manuela Mendonça (Universidade de Lisboa)

Partindo-se da discussão de dois postulados historiográficos mais ou menos inconscientes, o de um radical corte entre o período islâmico e o período cristão e o de uma prefiguração, no período antecedente, dos limites territoriais que serão, a partir do fim de Duzentos, os das fronteiras entre reinos, procura-se, aqui, examinar a elaboração de um sistema social com características específicas largamente determinadas pela sua situação intermédia entre blocos civilizacionais distintos, o cristão ocidental e o islâmico magrebino. A ele se chamou «sociedade de fronteira». O caso do Sudoeste peninsular interior durante o século que vai *grosso modo* de 1150 a 1250 e que é o da luta pelo espaço entre várias entidades políticas, o reino português, o califado almôada, e o complexo leonês-castelhano, pareceu, a esse respeito, particularmente significativo.

Depois de se identificarem os mecanismos de construção social de uma memória em torno da incorporação da área no reino português, processo que culmina na produção de um «arquivo» que se entende na origem dos referidos postulados, procura examinar-se uma sociedade limpa do sedimento provocado pela acumulação dessa memória. A primeira das características que poderiam servir para a definir assenta no seu carácter periférico no interior de um equilíbrio de poderes supra-regional marcado pela presença de centros concorrentes. É precisamente desta noção de franja, de periferia que decorrem os outros elementos identificadores da «sociedade de fronteira». A segunda característica dominante «diz respeito à fragilidade e provisoriedade do sistema de laços que articulam essas elites regionais com os poderes do centro. A eficácia e durabilidade dessas ligações não parecem estar directamente relacionadas com alterações no comportamento dessas elites, mas com a sua posição num sistema social e político que em certa medida as transcende. Pensamos, por um lado, nos indícios evidentes de uma agitação social com prováveis raízes no campesinato e, seguramente, nas camadas inferiores das populações urbanas; e, por outro lado, na irregular capacidade de afirmação dos poderes do centro.

O terceiro elemento individualizador desta sociedade residirá na militarização. Esta evidencia-se quer num reforço da rede de *habitats* fortificados, particularmente visível durante o período almôada, quer numa adequação progressiva da própria estrutura social e das formas de organização social do espaço às realidades da guerra recorrente.» Neste contexto, «poderíamos, assim, considerar como modelo sociológico dominante o tipo do cavaleiro de fronteira. Um tipo que dominará tanto sob o ponto de vista do sistema social, como, sobretudo, sob o ponto de vista dos sistemas

de representações e que, nesta última perspectiva, sobreviverá muito para além da fossilização e desaparecimento dessa sociedade de fronteira enquanto tal, nas hipóteses de prolongamento que a colonização do novo mundo lhe irá trazer.

A grande transformação imposta pela generalização do domínio cristão sobre esta sociedade residirá, é verdade, na possibilidade de expansão do modelo. Mas, também, e talvez sobretudo, no processo lento de substituição – que nas suas linhas gerais demorará a concretizar-se o século que vai de 1250 a 1350 – dum modelo político apoiado em relações fluidas entre caudilhos e os vários poderes do centro, num espaço que mantém alguma consistência regional, por um outro que se caracteriza pela divisão desse mesmo espaço, bem como pelos processos territorializadores que se desenvolvem no seu interior. Na condução desses processos estão as duas monarquias nacionais ou multinacionais, a portuguesa e a leonesa-castelhana. O que resulta da conquista cristã é, assim, muito mais do que uma mera mudança de mãos – é a génese de um processo político que leva a prazo à definição das fronteiras dentro das categorias mentais (que estão a deixar de ser as nossas) e ao desencadeamento de processos de territorialização no seu interior, as quais estão na base, política e socialmente, da constituição do estado nacional.»

Autor: JOSÉ DA SILVA HORTA

Título da dissertação: *A «Guiné do Cabo Verde»: produção textual e representações (1578-1684)*

Área científica: Letras – História da Expansão Portuguesa

Instituição e data da defesa: Universidade de Lisboa, 11 de Abril de 2003

Júri: Prof. Doutor António Marques de Almeida (Presidente, Universidade de Lisboa), Doutora Maria Emília Madeira Santos (Arguente, Instituto de Investigação Científica Tropical), Prof. Doutor António Dias Farinha (Orientador e Arguente, Universidade de Lisboa), Prof. Doutor Eduardo Costa Dias (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa), Prof. Doutor Fernando Alves Cristovão (Professor Jubilado da Universidade de Lisboa), Prof. Doutora Maria do Rosário Themudo Barata de Azevedo Cruz (Universidade de Lisboa), Prof. Doutor Alberto de Carvalho (Universidade de Lisboa), Prof. Doutora Isabel Castro Henriques (Universidade de Lisboa).

Pretendeu-se estudar os textos que, em sequência, se escreveram entre 1578 e 1684 sobre a «Guiné do Cabo Verde». Esta «Guiné», enquanto representação, estendia-se, nas suas balizas costeiras e fluviais, do rio Senegal à chamada «Serra Leoa», espaço de presença (efectiva ou desejada) portuguesa e luso-africana que manteve estreitos laços com o arquipélago de Cabo Verde. Este espaço suscitou uma produção escrita muito significativa que o tomou como um todo bem delimitado e que configurou mesmo um *corpus* textual autónomo. Na verdade, a categoria de «Guiné do Cabo Verde» envolvia uma modalidade de representação e de apropriação do espaço. A especificidade geográfica dessa escrita resulta, precisamente, de um processo de *produção do espaço*, em que as diferentes interpretações quanto ao seu valor e estatuto por parte dos poderes e agentes metropolitanos e pela comunidade mercantil sobretudo da ilha de Santiago, conduziram a uma autêntica *luta de representações do espaço*. Por seu turno, as formas de relacionamento entre o arquipélago e os «Rios de Guiné» marcaram profundamente as *representações da identidade*, própria e alheia, veiculadas pelos autores.

Por tudo isto se procurou reconstituir o processo de génese dos textos situando-os, antes de mais, no contexto regional e identitário mestiço de que emergiram – *o mundo cabo-verdiano-guineense* – contexto em que os interesses e aspirações endógenos se cruzam com motivações exógenas. Protagonizada pelos «práticos dos Rios de Guiné» – comerciantes e «capi-tães» como André Álvares de Almada –, a produção de textos (*produção* na dupla óptica do *texto-produto* e *texto-discurso*) sobre a «Guiné» foi partilhada por um outro grande tipo de agentes culturais: os recém-chegados do reino, sem qualquer enraizamento na realidade guineense africana e luso-africana. Os primeiros constituíram os mediadores dos segundos na aproximação aos «Rios», mediação também exercida ao nível da produção escrita de conhecimento sobre essa realidade. A história dos escritos de matéria guineense é feita duma sucessão de produções e de apropriações de textos e discursos. Apropriação em boa parte consentida, chegando a tomar a forma de *co-produção textual*, por motivos de interesse mútuo – caso saliente dos projectos de colonização e de missão e (ou) da simples busca de promoção social –, mas, amiúde resultando em diferentes leituras e usos distantes das intenções dos autores. Para além do poder político metropolitano e dos seus representantes oficiais no terreno, por vezes obedecendo a interesses particulares, foram sobretudo os Jesuítas os grandes consumidores de textos oriundos de Cabo Verde e da

Guiné. Por sua vez, foram também eles – sobretudo, o superior da missão, o Padre Baltasar Barreira – que exerceram uma mediação essencial para a produção de novos escritos. Entre eles, quem procurou construir um discurso autónomo ou mesmo de ruptura, caminho de que o Padre Manuel Álvares foi o caso mais notável, não deixou de ser tributário do saber dos *práticos*, como se verificou pela análise da circulação de manuscritos e da sua recepção.

A intertextualidade já não é evidente para as produções escritas dos «práticos» entre si, não constituindo, no seu universo, uma tradição etnográfica, apesar das obras de autores como Almada, Donelha ou Lemos Coelho poderem ser consideradas, consoante os casos, *etnográficas ou para-etnográficas*. Partilham largamente um saber fundado na experiência directa e na circulação oral da informação, por vezes sob a forma de tradições transmitidas quer na ilha de Santiago, quer na costa fronteira. Os seus textos testemunham, por isso, sucessivas passagens à escrita desses conhecimentos. Daí que, na construção do discurso sobre o espaço geográfico e sobre as sociedades africanas, os modelos da cultura erudita se cruzem inesperadamente com a oralidade africana e luso-africana. Paradoxalmente, foi no *stock cultural luso-africano* que os *práticos* – e, na senda e mediação deles, os *forasteiros* – encontraram os materiais necessários para poderem cumprir os cânones da escrita, nomeadamente aqueles que eram requeridos para a composição de descrições de terras de carácter tratadístico, um dos sub-tipos textuais que se destaca no *corpus* da «Guiné do Cabo Verde». São indícios da marca de uma *cultura mestiça*, que também se revela na permeabilidade às percepções africanas dos espaço guineense, com destaque para aquelas que se organizavam em torno dos Mandingas e do Mandimansa, seu «imperador», percepções presentes na própria categoria, também ela mestiça e, por isso, nem por todos aceite, de «Guiné do Cabo Verde».

JÚRIS DE DISSERTAÇÕES ACADÉMICAS QUE INTEGRARAM INVESTIGADORES DO CHUL NO ÚLTIMO TRIÉNIO (2001- 2003)

TESES DE DOUTORAMENTO DEFENDIDAS
NA UNIVERSIDADE DE LISBOA EM 2001-2003

História da Arte

FERNANDO JORGE ARTUR GRILO, *Nicolau Chanterene e a afirmação da escultura do Renascimento na Península Ibérica, c. 1511-1551*.

Doutoramento em Letras – História da Arte, UL, 2000 (2001).

Júri: Manuel Villaverde Cabral (Presidente, Universidade de Lisboa), Andrés Rosendo Valdès (Arguente, Universidade de Santiago de Compostela), Pedro Dias (Orientador, Universidade de Coimbra), João Medina (UL), Maria do Rosário Themudo Barata de Azevedo Cruz (UL), Vítor Serrão (UL), Maria João Neto (UL).

Resumo publicado neste número da *Clio* (9, 2003).

História Medieval

HERMENEGILDO FERNANDES, *Entre Mouros e Cristãos. A sociedade de fronteira no sudoeste peninsular interior (séculos XII-XIII)*.

Doutoramento em Letras – História Medieval, UL, 2000 (2001).

Júri: Manuel Villaverde Cabral (Presidente, Universidade de Lisboa), Humberto Baquero Moreno (Arguente, Universidade do Porto), António Borges Coelho (Arguente, UL), António Dias Farinha (Orientador, UL), Prof. Doutora Iria Gonçalves (Universidade Nova de Lisboa), Prof. Doutor Pedro Barbosa (UL), Prof. Doutora Manuela Mendonça (UL).

Resumo publicado neste número da *Clio* (9, 2003).

História Moderna

MARTINHO VICENTE RODRIGUES, *A vila de Santarém (1640-1706): instituições e administração local*.

Doutoramento em Letras – História Moderna, UL, 2000 (2001).

Júri: Manuel Villaverde Cabral (Presidente, Universidade de Lisboa), Fernando Taveira da Fonseca (Arguente, Universidade de Coimbra), Joaquim Veríssimo Serrão (Orientador, Professor Jubilado da UL), Maria do Rosário Themudo Barata de Azevedo Cruz (UL), João Ramalho Cosme (UL), Luís Ramalhosa Guerreiro (UL), Maria de Fátima Dias dos Reis (UL).

PASCOAL LEITE DE AGUIAR, *Administração Colonial Portuguesa no Congo, em Angola e em Benguela*.

Doutoramento em Letras – História Moderna, UL, 2001 (2003).

Júri: António Marques de Almeida (Presidente, Universidade de Lisboa), Maria Emília Madeira Santos (Arguente, Instituto de Investigação Científica Tropical), Isabel Castro Henriques (Arguente, UL), Manuel Franklin da Costa (Universidade Católica Portuguesa), António Dias Farinha (UL), Maria Benedita Araújo (UL).

História da Expansão Portuguesa

FRANCISCO CONTENTE DOMINGUES, *Os Navios da Expansão. O Livro da Fábrica das Naus de Fernando Oliveira e a arquitectura naval portuguesa dos séculos XVI e XVII*.

Doutoramento em Letras – História da Expansão Portuguesa, UL, 2000 (2001).

Júri: Manuel Villaverde Cabral (Presidente, Universidade de Lisboa), Aurélio de Oliveira (Arguente, Universidade do Porto), António Dias Farinha (Orientador e Arguente, UL), João Marinho dos Santos (Universidade de Coimbra), Maria do Rosário Themudo Barata de Azevedo Cruz (UL), António Marques de Almeida (UL).

Resumo publicado neste número da *Clio* (9, 2003).

VIRGÍNIA MARIA TRINDADE VALADARES, *Elites setecentistas mineiras: conjugação de dois mundos (1700-1800)*.

Doutoramento em Letras – História da Expansão Portuguesa, UL, 2002.

Júri: António Marques de Almeida (Presidente, Orientador e Arguente, Universidade de Lisboa), Maria Elizabeth Marques (Arguente, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais), José Manuel de Azevedo e Silva (Universidade de Coimbra), Maria do Rosário Themudo Barata de Azevedo Cruz (UL), António Dias Farinha (UL).

MARIA DA GRAÇA ALVES MATEUS VENTURA, *Portugueses no Peru ao tempo da união ibérica: mobilidade, cumplicidades e vivências*.

Doutoramento em Letras – História da Expansão Portuguesa, UL, 2002 (2003).

Júri: António Marques de Almeida (Presidente e Orientador, UL), Consuelo Varela (Arguente, Escuela de Estudios Hispano-Americanos /CSIC), Eugénio dos Santos (Arguente, Universidade do Porto), Ângela Domingues (Instituto de Investigação Científica Tropical), Maria do Rosário Themudo Barata de Azevedo Cruz (UL), António Dias Farinha (UL), João Ramalho Cosme (UL), Luís Ramalhosa Guerreiro (UL), Francisco Contente Domingues (UL).

JOSÉ DA SILVA HORTA, *A «Guiné do Cabo Verde»: produção textual e representações (1578-1684)*.

Doutoramento em Letras – História da Expansão Portuguesa, UL, 2002 (2003).

Júri: António Marques de Almeida (Presidente, Universidade de Lisboa), Maria Emília Madeira Santos (Arguente, Instituto de Investigação Científica Tropical), António Dias Farinha (Orientador e Arguente, UL), Eduardo Costa Dias (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa), Fernando Alves Cristovão (Professor Jubilado da UL), Maria do Rosário Themudo Barata de Azevedo Cruz (UL), Alberto de Carvalho (UL), Isabel Castro Henriques (UL).

Resumo publicado neste número da *Clio* (9, 2003).

TESES DE MESTRADO DEFENDIDAS
NA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA
EM 2001-2003

Arte, Património e Restauro

MARIA INÊS DA FRANCA SOUSA FERRO, *O pavilhão Robillion do Palácio Nacional de Queluz: história, arte, construção e restauro: 1758-1940.*
Mestrado em Arte, Património e Restauro, FLUL, 2000 (2001).

ISABEL CRISTINA FERREIRA FERNANDES, *O Castelo de Palmela: do islâmico ao medieval cristão.*
Mestrado em Arte, Património e Restauro, FLUL, 2001.

MARIA AMÉLIA BIZARRO LEITÃO FERNANDES, *A exposição de arte portuguesa em Londres 1955/1956: A personalidade artística do país.*
Mestrado em Arte, Património e Restauro, FLUL, 2001.

CATARINA VALENÇA GONÇALVES, *A pintura mural em Portugal: os casos da Igreja de Santiago de Belmonte e da Capela do Espírito Santo de Maçainhas.*
Mestrado em Arte, Património e Restauro, FLUL, 2001.

JORGE GABRIEL R. HENRIQUES, *A charola de Tomar: estratégias de conservação da pintura mural.*
Mestrado em Arte, Património e Restauro, FLUL, 2001.

JOÃO FILIPE VIEIRA, *Pedro Anjos Teixeira e a escultura no exterior.*
Mestrado em Arte, Património e Restauro, FLUL, 2001.

MARIA BEATRIZ CORREIA DE ALBUQUERQUE, *A visitação da Capela de Santana-Cepões (Lamego) na pintura maneirista da Beira Alta.*
Mestrado em Arte, Património e Restauro, FLUL, 2001 (2002).

MARIA JOÃO NUNES DE ALBUQUERQUE, *Proposta de leitura integrada do Convento de Nossa Senhora da Visitação de Vila Verde dos Francos.*
Mestrado em Arte, Património e Restauro, FLUL, 2001 (2002).

MARGARIDA MARIA DO VALE JORDÃO GONÇALVES SOARES, *A Igreja de Santa Maria do Monte do Carmo de Lisboa: memória e ruína.*
Mestrado em Arte, Património e Restauro, FLUL, 2001 (2002).

ANTÓNIO DE ORIOL VAZÃO TRINDADE, *A arquitectura maneirista em Portugal: da Capela-Panteão de Santa Maria de Belém ao Real Mosteiro de São Vicente de Fora.*
Mestrado em Arte, Património e Restauro, FLUL, 2001 (2002).

JOSÉ MARIA DA ROCHA MACHADO AMADOR, *A gestão do património artístico em Portugal, no século XX: do regime jurídico à realidade prática.*
Mestrado em Arte, Património e Restauro, FLUL, 2002.

MARIA TERESA FREIRE BISPO, *O silêncio das paredes: a descoberta de Benvindo Ceia. 1870-1941.*
Mestrado em Arte, Património e Restauro, FLUL, 2002.

ALEXANDRA ANTUNES E ADRIÃO, *A arquitectura de veraneio e o Palácio Anjos em Algés, perspectivas de intervenção e reutilização.*
Mestrado em Arte, Património e Restauro, FLUL, 2002 (2003).

JOSÉ MANUEL MARTINS CARNEIRO, *O imaginário romântico da Pena.*
Mestrado em Arte, Património e Restauro, FLUL, 2002 (2003).

MARIA AMÉLIA PINTO DA SILVA CASANOVA, *As pinturas de Gregório Lopes em Tomar sob o mecenato de Frei António de Lisboa.*
Mestrado em Arte, Património e Restauro, FLUL, 2002 (2003).

DIOGO MALEITAS CORRÊA, *O cadeiral do Mosteiro dos Jerónimos, entre o Humanismo e a Contra-Reforma.*
Mestrado em Arte, Património e Restauro, FLUL, 2002 (2003).

PAULO JORGE MONTEIRO HENRIQUES DA SILVA DIAS, *O Real Panteão dos Bragança: arte e memória.*
Mestrado em Arte, Património e Restauro, FLUL, 2002 (2003).

PAULO ALMEIDA FERNANDES, *A Igreja pré-românica de São Pedro de Lourosa.*
Mestrado em Arte, Património e Restauro, FLUL, 2002 (2003).

SUSANA MARIA MUNHÁ ANTUNES CALADO VARELA DE ALMEIDA FLOR, «Do seu tempo fazia parelha aos mais...». *Marcos da Cruz e a pintura portuguesa do século XVII*.

Mestrado em Arte, Património e Restauro, FLUL, 2002 (2003).

SUSANA CAVALEIRO FERREIRA NOBRE GONÇALVES, *André Gonçalves e a pintura de cavalete em Portugal no tempo de D. João V (1706-1750): o caminho da internacionalização*.

Mestrado em Arte, Património e Restauro, FLUL, 2002 (2003).

HELENA ALEXANDRA JORGE SOARES MANTAS, *O Panteão Nacional: memória e afirmação de um ideário em decadência. A intervenção da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais na Igreja de Santa Engrácia. 1956-1966*.

Mestrado em Arte, Património e Restauro, FLUL, 2002 (2003).

CATARINA MARIA ESTEVES DE OLIVEIRA, *A arquitectura do granito em Viana da Foz do Lima: Renascimento e Maneirismo no Noroeste português*.

Mestrado em Arte, Património e Restauro, FLUL, 2002 (2003).

CATARINA SOFIA COSTA RESENDE, *As aguarelas de Alberto Souza na colecção do Museu de Aveiro: perspectivas museológicas de integração e divulgação*.

Mestrado em Arte, Património e Restauro, FLUL, 2002 (2003).

JOSÉ ALBERTO RIBEIRO, *A catedral de papel. O escritor Manuel Ribeiro (1878-1941): um esteta da medievalidade e da espiritualidade cristã*.

Mestrado em Arte, Património e Restauro, FLUL, 2002 (2003).

ILDA MARIA MOREIRA FRIAS E RODRIGUES, *Púlpitos luso-orientais: origens e difusão*.

Mestrado em Arte, Património e Restauro, FLUL, 2002 (2003).

JOÃO MIGUEL FERREIRA ANTUNES SIMÕES, *Arte e sociedade na Lisboa de D. Pedro II: ambientes de trabalho e mecânica do mecenato*.

Mestrado em Arte, Património e Restauro, FLUL, 2002 (2003).

História e Cultura Pré-Clássica

ANA PAULA MARTINS GOULART, *O Êxodo e os êxodos: por entre história e mito*.

Mestrado em História e Cultura Pré-Clássica, FLUL, 2001.

CÉLIA MARIA ALEXANDRE DO CARMO JOSÉ, *Anat, uma deusa em Ugarit: a linguagem metafórica como presentificação do divino*.

Mestrado em História e Cultura Pré-Clássica, FLUL, 2001.

PAULO JORGE SOARES MENDES PINTO, *Nomear o divino em Ugarit: consignação, metaforização e ritualização no Ciclo de Baal*.

Mestrado em História e Cultura Pré-Clássica, FLUL, 2001.

História Medieval

ROSA GERTRUDES LONGO CAMEIRA PEREIRA, *Nuno Álvares Pereira na Corte de D. João I: poder senhorial / poder real*.

Mestrado em História Medieval, FLUL, 2002 (2003).

História Moderna

IBRAHIM YAHYA ZAHARAN AL-BUSAIDI, *Os portugueses na Costa de Oman na primeira metade do século XVII*.

Mestrado em História Moderna, FLUL, 2000 (2001).

RAUL FERNANDES DA CONCEIÇÃO CHORA, *Participação e predominância: os «homens de negócio» no 3.º quartel de setecentos*.

Mestrado em História Moderna, FLUL, 2000 (2001).

PEDRO LAGE REIS CORREIA, *A concepção de missionação na Apologia de Valignano: estudo sobre a rivalidade entre jesuítas e franciscanos no Japão, 1587-1597 – Apêndice: Apologia en la qual se responde a diversas calumnias que se escribieron contra los padres de la Compañia de Japon y de la China / Alessandro Valignano*.

Mestrado em História Moderna, FLUL, 2000 (2001).

NUNO VÍTOR DE PÁDUA MARCELINO ANTUNES MILHEIRO, *Prática científica e saberes de Portugal. Visões do Oriente na cartografia portuguesa: sécs. XVI e XVII.*

Mestrado em História Moderna, FLUL, 2000 (2001).

ELSA FILOMENA MACEDO DE LIMA DA CRUZ PENALVA, *A Companhia de Jesus em Macau. 1615-1626.*

Mestrado em História Moderna, FLUL, 2000 (2001).

JOSÉ GERARDO BARBOSA PEREIRA, *A Restauração de Portugal e do Brasil: a figura de Francisco Barreto (ou Francisco Barreto de Menezes).*

Mestrado em História Moderna, FLUL, 2001.

CLAÚDIA VALLE SANTOS, *Os homens e o poder: a elite de governança e a articulação de poderes em Montemor-o-Novo. séc. XVI.*

Mestrado em História Moderna, FLUL, 2002.

História Contemporânea

NUNO SIMÃO MIRANDA GUERRA DA SILVA FERREIRA, *O pensamento integralista de Alberto de Monsaraz.*

Mestrado em História Contemporânea, FLUL, 2001 (2002).

JOÃO MIGUEL RODRIGUES HENRIQUES, *O concelho de Cascais: dos finais da monarquia aos primeiros anos da República, 1908-1914. Um contributo para o seu estudo.*

Mestrado em História Contemporânea, FLUL, 2000 (2001).

MARIA DA CONCEIÇÃO ASSIS LOURENÇO MACIEIRA, *A questão judaica no Portugal salazarista. Portugal no horizonte dos judeus durante a segunda guerra mundial: contributo para uma avaliação.*

Mestrado em História Contemporânea, FLUL, 2001 (2002).

NUNO MIGUEL DA SILVA PEREIRA OLAIO, *A industrialização do Vale do Ave. A indústria têxtil algodoeira na II metade do século XIX: o caso da fábrica do Rio Vizela.*

Mestrado em História Contemporânea, FLUL, 2001 (2002).

GILBERTO DA CONCEIÇÃO MARQUES PEREIRA, *A política externa de Portugal: do pós-guerra à institucionalização da ditadura.*

Mestrado em História Contemporânea, FLUL, 2001 (2002).

HELENA ISABEL SIMÕES DE CARVALHO MOREIRA DA SILVA, *A monarquia do norte: a tentativa de restauração monárquica no Porto e a reacção do regime republicano.*

Mestrado em História Contemporânea, FLUL, 2001 (2002).

MANUEL DE SANTOS VARIZ, *Da adesão de Portugal às comunidades europeias: 1947-1986.*

Mestrado em História Contemporânea, FLUL, 2001 (2002).

ELISA MARIA MENDES DAS NEVES TRAVESSA, *Jaime Cortesão: política, história e cidadania. 1884-1940.*

Mestrado em História Contemporânea, FLUL, 2002.

HELDER MANUEL BENTO CORREIA, *Fidelino de Figueiredo na cultura histórica e política do seu tempo. 1889-1927.*

Mestrado em História Contemporânea, FLUL, 2002 (2003).

JOÃO LUÍS SERRENHO FRAZÃO COUVANEIRO, *O pensamento social e político de António Pedro Lopes de Mendonça.*

Mestrado em História Contemporânea, FLUL, 2002 (2003).

MARIA JOÃO RAMINHOS DUARTE, *Industriais conserveiros em Portimão. 1.ª metade do séc. XX: uma elite local.*

Mestrado em História Contemporânea, FLUL, 2002 (2003).

PAULA CRISTINA DOS SANTOS SOUSA, *O associativismo operário em Silves durante a I República.*

Mestrado em História Contemporânea, FLUL, 2002 (2003).

JOÃO MANUEL DUARTE VASCONCELOS, *O 18 de Janeiro de 1934: história e mitificação.*

Mestrado em História Contemporânea, FLUL, 2002 (2003).

Cultura e Formação Autárquica

LUÍS MANUEL DE SOUSA PEIXEIRA, *Da mestiçagem à caboverdianidade: registos de uma sociocultura.*

Mestrado em Cultura e Formação Autárquica, FLUL, 2001 (2002).

ANDRÉ CARNEIRO, *Povoamento romano no actual concelho de Fronteira.*

Mestrado em Cultura e Formação Autárquica, FLUL, 2002 (2003).

CATARINA SOFIA LIMA DE SOUSA MONTEIRO, *João Afra, uma marginalidade assumida: a escultura como recurso cultural.*

Mestrado em Cultura e Formação Autárquica, FLUL, 2002 (2003).

SARA CRISTINA SILVA, *A pintura sacra dos séculos XVII e XVIII no concelho de Oeiras.*

Mestrado em Cultura e Formação Autárquica, FLUL, 2002 (2003).

JOSÉ INÁCIO MILITÃO DA SILVA, *Estudo arquivístico do extinto Concelho de Assumar entre os séculos XVI e XIX. Novos contributos documentais para a história regional e local.*

Mestrado em Cultura e Formação Autárquica, FLUL, 2002 (2003).

MANUEL PIRES ANDRADE PEREIRA, *Competências das Câmaras Municipais na área da educação: o caso do Seixal nos últimos vinte e cinco anos.*

Mestrado em Cultura e Formação Autárquica, FLUL, 2003.

História Regional e Local

MARIA DA LUZ FERREIRA GOUVEIA, *O Hospital Real dos Expostos de Lisboa 1786-1790: aspectos sociais e demográficos.*

Mestrado em História Regional e Local, FLUL, 2001.

MARTA CRISTINA RELVAS JANEIRO PÁSCOA, *Fr. Francisco de Oliveira: a escrita da história regional e local no século XVIII.*

Mestrado em História Regional e Local, FLUL, 2001 (2002).

MARIA IRENE PAIVA LOURENÇO PEREIRA, *Urbanismo e arquitectura de Viseu setecentista. Salvaguarda de um património: um percurso da memória.*

Mestrado em História Regional e Local, FLUL, 2001 (2002).

GRAÇA MARIA DE ABREU ARRIMAR BRÁS DOS SANTOS, *A assistência da Santa Casa da Misericórdia de Tomar: os expostos. 1799-1823.*

Mestrado em História Regional e Local, FLUL, 2001 (2002).

JOSÉ ALBERTO BAPTISTA, *João Bonança na cultura do seu tempo.*

Mestrado em História Regional e Local, FLUL, 2002.

RENATO JOAQUIM PRAZERES COSTA, *A emigração de algarvios para Gibraltar e sudoeste da Andaluzia. 1834-1910.*

Mestrado em História Regional e Local, FLUL, 2002.

PAULO JORGE MARQUES GIRÃO, *A gripe pneumónica no Algarve: 1918.*

Mestrado em História Regional e Local, FLUL, 2002.

MARIA DE LURDES GUINOTE DA SILVA RAMOS LIMA, *Manifestações da arquitectura revivalista no Algarve: rotas de um património a preservar.*

Mestrado em História Regional e Local, FLUL, 2002.

MARIA CRISTINA PANCADA CORREIA, *A Marinha Grande sob o sopro do vidro de c.de 1748 a c.de 1890: um estudo de história económica e social.*

Mestrado em História Regional e Local, FLUL, 2002 (2003).

História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa

RUI ALEXANDRE LANDEIRO GODINHO, *A Carreira da Índia, aspectos e problemas da torna-viagem. 1550-1649.*

Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, FLUL, 2000 (2001).

MARIA TERESA DO ROSÁRIO LOPES, *A Etiópia na obra de Miguel de Castanhoso.*

Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, FLUL, 2000 (2001).

JOSÉ MANUEL VIEIRA PINHEIRO, *Leituras europeias dos sistemas de organização africana: alguns contributos das expedições aos impérios do*

Muata Cazembe e do Muatayanvua, realizadas na primeira metade do século XIX.

Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, FLUL, 2000 (2001).

JOSÉ VIRGÍLIO AMARO PISSARRA, *A armada da Índia: cômputo, tipologia e funcionalidade das armadas de guerra portuguesas do Oriente. 1501-1510.*

Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, FLUL, 2001 (2002).

MARIA PAULA COELHO DE CARVALHO, *A acção ultramarina de D. António de Ataíde 1.º Conde da Castanheira.*

Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, FLUL, 2001 (2003).

ARISTEA D. KANELLAKI, *Os judeus de origem portuguesa em Salónica no século XVI.*

Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, FLUL, 2002 (2003).

KIOKO KOISO, *Mar, medo e morte: aspectos psicológicos dos naufragos na História Trágico-Marítima e nos testemunhos inéditos.*

Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, FLUL, 2002 (2003).

RITA TEIXEIRA CORTEZ M. DE MATOS, *António de Mariz Carneiro: Cosmógrafo-Mor de Portugal.*

Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, FLUL, 2002 (2003).

AUGUSTO ANTÓNIO ALVES SALGADO, *Os navios portugueses na «Felicíssima Armada».*

Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, FLUL, 2002 (2003).

ROSA MARGARIDA DOS SANTOS ALMEIDA DE SOUSA, *Moçâmedes, 1840-1907: contribuição para o estudo da história urbana de Angola.*

Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, FLUL, 2002 (2003).

MARIA ROSALINA BENTO SEMIÃO, *D. Vasco Coutinho Conde de Borba e Capitão de Arzila.*

Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, FLUL, 2002 (2003).

VASCO MIGUEL L.B. PACHECO RESENDE, *A Sociedade da Expansão na Época de D. Manuel: Mobilidade, hierarquia e poder entre o Reino, o Norte de África e o Oriente. Um estudo prosopográfico.*

Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, FLUL, 2002 (2003).

MARIA FILOMENA C. ALMEIDA DE SOUSA, *A Voz dos Poderes – Gestão da ordem na Ilha do Príncipe (1753-1778).*

Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, FLUL, 2002 (2003).

MARIA EMÍLIA F. MARTINS LOURENÇO RODRIGUES, *Os funcionários portugueses da Inquisição de Goa através das habilitações do Sto. Ofício.*

Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, FLUL, 2002 (2003).

•

LIMONAR SOTO SALAZAR, *La extranjería en la Nueva España. El caso de los Portugueses en los centros mineros en el Norte del Virreinato. Circunstancias sociales y políticas. 1593-1643.*

Mestrado, Colégio de San Luís do Potosí (México), 2003.

Orientador: João Cosme; Presidente: José António Rivera; Arguente: Carlus Ruben Medrano.

História de África

CARLOS ALBERTO DE JESUS ALVES, *Angola: as missões religiosas e os nacionalistas. 1961-1975.*

Mestrado em História de África, FLUL, 2000 (2001).

VICTOR MANUEL MARTINS HORTA, *África no imaginário cinematográfico português: dos anos 30 a 50.*

Mestrado em História de África, FLUL, 2001 (2002).

EUNICE MARIA RODRIGUES COSTA MARQUES LUÍS, *O selvagem e o exótico: contribuição para uma reorganização crítica da leitura histórica das populações do sudoeste de Angola da segunda metade do século XIX à primeira metade do século XX*.
Mestrado em História de África, FLUL, 2001 (2002).

MARIA AUGUSTA FARIA DA COSTA, *Guerra colonial. O papel das mulheres: a ausência da presença?*
Mestrado em História de África, 2002 (2003).

JOSÉ ANTÓNIO NOBRE MARQUES GUIMARÃES, *A difusão do nativismo em África. Cabo Verde e Angola séculos XIX e XX*.
Mestrado em História de África, FLUL, 2002 (2003).

MARIA ISABEL M. BASTOS FELICIANO, *Luanda, quotidiano e escravos no século XIX*.
Mestrado em História de África, FLUL, 2002 (2003).

História e Cultura do Brasil

NÉLI PEREIRA DE BARROS FREITAS, *Os deputados brasileiros nas primeiras Constituintes e a Ilha da Madeira. 1821-1823: subsídios para a história das constituintes de 1822*.
Mestrado em História e Cultura do Brasil, FLUL, 2002.

LUÍSA MARIA GONÇALVES TEIXEIRA BARBOSA, *O ideário republicano nas relações Brasil / Portugal, 1880-1891*.
Mestrado em História e Cultura do Brasil, FLUL, 2002 (2003).

DUARTE NUNO GONÇALVES JORGE PINTO DA ROCHA, *Retrato(s) do Brasil na obra de Antonio Callado*.
Mestrado em História e Cultura do Brasil, FLUL, 2002 (2003).

SUSANA DA NÓBREGA BRITES MOITA, *O Conselho Ultramarino no Brasil (1750-1777) – contributo para o estudo do sistema administrativo no Brasil colonial*.
Mestrado em História e Cultura do Brasil, FLUL, 2002 (2003).

CENTRO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

Direcção

Director: PROF. DOUTOR JOÃO MEDINA
Secretária: PROF. DOUTORA MARIA DO ROSÁRIO THEMUDO BARATA
Tesoureiro: PROF. DOUTOR ANTÓNIO DIAS FARINHA

Conselho científico e assessoria

Gabinetes: Secretariado e Projectos – Edições e Comunicação – Biblioteca, Mediateca e Arquivo Histórico – Iniciativas e Imagem – Tesouraria e Informática
Comissões: Formação Permanente – Estudos de Lisboa – Estudos Africanos – Liminaridade

Sede

Edifício da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
Alameda da Universidade 1600-214 Lisboa – Portugal
Fax: 351 217960063 Telefone: 351 217920000 E-mail: centro.historia@mail.fl.ul.pt
<http://www.fl.ul.pt>

**COOPERAÇÃO CIENTÍFICA COM PROGRAMAS UNIVERSITÁRIOS,
CENTROS DE INVESTIGAÇÃO, INSTITUIÇÕES CENTRAIS E REGIONAIS
DE FOMENTO CULTURAL**

INCREMENTO EDITORIAL

edições próprias, patrocínios, cooperação com editoras e entidades externas

PERMUTA DE PUBLICAÇÕES

mediante protocolo

BIBLIOTECA ESPECIALIZADA EM CIÊNCIAS HISTÓRICAS

Vocacionada para a investigação histórica em domínios como o da história social e da cultura, da economia, das ciências políticas, das mentalidades, no âmbito nacional e regional, internacional e ultramarino, apoia investigadores portugueses e estrangeiros e facilita a pesquisa de estudantes universitários de pós-graduação e de licenciatura.

Processo de informatização do catálogo da biblioteca em fase avançada.

Mediateca e Arquivo Histórico em construção.

REVISTA CLIO

Publicação semestral

Divulga trabalhos do CHUL, dos seus investigadores e formandos e de colaboradores convidados.

Os originais propostos são endereçados ao Director da Revista para análise do conselho de redacção e, mediante parecer deste, integrados na programação editorial.



ESTUDOS SOBRE A ÉPOCA MODERNA

Maria Benedita Araújo – *As Plantas Mágicas*

Maria Leonor Garcia da Cruz – *Formas de diálogo e de mediação social na Lisboa quinhentista*

Nunziatella Alessandrini – *A comunidade florentina em Lisboa (1481-1557)*

Fernando Grilo – *Nicolau Chanterene escultor e arauto de D. João III*

Ana Cristina Cardoso da Costa Gomes – *Subsídios para o estudo da vida e obra do arcebispo de Évora D. João de Melo*

Célia Cristina da Silva Tavares – *Esboço de uma biografia do inquisidor João Delgado Figueira*

Jorge Martins – *A questão judaica em Portugal. Bibliografia essencial comentada*

Maria Adelina Amorim – *A Real Fábrica de Ferro de Nova Oeiras. Angola, Séc. XVIII*

LIÇÃO DE SÍNTESE / SUMÁRIO

Luís Filipe Barreto – *Panorama Cultural de Macau no Período Ming*

NOTICIÁRIO

M. R. Themudo Barata – *Última Lição do Professor Doutor José Manuel Marques do Carmo Mendes Tengarrinha; – Maria Benedita Aires Araújo de Almeida Araújo; – In Memoriam General Manuel Freire Themudo Barata*

CHUL – Destaques

